Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Elis Regina de Castro Lopes

Múltiplas vozes para construção de uma história: as práticas no DEGASE (1994 a 2023)

São Gonçalo
2023

Elis Regina de Castro Lopes

Múltiplas vozes para construção de uma história: as práticas no DEGASE (1994 a 2023)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FEITA NA BIBLIOTECA

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Elis Regina de Castro Lopes

Múltiplas vozes para construção de uma história:
as práticas no DEGASE (1994 a 2023)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em ____/____/_____
.
Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ (PPGHS)

_____

Prof. Dr. Luís Reznik

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (PPGHS)

_____

Prof. Dr. Irandi Pereira

Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente – NECA

_____

Prof. Dr. André Pereira de Almeida

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

_____

Prof. Dr. Juliana Vinuto

Universidade Federal Fluminense - UFF

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

"Agora está tão longe, vê
A linha do horizonte me distrai
Dos nossos planos é que tenho mais saudade
Quando olhávamos juntos na mesma direção
Aonde está você agora
Além de aqui dentro de mim?
Agimos certo sem querer
Foi só o tempo que errou
Vai ser difícil eu sem você
Porque você está comigo o tempo todo
E quando vejo o mar
Existe algo que diz
Que a vida continua e se entregar é uma bobagem
Já que você não está aqui
O que posso fazer é cuidar de mim
Quero ser feliz ao menos
Lembra que o plano era ficarmos bem?"

Vento no litoral
Legião Urbana (1991)

A meu marido Ney Bomfim (*in memoriam*)
Meu amigo, parceiro e meu eterno amor
Por tudo que vivemos e pelas orientações para seguir em frente
que me deu antes de partir, por isso foi possível terminar esta Tese.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo à minha mãe Gercila, pela compreensão da minha ausência, pois sei que ela por vezes chora de saudades. Agradeço as minhas irmãs Cila e Celia pela paciência e por me acolherem com carinho quando consigo visitá-las na casa da nossa mãe, um dos melhores lugares do mundo!

Aos meus filhos, Thaysa e Vinícius, meus netos Isis, Isaac e Théo, e minha nora, Júlia. Sei o quanto fui ausente este período, quantos "nãos" fui obrigada a dizer, e o quanto vocês me escutaram falar do DEGASE. Obrigada por toda paciência e carinho, meus amores, amo muito vocês!

Ao meu orientador, Gelsom Rozentino de Almeida, por ter acreditado no meu trabalho desde o processo seletivo, e não ter desistido de mim mesmo quando eu acreditei que não conseguiria. Sou muito grata por sua orientação, compreensão, paciência e por não ter soltado minha mão!

A todos do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ), por nos acolherem com tanta generosidade em uma época tão difícil por conta da pandemia da Covid-19, que iniciou na época do nosso doutorado.

À professora Irandi Pereira, por fazer parte da minha história desde o mestrado, pelas suas palavras firmes que me fazem evoluir como profissional e pesquisadora. Por ter feito parte da minha banca de qualificação, juntamente com o professor Luís Reznik, que deram grandes contribuições, às quais espero ter correspondido durante o desenvolvimento da pesquisa.

À banca composta pelos professores e professoras Luís Reznik, André Pereira de Almeida, Juliana Vinuto e Irandi Pereira, por se disponibilizarem a fazerem parte de um momento tão especial em minha vida, contribuindo para o meu aprendizado e formação profissional.

À professora Adriana Kramer, pela revisão final do trabalho.

Aos meus colegas de doutorado que tanto me deram força para continuar essa trajetória, em especial à Larissa Martins, por ter estado sempre me apoiando e mostrando-se disponível para me ajudar.

Às minhas amigas Lilian Zimbardi e Fernanda Bottari, por insistirem em me tirar de casa quando eu realmente precisava parar. Meninas, valeu muito o carinho e o cuidado de vocês!

Às minhas amigas, professoras da Uniabeu: Ludmilla Furtado, por compreender meu momento e me ajudar em meu horário; a Fátima Antunes, por estar sempre por perto me dando força; a Vanessa Brito e Kátia Santana, pelas correções tão preciosas.

Ao meu grupo de professores da Unisuam, carinhosamente chamados de “As sofridas de CG”. Bem, o motivo só o grupo compreende! Mas foram muitos os almoços e cafés que vocês foram obrigados a me escutar a falar do DEGASE, e sempre me estimulando a não desistir.

A André Tenreiro, Marcia Coelho e Ediara Coutinho, amigo e amigas que me ajudaram acolhendo minhas angústias, e de tantas outras formas.

Ao Juraci, amigo de longa data, que me ajudou de todas as formas possíveis a chegar até aqui.

E um agradecimento muito especial a Maria Tereza Azevedo, minha querida amiga que possibilitou que hoje eu esteja escrevendo estas linhas com a tese já pronta. Quantas noites acordadas discutindo a socioeducação!

Aos socioeducadores e socioeducadoras do DEGASE que participaram da pesquisa, me doando generosamente seu tempo, seu saber e suas lembranças.

À equipe da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, que muito me auxiliou no decorrer desta pesquisa, em especial à equipe do CEDOM, que me acolheu com tanto carinho!

A todos os socioeducadores e socioeducadoras do DEGASE que vivenciam todos os dias a experiência de fazer parte de uma instituição tão singular, na busca da efetivação da política socioeducativa.

E, por fim, minha homenagem e agradecimento a todos os socioeducadores e socioeducadoras do DEGASE que não estão mais entre nós. São tantos que não seria possível nominá-los sem esquecer de algum, por isso representando a todos: o meu muito obrigada a meu colega de militância José de Jesus Botelho e ao meu mestre Aderaldo Gil!

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.

Walter Benjamin

RESUMO

LOPES, Elis Regina de Castro. MÚLTIPLAS VOZES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA: As práticas no DEGASE (1994 a 2023) 2023. 244f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Esta tese buscou evidenciar a história de uma instituição por meio de diversas memórias em disputa, entre elas: as memórias apresentadas e manifestadas nos discursos das gestões, em redes sociais e eventos, nos quais se procura afirmar a promoção de um discurso institucional, demonstrando que o órgão atua na socioeducação de acordo com os parâmetros das normativas vigentes; e, nas práticas do dia a dia, as memórias dos socioeducadores, que comumente não aparecem em espaços de maior visibilidade, assim as memórias internas entre os grupos de socioeducadores com conflitos e tensões, as diversas memórias da comunidade socioeducativa. Este estudo procurou trazer os coloridos da vivência diária, de pessoas comuns, múltiplas vozes nesta construção, que juntas formam a história da instituição que é contraditória na sua missão: socioeducar e vigiar/punir. O presente trabalho teve o objetivo de realizar um estudo sobre as práticas do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE), no período de 1994 a 2023, e para tanto se utilizou de depoimentos dos socioeducadores que trabalham no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro e a análise de alguns documentos produzidos pelo DEGASE. A metodologia utilizada foi a História Oral, considerando as fontes orais como principal instrumento da pesquisa. Essa forma de pesquisar possibilita reconstruir o passado remoto e o recente, por meio das entrevistas, uma vez que o contemporâneo também produz história. Ao longo da tese, mostrou-se uma luta travada da política socioeducativa entre a socioeducação e a segurança pela repressão. Constatou-se que não é mais o sancionatório que convive com a socioeducação, e sim a socioeducação que convive com o Estado penal, fortalecido, bem-organizado e com objetivos claros e definidos. Foi possível encontrar diversas formas de resistências por parte de vários socioeducadores a esse estado de priorização da segurança punitiva. Destaca-se que foi possível observar a instituição em movimentos ora na busca de uma política socioeducativa baseada nos princípios de uma educação libertadora, ora se pautando em práticas retrógradas, moralistas e punitivas. Esse misto entre o sancionatório e o garantista representa o cotidiano da política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro. Considera-se como uma contribuição aos pesquisadores da temática à sociedade, e à própria instituição, ao proporcionar uma reflexão crítica sobre as contradições existentes ao observar o abismo existente entre o discurso e a sua prática, e na compreensão crítica de seu passado, poder enxergar suas ações de forma transparente para no futuro buscar uma profunda mudança e efetivar a socioeducação enquanto política pública. O trabalho não tem a pretensão de dar conta de tudo, havendo certamente lacunas e possíveis objeções que indicam a importância de outras pesquisas neste campo e que são importantes para que aconteça um movimento constante da escrita e da história entre as várias verdades existentes.

Palavras-chave: DEGASE; história oral; memórias em disputa; socioeducação; socioeducadores.

ABSTRACT

LOPES, Elis Regina de Castro. MULTIPLE VOICES TO BUILD A HISTORY: Practices at DEGASE (1994 to 2023) 2023. 244f. Thesis (Doctorate in Social History) – Faculty of Teacher Training, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This thesis aimed to highlight the history of an institution through various memories in dispute: the memories presented and expressed in the speeches of the administrations, in social media and events, in which they attempt to affirm the promotion of an institutional speech, demonstrating that the department acts in socio-education according to the parameters of the regulations in force; and, in the day-to-day practices, the memories of the socio-educators, which commonly do not appear in spaces of greater visibility, thus the internal memories between the groups of socio-educators with conflicts and tensions, the diverse memories of the socio-educational community. This study attempted to bring out the colors of daily experience, of common people, multiple voices in this construction, which together form the history of the institution that is contradictory in its mission: to socio-educate and to watch/punish. The objective of this work was to do a study on the practices of the General Department of Socio-educational Actions of the State of Rio de Janeiro - DEGASE, from 1994 to 2023, and to this end made use of testimonies from socio-educators working in the socio-educational system of the state of Rio de Janeiro and an analysis of some documents produced by DEGASE. The methodology used was Oral History, with oral sources as the main research tool. This form of research makes it possible to reconstruct the distant and recent past through interviews, since the contemporary also produces history. Throughout the thesis, the struggle between socio-educational policy and security for repression was shown. It was found that it is no longer sanctions that coexist with socio-education, but socio-education that coexists with the penal state, strengthened, well-organized and with clear and defined objectives. It was noted that several socio-educators showed various forms of resistance to this state of prioritizing punitive security. It is worth noting that it was observed that the institution was moving sometimes in search of a socio-educational policy based on the principles of liberating education, and sometimes based on retrograde, moralistic and punitive practices. This mixture of the sanatorium and the guarantor represents the daily life of socio-educational policy in the state of Rio de Janeiro. It is a contribution to researchers on the subject, to society, and to the institution itself, to provide a critical reflection on the contradictions that exist when observing the gap between discourse and practice, and in the critical comprehension of its past, to be able to see its actions in a transparent way so that in the future it can seek a profound change and make socio-education effective as a public policy. This work does not pretend to be able to cover everything, and there are certainly gaps and possible objections that indicate the importance of further research in this field, which is important if there is to be a constant process of writing and history between the various existing truths.

Keywords: Degase; oral history; memories in dispute; socio-education; socio-educators.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Socioeducadores DEGASE.....30
Gráfico 2 – Adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Brasil (1996-201).....108
Gráfico 3 – Evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no Brasil (1996-2021).....109
Gráfico 4 – Apreensão de adolescentes, Rio de Janeiro (2006-2021).....110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Muro da ESGSE.....42
Figura 2 – Logomarca atual do DEGASE.....70
Figura 3 – Primeira logomarca do DEGASE.....70
Figura 4 – Logomarca criada pelo cartunista Mauricio de Sousa.....71
Figura 5 – Cartilha “Novo DEGASE”.....71
Figura 6 – Segunda logomarca do DEGASE.....71
Figura 7- Terceira logomarca do DEGASE.....71
Figura 8 – DIVCAP.....72
Figura 9 – DIESC.....72
Figura 10 – DAC.....72
Figura 11 – GAR.....72
Figura 12– Paulo Freire.....100
Figura 13 – O espaço da ESGSE. 100
Figura 14 – Paulo Freire atrás das grades.....101
Figura 14– As grades na ESGSE.....101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativos de cargos do DEGASE de nível superior e médio.....32
Tabela 2 – Quantitativo de cargos de Professor /Nível Superior e Professor / Nível médio do DEGASE.....32
Tabela 3 – Parte Suplementar de Quantitativo de Cargos do DEGASE.....32
Tabela 4 – Linha do tempo DEGASE.....64
Tabela 5 – Estrutura apresentada no Decreto nº 18.493, de 26/01/93.....73
Tabela 6 – Estrutura DEGASE apresentada – 2005.....74
Tabela 7 – Estrutura DEGASE apresentada – 2008.....75
Tabela 8 – Estrutura DEGASE apresentada – 2012.....76
Tabela 9 – Estrutura DEGASE apresentada – 2018.....77
Tabela 10 – Estrutura DEGASE apresentada – 2023.....78
Tabela 11 – Unidades Socioeducativas do DEGASE.....80
Tabela 12 – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente- CRIAAD do DEGASE 81
Tabela 13 – Infrações mais frequentes.....109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
AFETOS	Associação Fluminense de Estatutários que trabalham como Operadores da Socioeducação
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ASDEGASE	Associação dos Servidores do DEGASE
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CAI-Baixada	Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo
CECEL	Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
CEDOM	Centro de Documentação e Memória
CENSE PACGC	Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa
CENSE	Centro de Socioeducação
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COOSINT	Coordenação de Segurança e Inteligência
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CRIAAD	Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CRIAM	Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
CRPEERJ	Caderno de Remuneração do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro de março/2023
DAC	Divisão de Ações com Cães
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DESIPE	Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro
DICAP	Divisão de Capacitação Prática
DIESC	Divisão de Escolta
DIESP	Diretoria de Escolas Socioeducativas e Prisionais

DIVDEPE	Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJLA	Escola João Luiz Alves
ENS	Escola Nacional de Socioeducação
ESE	Educandário Santo Expedito
ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEEM	Fundação Estadual de Educação do Menor
FENASSE	Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo
FÓRUM PRÓ-SINASE	Fórum Permanente Pró-SINASE da Baixada Fluminense
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-estar do Menor
GAE	Grupo de apoio escolar
GAR	Grupamento de Ações Rápidas
GT	Grupo de trabalho
LA	Liberdade assistida
LABES	Laboratório de Estudos Socioeducativos
MCV	Movimento do Custo de Vida
MEPCT	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro
MIS	Museu de Imagens e do Som
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MSE	Medida Socioeducativa
NAAP	Núcleo de Audiência de Apresentação
NAI	Núcleo de Atendimento Intensivo
NUAF	Núcleo de Atenção Familiar
NUPST	Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	Plano Individual de Atendimento

PNAISARI	Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRODERJ	Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro
RAS	Regime Adicional de Serviços
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEEDC	Secretaria Estadual de Educação
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIND-DEGASE	Sindicato dos Servidores do DEGASE
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TAC	Termo Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNB	Universidade de Brasília
UNIBAN	Universidade Bandeirantes de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 **A PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**....22

1.1 **Conhecendo a história oral e sua utilização nesta pesquisa**....24

1.2 **Os sujeitos da pesquisa: os socioeducadores do DEGASE**....29

1.2.1 A realização da pesquisa....34

1.3 **A história oral híbrida: as leituras das produções acadêmicas sobre a temática e a análise dos documentos institucionais**....37

1.3.1 As leituras das produções acadêmicas sobre a temática....38

1.3.2 A análise dos documentos institucionais....39

1.4 **Qual meu lugar nesse lugar?** 41

1.4.1 A emoção de se enxergar no outro....45

1.4.2 Minha chegada ao CEDOM/DEGASE....48

2 **DEGASE E SUA HISTÓRIA**. 50

2.1 **A história que antecede a criação do DEGASE**....51

2.2 **O DEGASE e sua trajetória**....61

2.2.1 Estrutura e funcionamento do DEGASE....73

3 **DEGASE E A SOCIOEDUCAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS.....**83

3.1 **Vamos começar do início...Antônio Carlos Gomes da Costa e a Socioeducação.....**90

3.2 **Socioeducação: um conceito em construção.....**95

3.3 **Socioeducação enquanto política pública.....**103

3.3.1 Os Discursos Parlamentares Sobre a Política Socioeducativa....113

3.4 **Socioeducação: movimentos no DEGASE.....**116

4 **AS HISTÓRIAS DOS ADOLESCENTES CONTADAS PELOS SOCIOEDUCADORES.....**121

4.1 **Adolescência no decorrer da história.....**123

4.2 **Os Adolescentes atendidos pelo DEGASE.....**127

4.3 **Os “meninos" na lembrança dos socioeducadores.....**132

4.4 **O atendimento às Famílias.....**138

4.5 **Quebrando os muros e construindo pontes.....**152

5 **COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DE SOCIOEDUCADORES E SOCIOEDUCADORAS NO DEGASE**.....156
5.1 **A formação de uma profissão: os/as socioeducadores/as**.....157
5.1.1 Práticas e trajetórias - as vozes do passado.....160
5.1.2 Afinal, quem são os "Degaseanos"?.....161
5.2 **As diferentes vozes que são produzidas no DEGASE: entre normas e existências**.....165
5.2.1 Uma questão de gênero.....167
5.2.2 As relações de poder na instituição.....170
5.2.3 O racismo direcionado aos socioeducadores no DEGASE.....171
5.2.4 A equipe técnica e a equipe de agentes de segurança socioeducativa.....174
5.2.5 Unidades de internação e semiliberdade.....177
5.2.6 Socioeducadores: nuances entre "antigos" e "novos".....180
5.2.7 A invisibilidade dos agentes administrativos.....184
5.2.8 A equipe da escola: o desafio de carregar água na peneira...185
5.3 **O que falam e o que fazem? Não atirem pedra, o telhado é frágil!**.....188
5.3.1 É proibido falar das fragilidades da instituição?.....189
5.3.2 A violência institucional.....192
5.4 **Condições de vida, de trabalho e de saúde dos socioeducadores**..... 194
5.4.1 Adoecimentos e mortes.....197
5.4.2 Os socioeducadores e sua relação com o Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador (NUPST).....199
5.4.3 Pandemia Covid 19: possibilidades de novos movimentos?.....201
5.5 **Movimentos de resistência: Associação dos Servidores do DEGASE (ASDEGASE); Sindicato dos Servidores do DEGASE (SIND-DEGASE); Fórum Permanente Pró-SINASE da Baixada Fluminense (FÓRUM PRÓ-SINASE); Associação Fluminense de Estatutários que trabalham como Operadores da Socioeducação (AFETOS)**.....206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....214
REFERÊNCIAS.....220
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....232
APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados.....235
ANEXO A – Declaração de Anuência do DEGASE.....236

ANEXO B – Parecer Plataforma Brasil.....237

INTRODUÇÃO

No início de 1994, uma colega falou de um concurso para o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), mas nessa época não se sabia o significado da instituição recém-criada. Achei que deveria ser algo referente à educação. Havia me formado em 1991 em psicologia e tinha a intenção de ir para área educacional. Eram oito vagas para psicologia, e para agente educacional, trinta e duas, optei então pelo segundo cargo. "Afinal, agente educacional deve ser diretamente ligado à parte técnica da escola", pensava eu com toda a inocência de quem ignorava algo. No decorrer do concurso, fui percebendo que era ligado a questões sociais, "menores carentes", tipo Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM), "tudo bem, já havia escutado falar sobre isso em algum lugar". E lá fui eu até chegar meu primeiro dia de trabalho. Nesse momento já entendia que era para trabalhar em uma instituição que estava substituindo a FUNABEM, mas o que isso significava? Continuava tudo confuso, e com a ilusão que eu iria trabalhar em uma escola. Após todo o processo, recebi minha carta de lotação – Escola João Luiz Alves (EJLA).[1] "Então está tudo bem, é mesmo uma escola, de meninos carentes. Ok, qual o problema? Vou me adaptar!"

Cheguei cedo, e junto comigo outro rapaz que ia se apresentar. Olhei aquele muro alto, sem fim, era a "Mansão", como é chamada a Escola João Luiz Alves. O portão se abriu e vi diante de mim uma enorme ladeira. Subi em silêncio junto com o novo colega. Quanto mais próximos ficávamos da escadaria da Mansão, mais era visível o estrago feito. A unidade tinha acabado de passar por uma rebelião, tudo queimado, e o cheiro de cinzas exalava no ar, havia gritos de adolescentes, que não se via, apenas se escutava, vinham pelas grades de várias janelas: "É funcionário novo? Aqui, olha para cá!". Nesse momento, eu já conseguia escutar também minha respiração, estava apavorada, desci correndo a ladeira, queria sair dali. Mas senti alguém pegar em meu braço, quando virei, era o rapaz que subia comigo. Ele parecia conhecer melhor aquele espaço, e falou para mim: "Você conseguiu passar em um concurso público, lutou para chegar aqui, não desista, suba comigo, ainda vamos falar muito desse momento". Esta é a memória mais forte e mais viva que tenho em minha mente sobre o início de minha carreira no sistema socioeducativo.

[1] A Escola João Luiz Alves mudou sua nomenclatura para Centro de Socioeducação Canárias João Luiz Alves, retirando a palavra Escola, por meio do Decreto No 48.502, de 08 de maio de 2023 do DEGASE.

Início esta tese contando a minha própria história para dar vida à temática que quero discorrer nos estudos que se seguem. No campo da história, Pierre Nora et al., em seu livro "Ensaios de Ego-história" (1989), chama a escrita destas práticas discursivas de Ego-história, e afirma que: "não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem confissões inutilmente íntimas nem de uma profissão de fé abstrata, nem tentativas de psicanálise" (NORA et al, 1989, p. 11). Salienta que é uma tentativa de explicar a sua própria história, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu.

Assim, investi em uma escrita mais autoral, privilegiando a subjetividade das trocas afetivas. Ao escrever, me permito dialogar com meus pensamentos e minhas experiências no sistema socioeducativo. Dessa forma, incorporo na pesquisa as minhas próprias lembranças, e à medida que reconstruo o meu próprio passado, consigo um diálogo com os entrevistados e, juntamente com as formulações teóricas, busco me apropriar da formação histórica do que vem a ser o DEGASE, entendendo as fragilidades da escrita de uma história em movimento, como esclarece Rousso: "O historiador que tenta apreender a história em movimento deixa-se também envolver na marcha do tempo e deve aceitar que seu olhar é apenas parcial, limitado, frágil, bem ao contrário da ilusão científica de dominar o sentido último da história" (ROUSSO, 2016, p. 187).

Na abordagem do tema das instituições, os historiadores Flávio Heinz e Ana Korndorfer (2014) apresentam o que consideram os dois principais aspectos da História Social das Instituições. Os autores destacam que, do ponto de vista da lexicografia do século XVII, a palavra "instituições" estava ligada àquilo que o homem era capaz de inventar. Nas últimas décadas do século XX, porém, os estudos sobre instituições ainda estavam situados no âmbito do legislativo e do Direito. Nesse sentido, a História das Instituições privilegia temas ligados ao Direito e às "atividades legislativas do Estado (...) como uma chave essencial das evoluções política, econômica e cultural". Já no final dos anos de 1990, a historiografia inglesa e a norte americana, porém, descentralizaram seus estudos sobre as instituições do âmbito exclusivamente legislativo, privilegiando a investigação sobre a trajetória e o perfil dos agentes sociais que compõem as instituições (HEINZ; KORNDORFER, 2014, p. 7 - 9).

Assim sendo, aspectos como as relações sociais, o que move determinadas pessoas a escolherem a carreira dentro de determinadas instituições, enquanto outras não, as características condicionantes que permitem a inserção e a permanência desses agentes nos cargos, como eles percebem os desafios impostos e, especialmente, o que eles têm em comum são algumas questões que vão nortear as pesquisas na atualidade (HEINZ; KORNDORFER, 2014). Ao tratar sobre parte da história do DEGASE a partir do relato dos socioeducadores,

estamos diante do desafio da instituição falando sobre si, ou seja, do ponto de vista dos seus socioeducadores. Diante disso, ao nos depararmos com as percepções produzidas pela memória desses profissionais é preciso considerar o porquê do uso de algumas palavras para classificar determinadas situações, por exemplo. Isso porque não se pode correr o risco de legitimar expectativas no percurso da pesquisa sobre instituições. Com efeito, de acordo com Bourdieu (2007), o estudo de instituições públicas ou privadas, como as instituições educacionais (escolas), por exemplo, é um terreno explosivo, mas é necessário para ajudar a entender como determinada sociedade se constitui.

Também destaco como um dos objetivos desta Tese evidenciar a história de diversas memórias em disputa, entre elas as memórias apresentadas pelo DEGASE que são manifestadas nos discursos das gestões, em redes sociais e eventos, em que o objetivo é a promoção de um discurso de uma instituição que produz socioeducação nos parâmetros das normativas vigentes; as memórias dos socioeducadores em suas práticas do dia a dia, que comumente não aparecem em espaços de maior visibilidade; as memórias internas entre os grupos de socioeducadores que provocam conflitos e tensões e as diversas memórias da comunidade socioeducativa. Contudo, não se trata de contar histórias oficiais e não oficiais. Verena Alberti (1996, p.7) nos alerta para o cuidado das polaridades entre memórias, uma vez que poderia simplificar o estudo e reduzi-lo a militância de uma causa. E ainda, correr o risco de perder as características próprias das multiplicidades de grupos existentes nestes espaços (PORTELLI, 1996, p.127).

A motivação para esta pesquisa veio após a conclusão do meu mestrado, quando senti a necessidade de dar continuidade ao estudo que foi desenvolvido: A política socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: transição de paradigma? Esse estudo foi produzido por meio de uma pesquisa documental, em que foram analisados recortes de jornais, notícias midiáticas, informações cedidas pelo sindicato e documentos institucionais. Seu objetivo foi conhecer o processo de implantação do DEGASE, as leis que o regem, sua estrutura e funcionamento. Essa pesquisa se transformou em um livro que é bastante utilizado por estudiosos que escrevem sobre o DEGASE.[2] Agora, com uma nova metodologia, busco dialogar com os socioeducadores que não foram foco de discussão na pesquisa anterior.

Dessa forma, esta Tese teve como objetivo realizar um estudo sobre as práticas do DEGASE no período de 1994 a 2023. O período escolhido se deu por ser 1994 o ano em que se iniciam os trabalhos no DEGASE, e 2023 por ser o ano que apresenta algumas questões que

[2] LOPES, Elis Regina C. A política socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: transição de paradigma? São Paulo: Paco Editorial, 2015.

puderam influenciar a dinâmica dessa instituição: mudança política no país; efeitos mais visíveis da lei de regulação de vaga, com a diminuição do número de adolescentes internados e por ser um período em que as consequências pós-pandemia estariam mais explícitas, uma vez que toda instituição traduz as mudanças de uma sociedade.

Também se utilizou da articulação das entrevistas dos socioeducadores que trabalham neste campo e da análise de alguns documentos produzidos, e já publicizados, pelo DEGASE (normativas, projetos, organograma, estrutura e funcionamento das unidades socioeducativas). Por meio das falas, buscou-se dar visibilidade às vivências dos socioeducadores nesses espaços de cumprimento de medida socioeducativa por adolescentes acusados de ato infracional. E ainda enfatizou a constituição histórica deste órgão que apresenta contraditoriamente dupla missão: vigiar/punir e socioeducar. A metodologia utilizada foi a História Oral, em razão de empregar fontes orais como principal instrumento da pesquisa. Alessandro Portelli (1997) relata que a História Oral mudou o jeito de se escrever história, da mesma forma que as novelas transformaram a escrita literária, e ainda, o narrador agora se torna parte da história, o que o convoca a ter um envolvimento profundo com a própria história narrada.

Esta tese justifica-se pela carência de trabalhos específicos voltados a essa temática para ampliar a discussão e conhecimentos críticos. Ao lançar o olhar para este tema, pretendeu-se contribuir para uma maior reflexão e discussão pela academia, sistemas de garantia de direitos, sociedade civil e instituições sociais e públicas. Diante disso, entende-se que esta pesquisa está embasada em sua relevância acadêmica e social, contribuindo para a comunidade socioeducativa brasileira, tendo em vista a necessidade de se conhecerem as práticas instituídas e instituintes[3] (LOURAU, 1993) que movimentam este campo de atuação. Desse modo, evita-se que essa história desapareça ou seja silenciada pelo tempo, à medida que os socioeducadores que ajudaram na construção deste Departamento deixem seus espaços de trabalho, quer por aposentadoria, morte ou outros motivos, levando consigo suas experiências vivenciadas no espaço institucional. Importante salientar que esta não é uma escrita de vencedores ou de vencidos, mas apenas recordações de pessoas comuns, que se transformam em testemunhos da construção de uma instituição. Assim, busca-se furar as censuras e ajudá-los a vasculhar em suas lembranças algo já esquecido ou do que não se quer recordar.

Com o objetivo de fundamentar esta tese e expor minhas análises, desenvolvo os resultados desta pesquisa em cinco capítulos.

[3] O Instituído é aquilo que já está estabelecido, é o caráter fixo das normatizações e a cristalização das relações. Enquanto o Instituinte é a capacidade de inventar novas formas de relação. É o novo nas instituições, é o que garante a possibilidade de mudanças.

O primeiro capítulo apresenta a forma como a pesquisa foi realizada, evidencia a História Oral como método utilizado, destaca as bases teóricas da pesquisa, descreve de forma detalhada quem são os sujeitos da pesquisa e como foram realizadas as entrevistas. Também discute as leituras das produções acadêmicas sobre a temática e a análise dos documentos institucionais, uma vez que a pesquisa trabalha com a história oral híbrida. Ainda nesse capítulo trago uma reflexão das minhas implicações como pesquisadora e socioeducadora do DEGASE, na qual, no mesmo espaço em que trabalho, promovo construções teóricas sobre esse lugar. Assim, parafraseando Gilberto Velho (1978), descrevo minhas dificuldades e os lugares que trilhei para conseguir um estranhamento necessário de algo que me era tão familiar, para conseguir ocupar o lugar de pesquisadora. Estabeleço diálogos e encontros em Paul Thompson, Verena Alberti, Alessandro Portelli, Sônia Freitas e Lucília Delgado, vozes que me guiaram para pensar a História Oral.

O segundo capítulo discorre sobre a política socioeducativa e inicia com a história que antecede a criação do DEGASE, perpassa pelos anos iniciais da sua fundação, em 1994 até chegar à atualidade em 2023. Apresenta sua estrutura inicial e como ela vem se transformando ao longo dos anos, demarcando a trajetória trilhada por essa instituição. Exibe uma linha do tempo com os principais eventos para uma melhor compreensão do desenvolvimento da política socioeducativa ao longo dos anos nesse departamento. Demonstra como o fenômeno da "onda conservadora" que se instalou no Brasil interferiu diretamente na política socioeducativa conferindo-lhe uma característica cada vez mais ligada à política de segurança pública. As falas dos socioeducadores que explicam e dão vida à história apresentada estão presentes em todo o capítulo. Aqui, recorro aos autores contemporâneos, pesquisadores que trabalham no DEGASE e as normativas para fundamentar meu pensamento.

O terceiro capítulo faz uma análise sobre socioeducação enquanto conceito em construção e política pública. Traz os estudos de Édio Raniere, Isadora Dias e Tereza Azevedo Silva para discutir a origem desse termo e o significado da socioeducação hoje. Apresenta o professor Antônio Carlos Gomes da Costa, sua trajetória e seu trabalho desenvolvido no DEGASE por meio dos trabalhos desenvolvidos por Irandi Pereira e outros autores. Utiliza-se dos pensamentos de Wacquant para pensar a socioeducação na busca de se consolidar enquanto uma política pública. O projeto "Novo Socioeducativo" é discutido como uma possibilidade de privatização da socioeducação enquanto política pública, e para ampliar essa discussão são apresentados os discursos parlamentares sobre a política socioeducativa, utilizando-se como principais fontes as pesquisas de Bruna Gisi e Adriana Barbosa. Por fim, o capítulo aponta as reflexões que os socioeducadores fazem sobre socioeducação.

O quarto capítulo visa realizar um debate sobre o conceito de adolescência e descrever como ele se desenvolveu ao longo do tempo, tendo como referência principal a construção sócio-histórica e os estudos de Philippe Ariès, Le Breton, Erik Erikson, Cecília Coimbra, Sergio Ozella, Ana Mercês Bahia Bock e Helena Wendel Abramo. Coloca em análise a existência de um perfil dos adolescentes inseridos no DEGASE, o qual se forma a partir de uma política pública e social discriminatória e excludente. Descreve também como é o atendimento às famílias no Departamento e os espaços de resistência criados por elas. Traz uma interessante reflexão sobre os termos "meninos e meninas", muito usado por alguns socioeducadores. Retrata as lembranças dos socioeducadores sobre os adolescentes e suas histórias de vida, e traz uma apreciação das falas a partir das funções dos socioeducadores para uma melhor compreensão dos diversos olhares relacionados às suas práticas. Além dos autores citados, outros pesquisadores dialogam com este capítulo.

O quinto e último capítulo tem como base a análise das entrevistas realizadas com socioeducadores do DEGASE. É dividido em diversos tópicos, os quais especulam os ambientes institucionais, a visão que possuem sobre a instituição, as particularidades do estar a serviço dessa instituição, as lutas trilhadas, experiências vividas e as novas formas de existir nesse espaço que lhes permitam tentar romper os muros e as grades, quer seja se utilizando dos espaços de resistências criados pelos próprios socioeducadores – como a Associação dos Servidores do DEGASE (ASDEGASE), Sindicato dos Servidores do DEGASE (SIND-DEGASE), Fórum Permanente Pró-SINASE da Baixada Fluminense (FÓRUM PRÓ-SINASE), Associação Fluminense de Estatutários que trabalham como Operadores da Socioeducação (AFETOS) –, ou mesmo buscando outros lugares para pensar sobre seu campo de atuação, como por exemplo a universidade. Esse capítulo ajuda a compreender em que espaço esta instituição está configurada, que relações são forjadas, perceber que há diversos olhares por parte dos socioeducadores, uma vez que eles são atravessados por suas histórias de vida.

Por fim, as considerações finais retomam as principais questões abordadas, elaborando reflexões sobre como o sistema socioeducativo se manifesta atualmente, e analisando a dinâmica dos depoimentos dos socioeducadores retratados no decorrer do trabalho.

É importante destacar que a presente obra foi feita a partir das contribuições de socioeducadores e socioeducadoras do DEGASE, por meio de entrevistas engendradas por suas lembranças, ou pelas pesquisas que realizaram, em que problematizam o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, uma vez que me utilizei como fonte de muitos estudos elaborados por socioeducadores. Também houve outras contribuições que atuaram diretamente, com ideias, correções e aprimoramento do estudo aqui apresentado.

1 **A PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

> "Sou professor de História, e,
> por conseguinte, carrego o dever de ofício de contribuir para
> que o passado seja preservado e explicado, e, mais do que isto,
> que seja recuperado através dos processos de memória, e que,
> no duelo entre "lembrança" e "esquecimento", como nos ensina
> Michel Pollak (1989), a lembrança das experiências de pessoas
> que dão vida às instituições possa sair vitoriosa."[4]
> *Aderaldo Pereira dos Santos*[5]

Era uma manhã de início de primavera de 2015, estávamos na Escola de Gestão Socioeducativa aguardando uma reunião com os novos servidores do DEGASE. Era uma oportunidade de rever colegas antigos e saber notícias de tantos outros, sentíamos saudades uns dos outros. Entre as conversas, contávamos nossas histórias, buscando nas lembranças nossas vivências no sistema socioeducativo. Falar sobre o passado nos confortava, mas também provocava desconforto, um misto de alegria e tristeza nos invadia. Esses diálogos causavam curiosidade e interesse nos novos servidores que observavam atentos e admirados, tentando entender, por meio das histórias narradas, a instituição em que agora estavam inseridos.

Esta pesquisa nasce de duas grandes interrogações: o que fazer com nossas lembranças de longos anos de trabalho no DEGASE? Por que é tão importante falar do passado vivenciado nesta instituição?

Em busca de respostas, decidi escrever história, a nossa história. Mas qual seria a nossa história? E por que seria nossa? De quem estou falando? A que me refiro? Falo de pessoas que em seus trabalhos diários dão vida a uma instituição. Refiro-me a memórias, lembranças individuais, olhares que se diferem sobre um mesmo fato, falas variadas que contam a mesma história ou diversas histórias, vozes silenciadas, esquecimentos. O dito e o não dito que juntos tentam contar a história de uma instituição. Falas que trazem realidade ou ficção, não importa, o que nos move e comove é a percepção do que levou cada um a querer contar a sua história, a

[4] Fonte: Santos, Aderaldo Pereira dos. Memórias de egressos e servidores do sistema socioeducativo. DEGASE, 2018. (Publicação CEDOM - Memória e História n.3).
[5] Aderaldo "Gil", como gostava de ser chamado. Foi o criador e coordenador do CEDOM/DEGASE. Professor de história do DEGASE.

história vivida naquele espaço, suas experiências e seu olhar sobre aquela instituição. Lembranças ainda nítidas ou apagadas pelo tempo, ou para se defender do que não se quer ou não deve lembrar. Tudo isso forma uma única história como uma colcha de retalhos. Portanto meu objetivo é centralizar a atenção nos socioeducadores que trabalham no DEGASE e assim construir a história desta instituição. É ter como foco as versões que esses sujeitos apresentam sobre a instituição.

Pois bem, sentei-me em frente ao computador e comecei a minha escrita para um projeto de pesquisa, mas pensei: sou psicóloga, qual programa de psicologia se interessaria por contar história de servidores de uma instituição? Ainda que fosse o DEGASE! Comecei então uma saga, enquanto desenvolvia o projeto, na busca de um Programa que tivesse alguma relação com meu objeto de pesquisa, foi aí que encontrei a História Social. Mas por que historiadores iriam querer "abraçar a ideia" de uma psicóloga? O programa apresentava exatamente o que eu buscava, finalmente eu poderia escrever a história do DEGASE. Primeira tentativa frustrada, fiquei na entrevista. Dizia a professora "seu projeto é bom, mas tenta em um programa de sociologia". Eu estava determinada, pesquisei, li autores de história, e entre um texto e outro, algo me chamou muito atenção. Iniciava ali a descoberta de uma metodologia antes totalmente ignorada por mim, conheci a História Oral, logo entendi que esta seria a melhor forma de alcançar meus objetivos. Refiz o meu projeto, e o defendi como uma mãe defende o filho amado. Aprovada!

Foi assim que fui parar no mundo dos historiadores, um mundo fascinante e para mim desconhecido. Foram muitos os tropeços, os contratempos, as dificuldades que no início eu não poderia imaginar que enfrentaria. Mas o caminho estava ali à minha espera, e eu estava pronta para a caminhada. Com toda a angústia e preocupação de quem faz uma viagem para um lugar distante, totalmente desconhecido, mas atrevida que sou, queria descobrir o que me fosse permitido, sem perder a minha história e as singularidades de psicóloga com a curiosidade de uma criança que descobre um outro lugar para se aventurar, sem renunciar à responsabilidade de uma pesquisadora que precisa entender minuciosamente o caminho a ser explorado, organizando materiais, leituras e traçando metas que serviram de bússola para me guiar.

Ao ler Paul Thompson (1998) falando sobre entrevistas, compreendi o motivo do meu fascínio pela História Oral. Ele faz uma comparação entre a entrevista na História Oral a uma sessão de psicanálise, claro, guardadas as devidas diferenças das especialidades e dos objetivos, mas sua comparação se dá no âmbito do cuidado, de uma relação de confiança e dialógica, em que o pesquisador, assim como o psicoterapeuta, precisa saber conduzir a entrevista, ter

sensibilidade para acolher os sentimentos advindos das lembranças e o respeito para com a fala do outro.

1.1 Conhecendo a História Oral e sua utilização nesta pesquisa

Em que mundo eu vivia? Com um certo constrangimento descobri que a História Oral era tão velha quanto a própria História. Paul Thompson (1998, p.45) afirma que a utilização da expressão "história oral" é algo novo para a história, contudo, ela foi a primeira espécie de história. Até meados do século XIX, utilizava-se da oralidade para produzir história, mas a partir desse período a memória foi rebaixada do status de autoridade pública para dar lugar ao documento como autoridade final. O autor esclarece que o prestígio do método documental em detrimento das evidências orais se deu em parte pela posição social que o historiador passou a ocupar com sua ascensão como profissão acadêmica.

Paul Thompson (1998, p. 62-89) adverte que não se pode separar as origens de um método de História Oral da evolução geral da coleta e utilização da evidência oral, uma vez que, no final do século XVIII, não havia uma divisão profissional entre os processos de criação de informação, construção de teoria social e análise histórica. Somente no século XIX é que houve uma separação desses processos, que se realizou no contexto de especializações. Em meados do século XX, a evolução tecnológica propiciou o reflorescimento do movimento moderno da História Oral. Esta teve sua primeira experiência como atividade organizada em 1948, na Universidade de Colúmbia, quando foi implantado o *Oral History Project* pelo professor Allan Nevis, sendo instituída como uma técnica moderna de documentação histórica.

Freitas afirma que a História Oral nos possibilita reconstruir o passado recente, por meio das narrativas fornecidas, e nos alerta que o contemporâneo é também história, uma vez que a História Oral permite legitimar a história do presente, pois a história se constituiu durante muito tempo através do passado. "A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores." (FREITAS, 2006, p. 46-79). Mas é preciso dizer que nenhum método em si é suficiente para legitimar a história.

Paul Thompson (1998) pontua que a História Oral vai se desenvolver em diversos países de diferentes formas, mas acrescenta que ela cresceu em espaços que possuem tradicionalmente um trabalho de campo dentro da própria história, assim como em espaços nos quais historiadores atuam de forma interdisciplinar. Em se tratando de Brasil, sua primeira

experiência com a História Oral data de 1971 no estado de São Paulo, com a criação do Museu de Imagens e do Som (MIS). Cabe destacar o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) ligado à Fundação Getúlio Vargas, no estado do Rio de Janeiro, como uma das mais importantes e bem-sucedidas experiências do Brasil com esta temática. O CPDOC possui, desde a sua fundação em 1975, um setor de História Oral (FREITAS, 2006, p. 31). Contudo, a História Oral, como em outros países, também enfrentou dificuldades em solo brasileiro, a conjuntura da ditadura militar da época somada a resistência e indiferença no campo acadêmico, em especial nos cursos de História, produziram entraves para o desenvolvimento dessa nova metodologia. Desse modo, Meihy (2000, p.86) afirma que "a aceitação da História Oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização", o que a faz ter dupla função política, uma vez que a própria democracia é condição para sua realização, já que só no processo democrático é garantido o direito de veicular opiniões variadas sobre temas do presente. Atualmente, a História Oral já se encontra consolidada no Brasil (MEIHY e HOLANDA, 2015, p.111).

Alessandro Portelli (2005, p 11) pondera que a História Oral brasileira é mais eclética, o que a coloca em uma dimensão intrinsecamente interdisciplinar, abrangendo diversas áreas e tornando impossível definir os tradicionais limites entre as disciplinas. Diante de tal afirmativa, é preciso trazer uma definição para o que vem a ser a História Oral:

> História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p.15)

Perante esta definição, fica claro que a História Oral se configura como um método de pesquisa com procedimentos claros a serem seguidos, com características próprias, tais como: necessidade de um projeto que justifique a ação; vinculação com uma área de estudos ou com propósitos independentes, sempre de interesses sociais; presença dos meios eletrônicos (gravadoras, filmadoras); reunião direta/pessoal com pessoas dispostas às entrevistas e definição sobre uso e destino (arquivamento) das entrevistas. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p.18).

É importante trazer para esta discussão os limites que permeiam a história oral, apontados por Lucília Delgado (2006) como a aplicabilidade do método somente às épocas contemporâneas, uma vez que só poderia ser utilizada no tempo presente; predomínio da subjetividade; possível influência, mesmo involuntária, do transcritor da entrevista no conteúdo do documento escrito; dificuldade do registro de expressões de rosto e emoções no documento escrito decorrente da entrevista. Do mesmo modo, a autora também aponta potencialidades da História Oral, tais como: novos campos e temas para a pesquisa; novas hipóteses e versões; memórias individuais e coletivas sob diferentes óticas e versões; informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentação, entre outros (DELGADO, 2006).

Meihy (2005) e Freitas (2006) dividem a História Oral em três tipos distintos: História Oral de vida; tradição oral e História Oral temática. A História Oral de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, visto que pode abranger a totalidade da existência do narrador, para tanto são necessárias horas de gravação, sendo uma de suas principais características a subjetividade e a independência de supostos probatórios. Nessas construções narrativas admitem-se fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. A tradição oral é definida como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Freitas esclarece que a tradição oral não está presente apenas nas comunidades tidas como “iletradas” ou tribais, mas se encontra também nas sociedades rurais e urbanas e apresenta como exemplos as cantigas de rodas, brincadeiras e histórias infantis. A História Oral temática se caracteriza pela existência de um ponto central que aponta a necessidade de entrevista em um projeto, o que a possibilita uma maior objetividade, ainda que a subjetividade não possa ser descartada. Nessa abordagem, a entrevista precisa ter critério e ser direcionada a um tema em questão. Há necessidade de uma maior atuação do entrevistador e de um grau aprofundado sobre o assunto a ser pesquisado. (MEIHY, 2011; FREITAS, 2006)

Confesso que por meses meus estudos ficaram focados neste aprofundamento; compreender qual História Oral seria utilizada, de vida ou temática, tornou-se um problema. Como pensar nas histórias contadas que não fossem atravessadas pela vida de todos nós? Mas é claro que a História Oral temática também é a história de vida de todos que a contam. Compreendi que uma está intrinsecamente implicada na outra. Precisei ler e reler várias vezes e falar com tantas outras pessoas para compreender tal diferença. Foi aí que, depois de tanto pensar, entendi que a minha maior dificuldade era perceber que os diálogos realizados antes e após as entrevistas, as emoções vivenciadas e presenciadas que contavam a história de uma instituição nos faziam lembrar de nossos projetos, sonhos, ilusões, desilusões e todo o tempo

que se passou e que dedicamos ao trabalho dentro desta instituição. Compreendi, portanto, que muitas emoções, relatos, risos e choros precisarão ficar de fora desta Tese, não por vontade minha, mas por compreender que a escrita não alcança as palavras por inteiro e nem a dimensão dos sentimentos, e que o campo de pesquisa precisa e necessita ser limitado e focado ao que ela se destina.

Verena Alberti (2004, p.38) esclarece que ainda que seja a História Oral temática, sempre irá apresentar uma relação com o método biográfico, pois a entrevista tem como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência, mesmo sobre um assunto específico – fato que diferencia o entrevistado pela técnica da História Oral de um simples informante, ou ainda, parte integrante de um objeto de pesquisa. Por isso a necessidade de uma relação de empatia e acolhimento por parte do entrevistador, que valoriza a experiência singular, que vê em cada experiência, cada fala e cada história uma fonte viva de significados e interpretações valiosas para a compreensão da história do tempo presente.

Assim, este estudo se utilizou da História Oral temática, já que esta era a que atendia as demandas da pesquisa. As pessoas entrevistadas faziam parte de um mesmo grupo, a entrevista possuía um assunto específico, que era a trajetória dos entrevistados no DEGASE (sem abranger outros aspectos da vida do entrevistado), havia necessidade de um roteiro para as entrevistas que permitiam uma comparação entre elas, apontando divergências e convergências de visões particulares de processos coletivos (FREITAS, 2006).

Segundo Meihy e Holanda (2015), a História Oral pode ser pura ou híbrida. A História Oral pura teria no discurso a sua fonte peculiar, na medida em que se consideram apenas as narrativas como fonte de análise, ela pode buscar juntar vozes dissonantes e conflitá-las. Essa forma é usada em trabalhos que possuem como base as narrativas de histórias de vida, pois a sua essência se encontra na construção do percurso narrativo. Já a história oral híbrida possui como maior característica o diálogo das entrevistas orais com outros tipos de fontes ou documentos, é utilizada pela História Oral temática.

Esta pesquisa trabalhou com a História Oral híbrida, pois decidi ainda no projeto preliminar que durante todo o trabalho as falas dos socioeducadores iriam dialogar com todos os tipos de documentos adquiridos para pesquisa. Visto que optei por discutir uma temática específica dentro da História Oral – a história do DEGASE. Ainda que as entrevistas isoladas não perdessem o sentido, optei por uma construção mais aprofundada sobre a história dessa instituição. Assim, buscou-se um equilíbrio entre a análise documental e as versões dos que participaram da construção e da trajetória da instituição, procurou-se mostrar a presença de cada socioeducador em seu depoimento, posto que suas lembranças são únicas e cada um fala por si

só. Também foi necessário considerar o contexto sociopolítico do período em questão, uma vez que o contexto influencia as experiências e, consequentemente, o relato da memória.

Verena Alberti (2004, p.30) relata que uma pesquisa em História Oral deve sempre trazer as seguintes questões: "como os entrevistados viam e veem o tema em questão? Ou o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava e ocupa no contexto social dado?" Foi pensando nessas questões que compreendi que a História Oral seria o método adequado para minha pesquisa.

Precisei me apoderar de um conhecimento teórico que eu não tinha, e desse modo fui dialogando com diversos autores, fui apresentada a tantos outros, por indicação de leitura, é claro! Mas entendo que grandes autores se eternizam, e quando lemos suas obras o que acontece é um grande diálogo, conversamos. Alguns descartei, apesar de ricos não nos identificamos, outros geram encontros, verdadeiros encontros, e por outros me apaixonei, casamo-nos para toda a vida, e é verdade que com alguns até me decepcionei. É assim, tudo acontece como nas relações do dia a dia. Com alguns a relação era leve, suave, bastavam poucas leituras para nos entendermos, mas com outros formou-se uma relação conflituosa, que me fez virar várias noites em claro, debruçada sobre aquele texto que eu não conseguia entender quase nada, uma, duas, várias leituras até achar o fio da meada. E aos poucos montei meu referencial teórico.

Para pensar o método da História Oral, dialoguei com Paul Thompson, Verena Alberti, Alessandro Portelli, Sônia Freitas, Lucília Delgado, José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda, autores que me fizeram compreender a História Oral e guiaram meu caminho metodológico. Quando promovo uma reflexão sobre a adolescência, recorro aos autores Philippe Ariès, Erik Erikson, Cecília Coimbra, Sergio Ozella, Ana Mercês Bahia Bock e Helena Wendel Abramo para embasar minhas discussões. Para o debate proposto sobre quem são os profissionais que atuam no DEGASE, denominado de socioeducadores, busquei um diálogo entre Roger Chartier, Jeanne Marie Gagnebin, Pierre Nora e Joel Candau, uma vez que esses autores trazem uma reflexão sobre o campo da memória como lugar de história. Para a apresentação da política socioeducativa, me apropriei do discurso trazido por diversos autores contemporâneos e estudos acadêmicos. Aqui também é necessário pontuar a utilização das normativas inerentes à política socioeducativa e aos direitos da criança e do adolescente. Pierre Bourdieu e Michel Foucault me possibilitaram pensar o campo em que o DEGASE se encontra inserido e as lutas de poder produzidas nessa instituição.

É certo que tantas outras obras fizeram parte deste estudo, mas não poderia nomeá-las aqui todas que aparecem no decorrer do trabalho. Foram diversos diálogos repletos de aprendizagem, e muitas identificações.

1.2 Os sujeitos da pesquisa: os socioeducadores do DEGASE

Ao pensar no formato inicial desta pesquisa, minha ambição era grande. Queria entrevistar todas as categorias de socioeducadores existentes no departamento, queria que todos pudessem contar sua própria história. Mas aos poucos comecei a perceber que a realidade, o cotidiano e os atravessamentos da vida vão nos fazendo diminuir nossas ambições, e mais uma vez fui obrigada a compreender os limites da pesquisa. A vida também nos prega peças, por vezes, uma peça teatral dramática carregada de tragédias, como foi encarar a pandemia, e, por vezes perder colegas de trabalho que levaram consigo ricas histórias sobre o DEGASE, às quais jamais teremos acesso. E quero confessar que nesses quatro anos de doutorado, foram muitos colegas de trabalho que vi partir.

Diante dos limites oferecidos pela vida e pela pesquisa, optei por colocar como participantes apenas os socioeducadores concursados, ativos e inativos. Ressalto isso porque o DEGASE tem em seu quadro funcional alguns socioeducadores contratados e um quadro de apoio terceirizado. A seleção se deu devido aos contratados serem um quantitativo menor e de pouca permanência; já a equipe de apoio, responsável pela limpeza, cozinha e manutenção, faz parte de empresas que prestam serviço ao Estado, portanto, não são considerados servidores do DEGASE, ainda que exerçam suas funções no ambiente institucional, além disso, possuem grande rotatividade. É importante explicitar que serão chamados de socioeducadores todos os profissionais que trabalham neste departamento, uma vez que compreendo ser a principal função de todos que trabalham nesta instituição a socioeducação, independente da especialidade e especificidade de cada categoria.[6] Fiz uma escolha de falar sobre todos os socioeducadores no masculino para evitar que alguém possa ser identificado por meio do pronome usado, uma vez que há categorias com poucas mulheres atuando em determinados cargos, o que colocaria em risco o princípio do sigilo à identidade na pesquisa.

Ao precisar do quadro geral de cargos e quantitativos de socioeducadores do DEGASE, me deparei com mais um entrave na pesquisa. Por não ter pedido inicialmente no projeto de pesquisa esse quantitativo, fui orientada pela Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios DIVDEPE/ESGSE a fazer um adendo segundo o qual minha pesquisa iria novamente ser

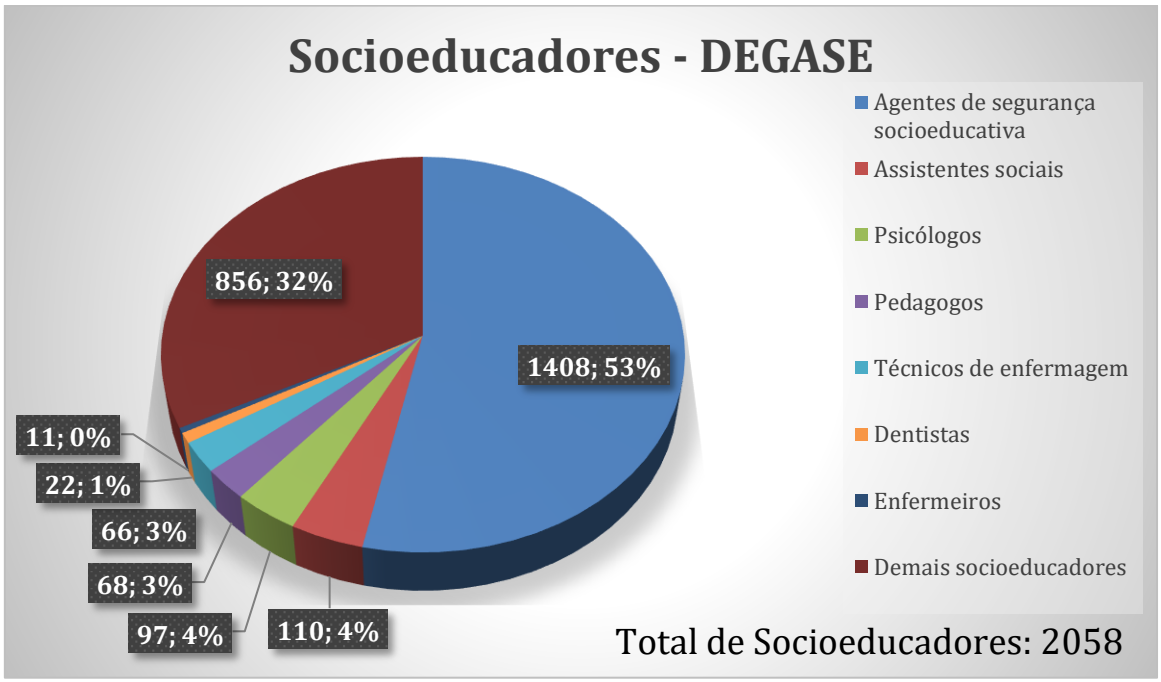
[6] É importante salientar que o termo socioeducadores apareceu no SINASE/2006 se referindo apernas à categoria de agentes socioeducativos, na lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o SINASE, este termo desapareceu. Mas permanece em produções acadêmicas, normativas, estudiosos da política socioeducativa, entre os operadores do sistema de garantia de direito, e em diversas normativas do DEGASE.

aprovada. Esse adendo poderia colocar em risco sua continuidade, uma vez que no momento todas as pesquisas precisavam do aceite da direção geral do DEGASE, e circulavam informações de que algumas pesquisas estavam sendo recusadas. Decidi não arriscar passar por nova avaliação.

Consegui, então, três dados publicizados que traziam o quantitativo de socioeducadores do DEGASE. O primeiro foi referente à Lei nº 9.769, de 4 de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal do departamento geral de ações socioeducativas (DEGASE). Porém, essa lei se mostra desatualizada, uma vez que novos socioeducadores entraram no departamento desde sua publicação. O segundo dado sobre o quantitativo de socioeducadores se encontra em uma cartilha produzida em 2022 pelo Laboratório de Estudos Socioeducativos (LABES– UERJ) em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, por meio do DEGASE. Outra referência publicizada é "O Caderno de Remuneração do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (CRPEERJ) de março/2023".

A cartilha produzida pelo LABES não apresenta a fonte e não traz os dados de todas as categorias de socioeducadores do DEGASE, mas serve de base para análise, uma vez que foi produzida em parceria com o DEGASE. Assim, a partir dos dados coletados da cartilha, foi produzido o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Socioeducadores do DEGASE



Fonte: A autora, 2023.

O gráfico acima apresenta dados importantes para reflexão; os agentes de segurança socioeducativos somam mais de 50% do total de socioeducadores no DEGASE, mas não estão discriminados entre masculino e feminino, o que nos leva a crer que esse número deve estar relacionado à soma total de agentes de segurança socioeducativa feminina e masculino. Importante observar que 32% das categorias sequer aparecem na cartilha. A equipe técnica, responsável pelo acompanhamento do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa (MSE), composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, forma o total de 11% dos socioeducadores. Vale destacar que esses socioeducadores que compõem a equipe técnica circulam em outros espaços do DEGASE, como gestão, coordenações, divisões e equipe de saúde mental, entre outros. Existe também um número considerável de agentes de segurança socioeducativos exercendo outras funções, em espaços administrativos e de gestão, o que não é comum nas outras categorias. A equipe de saúde é representada apenas por dentistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, e juntos somam apenas 4% dos socioeducadores.

O Caderno de Remuneração do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro de março/2023 (CRPEERJ /2023) apresenta o DEGASE, seus cargos e quantitativos nas páginas 96 a 98. Um dado que chama atenção é que o DEGASE aparece em destaque junto às outras Secretarias, embora seja um subtópico da Secretaria de Educação. Em sua apresentação, o caderno afirma trazer as tabelas de vencimento das carreiras estaduais atualizadas, porém é possível verificar uma imprecisão quanto aos dados ofertados. A exemplo, o cargo de Arquivologista, que aparece ocupado por dois socioeducadores, mas sabemos que um colega faleceu há um ano, o que mostra uma desatualização do quadro. Outro cargo que aponta a falta de exatidão é dos psicólogos que hoje somam um total de 93, e o caderno aponta um total de 110, assim como o cargo de Professor DEGASE de Geografia, ocupado atualmente apenas por dois ativos. Se confrontarmos com os dados da cartilha produzida pelo Labes apresentada acima, vamos observar várias divergências, em especial o número total de socioeducadores: a cartilha apresenta 2.058, já o CRPEERJ /2023 aponta 2.710, uma diferença de 652 socioeducadores. O dado positivo do CRPEERJ /2023 é que ele apresenta todas as categorias do DEGASE, fato que não ocorre na cartilha.

Apesar das falhas apontadas e por entender que isso não altera a qualidade da minha pesquisa, decidi usar os dados para análise. As tabelas a seguir foram elaboradas a partir das tabelas apresentadas no CRPEERJ/2023.

Tabela 1 – Quantitativos de cargos do DEGASE de nível superior e médio

Nível superior	Quantitativo de cargos	Nível médio	Quantitativo de cargos
Analista de tecnologia da informação	2	Agente administrativo	179
Arquivologista	2	Técnico de contabilidade	3
Assistente social	120	Técnico de enfermagem	71
Bibliotecário	17	Técnico em suporte e comunicação em TI	15
Contador	2	Técnico em segurança do trabalho	8
Estatístico	2	Agente socioeducativo masculino	1.660
Enfermeiro	11	Agente socioeducativa feminina	129
Enfermeiro do trabalho	2		
Farmacêutico	2		
Médico	28		
Médico psiquiatra	16		
Musicoterapeuta	8		
Nutricionista	17		
Odontólogo	24		
Pedagogo	82		
Psicólogo	110		
Terapeuta ocupacional	10		

Fonte: A autora, com base nos dados do CRPEERJ, 2023.

Tabela 2 – Quantitativo de cargos de Professor /Nível Superior e Professor / Nível médio do DEGASE

Professor /Nível Superior	Quantitativo de cargos	Professor / Nível médio	Quantitativo de cargos
Professor DEGASE de Educação Física	14	Professor DEGASE II	31
Professor DEGASE de Artes Plásticas	2		
Professor DEGASE de Artes Cênicas	5		
Professor DEGASE de Matemática	3		
Professor DEGASE de Português	4		
Professor DEGASE de Geografia	3		
Professor DEGASE de Ciências	3		
Professor DEGASE de História	3		
Professor DEGASE de Música	5		
Professor DEGASE de Inglês	4		
Professor DEGASE I	7		

Fonte: A autora, com base nos dados do CRPEERJ, 2023.

Tabela 3 –Parte Suplementar de Quantitativo de Cargos do DEGASE

Parte Suplementar	Quantitativo de Cargos
Auxiliar de Serviços Gerais	34
Cozinheiro	12
Digitador	34
Motorista	14
Telefonista	12

Fonte: A autora, com base nos dados do CRPEERJ, 2023.

Os cargos apresentados na Tabela 3 denominados de Parte Suplementar foram cargos extintos pela Lei nº 5933, de 29 de março de 2011. Esses socioeducadores estão exercendo atribuições administrativas até sua aposentadoria.

Outro dado interessante de observação é quanto à nomenclatura dada ao cargo Agente Socioeducativo masculino/feminino pelo Caderno do Estado, uma vez que a Lei 7694/2017, de 22/09/2017, publicada no Diário Oficial de 25/09/2017 pelo Poder Legislativo, alterou para Agente de Segurança Socioeducativa.

Diante do quadro de cargos apresentados, verificamos a existência de 36 cargos diferentes no DEGASE, excluindo-se os cargos suplementares. Isso que mostra uma grande diversidade de categorias, porém o quantitativo destinado a cada uma nos aponta a relevância atribuída pela instituição a cada categoria. O CRPEERJ/2023 mostra a divisão em termos quantitativos entre os agentes de segurança socioeducativo masculino e as agentes de segurança socioeducativa feminina, profissionais estes que formam os plantões e ficam responsáveis pelo adolescente no dia a dia. O que se observa é que esse grupo de socioeducadores são vistos muitas vezes como os protagonistas, são os que "fazem a casa andar" (fala recorrente entre os socioeducadores). O que é percebido também no meio acadêmico, uma vez que as pesquisas destinadas a estudos sobre os socioeducadores são, em sua grande maioria, destinadas às equipes técnicas ou aos agentes de segurança socioeducativos.

Esta rápida análise, observando os dados apresentados pela cartilha/ Labes e CRPEERJ/2023, nos permite observar a ideologia da instituição, uma vez que os cargos ligados à segurança somam mais de 50% dos socioeducadores, vindo em seguida pela equipe técnica, responsável pela elaboração do relatório do adolescente, endereçado ao juizado. Ou seja, também é a equipe que permite "a casa andar sem problemas". As outras categorias, apesar de formarem juntas 37% do quadro efetivo do DEGASE, não parecem receber a importância devida.

O site do DEGASE também não aponta os cargos nem o número da equipe que trabalha no órgão, o que revela a falta de clareza quanto aos cargos e números de socioeducadores trabalhando hoje na instituição. Esse fato afirma e reafirma a falta de transparência do Estado.

1.2.1 A realização da pesquisa

Verena Alberti (2004) esclarece que o quantitativo de entrevistados não precisa ser uma preocupação para o método da História Oral, mas a escolha dos participantes deverá ter como critério o lugar que ele ocupa no grupo e o significado de sua experiencia para pesquisa, por isso a necessidade do conhecimento prévio pelo pesquisador da instituição a ser estudada. Contudo, é preciso compreender que a realização de entrevistas criteriosas e significativas é exigida pela História Oral.

Participaram da pesquisa um total de 96 socioeducadores de diversas especialidades: agente administrativo, agente de segurança socioeducativa masculino e feminina, psicólogo/a, musicoterapeuta, odontólogo/a, pedagogo/a, assistente social, médico, bibliotecária e professores/DEGASE. Desse modo, ainda que nem todas as categorias de socioeducadores tenham participado da pesquisa, os que participaram estão em locais estratégicos da instituição e conseguem, por meio de suas experiências, atingir o objetivo da pesquisa, uma vez que nunca conseguiremos contar uma história por inteiro, pois nenhuma construção histórica traduz a história integral de uma instituição (ALBERTI, 2004).

As entrevistas foram feitas de forma individual e em rodas de conversas com pequenos grupos. Freitas (2002) diz que a entrevista puramente espontânea não existe, ela necessita minimamente de um roteiro, contudo esse roteiro irá variar dependendo de quem é, e com qual objetivo se entrevista. A autora enfatiza que “nossa intuição e sensibilidade, aliadas à experiência de escuta, ainda constituem os melhores instrumentos de que dispomos para a nossa finalidade de registrar narrativas orais, que se tornam evidências e dão sustentação à memória histórica.” (Freitas, 2002, p.92). Bourdieu (1997) serve de base para o pensamento da autora ao afirmar que é dever do pesquisador iniciar o jogo, bem como estabelecer suas regras no ato da entrevista, levando em consideração que a relação é sempre um pouco arbitrária. Esclarece a necessidade de deixar claros os objetivos da entrevista, bem como a posição do pesquisador.

Foram realizadas cinco rodas de conversas, sendo três em unidade de semiliberdade e duas em unidades de internação. Duas foram compostas somente pela equipe técnica da instituição, uma foi composta por agentes de segurança socioeducativos, e duas contaram com a presença da direção, equipe técnica e agentes de segurança socioeducativos. Meihy (2015) ressalta a importância dos argumentos coletivos, da contraposição de ideias das entrevistas no método de História Oral.

> É no olhar plural, nas vozes dissonantes, que se justifica a realização de projetos que incluem entrevistas. Fala-se, pois, de séries. Por lógico valorizam-se também entrevistas de segmentos únicos, de opiniões afins, mas de maior serventia são os que cruzam propostas e exaltam o poder dialógico das falas. (MEIHY, 2015, p.119)

Foram entrevistados socioeducadores que trabalham diretamente com o atendimento ao adolescente em unidades socioeducativas; em cargos de gestão; em direção de unidades socioeducativas; em cargos administrativos; em atendimento ao socioeducador e socioeducadores que trabalham em setores e coordenações ligados à gestão. Paul Thompson (1998, p.42) orienta que ao entrevistar membros de uma comunidade, é importante ter atenção para que se possa dar a fala a um grupo diversificado, que todos possam ser ouvidos, dos diretores aos profissionais menos qualificados. Desse modo cria-se uma História Oral mais verdadeira e socialmente mais valiosa, quando todos participam, o trabalho fica mais rico e valioso com a aproximação dos grupos diversificados. Isso fará aparecer a variedade de experiência dessa comunidade, o que irá permitir uma reflexão sobre o que pode ser feito a esse respeito.

Todas as entrevistas foram construídas de forma semiestruturadas, apesar de permitir ao entrevistado liberdade para buscar em suas memórias, suas vivências. Obedecendo ao método da História Oral Temática, o roteiro[7] foi construído de acordo com as indagações da própria pesquisa, seguiu uma ordem cronológica da entrada do socioeducador no DEGASE e de sua trajetória até os dias atuais. Ainda que houvesse um tema a ser seguido, por vezes me deparei com entrevistados que fugiam ao divagar em suas recordações. Freitas (2006) nos alerta para sempre demonstrar interesse e empatia pelo entrevistado, e ficar sempre atentos, pois muitas vezes o entrevistado, ao fugir do assunto, nos traz importantes questões não previstas no roteiro original, o que resulta em um enriquecimento para pesquisa. O método da História Oral aponta orientações para entrevistas que me foram muito preciosas, tais como: evitar emitir a nossa opinião pessoal sobre determinada questão; compreender que por vezes as narrativas se transformam no misto de fantasia, imaginação e realidade; as entrevistas são sempre um encontro entre duas pessoas, que por vezes são muito diferentes, mas que dialogam sobre a mesma temática; saber que cada entrevistado tem seu ritmo próprio; não demonstrar descrédito nas falas e buscar sensibilidade para escuta e acolhida nas emoções que surgem; não precipitar nenhuma resposta, e apenas acenar encorajando o entrevistado; por fim, encorajar as pessoas a

[7] O roteiro encontra-se no Apêndice.

fornecer as respostas, mas compreender e saber escutar e ler também o silêncio (THOMPSON, 1998; ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006; MEIHY, 2005).

Todos os entrevistados foram contactados anteriormente, foi explicado o motivo da entrevista, relatado o objetivo da pesquisa e marcados dia e local para sua realização. No momento da entrevista, foi explicado que todos os dados obtidos seriam confidenciais para assegurar o sigilo de participação. Após as explicações todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.[8] Desse modo, devido ao caráter sigiloso das entrevistas, os participantes não tiveram o nome divulgado, no corpo da pesquisa todas as falas foram reproduzidas sem nenhuma identificação, e por vezes, foi necessário aparecer o ano do concurso realizado. Algumas entrevistas foram realizadas mediante a necessidade de maior explicação sobre determinados assuntos que só apareceram como prioridade no decorrer da escrita da tese.

A riqueza e as diversidades de respostas nas entrevistas foram de tal proporção que meu desejo era descrever a transcrição literal de todas as respostas, sem cortes. Mas o objetivo principal era permitir a expressão dos socioeducadores sobre a temática. Meihy (2005) afirma que não há necessidade de uma transcrição palavra por palavra, uma vez que o importante é recriar o momento da entrevista, na tentativa de trazer à tona as subjetividades, que vão para além daquilo que aparece nas palavras em si:

> Teatralizando-se o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. […] tem como fito trazer ao leitor a aura do momento da gravação [...]. O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita essa condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiça. Com isso, valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo prenhe de sugestões (MEIHY, 2005, p.30-31).

As entrevistas tiveram duração de tempo variada entre meia hora a duas horas. Verena Alberti (2004, p. 108) pontua que a duração de uma entrevista depende de vários fatores: as circunstâncias do momento da entrevista; da relação dos envolvidos; da motivação do entrevistado; de o quanto a entrevista mexe com as emoções do entrevistado; do cansaço do entrevistado na busca de trazer suas memórias para o presente e o quanto isso pode ser doloroso ou gratificante. Mas o importante é respeitar o limite do entrevistado e perceber o momento de encerrar a entrevista.

[8] O modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se no Apêndice.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Após transcrição literal, os diálogos foram divididos pelas temáticas referentes às demandas da pesquisa. Ainda que as entrevistas tenham passado por cortes temáticos, buscou-se garantir sua originalidade e espontaneidade, com o cuidado necessário para não se distanciar das falas dos entrevistados, uma vez que sabemos que muito se perde na transferência da oralidade para a escrita, como nos alerta Freitas:

> A desvantagem da transcrição de uma entrevista é que essa, de uma certa forma, impede a percepção de elementos importantes como o tom e velocidade da voz, as pausas, as lágrimas etc. Embora a transcrição permita uma maior divulgação do material, a partir do momento em que se estabelece no depoimento a adoção de normas e padrões cultos rigorosos, ela acaba descaracterizando a fala original e todo um contexto em que foi produzida. Alguns profissionais dedicam-se sobremaneira ao trabalho com o texto, transformando a entrevista original e dela se distanciando. (FREITAS, 2006, p.100)

Portanto, como é a característica do método da História Oral, as entrevistas nesta tese são parte integrante e fundamental neste estudo, compõem todo o corpo da pesquisa e promovem o alcance do objetivo deste trabalho.

Cabe ressaltar que fazem parte desta pesquisa três entrevistas que não foram realizadas pela pesquisadora, tais entrevistas foram gentilmente cedidas pelo CEDOM/DEGASE. Sua utilização foi de extrema relevância para complementar ou esclarecer fatos que não foram encontrados nas entrevistas realizadas. Os entrevistados já se encontravam aposentados ou impossibilitados de ceder novas entrevistas. Ao serem citadas, todas apresentam a devida fonte.

1.3 A história oral híbrida: as leituras das produções acadêmicas sobre a temática e a análise dos documentos institucionais

Como já apontado anteriormente, este estudo metodologicamente se utilizou da História Oral híbrida, uma vez que lançou mão de fontes primárias e secundárias para dialogar com as entrevistas dos socioeducadores e enriquecer os argumentos propostos. Cabe ressaltar que não é seu objetivo confrontar as falas dos entrevistados com a documentação analisada, uma vez que não se buscam verdades absolutas nas entrevistas, e sim, as impressões, vivências e lembranças dos entrevistados – o que não retira do estudo sua cientificidade ou criticidade, apenas compreende o sentido da subjetividade da história oral. Como aponta Verena Alberti

(1990, p. 50): “A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente”.

1.3.1 As leituras das produções acadêmicas sobre a temática

Uma coisa é certa, desde 2010, época em que pesquisei para minha dissertação de mestrado, muito se produziu sobre a temática socioeducativa. Materiais diversos sobre várias questões que envolvem esse tema foram feitos, o que se constitui em um ganho tanto para a comunidade acadêmica como para os socioeducadores que atuam no sistema, assim como para os socioeducandos. Geertz (1989) afirma que a produção de conhecimento não é uma “curva ascendente de achados cumulativos”, mas que, ao contrário, “produz investidas cada vez mais audaciosas”, visto que os novos estudos não são uma simples continuidade de estudos já realizados, mas vão se aprofundar nas ideias já construídas, uma vez se apropriam das informações e dos conceitos produzidos por estudos anteriores.

> Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto o movimento não parte de teoremas já comprovados para outros recém provados, ele parte de tateio desajeitado pela compreensão mais elementar para uma alegação comprovada de que alguém a alcançou e a superou. Um estudo é um avanço quando é mais incisivo, o que quer que isto signifique - do que aqueles que o precederam; mas ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiado e desafiando. (GEERTZ, 1989, p.35)

Em minha observação de campo, percebi que o perfil dos pesquisadores mudou, se antes as produções eram feitas em sua maioria por pesquisadores não oriundos do sistema socioeducativo, na atualidade, muitas são produzidas por socioeducadores que se encontram atuando em seu campo de pesquisa. Ressalto a necessidade de pesquisas que tragam dados precisos sobre esse argumento.

Tereza Azevedo (2023), em sua tese de doutorado intitulada “O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de liberdade: tempo de socioeducação e de adolescentes”, faz uma descrição densa de sua experiência como pesquisadora e socioeducadora do sistema socioeducativo. Apresenta pesquisas realizadas com sua participação, tais como “Visita Íntima

no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, com orientação de Maria Helena Zamora, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de outras, tais como:

> Trajetórias de vida de jovens em privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro, com coordenação do Professor Elionaldo Julião, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Claudia Mendes, do DEGASE; e, na Pesquisa Famílias no DEGASE: Família dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do DEGASE, realizada em coparticipação entre DEGASE, Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (Esgse), UFF, e Centro Universitário Gama e Souza (Unigama). (AZEVEDO, 2023, p.19)

A autora descreve as dificuldades de se produzir conhecimento a partir desse campo de estudo, faz uma grande reflexão sobre a atividade de pesquisa neste lugar como promotora de mudanças significativas voltadas à prática da socioeducação, pontua que novos e produtivos movimentos podem ocorrer a partir da realização de pesquisas, o que possibilita o fomento a novas pesquisas nestes espaços, e nos convoca a pensar: "Como se pesquisa no DEGASE quando se é do DEGASE?" (AZEVEDO, 2023, p.21)

Em novembro de 2022, a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) iria realizar um colóquio de pesquisa, cujo objetivo seria divulgar as pesquisas já realizadas e as ainda em andamento sobre o sistema socioeducativo do estado e dos municípios do Rio de Janeiro. Contudo, sem maiores explicações, o evento foi cancelado, o que nos leva a pensar o quanto pesquisar neste campo institucional é desafiador. Cabe ressaltar que nessa mesma época o DEGASE produzia uma pesquisa institucional em parceria com o Labes.[9] Está posto o campo de forças instituídas, quanto a qual tipo de pesquisa neste momento pode-se realizar, viabilizar e publicizar entre os socioeducadores e a sociedade em geral.

1.3.2 A análise dos documentos institucionais

A minha pesquisa de mestrado utilizou-se de análise documental, e, apesar de em 2010 o DEGASE ainda não contar com a estrutura dos dias atuais, encontrei mais facilidade de acesso para viabilizar minha pesquisa. Nesta pesquisa para o doutorado, os entraves foram muitos, e a

[9] Este assunto será abordado no decorrer da pesquisa

burocratização parece se transformar em um muro tão alto que se assemelha até aos muros reais e invisíveis que impedem os adolescentes de sair do sistema socioeducativo. Burocracia que paralisa os pesquisadores e por muitas vezes inviabiliza suas pesquisas.

Com a reformulação do site do DEGASE desenvolvido pelo Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), muitos documentos foram retirados da aba para consulta pública. O que foge à norma de transparência ditada no próprio Regimento Interno do DEGASE,[10] que pontua, em seu Art. 2º, como um dos valores do DEGASE a democratização da informação.

Embora o DEGASE venha produzindo muitos documentos que servem de orientação a toda a comunidade socioeducativa, como a Cartilha de Gestão de Pessoas Procedimentos Básicos para o Servidor (2023) e o Regimento Interno da ESGSE (2023), tais documentos não são amplamente divulgados, e, em sua maioria, não são acessados, e sequer os socioeducadores sabem de sua existência. Alguns ainda podem ser acessados pelo site da biblioteca em seu catálogo. Outros sequer foram publicizados, por exemplo o "Relatório de atividades 2009/2018" realizado em 11/2018 e os regimentos internos das divisões. Ainda em relação a outros documentos, apesar de serem publicados, poucas pessoas sabem de sua existência, como o "Plano de Integridade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Governo do Estado do Rio de Janeiro", de 02/2022.

Destacamos o quanto os documentos produzidos pelo DEGASE são fontes importantes de análise. Barros (2005) ressalta que esse material (documentação oriunda dos sistemas repressivos) constitui um material muito rico, pois em muitos estão expressos as contradições internas e os conflitos existentes.

> Na verdade, as fontes de natureza repressiva constituem registros múltiplos, polifônicos por excelência. São fontes que habitualmente envolvem um foco representando o sistema repressivo (não raro expressando contradições internas que podem aparecer sob a forma de conflitos de autoridade) e um universo multifocal que passa por um vasto número de depoentes e de testemunhas (BARROS, 2005, p.21).

Um exemplo recente é o próprio código de ética e conduta profissional socioeducativa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), publicado por meio da Portaria

[10] Decreto nº 46.525 de 13 de dezembro de 2018 - Regimento Interno do Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Disponível em: https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DECRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20-%20Regimento%20Interno%20do%20DEGASE.pdf. Acesso em: 17/07/2023.

DEGASE nº 1277, de 12 de junho de 2023,[11] que aponta em seu Art. 12: “Constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo: XXI - manter-se atualizado com as instruções, diretrizes e normas de serviço, bem como com a legislação pertinente ao órgão ou entidade onde exerce suas funções”. Quando na verdade o próprio departamento não tem estabelecido uma comunicação próxima, mais direta com o socioeducador, que fica distante de certos movimentos institucionais.

1.4 Qual meu lugar nesse lugar?

Em 2022, consegui, com a autorização do DEGASE, levar para fazer uma visita institucional alguns alunos da universidade em que ensino. Ao chegar na entrada da Escola de Gestão Socioeducativa, os alunos pararam e ficaram admirando um muro feito por azulejos, estranhando a reação deles, retornei e perguntei o que havia acontecido, quando um aluno relata o quanto estavam admirados com a exposição de todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos contida naquele mural enorme que encobre quase toda a entrada da escola.

[11]Portaria DEGASE nº 1277 DE 12 de junho de 2023: Institui o código de ética e conduta profissional socioeducativa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/codigo_de_etica_do_degase%20(1).pdf. Acesso em: 17/07/2023.

Figura 1 – Muro da ESGSE

Fonte: Foto retirada pela autora, em 19/07/2023

Neste momento compreendi muito bem quando Geertz (1995) fala do lugar do nativo, pois como "nativa" sentia este lugar tão próximo a mim que, como a ponta do meu nariz, era difícil de enxergar como ele realmente era, ainda que meus estudos e pesquisas estejam voltados para esta instituição desde 2010, época do meu mestrado. Por vezes, somos engolidos por um dia a dia automatizado, e Gilberto Velho (1978, p.128) nos ensina que o que nos é familiar nem sempre nos é conhecido e por vezes precisamos nos perceber como visitante e questionar de forma sistemática o nosso próprio ambiente. Portanto, precisava exercitar um estranhamento diante do que me era tão familiar, de outro modo corria o risco de minhas práticas me impedirem de avançar. Segundo Gilberto Velho (1978, p. 131): "O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações". O lugar do questionamento e da eterna busca de resposta pode cansar em muitos momentos! Mas é preciso resistir! As respostas precisam ser encontradas e divulgadas para que possam ocorrer modificações.

Compreendi então que a minha relação com esta instituição precisava novamente mudar, era preciso trocar as lentes. Ainda que eu compreenda que não existe neutralidade em

pesquisa, e que eu não possa fugir deste lugar de nativa, e nem quero, era preciso dar novo sentido às vivências do dia a dia, precisava buscar novas reflexões sobre as situações que se apresentavam diariamente. Gilberto Velho (1978) nos alerta que o nosso cotidiano, o que nos é habitual, pode comprometer nosso conhecimento sobre aquele espaço, afirma a necessidade de ser humilde para perceber que em todo o processo de conhecimento há um grau de subjetividade, que nos faz conhecer de modo aproximado, mas nunca definitivo.

Os questionamentos e estranhamentos se tornaram inevitáveis, assim todos os acontecimentos passaram a fazer parte de um velho e pequeno caderno, bagunçado, mas que chamei de diário de campo. Neste lugar de dupla pertença, como socioeducadora e pesquisadora, procuro encontrar um espaço entre o diálogo com os entrevistados e com as minhas próprias lembranças. Alessandro Portelli (2010, p.216) pontua que a História Oral entende o relato como referência e autorreferência, por isso entende-se a voz do historiador como uma das vozes no encontro dialógico entre as diversas narrativas.

Certa vez, ao terminar um grupo de roda de conversa, nos diálogos que se sucedem após as entrevistas, uma socioeducadora me relatou: *"você fica tão diferente na mediação do grupo, muito bacana"*. Esse feedback ficou na minha cabeça, quis perguntar o motivo de tal indagação, mas como o tom de sua voz parecia um elogio, e pela minha insegurança momentânea, decidi não questionar. Depois de muito refletir sobre a questão, percebi que a minha mudança de comportamento durante as entrevistas, ainda que não premeditada, propiciava uma certa credibilidade da posição que eu ocupava naquele momento, uma vez que a grande maioria dos entrevistados eram meus colegas, uns inclusive trabalharam comigo por longos períodos.

Paul Thompson (1998) relata que o pesquisador precisa ter habilidades para dirigir uma entrevista sem ser autoritário, mas com empatia e cuidado com o outro, uma vez que, nessa relação dialógica, o outro também nos observa e exige do pesquisador uma confiabilidade para depositar suas histórias. De alguma forma, eu parecia ter conquistado as habilidades descritas por Paul Thompson, uma vez que todas as entrevistas foram bem aceitas pelos socioeducadores, e sempre ao final me agradeciam pela oportunidade de fazê-los recordar suas histórias e poder falar sobre seu passado profissional. Mas como cheguei neste lugar de pesquisadora? Hoje posso me considerar uma pesquisadora?

As diversas entrevistas realizadas também me levaram a olhar o meu próprio passado, muitos entrevistados se emocionaram e choraram ao trazer à tona suas lembranças. Muitas dessas lembranças também eram minhas, e por muitas vezes precisei de um controle maior para não me desconcentrar e vagar nas minhas recordações, ou para não chorar com o entrevistado e deixar cair por terra toda a entrevista.

Meu lugar foi se desenhando, ainda em 1994, quando fiz o primeiro concurso para o DEGASE, para o então cargo de Agente Educacional, na Escola João Luiz Alves (EJLA), minha primeira unidade. Ali fiquei pouco tempo, lembro que minha função era ficar em pé próximo a uma árvore e observar se os adolescentes iriam fugir, naquela época eram muitos, e evadiam a todo momento. Lembro das broncas do coordenador de plantão, pois eu nunca ficava onde ele pedia. Muitas vezes eu ia soltar pipa com os adolescentes ou simplesmente me sentar no chão e desenhar com eles. Era uma época em que os adolescentes tinham mais liberdade, ficavam espalhados pelo pátio, iam a piscina e faziam diversas atividades, mas era também uma época de muita violência, violência de todas as formas. A minha saída dessa unidade se deu devido a uma fuga de adolescentes. Eu estava lá embaixo da árvore, quando um grupo de adolescentes passou, eu estranhei, mas continuei no mesmo lugar, o coordenador me perguntou se eu tinha visto algum movimento, relatei que tinha visto os adolescentes pulando o muro. Eu simplesmente não entendia e nem via sentido na minha função. Foi assim que cheguei no Padre Severino. Lá eu deveria ficar em uma mesa fazendo o papel de "secretária" do plantão, era chamada de mesária, também fiquei pouco tempo. Lembro do diretor da época, um major, gritar sempre em minha direção "oh mesa, mesa!!... Elis! você não responde?" E eu responder: "O Sr. está falando com a mesa, não comigo". Novamente fui transferida.

Foram sucessivas transferências, até que em 1999, a diretora do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) de São Gonçalo me convidou para trabalhar na sua equipe, desviada de função para o cargo de psicóloga. Era um sonho realizado, fazer parte da equipe técnica, mas eu precisava aprender como trabalhar naquele lugar. Uma querida psicóloga da EJLA se prontificou a me dar supervisão e a me ensinar a fazer relatórios nos meus dias de folga. Foi assim que aprendi a ser psicóloga no DEGASE. Três meses depois, fui transferida para o Educandário Santo Expedito (esse), pois era uma unidade que ninguém queria ir, mas como eu estava em desvio de função, não tinha opção. Outras transferências vieram, por vários motivos, muitas vezes fui convidada a me retirar, como no caso do ESE, após presenciar agressão física aos adolescentes e intervir junto com uma assistente social. Até que cheguei em 2003 ao CRIAM de Duque de Caxias, convidada pela minha ex-diretora de São Gonçalo que naquela época assumia esse CRIAM. Nessa unidade fizemos um lindo trabalho, ainda que não fosse nada perfeito, mas conseguimos realizar algumas coisas. Projetamos as unidades da Baixada para fora, de modo a dialogar com a comunidade e com as políticas de garantias de direito por meio do Fórum Pró SINASE.[12]

[12]O Fórum Pró SINASE é discutido no capítulo cinco.

Em 2007, eu não poderia mais permanecer no quadro da equipe técnica, foi realizado um concurso temporário para nível superior, e todos os socioeducadores desviados precisavam voltar para suas funções. Após retornar de licença em 2008, fui alocada para ESGSE, é interessante apontar que aqui começa minha carreira de docente. Nessa época fui convidada a lecionar algumas disciplinas nos cursos ofertados para os socioeducadores pela ESGSE e mais tarde pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Foi também nesse momento que aprofundei meus estudos sobre a temática socioeducativa e começei a produzir algum material escrito. Em 2010 iniciei meu mestrado em socioeducação em São Paulo, e em 2011 fiz o concurso para psicóloga do DEGASE. Nesse período também iniciei minha carreira docente em universidade.

Foi uma época em que, embora eu tenha me afastado do atendimento ao adolescente, ocorreu uma aproximação com socioeducadores, visto que participei de alguns projetos de escuta ao socioeducador. Também em sala de aula era possível uma troca muito gratificante, e em espaços ligados às coordenações por onde circulei.

Em 2015 fui convocada a assumir o cargo efetivo de psicóloga no DEGASE. Voltei ao atendimento aos adolescentes no Instituto Padre Severino, agora Dom Bosco, e devido a denúncias de maus tratos feitas por mim, fui convidada a me retirar, com a seguinte alegação: “a servidora não se adaptou à rotina da unidade”. Confesso que tomei como um elogio.

Em 2019, iniciei o doutorado, e em função da minha pesquisa e do desejo de realizar um sonho, deixar a memória do DEGASE escrita antes de me aposentar, em 2022 passei a integrar a equipe do CEDOM/DEGASE.

1.4.1 A emoção de se enxergar no outro

Ecléa Bosi (1987, p.2) fala que em uma pesquisa somos ao mesmo tempo sujeito e objeto: sou sujeito quando busco respostas, faço indagações, e me transformo em objeto quando escuto, e registro, me tornando instrumento para que o outro possa transmitir suas lembranças. Relato agora meus afetamentos pelas entrevistas que se sucederam, a descoberta de olhar para meu passado nas lentes de outros. Não haveria possibilidade de relatar todas aqui, mas cito alguns momentos de como iniciei algumas entrevistas.

Minha primeira entrevista foi com JB,[13] um colega antigo de trabalho. Neste percurso pelo DEGASE já militamos em favor dos direitos dos adolescentes. Não trabalhamos juntos, mas nos encontrávamos nos corredores do DEGASE, em reuniões, encontros e juntos fizemos parte da criação do Fórum Pró SINASE. Nestes anos construímos uma amizade que implicava em admiração e respeito um pelo outro. Durante a entrevista, por vezes, ao mergulhar em suas lembranças, JB esquecia a minha presença e logo voltava. tinha uma certa nostalgia em seu olhar. De certo modo, muitas de suas lembranças também eram minhas, e em alguns momentos me emocionei, mas simplesmente procurei disfarçar, decidi ficar o mais neutra possível durante seu depoimento. JB também foi cauteloso. Como na época JB trabalhava no núcleo de saúde do trabalhador, decidimos fazer a entrevista na sala de atendimento desse setor. JB avisou para um colega chamá-lo caso necessário, e fechou a porta, me olhou, sorriu e perguntou *"diz aí o que quer?".* Falei sobre minha pesquisa para o doutorado, falei um pouco sobre a História Oral, e, por fim, lhe expliquei o roteiro da entrevista, mas lhe garanti liberdade para falar de suas lembranças, de suas histórias, experiências no DEGASE. JB deu uma sonora risada, se arrumou na cadeira e, olhando para o teto, começou a mexer em suas lembranças e disparou a falar. JB veio a falecer em 2022.

Entrevista de CA, Assistente social, feminina, concurso de 2011. Conheci CA quando fui em sua unidade apresentar minha pesquisa para direção, tinha a esperança de fazer várias entrevistas naquele dia, mas tudo o que consegui foi o contato de CA. Mas estava feliz, tinha deixado a entrevista com a direção marcada. Eu e CA fizemos contato por mensagens de aplicativo até marcarmos o dia da entrevista, combinamos de almoçar no refeitório do DEGASE e fazer a tão sonhada entrevista. Minha ansiedade era tanta que nem conseguia comer. Enfim, tivemos de voltar para a unidade, tudo pronto, era só ligar o gravador. CA também parecia empolgada com a possibilidade de falar de sua trajetória.

Outro momento, outra entrevista. Eu já conhecia a K – auxiliar administrativa, era uma jovem admirável. Quando lhe fiz o convite para a entrevista, sorriu e disse *" acho que não tenho muito para falar*". Eu sabia que fazia um grande trabalho e queria muito entrevistá-la, foram várias tentativas até K me procurar. Pronto, consegui! Era hora do nosso almoço, fiz a entrevista na minha sala, na época trabalhávamos na mesma unidade. Enquanto K falava, eu recordava a minha própria trajetória, ela lembrava meu jeito de ser quando iniciei no DEGASE. Foi uma entrevista repleta de emoção, era preciso foco, foco na entrevista! Quem disse que pesquisadora

[13] Todos os entrevistados receberam um nome fictício, para preservar suas identidades, assim como não será citada a unidade em que trabalham.

não se emociona? K tinha em seu olhar um sentimento de desamparo, e um silêncio vindo com um olhar distante inicia sua fala, e passa a contar sua trajetória que naquele momento passou a se diferenciar bastante da minha.

As entrevistas em grupo foram extremamente ricas. Esta roda de conversa foi realizada com a equipe técnica de uma unidade de internação, contou com a presença de sete integrantes da equipe, entre assistentes sociais, pedagogas/os e psicólogas/os. Foi um momento muito especial, não é fácil reunir uma equipe dentro de uma unidade "fechada", mesmo na hora do almoço. Um entra e sai, telefones que tocam, demandas que chegam, papéis que precisam ser assinados de urgência. Muitas vozes, muitos sussurros. Por vezes, o não dito saltava entre olhares, entre gestos e sorrisos, mas não era possível meu gravador alcançar aquilo que não era falado, apenas minha imaginação fértil abria possibilidades para pensar que o silenciamento muitas vezes é pactuado sem nunca ter sido verdadeiramente falado. Depois de várias tentativas para iniciar a entrevista, alguém toma a frente, fecha a porta, pede silêncio e dá o comando. "Podemos começar, pode ligar aí o seu tablet".

É… às vezes o impossível acontece! Tudo aconteceu meio por acaso, cheguei nesta unidade de semiliberdade, já autorizada pelo diretor, para fazer entrevistas individuais. A psicóloga me sugeriu fazer em grupo, meus olhos brilharam, era mais uma roda de conversa sendo montada, meio que no improviso. Descemos e organizamos tudo a céu aberto. Na unidade não havia adolescentes por conta da pandemia. Lá estavam todos, diretor, equipe técnica e agentes. Bingo! Era a roda de conversa dos meus sonhos. Liga o gravador, vamos conversar! na mesa ao lado o cafezinho ajudava a descontrair.

Outras entrevistas aconteceram, tão emocionantes quanto as citadas. Lembro que durante as entrevistas, muitos silêncios foram promovidos, muitos olhares desconcertantes, muitos sorrisos em meio às lágrimas, e muitos colegas que me pediam para legitimar suas lembranças de fatos que vivenciamos juntos. Mas duas entrevistas foram especialmente emocionantes, dois socioeducadores que trilharam caminhos completamente diferentes, e como por "coincidência" só consegui fazer a entrevista em seu último dia no DEGASE, estavam se aposentando. Ambos eram agentes socioeducativos, que passaram por diversos lugares. Um deles vivenciou sua trajetória em grande parte na gestão. Confesso que, em um dado momento, deixei de lado o roteiro das perguntas e simplesmente escutei. Ao final estávamos gratos, eu pelo aprendizado e eles por terem fechado um ciclo tão importante de suas vidas, fazendo uma retrospectiva de toda sua trajetória no DEGASE tão emocionante.

1.4.2 Minha chegada ao CEDOM/DEGASE

O Centro de Documentação e Memória (CEDOM)[14] tem como finalidade o incentivo à política institucional do DEGASE voltada para a preservação da memória e resgate da história da socioeducação no Estado do Rio de Janeiro. Suas ações têm como objetivos conscientizar os servidores sobre a importância da conservação dos documentos, cultura e material histórico do DEGASE, e fomento de pesquisas sobre a história socioeducativa, além de organizar banco de dados, os quais servirão de base para a produção do texto escrito (Regimento interno, ESGSE, Art. 33).

Lembro de uma grande amiga me contando da criação do CEDOM. Ir para esse setor foi um sonho que se transformou em projeto. Certa vez, ao saber que iriam publicar um livro de memórias, cheguei a pedir para essa amiga falar da minha vontade de participar do livro, mas o máximo que consegui foi uma indagação se eu queria dar depoimento. Eu simplesmente admirava o coordenador Aderaldo, era um grande historiador. Buscava estar presente sempre que ele palestrava, mas por problemas pessoais, precisei me licenciar, e com a pandemia, tudo parou, o mundo parou. Mas, ao retornar de licença, decidi insistir em conseguir uma transferência para o CEDOM, encontrei muitas resistências da minha divisão, afinal, o que quer uma psicóloga com a história? Decidi então ir falar diretamente com o coordenador, pedi para ficar como voluntária enquanto tentava minha transferência, e ele aceitou. Aderaldo era uma daquelas pessoas com um olhar acolhedor, uma simplicidade, um sorriso alegre, dotado de uma inteligência gigantesca. Confesso que minha admiração era tanta por aquela pessoa que falava de autores clássicos com uma intimidade, era íntimo da História Oral, que por vezes eu travava. Mas aos poucos fui me aproximando, pegando todos os ensinamentos que ele me passava, me sentia uma aluna ao lado do mestre. Quando me via muito acelerada com minha tese, pedia calma, falava para eu ir devagar: “calma tudo vai dar certo, não queira inventar, as coisas são simples, não é possível se fazer tudo que se quer”. Para minha tristeza e a de muitos amigos e admiradores, Aderaldo, com muitos projetos e muito para compartilhar e ensinar, faleceu antes que eu terminasse minha tese.

[14] Fonte: Portaria DEGASE Nº 1023 de 01 de abril de 2022 que institui o Regimento Interno da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire, no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE.

Após apresentar todo o processo que envolveu a pesquisa, desde suas bases teóricas, a metodologia utilizada, os sujeitos que dela fizeram parte e a minha própria trajetória, sigamos, então, para discutirmos um pouco a história do DEGASE, no próximo capítulo.

2 O DEGASE E SUA HISTÓRIA

"A história sempre é contada pelos vencedores, quem perdeu
não tem espaço para contar a sua história."[15]

Sidney Teles - Agente Educacional, DEGASE

Este capítulo apresenta a história que antecede a criação do DEGASE, assim como os anos iniciais da sua fundação, até chegar na atualidade. Aponta sua estrutura e funcionamento. Traz relato de socioeducadores do DEGASE que trabalharam no período anterior à sua criação e contribuíram de alguma forma para a sua implantação. Nos relatos, usarei a nomenclatura da profissão da época. Os Agentes Educacionais atualmente são chamados de Agentes de Segurança Socioeducativos. Ressalto que serão usados os termos da época. À medida que a história for contada até chegar a atualidade, os termos irão se atualizando, e também aparecem vozes de socioeducadores chegados do concurso de 2011. Também foram utilizadas neste capítulo algumas entrevistas gentilmente cedidas pelo CEDOM, uma vez que os entrevistados já não se encontravam entre nós, e traziam relatos importantes para evidenciar os fatos apontados.

Durante as entrevistas, me chamou a atenção quantos socioeducadores nós tínhamos em campo que vivenciaram todo o processo de implantação do DEGASE, uns de forma indireta, outros trabalharam na idealização e criação dos CRIAMs e do DEGASE. Muitos desses socioeducadores estavam na total invisibilidade, outros nunca tiveram oportunidade para ter um registro dessa fase tão importante de sua trajetória profissional. Foram no geral entrevistas carregadas de afeto e muitas emoções.

[15] Fonte: Santos, Aderaldo Pereira dos. Memórias de egressos e servidores do sistema socioeducativo. DEGASE, 2018. (Publicação CEDOM - Memória e História n.3).

2.1 A história que antecede a criação do DEGASE

Para contar a história da criação do DEGASE, decidi estabelecer como marco temporal o início do processo de redemocratização brasileira, que começou no final da década de 1970 e levou toda a década de 1980, posto que a sociedade civil emerge como um dos atores sociais centrais desse processo com a organização de grandes movimentos sociais. Segundo Reis (2010), diversos movimentos se formaram para protestarem e refutar as políticas da ditadura militar, o que veio a forçar o governo e oposição a aceitarem uma ampliação da agenda política relacionada com os rumos da redemocratização do país. Esses movimentos fortaleceram a sociedade civil, pois traziam como temática um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, buscavam, assim, uma reorganização política de oposição ao regime. Os movimentos que mais se destacaram foram: Movimento do Custo de Vida (MCV) de donas de casa em 1976; dos estudantes em 1977 e da luta sindical e trabalhista em 1978 (REIS, 2010, p.222- 224).

Em meio a esse panorama político brasileiro, especificamente no campo da infância e juventude, vários movimentos surgiram em defesa desta categoria, em busca do reconhecimento dessas crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em oposição à categoria menor e objeto de tutela do Estado, apregoada pelo Código de Menores.[16] Fizeram parte do amplo movimento social: a Pastoral do Menor, República do Pequeno Vendedor, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento em Defesa do Menor, entre outros. É nesse cenário que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)[17] vai tornando uma instituição ultrapassada, pois construiu uma trajetória refletida na ambiguidade, não conseguindo impor mudanças significativas que justificassem seu discurso. Assim, logo apareceram suas fragilidades, uma instituição que buscava um discurso progressista e de êxito, mas na prática mostrava uma atuação pautada na repressão e punição, o que a fez sofrer várias

[16] A Lei nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, instituiu o primeiro Código de Menores. Começou a vigorar por meio do Decreto nº 17.943-A no dia 12 de outubro de 1927. Foi o primeiro documento oficial específico para a população infanto-juvenil. Essa lei que insere o termo MENOR associado a abandono e delinquência. Em 10 de outubro de 1979, foi sancionado um novo Código de Menores pela lei nº 6.697, a qual trouxe poucos avanços em relação ao anterior. Ela adotou expressamente o paradigma doutrinário da situação irregular e, como consequência, o caráter tutelar do Direito do Menor, portanto, objetos de intervenção do Estado, uma vez que se encontravam em situação irregular (LOPES, 2015).

[17] Para detalhes do histórico que antecede a FUNABEM, ler: Capítulo I -Trajetória da Política Socioeducativa do livro - LOPES, Elis Regina C. A Política Socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro –Transição de paradigma? Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2015.

denúncias. Essa instituição era responsável pela execução da política pública adotada pelo governo no que se refere ao atendimento populacional dos menores de idade que se encontravam sujeitos a um processo de marginalização, em situação de orfandade, abandono, exploração ou conduta antissocial, população considerada como em situação irregular, como definido pelo Código de Menores da época. (BAZÍLIO, 1985; COSTA, 1998; RIZZINI, 2004; MOREIRA, 2005; VOGEL, 2009 e LOPES, 2015).

> Eu participei da transição do Código de Menores para o ECA, depois o CRIAM, que foi o modelo mais revolucionário em termos de se pensar em um trabalho diferente, que foi pensar em algo diferente da internação, na prática, isso não deu resultado do ponto de vista histórico. Mas éramos sonhadores e sabíamos que as grandes unidades precisavam acabar; era necessário criar um projeto onde essas crianças e adolescentes ficassem mais próximos de suas famílias. O grupo da FUNABEM sonhou, e o Rio de Janeiro se transformou em modelo, foram feitas quinze unidades onde os meninos eram atendidos por regiões. No início atendia tudo, menino de rua, a população, porque era Código de Menores (Entrevista realizada em 13/07/2023).

A fala acima do socioeducador mostra o movimento de um grupo de profissionais da época, que percebiam a atuação da FUNABEM em declínio e buscavam alternativas para uma aproximação com as famílias e desvincular-se do modelo de instituição total que exercia.

> É, porque a política antiga era uma política, não era a política da proteção integral que é hoje, a partir de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente; era a política da proteção irregular, então, quem era pobre já vivia em situação irregular. Quem vivia em situação regular era quem tinha bens, que tinha uma família estruturada, então, se meu pai era alcóolatra, não tinha nenhum emprego fixo, eu já era uma criança que vivia numa situação irregular, num lar que não era ajustado para o modelo social da época. E os meninos que perambulavam nas ruas, até em busca de alimentos ou em busca de pequenos trabalhos de jardinagem, limpeza de quintais, se fossem abordados pelos antigos carros do Juizado de Menores, do antigo Juizado de Menores, dos Comissários de Menores, eles eram trazidos para FUNABEM. E aqui era o Centro de Triagem de todo o estado, basicamente. Então, era aqui que se concentravam. E, se não fossem identificados imediatamente os responsáveis, familiares, alguma referência familiar, a criança entrava aqui e, depois, se perdia pela burocracia do Estado. (Entrevista cedida pelo CEDOM)

A narrativa descreve uma Instituição Total, longe das preocupações apontadas pelo socioeducador de aproximação dos internos com a família. Goffman (2007, p.11) denominou de Instituições Totais um espaço que concentra ao mesmo tempo a moradia, o lazer, a educação, o trabalho e outras atividades de um grupo relativamente numeroso de indivíduos que se encontram submetidos a ordens administrativas, em que todas as atividades são realizadas rigorosamente no mesmo horário, sendo uma das suas principais características a “ordem disciplinar”. Irene Rizzini (2009) afirma que para as famílias de baixa renda, o colégio interno ainda era um lugar visto como seguro para que seus filhos se tornassem alguém na vida. E ainda

conseguiria reprimir crianças e adolescentes “problemáticos”. Logo, havia uma fala desses usuários que contribuíram para o discurso, por um longo tempo da FUNABEM como uma instituição que protege a família.

> Quem administrava isso, quem escrevia a história da antiga FUNABEM, principalmente os dirigentes, eles vão sempre contar que isso aqui era um modelo de excelência, né? E aqueles poucos que conseguiram se beneficiar disso claro que vão contar, assim como parte da população brasileira, que isso aqui é uma maravilha, mas tem uma parte significativa que esta maravilha ainda não chegou até eles. Então, o processo é que esta maravilha chegue a todos, pode ser não na mesma proporção, mas o mínimo básico possível para que todos tenham condições de viver dignamente. E é claro, né? Que você encontra algumas pessoas que têm como referência este espaço, porque aqui eles conquistaram a sua cidadania, o seu espaço, o seu emprego, alguns são funcionários públicos, militares, a gente tem muitos exemplos disso, políticos, mas é a história contada por aqueles que venceram nesse processo, quem ficou pelo meio do caminho não teve tempo nem de contar a sua história. (Entrevista cedida pelo CEDOM)

Esse trecho esclarece o quanto o discurso da FUNABEM era distante de sua realidade, e pontua o caráter segregador e excludente dessa instituição. Raul Câmara (2017), ao analisar recortes de jornais da época, mostra como a mídia, ao apontar a crise vivida pela FUNABEM, acabou por escancarar a ineficácia no tratamento do jovem infrator pela instituição e, ainda, construiu um discurso que marginaliza essa clientela, uma vez que as publicações produzem na população um sentimento de medo social em relação a esse “menor”. Ao final da década de 1970, torna-se cada vez mais visível para a sociedade o insucesso da FUNABEM, que, agravada pelo crescimento populacional e o consequente aumento da pobreza, é vista como incapaz de solucionar o problema dos “menores” em situação irregular. Assim, em 1975 a FUNABEM tornou-se alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como a CPI do menor, destinada a investigar o problema do “menor” no Brasil, e designada para buscar soluções para os problemas dessa população. Ao final, em seu relatório a CPI (1976) apontava a falta de condições da FUNABEM e pediu providências à Presidência da República, por exemplo, a criação de um ministério específico para o atendimento ao “menor”, com grandiosos projetos dotados de autonomia administrativa e financeira. Contudo, a realidade da FUNABEM pouco mudou, além de subordinar-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (BAZÍLIO, 1985; SARDINHA, 1987; RIZZINI, 2009).

No campo das políticas de atendimento à infância e à juventude havia uma transformação em curso, e o ano de 1979 foi declarado como o Ano Internacional da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas. No Brasil vários movimentos a favor da infância e juventude são realizados. Diante do panorama de transformação ao atendimento a infância e

juventude na época, a FUNABEM buscou reformular sua política e apresentou um projeto de descentralização do atendimento, em que a política agora passava a ser vista como um direito. De acordo com Irene Rizzini (2009, p. 312), o Projeto Diagnóstico Integrado Para Uma Nova Política do Bem-Estar do Menor baseava-se em repensar a política de atendimento a infância e juventude e propor novas formas de atuação.

> Se a gente for analisar o processo da FUNABEM, como é que num processo de rompimento com uma instituição como a FUNABEM, que era uma instituição "total", e um grupo internamente, como eles conseguiram colocar dois campos bem opostos de propostas claras em uma própria instituição: FUNABEM "total", que era o Padre Severino, João Luís Alves, um braço no Santos Dummont, que era aqui. E o oposto, que era um conceito de descentralização, de humanização, de pequenas unidades, e falando isso na base do Código de Menores, não está se falando de Estatuto da Criança e do Adolescente. É em 84 (1984), 85 (1985).. O conceito da descentralização, que é um dos livros que esse grupo de trabalho concedeu, via a lógica de um ordenamento jurídico, que não era o ECA, mas viam lógica, dizer que o atendimento, do confinamento, da coerção, não sei o que, era condenado, em 84 (1984)! Claro que contextualizado isso com um processo claro de democratização. A conjuntura política favoreceu que esse grupo político aflorasse dentro da própria FUNABEM. E favoreceu também, porque, este é o depoimento das pessoas que participaram disso. No caso, Carlos Alberto P. Sardinha, Luís Pascoal Marra, favorecido também pelo gestor da FUNABEM, que era a professora Marina Bandeira, que foi, acho que fundamental para que esse desenho se aflorasse. Desenho, assim, deu poder para esse grupo de trabalho construir uma proposta de trabalho diferenciada, oposta da prática da FUNABEM que era condenada pela sociedade, pela militância na área da infância e da juventude, que, na década de 80, construiu o quê? A proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Entrevista cedida pelo CEDOM)

O relato acima, de um socioeducador do DEGASE que também fez parte da equipe da FUNABEM, esclarece que, apesar de todos os problemas vivenciados pela instituição, havia em seu quadro funcional grupos de profissionais que criticavam o sistema, e pensavam de forma progressista, um olhar voltado para a humanização do sujeito. Irene Rizzini (2009, p. 314) também apontou que, de certa forma, "o sistema tinha contribuído, quando menos, como exemplo negativo, para o surgimento, no seu corpo técnico, de pessoas comprometidas com uma visão crítica e uma pauta de alterações institucionais mais ou menos profundas". Por conta desses profissionais e das transformações políticas da época, foi possível pensar criticamente a FUNABEM, e perceber pontos que necessitavam de mudanças urgentes: a centralização excessiva, ênfase no controle da sociedade pelo Estado, burocratismo dispendioso, clientelismo político, baixa remuneração dos servidores e baixo investimento em recursos humanos. Nesse contexto, o olhar sobre o "menor" também se modifica. Segundo Irene Rizzini (2009, p. 317), agora essa categoria passa a ser vista como vítimas da exploração, da profissionalização irregular (furto, tráfico, prostituição etc.) da rua (como espaço de trabalho e/ ou habitação), das

drogas, da deficiência física e/ ou mental ou do confinamento. Dessa forma, percebe-se a necessidade do fortalecimento do núcleo familiar em detrimento do confinamento. Nesse novo cenário, a FUNABEM desativou alguns complexos, como os do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e lançou os novos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM). Segundo Celeste Moreira (2005, p. 23), o CRIAM foi "projetado no início da década de oitenta e implantado pelo Governo Federal em 1988 em todo o estado do Rio de Janeiro. A União repassava a verba federal para a instituição por meio de convênios com prefeituras, entidades públicas e filantrópicas que administravam as unidades de atendimento".

> Na época da FUNABEM tinha uma coisa que chamavam plenária dos CRIAMs que era um encontro dos gestores, técnicos, agentes, era realizado dentro da FUNABEM no centro da cidade, mensal, se discutiam as questões de cada CRIAM. Cada CRIAM tinha um mantenedor diferente, eram diversas instituições de diversas modalidades, a FUNABEM prestava uma orientação e estimulava a integração de todas as equipes dos diversos CRIAMs, então havia muita integração. No desenho original dos CRIAMs, todos tinham portas de madeira com vidros, muros baixos, visibilidade, todos se viam, quem está dentro, quem está fora. Todos tinham a visão de todos, era um conceito pautado no conceito de que ali estava colocando em xeque o conceito de internação. Todos tinham sua cama, era o conceito de descentralizado e de atendimento em pequenos grupos, que é o que se fala hoje. Os meninos não precisavam ficar confinados em celas para serem cuidados, eles podiam estar em espaços humanizados, arejados, respeitada sua condição física. O CRIAM nunca precisou se adaptar ao ECA, ele já estava no desenho do ECA enquanto instituição. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

Nessa narrativa é verbalizada nitidamente a proposta dos CRIAMs, que tinham como prioridade a aproximação com a sociedade e com sua clientela. O projeto da criação dos CRIAMs era tido como revolucionário, e para a época era mesmo, pois apesar do momento de transformação vivida pelo país, ainda se olhavam as instituições de forma totalitária. Em sua fala fica evidenciado o orgulho vivenciado por todos que participaram desse momento. Ressalta o caráter histórico do processo de descentralização que se iniciou ainda na década de 1980 no apagar das luzes do Código de Menores.

Várias falas de socioeducadores apontam o momento da implantação dos CRIAMs. Os relatos mostram as dificuldades da implantação desse modelo. Em especial porque foi vivenciado no momento de transição do atendimento em nível federal para o processo de estadualização. Mas também apontam a riqueza dessa conjuntura, com direções escolhidas pelos próprios servidores. Segundo alguns relatos, as gestões dos CRIAMs, inicialmente, eram guiadas pelas vivências dos movimentos sociais da época, e de alguma forma, acreditavam em alguma possibilidade de mudanças.

> Na época as direções saíram das próprias equipes; você não poderia cair de paraquedas em uma direção, então pra ser escolhida diretora de unidade você tinha que estar na equipe técnica, tinha que estar dentro da unidade, então acho que isso foi um ganho que a gente hoje perdeu; na época a gente tinha isso, então todas as direções dos CRIAMs eram técnicas que saiam da própria unidade de atendimento. Não podia cair de paraquedas, isso foi bem no iniciozinho dessa nova proposta de trabalho, então as direções saíam das equipes e tinham que ser técnicos, não podiam ser agentes. (Entrevista realizada em 13/07/2023)

> Foi uma experiência riquíssima, era um trabalho de equipe fantástico, foi onde eu conheci o Sidney, uma outra referência de trabalho, um cara espetacular. Ali tinha um trabalho com os meninos que eu nunca vou esquecer. tinha assembleia com os meninos para discutir deliberações, problemas, assim; era uma experiência que é muito de quem faz movimentos sociais, e eu não tinha essa canja de fazer isso, mas tinha uma galera que trabalhava com isso que fazia um trabalho legal; tinha miniequipes que faziam reuniões com os meninos para discutir questões administrativas, tinha sempre um administrativo, um técnico e um agente com um grupo de meninos que se incumbiam de resolver as questões do grupo. Quando acontecia de o grupo deliberar alguma sanção eram os meninos que criavam as mais radicais possíveis, isso eu nunca esqueci. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

É importante salientar que esses equipamentos foram implantados apenas no estado do Rio de Janeiro como experimento. Após serem reavaliados e, mediante a aprovação, a proposta é que seriam implantados em todo o país. O projeto inicial era a construção de 15 novas unidades para atender a até 32 adolescentes residentes de ambos os sexos. Mas, após a sua implantação, foi criado mais um CRIAM, totalizando 16 unidades.

> Aí então houve a descentralização. A ideia do CRIAM era exatamente isso, descentralizar o sistema. Isso em 88, da própria FUNABEM. O que aconteceu? Tinha um grupo na Funabem que, descontente com o tipo de atendimento que era feito, esse grupo se reuniu e fez um projeto, chamado Projeto CRIAM. Depois de traçar, de estudar, e de passar pela assembleia e ter sido aprovado o projeto, fizeram os CRIAMs. Só que esse projeto ainda seria avaliado durante três anos para saber se ia continuar ou não. E foi um sucesso, porque realmente começou naquela época a descentralização. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

O CRIAM tinha como objetivo integrar recursos humanos e infraestruturas (públicos e privados) que deveriam atender a todos os “menores” em situação de risco, buscando soluções para os problemas que atingiam as populações “carentes”, o que incluía a família. O projeto apontava uma parceria entre municípios e Governo Federal, em que as equipes de profissionais e os recursos seriam de responsabilidade das prefeituras e o monitoramento realizado pelo Governo Federal.

> Eu fiz processo seletivo em 89, pela SEFLU, que foi uma mantedora do CRIAM Nilópolis de 89 a 92; acho que foi esse período, posso estar errado, mas acho que foi isso. Eu fazia um curso de direito social, aí uma colega minha me avisou do edital.

> Me chamaram, pois queriam pessoal com experiência em movimentos sociais e como eu já militava nessa área, para mim foi um facilitador, eu fiquei lá em Nilópolis. (Entrevista realizada em 20/07/2023)

> Eu entrei no DEGASE ainda não era DEGASE, era CBIA (FUNABEM); a gente entrou atrás de um processo seletivo feito pela FUNABEM. Já tinha uma proposta de mudança do passado, bem centralizado, que até então o trabalho era bem centralizado, e aí foram criadas unidades para descentralizar o trabalho da FUNABEM; criaram os CRIAMs, e aí essa equipe foi formada por um processo seletivo da ex FUNABEM, foram trabalhar nesses centros. Quer dizer que foi em 1991, 90 para 91. Eu iniciei meu trabalho no CRIAM de Bangu, fiquei lá um bom período, depois dirigi o CRIAM de Bangu também um tempo, mais ou menos uns 2 anos. E depois, na época, surgiu o concurso, até então a gente era contratado, a gente não era concursado, o concurso foi em 1994, né? Foi o primeiro concurso que teve, então nós fizemos esse concurso. Eu passei, mas só fui chamada em 98. (Entrevista realizada em 21/08/2023)

Ambos os relatos acima mostram os convênios estabelecidos entre o público e o privado e as relações de trabalho estabelecidas. Demonstra também que cada CRIAM se organizava de forma diferenciada, o que fragilizava o processo de descentralização, apresentando, como entrave, a falta de articulação entre a União e os municípios, destacando a ausência de transparência dos acordos feitos e a desvalorização sofrida pelos funcionários em seus contratos de trabalho.

Em meio ao processo de implantação dos CRIAMs, e ao cenário de transformação política no país, em 1988 é promulgada a nova Constituição da República. E para adequar a política na área da infância e juventude brasileira, era necessária a criação de uma lei que sedimentasse o artigo 227[18] da Constituição Federal (CF) que assegura todos os direitos à criança e ao adolescente por sua condição peculiar de desenvolvimento. É criado, assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que traz o novo paradigma da Proteção Integral. Pautado pelas diretrizes da CF e das Convenções Internacionais sobre os direitos das crianças das quais o Brasil é signatário, tais como: a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959); a Convenção Interamericana de Direitos Humanos e a Convenção Americana, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica (1969); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) (Silva, 2021, p.28).

Diante da previsão da descentralização da execução das medidas de internação e de semiliberdade, em que o atendimento deveria ocorrer próximo à família e à comunidade de

[18] CF - Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.Acesso em: 30/07/2023.

origem do adolescente. A política relacionada a infância e juventude passou por uma profunda mudança, o que determinou o fim da federalização dessas ações, que foi assumida pelos Estados da União. Logo, a FUNABEM perde a sua razão de existir, e é criada em 1990 a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA) – subordinada ao Ministério da Ação Social, que tinha por objetivo implementar a política garantidora de direitos por meio da ação interinstitucional e intersetorial articulada e integrada com as demais esferas da administração pública e da sociedade civil (BAZÍLIO, 1985; SARDINHA, 1987; RIZZINI, 2009).

> A FUNABEM nos reuniu, representantes de cada CRIAM, "vamos sentar aqui e nós vamos fazer uma avaliação, vai ser preciso chamar o município aqui, chamar o judiciário, chamar as ONGs para que cada um diga assim: 'Vale a pena continuar CRIAM ou não?'" [...] A lei dizia muito clara: não misturar; agora é "infrator"; o menino que estava pobre, sem recurso, não era caso mais de ir para uma instituição. A lei prevê outra coisa [...] "então vamos adequar. Vamos chamar todo mundo para uma jornada." Aí, os CRIAMs, a gente nomeou uma comissão. Eu fazia parte da Região Serrana. [...]. E, de repente, aqueles CRIAMs viraram braços e pernas do Judiciário com sua equipe técnica, porque o Judiciário não tinha ainda estruturado isso, uma equipe técnica como tem hoje. Então, ali era tudo. [...] "É necessário, mas tem que ter uma organização, porque está errado do jeito que está." Porque, quando foi criado, a previsão eram as três modalidades: protetiva (uma casa de passagem), um espaço realmente para semiliberdade e um terceiro espaço que seria para internação. [...] aí, chegou-se à conclusão, já com a equipe do governo, de que quem teria que assumir era o estado. E nós estávamos de acordo, porque não adiantava a disparidade. Fazia o mesmo trabalho do município e tal, mas o salário era diferente, o atendimento era diferente. O município que tinha royalties era de um jeito, o município que não tinha era outro. E o adolescente deveria ter atendimentos iguais em qualidade. Aí, findando aquilo ali, a secretaria, a equipe de transição do governador que ia chegando, sentou-se com a gente e fechou-se: então vai ser o estado que vai assumir. (Entrevista cedida ao CEDOM)

O relato acima nos traz importantes esclarecimentos sobre o momento de passagem da federalização para a estadualização. Aponta as diferenças dos CRIAMs de acordo com sua realidade local. E mostra como foi difícil para os profissionais se adequarem aos novos atendimentos realizados pelos CRIAMs, além de pontuar a dificuldade de todos os atores envolvidos na adaptação da nova realidade que estava por vir. É importante enfatizar que, com a passagem dos CRIAMs para o Estado, esses equipamentos ficaram destinados apenas aos atendimentos de adolescentes que estavam em cumprimento de MSE por determinação judicial.

Com o fim da FUNABEM e o processo de estadualização em curso, ainda na vigência da FCBIA, cada estado brasileiro ficou responsável por criar um órgão que iria executar as

medidas socioeducativas[19] pertencentes ao seu estado, no caso do estado do Rio de Janeiro, o órgão criado para esse fim foi o DEGASE. A implementação dessa política encontrou dificuldades, em especial as ligadas a questões financeiras, na medida em que o artigo 1º do decreto 18.493 de 26/01/93, que institui a criação do DEGASE, especifica a formação do departamento sem qualquer despesa. Aderaldo Santos (2007) menciona que há uma prática recorrente do Estado em não fornecer o necessário para criação e manutenção das instituições ligadas a infância e juventude pobre, não proporcionando "recursos financeiros e humanos condizentes para prestar um atendimento adequado", e continua sua reflexão mostrando que esse descaso do Estado leva "à falência dessas instituições, que ficaram mais conhecidas como espaços de violação dos direitos humanos fundamentais, do que propriamente como lugar de recuperação de crianças e adolescentes". E afirma que, com a criação do DEGASE sem verba, "foi negada, mais uma vez, a compreensão da criança e do adolescente como sujeito de direitos" (SANTOS, 2007, p.48).

> Essa equipe de transição participou, na época, da criação do DEGASE, também teve uma demanda muito grande, a manifestação da Candelária, nós tivemos participação ativa nisso. A sede do DEGASE ficou um tempo na Mangueira, onde é hoje SEMASE Ayrton Senna, um equipamento do estado, o CERIM, Centro de Recepção Integrada de Jovens, funcionou naquela época. Nesse centro os órgãos estariam todos integrados, MP, defensoria, juizado. Onde tudo estaria muito agilizado: atendimento familiar, audiência, essas coisas todas. Na prática não deu certo, porque as vaidades das pessoas impediram todos de estarem juntos nesses lugares. Mas na questão da Candelária, o DEGASE participou ativamente, teve que ceder lugar para os meninos que estavam ameaçados pela chacina; sei que foram 15 dias, aí depois foram transferidos para CRIAMs, mas depois veio a ordem, não vamos garantir mais nada para essa galera, detona, faz o quê? Se o cara não tem mais direito, foi largando, mandava para rua. (Entrevista realizada em 13/07/2023)

A narrativa mostra o jogo de forças atribuído entre o Estado e os órgãos federais, por meio das unidades que ficavam sob suas responsabilidades. Com a criação do DEGASE em 1993, ainda que não tivesse iniciado suas funções, o órgão herdava os CRIAMs, que na época,

[19] As medidas socioeducativas estão sedimentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, em seu artigo 112 e são endereçadas a adolescentes (12 anos a 18 anos incompletos) que praticam ato infracional:
Art.112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as adolescentes as seguintes medidas:
I- Advertência
II- Obrigação de reparar o dano
III – Prestação de Serviços à comunidade
IV – Liberdade Assistida
V – Inserção em regime de semiliberdade
VI – Internação em estabelecimento educacional
VII – Qualquer uma das previstas no art.101, I a VI

segundo o entrevistado, abrigavam alguns sobreviventes da “chacina da Candelária”, como ficou conhecido o genocídio de vários jovens na madrugada de 23 de julho de 1993, em que dois carros com placas ocultadas dispararam contra as pessoas que dormiam naquele local. A TV Globo apresentou, em 22/07/2023,[20] uma reportagem sobre o assunto, visto que a tragédia completava 30 anos. Durante a reportagem, o jornalista relatou que na época vários sobreviventes foram abrigados em locais desconhecidos. Assim, corroborando com a fala do entrevistado, os CRIAMs foram um desses locais de abrigamento desses jovens. No entanto, logo que passou para a esfera estadual, em que teria a função de atender apenas adolescentes acusados de ato infracional, o Estado se sentiu isento de atender essa clientela. O que nos faz compreender que a falta de compromisso e de implicação da sociedade e de outros órgãos com os direitos de crianças e adolescentes, principalmente com os mais pobres, fez o DEGASE já iniciar suas atividades sem cumprir as obrigações mais básicas estabelecidas no ECA, ou seja, a proteção integral de todas crianças e adolescentes.

> Com a criação do DEGASE, teve um recorte e foi colocado adolescente em conflito com a lei, foi o recorte definitivo ali; essa negociação levou anos e anos para ser planejada. O DEGASE levou um ano para ser implantado, só que havia uma pressão política muito grande para que o Estado assumisse as unidades, o que aconteceu nas negociações políticas; a questão técnica ficou secundária. Então, quando o DEGASE assumiu a estrutura não estava nem na metade preparada para assumir. Durante o boicote dos servidores federais que não queriam perder aquele espaço, eles tinham medo de perderem gratificações, privilégios, aí deu aquele problema todo; a primeira cabeça a rolar foi da direção do DEGASE. Assim a questão técnica foi anulada, porque Brizola e Nilo batista decidiram lá por cima que tinham que assumir, era compromisso do Estado, tinha acordos políticos. Ali muita gente chegou e foi embora, e as consequências desse desdobramento foi acontecendo. O departamento teve o momento de criação dele, era o momento? Era possível, e do jeito que foi possível, foram feitas as mesmas possibilidades do DESIPE, porque não tinha como criar outro modelo; a estrutura da secretaria de justiça só poderia ser departamento, do ponto de vista de cargos, tinha que ser na lógica da secretaria; não podia ter um modelo diferente do ponto de vista pedagógico aí não, foi o oposto do que está lá. Não sei se alguém tem, mas o primeiro documento do DEGASE fala o oposto do DESIPE. (Entrevista realizada em 21/08/2023)

A fala acima reforça o entendimento de que o Estado não recebeu bem a missão de trabalhar com a política socioeducativa. E desde o seu início, associou tal política ao cárcere, colocando o novo programa junto ao atendimento ao sistema prisional do estado, na Secretaria de Justiça – o que, a princípio, já estava na contramão de todo o movimento que a fez chegar

[20]Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/22/testemunha-da-chacina-da-candelaria-fala-pela-primeira-vez-so-via-fogo-descendo-e-eles-gritando.html. Acesso em: 29/072023

nas mãos do Estado. A partir daí, tudo que se viu foi uma grande crise identitária dessa política no estado do Rio de Janeiro. A passagem do DEGASE por diversas Secretarias se soma a um discurso que por vezes se desvincula totalmente de sua prática, fazendo lembrar o percurso realizado pela antiga FUNABEM. De acordo com Aderaldo Santos (2007), todas as instituições que atendiam à população infanto-juvenil, tais como SAM, FUNABEM, FEBEM, DEGASE, tinham algo em comum, eram lugares endereçados aos negros "Talvez por isso, poucos se importavam com o desrespeito aos direitos daqueles que estavam sobre a tutela do Estado; e menos ainda com o fato de o próprio Estado, que deveria defender o estado de direito, atuar, contraditoriamente, como desrespeitador do estado de direito" (SANTOS, 2007, p.78). Desse modo, Aderaldo Santos (2007) nos aponta respostas para a falta de compromisso com a missão socioeducativa, com a própria Constituição Federal e as diretrizes do SGD da infância e juventude, no que se refere aos direitos desses adolescentes e suas famílias, assim como em relação às legislações internacionais.

Quando se recebe uma estrutura, recebe-se também uma cultura, e com o DEGASE não foi diferente. A FUNABEM passa para o DEGASE sua estrutura que vigora até os dias atuais, unidades com muros altos repletos de concertinas, portões de ferro, com a presença de grades e cadeados, inclusive fora de unidades, em espaços ligados a formação e a gestão, com total vigilância por meio das câmeras de segurança. O DEGASE também herda toda a cultura de repressão, controle e punição. Francyne Andrade (2023) descreve em sua dissertação de mestrado a sensação de estranheza que causa caminhar pelas ruas onde ficam localizadas as unidades do DEGASE: "uma paisagem estranha, que quase parecia dizer 'há perigo na esquina'. Acho que a melhor forma de descrever o que vi é pela sensação de estar 'presa' mesmo caminhando livremente pela rua" (ANDRADE, 2023, p.80).

2.2 O DEGASE e sua trajetória

Apesar de todos os problemas já constatados, o DEGASE foi implantado após um processo de redemocratização, em que o sentimento da população ainda era de liberdade, esperança e busca de garantia de direitos. Contudo, havia muitos atravessamentos, e a crise de identidade entre o velho e o novo era clara. Bruna Coelho (2019) pontua que ainda que a CF de 1988 tenha sido aprovada por representantes eleitos pela sociedade e tenha favorecido as camadas populares e os trabalhadores, o que a transformou em um marco do rompimento

definitivo com a ditadura, aconteceram muitas articulações políticas durante o processo de transição que não permitiram um rompimento total com a ditadura e suas representações, uma vez que "muitos políticos que eram a favor dos militares se rearticularam e não desistiram de seus cargos públicos e conseguiram ser eleitos de maneira democrática através do voto" (COELHO, 2019, p.67). Dessa forma, a todo o momento, se viam práticas da velha ditadura atravessando a nova democracia, mas havia movimentos na sociedade que faziam as "placas tectônicas" se desorganizarem na busca dos objetivos propostos pela CF. Utilizo-me do termo "placas tectônicas" metaforicamente para pensar a criação de várias normativas a favor da sociedade, que de algum modo, não permitiam o retorno de velhas práticas, e forçavam o Estado a garantir direitos à população, por exemplo, a criação do ECA, em que para desconstruir a rigidez de estruturas ultrapassadas e arraigadas, foi preciso provocar um tsunami produtivo e levar a novas construções que abarcassem os direitos humanos. Dentro do DEGASE recém-criado, não era diferente, apesar de toda estrutura prisional e das variadas violências perpetradas naquele espaço, a equipe recém-chegada pelo concurso realizado em 1994 funcionava como "placas tectônicas" e de alguma maneira fizeram aquele lugar se movimentar.

> Não tinha nada, não tinha nem papel, mas a nossa equipe era boa, não tem papel não?! Ok, a gente compra, fazia vaquinha para comprar o papel. O relatório era feito à mão, manuscrito. Era uma luta, os contratados torcendo para tudo dar errado, mas a gente não desistia não. (Entrevista realizada em 08/09/2023)

> A gente não dormia, tinha medo de os caras fazerem covardia com a gente, aí combinávamos entre a gente: dorme aí, que eu fico de olho; eles queriam rebelião, a casa tinha que estourar para dizer que a gente não sabia trabalhar. Nessa, um monte de amigos nossos foram embora. Mas a gente fazia tudo pros moleques gostarem da gente pra casa ficar tranquila. Eles ficavam putos! (Entrevista realizada em 19/06/2023)

> Não tinha como atender às famílias, mas a gente dava nosso jeito, ficava em uma sala bem pequena, só tinha uma sala, a colega esperava uma sair para a outra atender. Mas nunca desistimos, às vezes a gente atendia na mesma sala famílias diferentes, falava baixinho para uma família não ouvir a história da outra, porque ainda tinha isso, você não sabia se ia dar problema lá fora, tinha que ter cuidado! Você sabe que nossos colegas que foram para o ESE atenderam embaixo de uma árvore né? Não é lenda não! Você é dessa época, sabe disso. (Entrevista realizada em 25/07/2023)

> A pedagogia e a musicoterapia não tinham espaço para trabalhar, eu e a outra profissional fomos buscando uma sala, fomos lá atrás perto da piscina. A gente pensou, é nos fundos, mas a gente pode usar, tem sala aqui. A gente pode usar para poder fazer os nossos grupos aqui, né? Não tinha mesa, não tinha cadeira, não tinha móvel, tinha nada, mas aí a gente vai ver. Como é que ele vai fazer, não é? Ficamos então lá atrás, longe de todos, mas foi o que era possível. (Entrevista realizada em 11/07/2023)

Os variados relatos acima mostram a luta travada pelas equipes para iniciarem seus trabalhos, e darem continuidade ao atendimento aos adolescentes e seus familiares, apesar do espaço degradado que receberam devido a várias rebeliões ocorridas durante o processo de transição, e ainda, mediar a convivência com os profissionais contratados que, por entenderem que seus empregos estavam ameaçados, buscavam formas de confrontar os novos concursados. Mariluce Moreira, em sua monografia (2002), afirmando a fala do socioeducadores acima, relata "todos têm de se defrontar com as situações de impotência e insegurança diante das rebeliões, agressões e mortes seguidas ou não de evasões" (Moreira, 2002, p.12). Contudo, a autora pontua que, em 2002, época da produção de sua monografia, o cenário apontava mudanças com a gestão de um socioeducador concursado do DEGASE e com a mudança de Secretaria:

> No atual momento em que o sistema se encontra, há quatro meses de uma nova direção geral, onde pela primeira vez se tem um educador realmente comprometido com a ação socioeducativa, e dentro de uma nova Secretaria, a de Direitos Humanos, atualmente separada da Secretaria de Justiça. Tenta-se desvinculá-lo do sistema penitenciário com iniciativa de que não seja mais o "primo pobre do DESIPE", com relação aos recursos orçamentários e deixe de ser um "mini desipinho", com relação ao tratamento oferecido à questão das medidas socioeducativas. Essa mudança é significativa, principalmente por estarmos presenciando iniciativas como o primeiro encontro do DEGASE, onde profissionais de diversas categorias começam discutir o seu plano pedagógico e este será seguido de outros nas áreas de drogas e saúde, com objetivo de começar estabelecer políticas internas de atendimento e influenciar nas externas junto com outros seguimentos sociais (MOREIRA, 2002, p.32).

Infelizmente, a gestão desse socioeducador durou apenas oito meses, o que se viu a partir da saída dessa gestão foram várias gestões ligadas à segurança pública, incluindo-se a atual, iniciada em 2021. Com o passar do tempo, a organização do sistema socioeducativo foi tomando forma, e apesar dos conflitos, rebeliões e a existência de várias formas de violência evidenciadas no sistema socioeducativo, a implantação de novas normativas e resoluções, como a resolução de 2006 do SINASE, e o Plano de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) entre outros, fez a instituição repensar a todo momento sua própria prática e o entendimento da socioeducação como uma política a ser seguida. Havia um movimento do órgão de tentar sistematizar suas ações. A política fora dos muros também parecia apresentar uma certa confiança na estabilidade da democracia brasileira, ainda que apontando a todo momento suas fragilidades.

> No final de 2002 fui convidada para compor a equipe da coordenação de saúde que passaria a ser criada e teria uma Divisão de Psicologia, que fui diretora por três anos. (Entrevista realizada em 20/06/2023)

> Nossa equipe montou um Programa (modelo guarda-chuva) que demos o nome de "TRAÇANDO CAMINHOS". Ele tinha diversas ações, trabalhos voltados para família, medida de Liberdade Assistida, descentralização de unidades de medidas socioeducativas, um centro de profissionalização para os adolescentes e a criação de uma escola de formação e qualificação para servidores. (Entrevista realizada em 13/07/2023)

> A gente conseguiu trazer o Jovem Aprendiz para o DEGASE. Nós executamos aproximadamente 400 a 450 vagas nos 8 anos. [...] tinha cursos profissionalizantes em todas as unidades aqui da Ilha do Governador, em São Gonçalo e em Campos. [...] A gente trouxe o Flamengo, a gente trouxe o Fluminense. [...] Foram experiências novas para o departamento e para esses parceiros e foi muito importante. Tinha dias aqui no Campos CECEL com 250 jovens, manhã e tarde fazendo nosso curso. (Entrevista realizada em 30/06/2023)

Os relatos acima mostram iniciativas que ocorreram no decorrer do tempo, na tentativa de implantar a política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, apesar de todas as dificuldades encontradas. O DEGASE começava a modificar sua estrutura e a buscar alternativas para um atendimento mais qualificado. Fora dos muros também havia mudanças significativas. Oswaldo Munteal et al. (2022) no livro "A socioeducação e o DEGASE: desafios e perspectivas do atendimento socioeducativo no Estado do Rio de janeiro", elaborado pelo LABES/UERJ em parceria com o DEGASE, realizou uma linha do tempo destacando alguns eventos que nos ajudam a compreender a política socioeducativa ao longo dos anos. Para a construção da tabela a seguir foram incorporados mais alguns documentos que considerei importantes, retirados da Cartilha Breve histórico do DEGASE elaborada pelo CEDOM (SANTOS et al. 2022):

Tabela 4 – Linha do tempo DEGASE

1990	Aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
	Regulamentado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDCA/RJ, por meio da lei n. 1.697, de 22 de agosto de 1990.
1991	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por meio da lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, órgão colegiado previsto no ECA.
1993	Criado o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), por meio do decreto 18.493, de 26 de janeiro de 1993, ligado à Secretaria de Estado de Justiça, órgão responsável pelo sistema socioeducativo no estado do Rio de Janeiro.
1994	Realizado o primeiro concurso público, organizado pela Secretaria Estadual de Justiça (SJU), para formar o quadro funcional do Departamento de Ações Socioeducativas (DEGASE).
	São criados Colégios Estaduais no interior das unidades de internação do DEGASE, por meio do decreto estadual n. 20.581, de 28 de setembro de 1994.
1996	Determinado, por meio da resolução do CONANDA n. 46, de 29 de outubro de 1996, que a capacidade máxima das unidades de internação não deve exceder a quarenta adolescentes.

1997	Rebelião na Escola João Luiz Alves (EJLA), unidade de internação de adolescentes do sexo masculino do Departamento de Ações Socioeducativas (DEGASE).
	A Casa de Custódia Muniz Sodré, desativada do Complexo Penitenciário de Bangu, se tornou uma unidade socioeducativa denominada Educandário Santo Expedito.
1998	É criado, em Belford Roxo, o Centro de Atendimento Intensivo (CAI), com objetivo de atender os adolescentes em conflito com a lei, conforme o regime de internação na Baixada Fluminense e demais municípios do Estado.
2001	O DEGASE passa a se vincular à Secretaria de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário (SEJDHSP), por meio do decreto lei n. 28.698, de 16 de julho de 2001.
	São inaugurados, por meio do decreto n. 29.218, de 14 de setembro de 2001, os colégios estaduais Gildo Candido da Silva e Barbosa Lima Sobrinho, no Educandário Santo Expedito (ESE) e no Centro de Atendimento Intensivo da Baixada (CAI-Baixada) respectivamente.
	Criada a Escola Socioeducativa do DEGASE, por meio do decreto n. 29.113, de 31 de agosto, de 2001, com objetivo de realizar estudo, pesquisa, produção científica e formação e capacitação dos servidores de diversas áreas que atuam no atendimento de adolescentes em conflito com a lei.
2003	É deliberado pelo Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ), por meio da resolução n. 3, de 16 de abril de 2003, que a Entidade Pública Executora de Medida Socioeducativa – fundação ou órgão autônomo - deve vincular-se à Secretaria Estadual de Educação, à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, à Secretaria de Ação Social ou estar diretamente ligada ao Gabinete Civil, não podendo estar vinculada às Secretarias de Segurança ou de Justiça.
2004	É regulamentado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pelo decreto n. 5.089, de 20 de maio de 2004, com objetivo de elaborar normas gerais para implementar a política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
2006	O CONANDA aprova o Sistema de Atendimento Socioeducativo – SINASE, por meio da resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006.
	O Sistema de Garantia de Direitos infanto-juvenil é consolidado pela resolução CONANDA n. 113, de 19 de abril de 2006.
	O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) aprovado pelo CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – Resolução nº 1/2006.
2007	É criado, no Estado do Rio de Janeiro, o Sistema de Identificação do Adolescente (SIAD).
	É feito um Processo Seletivo para a Contratação Temporária de Profissionais de Níveis Superior, Médio e Fundamental para o DEGASE.
	Processo de municipalização das medidas de meio aberto.
2008	O DEGASE passa a vincular-se à Secretaria Estadual de Educação, conforme o decreto n. 41.334, de 30 de maio de 2008.
	Agentes do DEGASE são autorizados, pelo decreto n. 41.553, de 17/11/2008, a utilizar "armas não letais".
	A Escola Socioeducativa passa a denominar-se Escola de Gestão Socioeducativa, por meio do decreto n. 41.144, de 24 de janeiro de 2008.
	É reinaugurada a Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire – ESGSE, por meio do decreto de n. 41.482, de 18 de setembro de 2008, no DEGASE.
2009	É criado o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Rio de Janeiro – CEDECA.
	Os CRIAMs, responsáveis pelas medidas de semiliberdade, passam a se chamar Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), conforme o decreto n. 41.983, de 6 de agosto de 2009.

	É criado o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativos, por meio da lei n. 12.106, de 2 de dezembro de 2009.
2010	É instituído o Plano de Atendimento Socioeducativo do Governo do Estado do Rio de Janeiro – PASE/RJ, pelo decreto n. 42.715, de 23 de novembro de 2010.
2011	Processo seletivo realizado para provimento efetivo de profissionais de Níveis Superior, Médio Técnico, Médio e Fundamental.
2012	É criada a lei n.12.594, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
2013	São instituídas as Diretrizes Gerais de Implantação do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, por meio da portaria DEGASE n.15R, de 4 de novembro de 2013.
2014	É instituída a Escola Nacional de Socioeducação (ENS), por meio da portaria n. 4, de 9 de janeiro, com objetivo de promover a qualificação e profissionalização dos agentes públicos que atuam com medida socioeducativa.
	É iniciada a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI/Portaria MS 1.082/2014).
2015	É aprovado o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (2015- 2024), conforme deliberação CEDCA/RJ n. 45, de 7 de outubro de 2015.
	É criado o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do DEGASE (NEAB-D), espaço para debates e reflexões sobre as questões raciais, e responsável pela Revista eletrônica 'Aú'.
	Inaugurada a Biblioteca Central do DEGASE.
2016	Criado o núcleo de audiência de apresentação- NAAP.
2017	Órgão publica a portaria nº 441 que organiza a implementação da JR no DEGASE.
2018	O Supremo Tribunal Federal (STF), aceitando recursos apresentados pela Defensoria Pública do Espírito Santo, decide delimitar em 119% a taxa de ocupação da Unidade de Internação Regional Norte (Uninorte), em Linhares (ES), e determina a transferência dos excedentes para outras unidades que não estivessem com a capacidade de ocupação superior a fixada. Decreto nº 46.525 de 13 de dezembro de 2018 aprova o Regimento Interno Do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).
	Inaugurado o Núcleo Central de Justiça Restaurativa no DEGASE.
2019	É criado o Programa de prevenção de violências autoprovocadas ou autoinfligidas, com a finalidade de atender e capacitar agentes do DEGASE, para auxílio e enfrentamento da manifestação do sofrimento psíquico e do suicídio, conforme a lei estadual n. 8.591, de 19 de outubro de 2019.
	A unidade Educandário Santo Expedito foi desativada por determinação judicial.
	O STF limitou em 119% a taxa de ocupação de unidades de internação para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, estendendo, assim, para esses estados os efeitos de liminar em Habeas Corpus concedido em 2018, para restringir a ocupação da Unidade de Internação Regional Norte (ES).
2021	É lançado o programa DEGASE sem discriminação, uma iniciativa da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do DEGASE (Neab-D), com objetivo de impedir o racismo institucional e práticas discriminatórias no DEGASE.
	Criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento socioeducativo por meio da Resolução CNJ nº 367/2021.
2022	É alterada a estrutura organizacional do DEGASE da Secretaria de Estado de Educação por meio do decreto n. 47.923, de 17 de janeiro.

	Portaria DEGASE nº 1023, de 01 de abril de 2022, que institui o Regimento Interno da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire, no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).
2023	Portaria DEGASE nº 1277 de 12 de junho de 2023 institui o Código de Ética e Conduta Profissional Socioeducativa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

Fonte: Elaborado pela autora

Esta tabela nos possibilita uma observação relativa de como se deu o desenvolvimento deste departamento nestas três décadas, apresentando os principais eventos ocorridos em cada ano. Compreendendo que o DEGASE passou por diversas Secretarias até chegar à Secretaria de Educação, assim como um alto índice de trocas de gestores, totalizando 20 direções gerais em trinta anos. Em 2011, após escrever sobre a história do DEGASE em minha dissertação de mestrado, concluí pontuando algumas experiências que apontavam uma melhora significativa do órgão, inclusive com alguns elogios vindo da mídia e o relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que revelava a percepção de uma sensível melhora na atuação socioeducativa do estado do Rio de Janeiro, apesar de mostrar algumas de suas vulnerabilidades. Concluo apresentando alguns aspectos positivos e outros negativos encontrados na pesquisa:

> Dos fatores positivos nesse novo momento do DEGASE podem ser destacados a autonomia administrativa e financeira do Departamento; os investimentos na área da educação e da saúde integral ao jovem; o processo da municipalização das medidas em meio aberto realizadas com êxito; a busca de novas parcerias, o que permite uma abertura do sistema para a rede de atendimento e realização do concurso público. E, como fatores negativos: a implantação das câmeras de circuito fechado nas unidades; a permissão para o uso de armas não letais; as informações que, por motivos não identificados, continuam truncadas, não chegando muitas vezes aos principais interessados; a criação de uma Coordenação de Segurança e Inteligência agravada pela ligação da divisão dos agentes socioeducativos a essa coordenação. (LOPES, 2015, p.149)

É certo que nesses trinta anos de DEGASE muita coisa mudou, assim como a sociedade, e o DEGASE, como toda instituição, é fruto de uma sociedade e representa seus valores, crenças e ideologias. Com a mudança política ocorrida a partir de 2016 até 2022, o populismo, já vivenciado em 1990 com a eleição de Fernando Affonso Collor de Mello para presidente da república, retorna. Fabio Gentile (2022) destaca que esse retorno se consolidou com a

> crise do governo Dilma, *impeachment* da Presidenta em 2016, ascensão das direitas, vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, também se alimentando da vitória de Trump e do "trumpismo" nos EUA e de seu impacto na América Latina, e enfim o governo Bolsonaro (2019-2022)" (GENTILE, 2022, p.14).

Adriana Barbosa (2023) sinaliza que, a partir de 2018, “o movimento pela militarização do trabalho no sistema socioeducativo ganhou maior força”, e que parece ter como fundamento a ascensão de ideologias de uma guerra contra a juventude pobre e negra. O que promove “um processo de militarização da segurança pública no Brasil” (BARBOSA, 2023 p. 16). Podemos nos utilizar do conceito de “campo de manipulação simbólica”, de Pierre Bourdieu (2000), para pensar o lugar do DEGASE, como uma instituição reprodutora das narrativas vigentes, quando assume o discurso socialmente predominante. Uma vez que toda sociedade, incluindo as instituições que dela fazem parte, são manipuladas a reproduzir o discurso do Estado que é definido como o detentor do monopólio da violência simbólica legítima, que pode ser combinada com o uso da força física, e juntos constituem um campo de manipulação simbólica. (BOURDIEU, 2000, p. 243-252).

Na atualidade, presenciamos um discurso que, embora esteja voltado para a socioeducação, com poucas ações que favorecem a aproximação dessa política, cada vez mais o olhar da segurança pública se sobressai, e a impressão que se tem é que a socioeducação vem aos poucos se transformando em coadjuvante em detrimento de uma segurança pública que cada vez mais vem ganhando espaços e legitimidade. O DEGASE é atravessado por todo esse contexto, e aos poucos foi priorizando a segurança pública, criando mecanismos para sua eficácia. A Coordenação de Segurança e Inteligência (COOSINT) ganhou força, e passou a ser uma das maiores coordenações do departamento. Em 2014 instituiu o Grupamento de Ações Rápidas (GAR), que, segundo site do DEGASE, foi criado “para ser um grupo de caráter interventivo especializado na segurança das unidades socioeducativas da capital e de outros municípios do Estado. O GAR-RJ foi o primeiro grupo especializado em intervenção e segurança socioeducativa do Brasil.” Também faz parte de sua composição a Divisão de Capacitação Prática (DICAP), também descrita no site do DEGASE como “setor responsável por ministrar instruções, cursos e capacitações a todos os servidores do Departamento nos eixos da segurança socioeducativa”, criada em 2017. Compõem ainda seu quadro a Divisão de Escolta (DIVESC), descrita como “responsável pelo deslocamento de internos entre as unidades do DEGASE, Fóruns da Capital, Comarca e Interior e todas as Delegacias do Rio de Janeiro”. Assim como a Divisão de Ações com Cães (DAC), também descrita pelo DEGASE como “um setor do Departamento responsável pelo emprego de cães para detecção por faro e cinoterapia.”[21]

[21] Fonte: https://www.degase.rj.gov.br/node/179 Acesso em: 15/07/2023

Em 2017, a lei 7694/17 altera a nomenclatura do cargo de agente socioeducativo para agente de segurança socioeducativo, o que escancara a política de segurança como eixo principal nessa nova conjuntura política. E em 2020, por meio da Emenda Constitucional nº. 76/2020, altera a Constituição Estadual para incluir os Agentes Socioeducativos no rol dos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro[22] – ainda que o STF esteja julgando o mérito da questão, considerando uma possível ilegalidade. Contudo, sabemos que é uma tendência nacional, com a criação em 2019 da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo FENASSE,[23] em suas redes sociais, essa federação aponta a discussão e votação de uma PEC 365/2017 "que cria os corpos de segurança socioeducativa para supervisionar e coordenar as atividades de segurança dos estabelecimentos de adolescentes infratores," e lutam para inserir o Sistema Socioeducativo no Caput do artigo 144 da CF/88,[24] em que buscam

> "dar Segurança Jurídica para todo um sistema, que lida com menores e jovens adultos que cometeram crimes, onde estar figurando entre os órgãos de Segurança Pública na CF é promover um olhar profissional para um tema muito negligenciado e que influencia diretamente em toda a Segurança Pública e Defesa Social do país" (FENASSE, 2023).[25]

Em 2020, a ALERJ [26]inclui o DEGASE e, portanto, todos os socioeducadores no rol da segurança pública. Na prática, os agentes de segurança socioeducativa passaram a fazer jus à aposentadoria especial, entre outros direitos.

---

[22] Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%C3%A7%C3%B5es%20SILEP/Legisla%C3%A7%C3%B5es/2020/Emendas%20Constitucionais/EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA.%2076,%20DE%202020_INCLUIR%20AGENTES%20SOCIOEDUCATIVOS%20NA%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA.pdf?lve Acesso em: 07/08/2023

[23] https://www.facebook.com/fenassebrasil/?locale=pt_BR

[24] Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I - Polícia federal;
II - Polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - Polícias civis;
V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares.
VI - Polícias penais federal, estaduais e distrital
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 09/08/2023

[25] Disponivel em;/ https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/proposals/7333. Acesso em: 07/08/2023

[26] "DEGASE fará parte da estrutura da segurança pública": O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) será incluído no rol dos órgãos da Segurança Pública, ao lado das polícias Civil, Militar e Penitenciária e do Corpo de Bombeiros. É o que define a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/19, que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou por 49 votos favoráveis e 14 contrários, em segunda discussão, nesta terça-feira (29/09/2020). O texto foi promulgado pelo presidente do Parlamento Fluminense, deputado André Ceciliano (PT), e publicado no Diário Oficial do Legislativo. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/49503 Acesso em: setembro de 2023.

Enquanto a permissão para o uso de armas não letais em 2011 era vista como algo negativo, em 2019 foi regulamentada por meio da Lei 8.400/19, que dava porte de armas para os agentes de segurança socioeducativos do DEGASE, ativos e inativos. Contudo, em 2021, a autorização foi retirada por decisão do Tribunal de Justiça, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ).

Com o DEGASE cada vez mais voltado para segurança pública, o problema da falta de transparência parece ter se agravado consideravelmente. O site do DEGASE, até o momento desta pesquisa, ao se procurar qualquer informação relacionada às unidades, aparece apenas em desenvolvimento. Também não conseguimos saber precisamente o número de socioeducadores, mais difícil ainda é a existência de contratados, como isso é feito e quantos são, embora saibamos de sua existência. O site do DEGASE é destinado a colocar as notícias midiáticas, apontando as boas práticas, o que não é ruim, pelo contrário, é um alívio saber que várias atividades acontecem em favor dos adolescentes, familiares e até socioeducadores. É o que imaginamos ser socioeducação em ação. Entretanto, em função de ser um órgão público, o site deveria fornecer mais informações a respeito de estrutura física, funcionários e o funcionamento do órgão. A questão é: todas essas atividades fazem parte de um programa institucional, que alcança a todos os usuários? Se sim, foram feitas com a participação dos socioeducadores que trabalham diretamente com os usuários e realmente atendem às reais demandas? Ou são atividades isoladas, desenvolvidas por socioeducadores unicamente em suas unidades? Quando buscamos pela aba de projetos no site do DEGASE, ela se apresenta em construção, o que dificulta promover as respostas das indagações acima.

Fernanda Santos (2021, p.57), em sua dissertação de mestrado “Cheiro de gente guardada: Seletividade punitiva no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro”, chama a atenção para a mudança de logomarca realizada em 2019. Em reunião com o diretor da época, o Sind-DEGASE lança uma votação entre os socioeducadores e retoma a logomarca assemelhada ao início do DEGASE, quando fazia parte da Secretaria de Justiça.

Figura 2- Logomarca atual do DEGASE

Fonte: Site DEGASE (15/07/2023)

Figura 3- Primeira logomarca do DEGASE

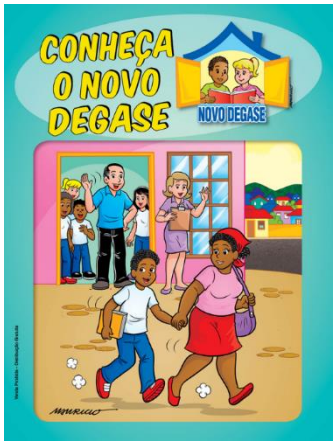
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Vale lembrar que a logomarca anterior a esta última havia sido criada pelo cartunista Mauricio de Sousa em 2012, cujo objetivo principal era modificar o olhar que a sociedade tinha sobre política socioeducativa. Desse modo também foi criada uma Cartilha para serem distribuídas aos familiares dos adolescentes.

Figura 4- Logomarca criada pelo cartunista Mauricio de Sousa

Fonte: Slides dos cursos de formação da ESGSE

Figura 5 – Cartilha “Novo DEGASE”



Fonte: Slides dos cursos de formação da ESGSE

Porém, o DEGASE ainda havia tido duas logomarcas anteriores. Infelizmente, não é viável precisar o ano em que essas logomarcas foram criadas, nem como se procedeu a sua mudança, pois em minha pesquisa, não consegui achar nenhum tipo de registro sobre o assunto. Também não recebi em nenhuma entrevista informações mais precisas. Nem mesmo no DEGASE, em conversas informais com os socioeducadores mais antigos que passaram por gestão, foi possível adquirir qualquer pista dessas mudanças. Apenas foi possível verificar que a segunda logomarca aparece no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do DEGASE

em 2006, época em que o departamento se encontrava na Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social, mas não é possível afirmar que foi criado nesse período.

Figura 6- Segunda logomarca do DEGASE

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 7- Terceira logomarca do DEGASE

Fonte: Arquivo pessoal da autora

As novas logomarcas que surgiram desde então são verdadeiras réplicas de logomarcas ligadas à segurança pública. Como relatado por Fernanda Santos, há um gritante contraste entre as logomarcas e o viés educativo que surgia, e o DEGASE é atropelado pela emergência da segurança pública que agora dita as regras. “Como bom símbolo, o logotipo votado pelos servidores, com aval do governo do estado, serviu como um prefácio aos fatos dos próximos dois anos, marcados pela aproximação política do DEGASE com os setores de segurança pública e pelos avanços das pautas conservadoras”. (SANTOS, 2021, p.58)

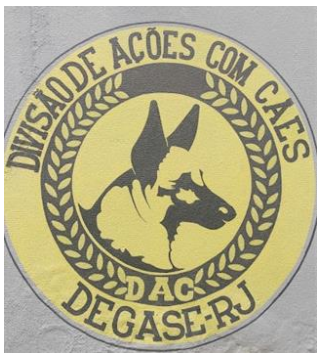
Figura 8 – DICAP

Fonte: Facebook/ DEGASE (2023)

Figura 9 – DIESC

Fonte: Facebook/DEGASE (2023)

Figura 10 – DAC



Fonte: Foto retirada pela autora

Figura 11 – GAR

Fonte: Foto retirada pela autora

A Juíza da vara de execuções de medida socioeducativa, ao participar de uma mesa de abertura de um evento cujo título era o “Socioeducativo e a Segurança”, na OAB no dia

03/07/2023, revela que apesar de não haver mais superlotação nas unidades socioeducativas do DEGASE:

> nada mudou, existem os conflitos nos alojamentos entre os adolescentes e entre adolescentes e agentes, pois não existe uma cultura de os adolescentes verem os agentes como alguém que está ali para orientar na vida, e sim alguém que cuida para ele ficar disciplinado, e não existe uma condição para que ele pratique atividade, exemplo é a escola.

Pontua que antes se acreditava que os problemas eram causados devido ao excesso de jovens, mas a partir do momento que não existe mais a superlotação, pergunta-se por que não se executa a medida com viés de proteção? No Rio de Janeiro, a MSE é executada para não dar problema, sem rebelião, todos disciplinados, corpos submissos e dóceis (FOUCAULT, 2014). Os agentes, historicamente, se identificaram muito mais com a questão da segurança, com a disciplina, repressão e controle sobre os internos, do que com os aspectos pedagógicos. E continua em sua fala:

> Mudar implica em dar estrutura de trabalho para o agente trabalhar, o Estado pobre não quer dar, os agentes trabalham em galerias ruins com estrutura de trabalho desumana. Se tivesse condições mais dignas seria um profissional melhor. Quando o Estado não dá suporte não há um trabalho. Não existe certo e errado, existe vontade de mudar, às vezes muda e às vezes sucumbe.

Entendemos a fala da juíza ao falar de um Estado pobre no sentido simbólico, mas gostaríamos de ressaltar que o Estado é provido de riqueza material, mas a questão é sobre as escolhas de despesas, sobre onde, como e por que o Estado quer investir e a quais interesses organizados tem de atender prioritariamente.

Se em 2012, eu acreditava em uma crise de identidade vivida pelo DEGASE, hoje me parece não haver mais dúvidas. Não é mais o sancionatório que convive com a socioeducação, é a socioeducação que convive timidamente com o Estado penal, fortalecido, bem-organizado e com objetivos claros e definidos.

2.2.1 Estrutura e funcionamento do DEGASE

O DEGASE, ao iniciar suas funções em 1994, assume as instituições Instituto Padre Severino (internação provisória - masculina), Escola João Luiz Alves (internação - masculina), e Educandário Santos Dumont (internação provisória e internação - feminina), todas localizadas

na Ilha do Governador, herdadas pela FUNABEM. Nessa época, o DEGASE era responsável pelas medidas socioeducativas de internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade. Assim também assume os CRIAMs. Somente em 2007, por meio do processo de municipalização instituído pelo SINASE, é que o Estado passa as medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade) para serem executadas pelos municípios por meio dos CREAS. Inicialmente, o DEGASE monta uma estrutura básica para seu funcionamento, contudo é possível observar que, com o passar do tempo, essa estrutura muda consideravelmente.

As tabelas a seguir mostram as mudanças de estrutura do DEGASE com o passar do tempo:

Tabela 5 – Estrutura apresentada no Decreto nº 18.493, de 26/01/93

COMPOSTA POR TRÊS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO	
Órgãos de Direção e Assistência Superior	Gabinete Do Diretor Geral; Assistência de Comunicação Social; Assistência de Informática, Assistência Jurídica; Assistência de Projetos Especiais e Assistência Técnica
Órgãos de Direção Intermediária	Coordenação administrativa e financeira: ● divisão administrativa ● divisão financeira
Órgãos de Direção Finalística	Coordenadoria de recepção integrada Coordenadoria de atendimento intensivo – composta pelas unidades privativas de liberdade; Coordenação de recursos integrados – composta pelos CRIAMs

Fonte: Decreto nº 18.493, de 26/01/93 – adaptado para tabela pela autora

A fala abaixo explica como funcionava essa estrutura inicial:

> Quando a gente pega a publicação já haviam as unidades e os Criams existentes, inclusive tinha Stella Maris. Quando a gente vê tinha Stella Maris, que depois acabou não ficando na nossa administração, e aí o DEGASE foi evoluindo, tinha uma estrutura pequena de gestão; e aí a gente quando vê a leitura lá da criação vai ver que seriam as coordenações de atendimento intensivo, seriam as coordenações do centro de recurso integrado. Então, assim, o CRAE, o CRI, e teria também a porta de entrada, seria uma coordenação de entrada, que é o que hoje a gente fala do NAI, que tem que ser uma estrutura, o núcleo de atendimento intensivo. A política pública tem que ser integrada naquele primeiro momento do ato infracional, então tem que ter assistência, tem que ter o judiciário, tem que ter o sistema de garantia ali, que até hoje o Rio de Janeiro não tem o NAI, estamos lutando e caminhando para isso. (Entrevista realizada em 22/08/2023)

A narrativa acima pontua que a criação do DEGASE foi desenhada com uma estrutura bem reduzida, mas que naquela época (1993) já previa a criação do Núcleo de Atendimento Intensivo (NAI), posto como uma das diretrizes da política de atendimento no ECA, que visa a "integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional" (ECA Art. 88, parágrafo 5º). Trinta anos depois, o Núcleo ainda não conseguiu ser implantado, embora diversas tentativas tenham sido feitas. Em 2005,[27] o órgão apresenta nova estrutura:

Tabela 6 – Estrutura DEGASE apresentada – 2005

Direção Geral
Vice Direção
Assessoria Técnica
Assessoria Jurídica
Assessoria de tratamento de uso e abuso de drogas
Coordenação de atendimento intensivo – CAI
Coordenação de recursos integrados – CRI
Coordenação administrativa e financeira – COAF
Coordenação de Saúde
Coordenação de Liberdade Assistida– LA
Direção de Recursos Humanos
Setor de Estatística
Escola Socioeducativa

Fonte: Retirado do curso de formação para novos servidores em 2015– adaptada para tabela pela autora

A narrativa abaixo relata o avanço ocorrido em 2007, devido a mudança de secretaria, e pontua diversas mudanças de secretaria no curto espaço de tempo.

> A gente teve em 2007 um grande avanço, porque a gente teve uma gestão de visão administrativa, então o que ela fez, no finalzinho de 2006, a gente já começou com a Secretaria de Família e Assistência, a CEFAS visitando a gente, dando empoderamento. Vamos fazer, empoderando um pouco a escola, vamos fazer um curso de gestão, entendeu? Para conhecer a política de assistência, então essa secretaria integrou a gente com as outras políticas. E aí depois vem 2007, a gente fica um pouco na Casa Civil, e depois vem para educação. [...] quando a gente olha o organograma que é realmente organograma que saiu em Diário Oficial, não é organograma que sai, mas o que sai é a criação, então vai lá, tem ouvidoria, coordenação de educação, cultura, esporte e lazer, corregedoria; então a gente vai ter várias coordenações nesse momento, entre 2007 e 2008. [...], e aí a gente vai tendo um retrato dessa gestão, só que aí com a revolução do departamento, a gente vai alterando, vai se adequando, olha, então transforma isso lá naquilo com a necessidade

[27] Fonte: retirado do curso de formação para novos servidores em 2015.

> de serviço, ou então a gente vai criando e não vai colocando em D.O. (Entrevista realizada em 22/08/2023)

Em 2008, por meio do Decreto nº 41.144 de 24/01/2008, o DEGASE altera sua estrutura organizacional novamente.

Tabela 7 – Estrutura DEGASE apresentada – 2008

ESGSE	A Escola Socioeducativa passa a ser Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
CEMSE	Coordenação de execução de medidas socioeducativas
CSIRS	A Coordenação de Saúde passa a ser Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social
CSINT	Coordenação de Segurança e Inteligência
CECEL	Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
CECAP	Centro de Capacitação Profissional
	Assessoria de Planejamento e Gestão Institucional
	Ouvidoria
GEPRO	Gerência de escritório de projetos
	Assistência de projetos e infraestrutura

Fonte: Decreto nº 41.144 de 24/01/2008 – adaptada para tabela pela autora

Em 2012, o departamento aumenta ainda mais sua estrutura:

Tabela 8 – Estrutura DEGASE apresentada – 2012

	Direção Geral; Vice-direção e Chefia de Gabinete
CODEG	Corregedoria
	Ouvidoria
ARQUITETURA	Assistência técnica de projetos de infraestrutura
ATJUR	Assistência técnica para assuntos jurídicos
GEPRO	Gerência de escritório de projetos
ASCOM	Assessoria de comunicação institucional
ASIST	Assessoria de Sistematização Institucional
AMSEG	Assessoria de medidas socioeducativas e ao egresso
ASTIC	Assessoria de tecnologia da informação e comunicação
ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
COORH	Coordenação de Recursos Humanos- Divisão de Administração e Recursos Humanos/Divisão de Aposentados e Pensionistas/Divisão de Carreira, Remuneração e Benefícios
CSIRS	Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social- Divisão de Psicologia/Divisão Biomédica/Divisão de Serviço Social
CEMSE	Coordenação de execução de medidas socioeducativas- Divisão de Fiscalização da Execução das Medidas/Divisão de Secretaria Técnica/Divisão de Registro e Movimentação/Centro de Documentação e Pesquisa/Sistema de Informação do Adolescente
CECEL	Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer- Centro de Capacitação Profissional/Divisão de Pedagogia /Divisão de Cultura, Esporte e Lazer
CSINT	Coordenação de Segurança e Inteligência- (Divisão do Educador/Divisão de Segurança do Monitoramento e Comunicação/Divisão de Inteligência e Contrainteligência/Divisão de Segurança

COAFI	Coordenação administrativa e financeira- Divisão Financeira/Divisão de Logística/Divisão de Manutenção/Divisão de Patrimônio/Divisão de Planejamento e Orçamento/Divisão de Suprimentos Gerais/Divisão de Suprimentos Alimentícios/Divisão de Transporte

Fonte: Retirado do curso de formação para novos servidores em 2015– adaptada para tabela pela autora

O relato abaixo sinaliza que ainda que os regimentos internos das divisões não tenham saído em D.O, eles existem e estão em contínuo aperfeiçoamento.

> As coordenações têm suas divisões, até hoje não foi publicizado, isso é uma necessidade do departamento, a gente tem o movimento interno, a gente tem vários processos que a gente fala disso, e que a gente caminha para isso. Então, assim, inclusive agora nesse momento a gente também está tentando fazer um grupo para poder entregar isso, a nossa secretaria, o que é ideal para o departamento funcionar. Inclusive, o nosso departamento com toda essa estrutura ela acaba até tendo uma estrutura até de uma secretaria.[...] existem os desenhos das estruturas, e quando vai para a direção a gente fala que existe a necessidade de a gente publicar o que hoje existe para assegurar. Então esse movimento está muito voltado, assim, para quando a gente apresenta o departamento para quem chega, [...]não tem publicizado como as unidades, mas a gente tem lá, o que compete à divisão de psicologia, o que compete à divisão de pedagogia, o que compete a CSINT; ele não foi publicizado, também tem essa luta, entendeu? Então a gente tem isso pronto, tem uma última versão, e aí sempre tem que estar sendo revisada. Por exemplo, agora a gente está criando um grupo para poder tentar fazer, assim, internamente, um conselho, mas que fique um documento, e que a gente possa depois só ir adequando, mas que precisa ter, a gente tem isso, o que a divisão faz, o que o núcleo de trabalho faz. (Entrevista realizada em 22/08/2023)

O "Relatório de atividades 2009/2018" apresenta a estrutura apontada no relato acima:

Tabela 9 – Estrutura DEGASE apresentada – 2018

COAFI	Coordenação Administrativa e Financeira – Divisão financeira, Divisão de logística, Divisão de planejamento e orçamento, Divisão de protocolo/malote, Divisão de suprimentos, Divisão de suprimentos alimentícios, Divisão de transporte e Divisão de patrimônio
CEMSE	Coordenação de Execução de Medidas Socioeducativas
CSINT	Coordenação de Segurança e Inteligência – Divisão Administrativa, Divisão de Inteligência, Divisão de Controle e Acesso, Divisão de Escolta, Divisão de Segurança, Divisão de Capacitação Prática, Divisão de Monitoramento/Hórus, Grupamento de Ações Rápidas
CECEL	Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Divisão de Cultura, Esporte e Lazer (DICEL); Divisão de Profissionalização (DIPRO) e Divisão de Pedagogia (DIPED)
CSIRS	Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social –Divisão de Psicologia; Divisão de Serviço Social; Divisão Biomédica [Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Nutricionistas, Odontólogos, Terapeutas Ocupacionais] e o Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador (NUPST)
COORH	Coordenação de Recursos Humanos
AMSEG	Assessoria às Medidas Socioeducativas e ao Egresso

ASTIC	Assessoria Técnica de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
ATJUR	Assessoria Técnica para Assuntos Jurídicos
ASIST	Assessoria de Sistematização Institucional
ASPIE	Assessoria Técnica de Projetos de Infraestrutura
ASIGI	Assessoria Técnica de Identificação e Gerenciamento de Informações
ASCINT	Assessoria de Controle Interno
ASPLAG	Assessoria de Planejamento e Gestão
ASCOM	Assessoria de Comunicação Institucional
ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa - Divisão Técnico-Pedagógica; Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios e Divisão de Documentação e Certificação
CODEG	Corregedoria
OUVID	Ouvidoria
GEPRO	Gerência do Escritório de Projetos

Fonte: Decreto nº 41.144 de 24/01/2008 – adaptada para tabela pela autora

A entrevista relata a omissão das divisões no site atual do DEGASE, em que aparecem apenas as coordenações.

> No próprio site do departamento que funciona geral, a coordenação, as gerências, as divisões não aparecem embaixo; dentro do site só aparecem as coordenações, mas ali já dá para dar um parâmetro e tal, agora as divisões não têm dentro do site, não se colocam as coordenações, o que tem embaixo, não. (Entrevista realizada em 22/08/2023)

Como aponta a fala acima, o site do DEGASE, ao apresentar sua estrutura atual,[28] não menciona as divisões das Coordenações:

Tabela 10 – Estrutura DEGASE apresentada – 2023

DG	Direção-Geral
SUDG	Subdireção-Geral
CHEGAB	Chefia de Gabinete
ASSESP	Assessoria Especial
CORREG	Corregedoria
OUVID	Ouvidoria
ASSCIN	Assessoria de Controle Interno
ASSCOM	Assessoria de Comunicação Institucional
ASSIST	Assessoria de Sistematização Institucional
ASSPIE	Assessoria de Projetos de Infraestrutura
ASSEGRE	Assessoria de Atenção ao Egresso
ASSTIC	Assessoria de Tecnologia da Informação, Sistemas e Comunicação
ASSTJU	Assessoria Técnica para Assuntos Jurídicos
GERPRO	Gerência de Escritório de Projetos

[28]Acesso em: 16/07/2023 https://www.degase.rj.gov.br/estrutura

ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
COOAFI	Coordenação Administrativa e Financeira
DIVPLO	Divisão de Planejamento e Orçamento
COOGEP	Coordenação de Gestão de Pessoas
COOEMSE	Coordenação de Execução das Medidas Socioeducativas
COOSINT	Coordenação de Segurança e Inteligência
COOSIP	Coordenação de Atenção em Saúde Integral e Psicossocial
COOECEL	Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Fonte: Site do DEGASE – adaptada para tabela pela autora

A falta de transparência quanto à existência das divisões e outros setores que compõem as coordenações dificulta a busca de informações mais precisas para pesquisas acadêmicas, e atrapalha a melhoria do serviço, uma vez que, ainda que essas divisões possuam seus regimentos internos, se tornam vulneráveis a uma descontinuidade do serviço e à valorização profissional. Assim, é certo a emergência da legitimidade dessas divisões por meio da sua urgente publicização em diário oficial de seus regimentos internos.

> O que se tem é um movimento hoje de editar um decreto único com a estrutura praticada, digamos assim, que o DEGASE tem suas coordenações, divisões, fora os setores que foram criados, como eu falei, por decreto governamental que são, digamos assim, obrigatórios em alguns órgãos. Então, assim, seria uma forma de a gente publicar em um decreto único todos esses decretos que foram editados ao longo com atualização de nomenclatura de estrutura, cargos, vinculação desses cargos, então, assim, um movimento que vem tendo muita importância para o departamento; já está sob análise do diretor geral, vamos ver se a gente consegue avançar nisso. (Entrevista realizada em 11/07/2023)

Atualmente,[29] existe no DEGASE uma comissão criada para elaborar a Lei Orgânica do departamento, caso seja elaborada e publicada, deverá sanar as lacunas citadas nas narrativas acima. Contudo, cabe ressaltar a falta de socioeducadores que trabalham em unidades, no atendimento direto ao adolescente nesses espaços de decisão do órgão. É comum que as comissões ou grupo de trabalho formados pelo DEGASE não tenham participação democrática.

> O departamento está precisando escutar mais os servidores, A gente vai conseguir resolver muitos problemas no departamento quando mais servidores forem ouvidos, os debates do DEGASE ficam muito seguros para quem está no poder; a maioria são cargos de confiança ou estão na gestão. Os debates precisam ser feitos na base, na ponta, e não só através de representações. Agora vão discutir a lei orgânica do departamento e sequer convidaram a AFETOS (Professor do DEGASE/Diretor da AFETOS. Fonte: Seminário OAB)[30]

[29] Fonte: https://www.instagram.com/explore/tags/boletimdegase/ Acesso em: 17/07/2023.

[30] Relato do Professor do DEGASE/Diretor da AFETOS, retirado durante a sua participação na mesa no evento cujo título era o “Socioeducativo e a Segurança”, na OAB, no dia 03/07/2023.

A fala acima deixa evidente a falta de participação democrática dos socioeducadores do DEGASE em discussões importantes e decisórias do departamento. A grande maioria sequer sabe das discussões que acabam por alterar seu trabalho, o que ocasiona a falta de aderência às modificações resultantes dessas decisões. Por exemplo, no próprio Regimento Interno do DEGASE, em sua Sessão IV, inclui a Gestão Participativa para avaliação das atividades de cada centro socioeducativo, em que assegura a existência de assembleias com a participação de adolescentes, agentes de segurança socioeducativos, equipe de saúde, equipe técnica e gestores, e ainda prevê a participação de outros atores envolvidos no processo de socioeducação direta e indiretamente a critério da equipe multidisciplinar e Direção. Por que então, não estender essa forma de gestão, a própria gestão do departamento?

Ao analisarmos as mudanças de estruturas do DEGASE, percebemos como o órgão cresceu e se organizou com uma grande estrutura, observamos ser um dos fatores o Termo Ajustamento de Conduta – TAC, firmado no ano de 2006 junto ao Ministério Público e o governo do estado do Rio de Janeiro, quando assumia uma série de compromissos no sentido de aperfeiçoar o sistema de medidas socioeducativas, fazendo cumprir o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A implantação do SINASE, que impunha ao DEGASE ajustar-se às novas normas advindas do SINASE, e o orçamento próprio conseguido para o DEGASE em 2007, fizeram-no viver uma ampla modificação em sua estrutura. (MP/RJ, 2006; ANDRADE 2009, LOPES, 2015). Atualmente, o departamento busca seguir os passos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), criada por meio do Decreto n.º 32.621, de 01 janeiro de 2003, que substituiu o antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (DESIPE), com a pretensão de se transformar em uma Secretaria.

No que tange às Unidades Socioeducativas, no decorrer do tempo, também sofreram alterações, várias unidades novas foram criadas. Cabe ressaltar que, após uma luta dos direitos humanos e do sistema judiciário, o Educandário Santo Expedito (ESE) foi desativado em 2018, após a morte de dois adolescentes no local.

Tabela 11 – Unidades Socioeducativas do DEGASE

Dois Plantões Interinstitucionais	Um na capital, criado em 1997, e um em Volta Redonda, criado em 2016. Ambos têm como função Apresentação do adolescente para audiência
O Centro de Socioeducação Professor Gelso de Carvalho Amaral -CENSE GCA	Criado em 2010, funciona como unidade de acautelamento e internação provisória.[31]

[31] Segundo relato do diretor da unidade em apresentação de PPP, as vagas para provisória só são preenchidas mediante falta de vaga nas unidades de internação provisória.

Centro de Socioeducação Maria Luiza Marcate Ramos -CENSE MLMR	Criado em 2021, funciona como unidade de internação provisória masculina na capital.
Centro de Socioeducação Ilha do Governador -CENSE Ilha	Criado em 2019, funciona como unidade de internação provisória masculina na capital.
Centro de Socioeducação Aeroporto Dom Bosco - CENSE Dom Bosco	Antigo Instituto Padre Severino, unidade de internação masculina – Capital
Centro de Socioeducação Canárias João Luiz Alves	Unidade de internação masculina – Capital
Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo -CAI-Baixada	Unidade de internação masculina – Baixada fluminense
Centro de Socioeducação Volta Redonda Irmã Asunción de La Gándara Ustara -CENSE Volta Redonda	Funciona como unidade de acautelamento, internação provisória e internação
Centro de Socioeducação Campos de Goytacazes Professora Marlene Henrique Alves -CENSE Campos	Funciona como unidade de acautelamento, internação provisória e internação
Centro de Socioeducação Nova Friburgo Dr. Antônio Elias Dorea de Araújo Bastos-CENSE Nova Friburgo	Funciona como unidade de acautelamento, internação provisória e internação
Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa-CENSE PACGC	Antigo Educandário Santos Dumont, é a única unidade feminina, e funciona como acautelamento, internação provisória e internação para as adolescentes de todo o estado

Fonte: Histórico de unidades do DEGASE 2023: adaptado pela autora

As unidades de semiliberdades, que antes eram denominadas de Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM), passam em 2009, por meio do Decreto 41.983, a serem denominadas como Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), atualmente são um total de 16:

Tabela 12 – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente- CRIAAD do DEGASE

CRIAAD Bangu	Masculina
CRIAAD Barra Mansa	Masculina
CRIAAD Bonsucesso	Masculina
CRIAAD Cabo Frio	Masculina
CRIAAD Campos dos Goytacazes	Masculina
CRIAAD Duque de Caxias	Masculina
CRIAAD Nilópolis	Masculina
CRIAAD Niterói	Masculina
CRIAAD Nova Iguaçu - José de Jesus Botelho	Masculina
CRIAAD Santa Cruz	Masculina
CRIAAD São Gonçalo	Masculina
CRIAAD Teresópolis – Inês Joaquina Santa'Ana Santos Coutinho	Masculina
CRIAAD Volta Redonda	Masculina
CRIAAD Galeão	Funciona como unidades masculinas e femininas

CRIAAD Barra Mansa	Funciona como unidades masculinas e femininas
CRIAAD Macaé	Funciona como unidades masculinas e femininas
CRIAAD Ilha	foi desativado e encontra-se em obra

Fonte: Histórico de unidades do DEGASE 2023: adaptado pela autora

No que se refere ao quantitativo de adolescentes por unidades socioeducativas, embora cada unidade apresente o número de sua capacidade máxima, historicamente o DEGASE vivenciou superlotações, unidades que atendiam muito além de sua capacidade, o que resultava em grandes fugas, rebeliões, violências de todas as formas e atendimento precarizado.

> Era humanamente impossível ter, por exemplo, como eu, em alguns momentos tive, eu era responsável pelo atendimento de 50 meninos. É impossível. Era quase uma unidade inteira de um CRIAAD. Eu estar sozinha, e aí, e isso era algo que tornava o trabalho da gente muito difícil, por que você sabia que não ia dar conta da demanda e sabia que aquele menino ia pedir. Você sabia daquela demanda. Assim, era algo que angustiava demais a gente; aí, essa loucura de você saber que mesmo que se esforçasse muito, não ia conseguir. (Entrevista realizada em 27/07/2023)

Os relatos acima mostram a dificuldade de se trabalhar em unidades superlotadas, e como, já citado, apesar de não ser mais uma realidade a superlotação para esse departamento, os problemas citados parecem estar longe de uma solução. A pasta de visitas institucionais do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT) do ano de 2022,[32] disponível a toda população pelo site da instituição, apresenta nove visitas às unidades do DEGASE: Centro de Atendimento Intensivo de Belford Roxo (CAI Baixada); CENSE Maria Luiza; Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (CENSE PACGC); ANEXO GCA e Escola João Luís Alves. Conforme os relatórios do MEPCT, as atividades ainda não ocorrem em sua plenitude nas unidades, os relatórios mostram uma estrutura muito ruim dos alojamentos, assim como relatos de violência, o que também é uma violência para com os socioeducadores todo o clima de tensão gerado no cotidiano institucional.

O capítulo que se segue tratará da decisão do Habeas Corpus coletivo nº 143.988/ES2, datada de 21 de agosto de 2020, que determinou que as unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação não ultrapassassem a capacidade prevista para cada unidade – um dos motivos para um decréscimo expressivo de adolescentes cumprindo medida socioeducativa privativa de liberdade em todo o país. O Capítulo 3 também promove uma reflexão sobre a socioeducação como um conceito e uma política em construção, apontando como essas questões atravessam os discursos e as ações do DEGASE.

[32] Disponível em: http://mecanismorj.com.br/relatorios/ Acesso em: 02/08/2023

3 DEGASE E A SOCIOEDUCAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS

> "É como o próprio Agostinho de Hipona colocava: "eu sei o que é o tempo. Mas, a partir do momento em que me perguntam o que é o tempo, eu não sei mais". Então, eu vou falar de um local, me provocando esse não saber. Não posso saber por que está em construção, e a socioeducação está em construção"[33]
> *André Pereira Almeida*[34]

Ao iniciar este capítulo sobre socioeducação, tantas questões vieram à mente, ao olhar o branco da página, eu só conseguia pensar nas palavras dos socioeducadores sobre socioeducação durante as entrevistas, as dificuldades que sentiram em falar sobre o que seria esta temática, a mesma dificuldade que talvez eu tenha sentido em iniciar este texto. Suspiros, coçar a cabeça, sorrisos desconcertantes, silêncio, tudo se traduzia no pensar sobre socioeducação. Então, a socioeducação deveria ser mesmo uma folha em branco a ser preenchida, preenchida de sentido, de afetos, de ser mesmo afetada, movida por encontros, bons encontros. Se posso ser afetada por ela e promover mudanças, então a socioeducação não pode ser transformada em um discurso teórico sem conexão com a realidade, com o cotidiano, mas também não pode ser pensada somente a partir de uma prática sem uma reflexão, ou um conhecimento sobre sua definição. Portanto, pensar a socioeducação é colocá-la em movimento, movimentos estes capazes de protagonizar grandes metamorfoses.

Tornou-se, portanto, um desejo e objetivo meu buscar uma escrita que conseguisse pensar a socioeducação a partir das reflexões dos socioeducadores que lhe dão vida em seu fazer cotidiano, mas que também fosse capaz de despertar no leitor um desejo de compreender porque é tão difícil para todos nós, socioeducadores, especialistas e acadêmicos, construir uma teoria mais consistente e até mesmo entender a socioeducação como um campo de conhecimento específico que engloba uma pluralidade de saberes, mas que não lhe tira sua especificidade. Dessa forma, é necessário pensá-la a partir de duas dimensões: como um conceito em construção e como uma política pública.

---

[33] Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro; LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIOEDUCATIVOS - LABES. A Socioeducação e o DEGASE: Desafios e perspectivas do atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro. LABES/UERJ, 2022. p.77

[34] André Pereira Almeida é ex-agente de segurança socioeducativo do DEGASE.

> Socioeducação é o olhar integral, é você conseguir uma perspectiva educativa, pedagógica sem deixar de olhar o indivíduo como um todo, não pode ser só o olhar social, nem só o olhar pedagógico, a gente precisa ter outras coisas envolvidas nesse processo porque é isso. Socioeducação tem saúde, tem moradia, tem condições de trabalho, isso tudo tem a ver com o olhar integral. [...] A gente hoje não consegue fazer a socioeducação porque a gente só tem isso! A gente só tem por exemplo: tem que botar o menino na escola, mas você sabe se esse menino tem dificuldade de aprendizado? Se ele tem alguma patologia psicopedagógica? Você sabe, por exemplo, se esse menino não ia para escola porque não tinha dinheiro de passagem? Você sabe se ele não ia para a escola porque a mãe se mudava vezes suficiente para ele não conseguir ficar em escola nenhuma? Então, é para além do fazer o que tem que ser feito! A lei diz que ele tem que estar na escola, a lei diz que ele tem que ser cuidado pelos pais, a lei diz que ele tem que ser registrado, a lei diz que ele tem que ser documentado. A lei diz um monte de coisa! Mas quais são as condições reais disso? O olhar da socioeducação precisa passar por essas etapas, né? Ele chegou aqui e nada disso aconteceu antes, então já tiveram muitas outras falhas antes de ele chegar aqui, então a sociedade falhou antes de ele chegar aqui, a escola falhou, a saúde falhou, a atenção básica falhou, tudo isso já falhou. Ele chegou aqui. Então, daqui a gente vai conseguir corrigir todas essas falhas? Que não aconteceram agora, esse é o resultado dessas falhas, mas como é que a gente faz? A gente precisa entender como esse processo aconteceu. A socioeducação precisa passar por esse processo de entender, falhou na escola, falhou por quê? Falhou a família, por quê? Mesmo que a gente não vá sanar tudo isso, mas a gente precisa entender que esse processo começou lá atrás, para a gente conseguir fazer socioeducação. Aqui a gente precisa entender o que deu errado lá, a gente precisa entender o que lá atrás deu essa brecha para chegar aonde a gente está agora. O trabalho da gente aqui acaba sendo, quando a gente se propõe a conversar com os meninos em grupo, a conversar com as famílias, a oferecer alguma alternativa para elas, encaminhar para cesta básica, dar algum encaminhamento para rede de saúde, que às vezes também é para família, tentar facilitar um acesso para algum serviço. Isso é socioeducação, a partir do momento em que eu estou considerando o todo, enfim...é isso. (Entrevista realizada em 31/07/2023)

A narração acima busca pensar a socioeducação enquanto conceito e enquanto política pública, o que lhe permite uma reflexão maior sobre sua prática. Conceitua a socioeducação como um olhar integral, como um processo, observa a necessidade de outros atores envolvidos ao evidenciar a ausência do Estado. Em sua fala, fica explícito o não funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos que engloba as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, educação profissional e esporte para os adolescentes. Entende que a instituição lhe permite fazer um trabalho ditado na lei, mas deixa grandes lacunas na oferta desse serviço quando não lhe dá condições reais para um trabalho mais aprofundado, o que irá gerar falhas no atendimento e acompanhamento das demandas dos adolescentes no âmbito do sistema socioeducativo. Aponta o seu trabalho no DEGASE como uma tentativa de alguma forma, minimizar os efeitos devastadores da sociedade na vida dos adolescentes. Sua posição é clara quanto à necessidade da efetivação da política. Na verdade, o que verificamos na fala dessa socioeducadora é um clamor pela corresponsabilidade entre as diversas políticas de atendimento ao adolescente, uma

vez que percebe a socioeducação de uma forma ampliada. Do mesmo modo, aponta a falta da implementação dessa política no Degase.

Antes de nos debruçarmos sobre a importância de se buscar uma reflexão sobre as construções teóricas para se pensar a socioeducação, é preciso lembrar que uma palavra por si só não é capaz de gerar um conceito, mas, segundo Koselleck (2006), será necessária sua relevância social e política para constituir historicamente sua formulação conceitual. Embora um conceito seja muito mais do que a representação dessas relações, ele é também parte integrante delas. “O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p.109). Assim, a socioeducação não pode ser pensada apenas a partir de uma prática, mas também como uma construção teórica com horizonte particular e definições de limites que precisam fazer conexão com a prática.

Embora o termo socioeducação já seja utilizado em larga escala em diversos trabalhos acadêmicos há quase duas décadas, ainda não foi possível encontrar uma fundamentação teórica consistente, o que se observa é uma certa fluidez desse conceito. Assim como Geertz (1989, p.15) fala do conceito de "cultura como sendo teias de significado que o próprio homem teceu e busca sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado", poderíamos pensar a socioeducação do mesmo modo? Um conceito que precisa ser tecido fio a fio, repleto de significados, que vai além das leis que o regem, à procura de explicações e afirmações?

Entendendo que nenhum conceito nasce pronto, decidi buscar os primeiros fios que tecem esta teia ainda em construção. Refazer o percurso, um caminho de volta ao passado, quando surgiu mesmo esse termo? O que se escreveu sobre o tema? Como tivemos avanços? O que dizem os especialistas sobre o assunto? Comecei, então, minha pesquisa bibliográfica, o Estado da Arte.[35]

Ao iniciar minha pesquisa bibliográfica, percebi o quanto se produziu sobre esta temática desde a época do meu mestrado em 2010, tanto material que a seleção parecia impossível, um achado de estudos sem fim. Inúmeros artigos, livros, teses e dissertações que

[35] A professora Sandra Ferreira, em seu artigo “As Pesquisas Denominadas ‘Estado da Arte’”, esclarece que “Estado da Arte” são pesquisas com caráter bibliográfico, que fazem o mapeamento e a discussão de uma temática em diferentes campos do conhecimento, as quais, por meio de levantamentos de produções acadêmicas como teses, dissertações, periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários, buscam responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares. (FERREIRA, 2002). https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013.Acesso em 02/08/2021.

abordavam essa área. Inicialmente, era meu planejamento uma leitura cronológica, uma vez que meu intuito era perceber como a academia foi se apropriando do tema com o passar dos anos. Mas repensei meu planejamento, para que perder tempo se tantos pesquisadores já fizeram esse caminho? Então, optei por uma seleção de trabalhos que analisavam os estudos que se debruçaram sobre a socioeducação. Em busca de demarcar uma possível zona conceitual para esta temática, alguns autores se dedicaram a traçar um percurso histórico para desvendar a origem do termo.

É certo que uma quantidade significativa de estudos que apresentam em sua titulação a palavra socioeducação, em sua grande maioria, abrangem o registro da história das políticas públicas para o atendimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, das mudanças normativas, da identidade dos profissionais, da violência perpetrada aos adolescentes, entre outras temáticas, além da sistematização de práticas que envolvem a política socioeducativa pelo Brasil. Portanto, o termo socioeducação nesses estudos se apresenta como uma política voltada para os adolescentes que praticam ato infracional, mas não como um estudo voltado para uma construção teórica do conceito de socioeducação. Poucos estudos buscam uma análise do conceitual sobre a temática.

Dessa forma, decidi trazer para uma breve discussão, dois autores que concentraram seus estudos na elaboração do conceito de socioeducação: Édio Raniere (2014) e Isadora Dias Gomes (2020). Édio Raniere nos leva a fazer o percurso de volta à origem da palavra socioeducação, ajudando-nos a entender como tudo começou; já Isadora Dias Gomes nos mostra como vem se construindo este conceito ao longo do tempo, e traz uma proposta inventiva muito interessante para o conceito de socioeducação. Além desses autores, trago para discussão Tereza Azevedo Silva (2018) que aponta a socioeducação por meio de uma nova roupagem quando conversa com a prática do dia a dia no sistema socioeducativo, mostrando os atravessamentos sociais e políticos que permeiam o exercício da socioeducação.

Édio Raniere, em sua tese de doutorado “A invenção das medidas”, defendida em 2014, discute a invenção do conceito de medidas socioeducativas. Aponta que a palavra Medidas já estava presente desde o Código de Mello Matos de 1927 – "Código de Menores", quando adolescentes eram encaminhados para cumprimento de “Medidas”. Com a criação do ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Brasil, 1990) foi acrescentada a palavra “socioeducativa”, transformando-se agora em medidas socioeducativas, específicas para adolescentes em conflito com a lei – buscando evidenciar que não se tratava de medidas punitivas, mas que teriam um caráter pedagógico e social. Ressalta que a novidade seria a incorporação do conceito de socioeducação, que veio a ser usado mais fortemente depois da

criação do SINASE em 2006 pelo CONANDA. Em busca da origem do conceito de socioeducação, Raniere leu e releu os quatro grandes tratados internacionais[36] para jovens privados de liberdade na esperança de achar alguma referência sobre socioeducação, mas se viu frustrado, até relatar seu primeiro contato com o professor Antônio Carlos Gomes da Costa. Raniere afirma que Antônio Carlos Gomes da Costa foi pioneiro ao utilizar o conceito de socioeducação no Brasil, influenciado pelas ideias de educação social defendida por Makarenko.[37]

Segundo Raniere (2014), o conceito de Socioeducação foi retirado por Antônio Carlos Gomes da Costa do Poema Pedagógico de Makarenko durante os debates que levaram à criação do ECA. Tal conceito propicia uma crítica aos códigos ultrapassados e ressalta o caráter pedagógico das novas políticas públicas direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei. "Este novo conceito, ao lado da terminologia já disposta pelos Códigos de Mello Matos e Código de Menores – Medidas – estabelece a fusão: Medidas Socioeducativas". (RANIERE, 2014, p. 102)

Para confirmar que Antônio Carlos Gomes da Costa recria o conceito da palavra socioeducação baseado nas ideias de Makarenko, Raniere dialoga com João Batista Costa Saraiva e Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ambos relatores do ECA, juntamente com Antônio Carlos Gomes da Costa, e grandes referências na área da infância e juventude brasileira, os quais sinalizam as ideias pedagógicas de Antônio Carlos Gomes da Costa sobre o caráter sancionatório das medidas. Por fim, Raniere conclui que "a socioeducação, conceito oficial da educação bolchevique, será utilizada como atualização à utopia correcional, à reforma do ser humano" (RANIERE, 2014, p. 103).

Isadora Dias Gomes, em sua tese de doutorado "Socioeducação: uma invenção (de)colonial", defendida em 2020, apresenta como tema central a compreensão conceitual sobre socioeducação, por meio de uma revisão sistemática do termo socioeducação na literatura científica. Destaca a polissemia da palavra "socioeducação", mostrando que alguns autores

---

[36] As Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Jovens, adotadas pela Assembleia Geral na sua resolução 40/33 de 29 de novembro de 1985.
A Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.
As Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil.
As Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade. (RANIERE, 2014, p.58)

[37] Anton Semiónovitch Makarenko era ucraniano, seu pensamento foi de suma importância para a educação contemporânea. Foi na Colônia Górki que Makarenko ganhou notoriedade no mundo, ao desenvolver um trabalho educativo revolucionário para crianças e adolescentes que viviam abandonados nas ruas e na miséria. Seu projeto foi capaz de educar e conscientizar essas crianças com a participação na organização da escola, com trabalho e disciplina, conseguiu transformar os educandos realizando um trabalho coletivo de grande envergadura. Essa experiência está relatada no livro "O Poema Pedagógico".

trazem diversos significados, muitas vezes desvinculados do contexto das medidas socioeducativas, tais como: educação popular, educação informal, educação não formal, educação não escolar e atividade extraclasse. Dessa forma, demonstra vários usos para a palavra socioeducação e, ainda que perceba como algo positivo, a autora pontua a necessidade de construir bases científicas na formação desse conceito. Isadora Gomes revela a urgência de se perceber a socioeducação numa perspectiva de um conceito-ação, uma vez que é tanto teórico-filosófico quanto prático, que compreende os princípios, mas também a ação socioeducativa.

A autora contextualiza a socioeducação em três sentidos distintos: a) Socioeducação como instituição: aqui pode ser compreendida como Medida Socioeducativa ou o Sistema Socioeducativo, local em que se incluem as leis, a sentença judicial, as instituições executoras da política pública etc. b) Socioeducação como utopia: tem um caráter mais abstrato, utópico, ideológico, é reservado às expectativas, a uma esperança de que um dia a aplicação das medidas alcance seus objetivos. c) Socioeducação como prática: são as ações realizadas no cotidiano pelos profissionais, buscando adequar-se ao SINASE. (GOMES, 2020, p. 99)

Isadora Gomes (2020) mostra que muitos autores que estudaram a socioeducação trazem um modelo de socioeducação focado na ideia do “eu” e sua consequente “identidade”, assim como percebe a presença do “empreendedorismo” e “protagonismo”. Ainda que de forma difusa, a responsabilização pessoal pelo seu passado também é destacada, reproduzindo uma ideia que perpetua na educação brasileira, em que se busca enfatizar o sucesso do aluno de forma individual, ele acaba por ser responsável pelo seu sucesso ou fracasso por meio dos processos de avaliação, esquecendo todo o restante, como suas possibilidades de aprendizado ou não devido ao contexto em que se encontra inserido. Essa suposta busca de autonomia não é amparada pelo Estado, que não apresenta instrumentos necessários para que esse socioeducando ou aluno consiga atingir seus objetivos, uma vez que o Estado exige que ele se responsabilize pelos seus atos, mas não garante os direitos e as condições para exercer sua autonomia e nem para sustentar seus planos feitos, por exemplo, no Plano Individual de Atendimento (PIA), um dos principais instrumentos da socioeducação. Por fim, a autora compreende o conceito de socioeducação como "mais uma invenção colonial, um instrumento de dominação que, como parte do processo epistemicida, não se curvou a discussões teóricas aprofundadas, pois a colonização do ser necessita do processo de colonização do saber". (GOMES, 2020, p.123). E propõe compreender o conceito de socioeducação de forma decolonial com o reconhecimento histórico das rupturas racistas que estruturam todo o sistema social brasileiro.

A socioeducação decolonial para Isadora Gomes é buscar um olhar descolonizador, em que se busca uma convivência de todos, que vai além de simplesmente ensinar os jovens. Tal concepção contraria a hierarquia de uns (colonizadores, sócio-bem-educados) sobre os outros (colonizados, sócio-mal-educados), irá dialogar com o princípio restaurativo do engajamento ou da participação. Desse modo, ao adaptar o primeiro princípio de uma invenção decolonial para o conceito socioeducação acredita-se utopicamente em inserir toda a sociedade no trabalho socioeducativo, utilizando-se das práticas restaurativas em todos os âmbitos. A autora pontua que é importante resgatar como instrumentos psicológico e pedagógico: a arte, a religião e cultura afro-brasileiras e indígenas como parte da linguagem emancipadora de uma socioeducação decolonial. Mas é preciso se atentar para não se constituírem como meras formalidades políticas, mas como reconhecimento de um povo (GOMES, 2020, p. 135-137).

Tereza Azevedo Silva, em seu livro "Família, Socioeducação e Projeto "Golfinhos": uma construção coletiva" (2018) vai refletir o tema da Socioeducação por meio de sua experiência com atenção a famílias e adolescentes, pontua que o trabalho na socioeducação em seu dia a dia necessita romper os muros institucionais e abranger o social, o político, os conflitos familiares, o entendimento do ser adolescente. Isso permite compreender a socioeducação como uma prática vivenciada nas relações afetivas e significativas para os adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo, onde é necessário que alcance o adolescente em sua amplitude. Aponta para a necessidade de uma construção coletiva em que todos os "trabalhos estão entrelaçados no objetivo de proporcionar ao adolescente a construção de um projeto de vida, onde tenha oportunidade de realmente exercer sua cidadania". (SILVA, 2018, p.92)

Diante das leituras de Tereza Azevedo Silva (2018), é possível compreender a socioeducação para além de um conceito, que abranja o social econômico e político com um olhar para a prática no sistema socioeducativo de forma humanizada. Nesse sentido, não é apenas a educação ou mesmo as formas de sanção que se colocam em questão, mas a compreensão de um adolescente por inteiro, em seu sistema familiar, social, educacional, de saúde e lazer. Assim, a socioeducação se insere na sociedade também como um espaço possível de escuta e orientação quanto a existência de direitos e o reconhecimento da dignidade da existência de adolescentes e seus familiares.

3.1 **Vamos começar do início.... Antônio Carlos Gomes da Costa e a Socioeducação**

Antônio Carlos Gomes da Costa, o “papa da socioeducação brasileira” – foi assim que Raniere se referiu a ele em sua tese de doutorado, e eu preciso dizer que concordo. Eu o conheci em abril de 2010, em um curso oferecido pelo DEGASE, na escola de gestão socioeducativa, endereçado aos diretores de unidade. Ao saber do curso, pedi permissão para assistir como ouvinte, não poderia perder essa oportunidade. Autorização concedida, e lá estava eu na primeira fileira atenta, fascinada por estar ali face a face com aquele senhor de expressão delicada e ao mesmo tempo tão forte. Por vezes, esquecia que não fazia parte daquele grupo, buscava guardar em minha memória e em meus escritos cada fala sua, cada gesto, cada lição. De alguma forma, eu sabia que aquelas aulas eram históricas e eu ali fazendo parte daquela história. Lembro do brusco retorno à realidade, ao final da última aula, quando a Coordenação de Segurança e Inteligência apresentou o novo uniforme dos agentes socioeducativos comprado pelo DEGASE para os agentes. Esse uniforme muito se assemelhava aos utilizados pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE: roupas pretas com botinas e um cinturão próprio para guardar os equipamentos “não letais” (spray de pimenta).

Em 20 de agosto de 2010, durante meu mestrado em São Paulo, estive novamente com o professor Antônio Carlos Gomes da Costa no V Seminário Nacional: Adolescente em Conflito com a Lei 20 anos do ECA- Homenagem Especial Aos Redatores. Ele palestrava sobre: Socioeducação nos 20 anos do ECA: balanço e perspectivas. A professora Irandi Pereira, minha orientadora de mestrado, me chamou "Elis venha cá! Falei para o Antônio Carlos que eu tinha uma orientanda do Rio que ia falar sobre o DEGASE". Minhas pernas tremiam, na verdade todo o corpo tremia, fui tomada por uma emoção inexplicável, pensava "será que ele vai lembrar de mim? não claro que não!", mas ele lembrou! Olhou para Irandi e falou "já estive com ela no Rio". Foi o suficiente para eu me sentir a pessoa mais especial do mundo naquele momento. Eu falava compulsivamente sobre minha pesquisa, ele apenas escutava, com um olhar atencioso como que acolhesse minha angústia, atento à minha fala, acompanhava minhas ideias e reflexões.

Estive com ele pela última vez em 29 de novembro de 2010, quando o DEGASE realizou I Seminário Estadual sobre Medidas Socioeducativas do RJ, o professor palestrava sobre Socioeducação e Políticas de Atendimento. Lembro que, ao terminar a palestra, eu o levei para sentar e lhe ofereci um suco, enquanto ele bebia, eu falava animada e queixava-me de não ter levado um livro para ele autografar. Foi quando ele falou " pega ali minha pasta" de dentro

retirou um livro de sua autoria, “Juventude Popular Urbana: educação - cultura – trabalho”, escreveu poucas palavras assinou e me deu. Foi a última vez que o vi. Em 04/03/2011 recebemos com muita tristeza a notícia de seu falecimento. Ele se foi, mas deixou um legado imenso para o sistema socioeducativo brasileiro, sua obra é citada praticamente em todos os trabalhos sobre socioeducação.

Irandi Pereira (2020), em seu artigo “21 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: O Legado de Antônio Carlos Gomes da Costa para a transformação de ‘corações e mentes’ em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes”, destaca seu encontro com Gomes da Costa, na década de 1980, ainda na vigência do Código de Menores, em que ele apresentava “ideias revolucionárias no olhar e trato dos que viviam nos porões, sótãos e ou masmorras dos grandes complexos institucionais de atendimento espalhados pelo país”. A autora pontua as várias aulas dadas por Gomes da Costa em São Paulo nos espaços da FEBEM/SP, entre outros encontros promovidos na busca de discutir os “princípios doutrinários da situação irregular presente na legislação (Código de Menores), em documentos de políticas públicas (PNBEM) como também nos conteúdos de Portarias, Provimentos e Regimentos da época e, em especial, nas práticas do então sistema público de bem-estar”. (PEREIRA, 2020, p.2). Aponta como uma de suas maiores preocupações a “construção da categoria socioeducador”, e que essa preocupação o transformou no precursor de uma política de atenção à infância e adolescência voltada para os direitos humanos, com sua participação no Grupo de Redação para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (PEREIRA, 2020)

Gomes da Costa não foi só um teórico, mas também um ativista que dedicou sua vida a transformar um modelo retrógrado de educação, compreendia que a liberdade do ser humano viria por meio da educação, para ele educação, trabalho e política eram inseparáveis. Como presidente da FEBEM em Minas Gerais, viveu experiências de exclusão social e lutou a favor destes grupos considerados excluídos. Gomes da Costa, ao pensar a socioeducação como política para adolescentes que cometem atos infracionais, acreditava em dar condição de liberdade de pensamento e protagonismo juvenil a esses adolescentes. (ZANELLA, 2011; RANIERE, 2014; PEREIRA, 2020).

Assim, dedicou-se a consolidar a socioeducação como uma política pública. Participou da construção do ECA e SINASE, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Elaborou uma coleção de diretrizes que tinham como objetivo contribuir para a formação de operadores e gestores do sistema socioeducativo no Brasil, além de outros estudos publicados (ZANELLA, 2011; RANIERE, 2014; SILVA, 2018; PEREIRA,

2020). Costa também atuou como consultor em diversos Estados, entre eles o Rio de Janeiro, para promover a formação dos profissionais que atuam na socioeducação.

Costa (2006) afirmava que ao cumprirem medidas socioeducativas, adolescentes necessitavam de uma educação realmente libertadora e humanizadora, uma vez que a medida de internação priva o socioeducando apenas do direito de ir e vir, preservando todos os outros direitos. É preciso compreender seu desenvolvimento de forma integral, pautada por uma educação que vai além daquela oferecida pela escola ou pelo aprendizado profissional. A educação deve estar essencialmente conectada a uma nova forma de pensar e atingir o trabalho com o adolescente, uma formação plena que o capacite a relacionar-se consigo próprio e com os outros sem quebrar as normas de convívio social. Antônio Carlos Gomes da Costa afirmava que o objetivo da socioeducação era:

> Preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos, porque o jovem que cometeu ato infracional, na maioria dos casos, não dá certo na escola, no trabalho e na vida não pela falta de encaminhamentos para a escola ou oportunidades de profissionalização, mas porque lhe faltou acesso a uma educação mais ampla, que lhe possibilitasse aprender a ser e aprender a conviver. (COSTA, 2006, p. 57)

Para que a socioeducação aconteça, Costa (2006) apresentou três dimensões que deveriam ser desenvolvidas pelo socioeducando: dimensão como pessoa – Educação para Valores – consiste em dotar o educando de bons critérios para ele avaliar situações e tomar decisões construtivas diante delas; dimensão como cidadão – Protagonismo Juvenil – contribui para a formação de pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente, com valores de solidariedade e respeito mais incorporados, o que contribui para uma proposta de transformação social; e dimensão como futuro profissional – Cultura da Trabalhabilidade – significa a capacidade de ingressar, permanecer e crescer no mundo do trabalho; é uma nova forma de ser, sentir, compreender e agir no mundo do trabalho.

Também havia, em sua formulação teórica, diretrizes para se trabalharem os adolescentes, por meio de três práticas básicas para se desenvolver a ação socioeducativa: a docência, a vivência e a presença educativa, envolvendo conhecimentos, sentimentos, crenças, valores, atitudes e habilidades na constante troca entre educador e educando.

> O socioeducador deverá direcionar as oportunidades educativas nos campos da educação básica e profissional, bem como nas atividades artísticas, esportivas e culturais, subordinando-as, sempre, ao imperativo de desenvolver, em cada socioeducando, os quatro pilares da educação do relatório Educação, um tesouro a

> descobrir (UNESCO/Jacques Delors): i) aprender a ser; ii) aprender a conviver; iii) aprender a fazer; iv) aprender a conhecer. (COSTA, 2006, p. 455)

Hoje, quinze anos depois, alguns especialistas criticam sua teoria, concentrando-se no fato de que sua obra visa preparar o adolescente para ser subordinado ao capitalismo neoliberal, fazendo crer que o adolescente seria socioeducado quando estivesse preparado para um trabalho, muitas vezes mal qualificado e subalterno. Raniere (2014, p. 80) pontua que a grande defesa de Antônio Carlos Gomes da Costa seria o conceito de dignidade do adolescente autor de ato infracional, uma vez que ele acreditava e lutava para que a socioeducação acontecesse e visava essencialmente tornar esses adolescentes libertos.

Cabe salientar a importância da compreensão de um autor em sua época, embora hoje alguns estudiosos apontem como inadequadas algumas discussões trazidas por Gomes da Costa, ele foi um avanço para seu tempo. Sim, há algumas questões que precisam ser mais discutidas e compreendidas, quais possibilidades de fato e entraves a serem superados existem na realidade com a qual se defronta o adolescente, como a busca da cidadania pela trabalhabilidade, quando sabemos que índice de emprego[38] formal no país é muito baixo e com distribuição extremamente desigual. Contudo, para que avançássemos na política socioeducativa, foi preciso uma construção, um debruçar sobre pensar o que viria a ser a socioeducação. Não compreender essa construção histórica seria não valorizar a história e os que dela fizeram parte, ou melhor dizendo, os que fizeram esta história acontecer efetivamente. Irandi Pereira (2020) pontua que "Se hoje temos uma literatura na área, mesmo que incipiente, devemos isso à militância cotidiana de Antônio Carlos", e conclui dizendo que a sua "busca residia na ideia de que o tema da socioeducação pudesse ganhar vez e voz também no mundo acadêmico brasileiro". (PEREIRA, 2020, p.4)

O livro de Antônio Carlos Gomes da Costa, "A Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro" (1997), mostra-se extremamente atual, com propostas inovadoras com uma metodologia socioafetiva, propõe uma ação educativa junto ao adolescente no sentido de dar suporte para que o educando possa desenvolver todo o seu potencial, e ressalta a necessidade de uma relação afetiva entre educador e educando, em que o cotidiano precisa ser visto como uma aventura para ambas as partes. Para isso esclarece que a função de educador precisa ser aprendida, uma vez que necessita de certa solidez em suas ações. Contudo, ressalta que a linha

[38]Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/07/230714_cc_60_nota_5_indicador_mensal_mercado_trabalho_mai23.pdf Acesso em: 04/08/2023

que separa a ação educativa entre o sucesso e o fracasso é muito fina, por isso é necessário reconhecer as dificuldades para revertê-las em mudanças significativas para educadores e educandos. Seria isso, enfim, a socioeducação?

> Lembro de momentos memoráveis que vivi com o Professor Gomes da Costa e seu irmão em Lagoa Santa, que nos deu uma outra visão do sistema socioeducativo, e das possibilidades que a gente pode alcançar com isso; transmitia a necessidade de a gente ir mais fundo, para a gente a semana que vivemos em Lagoa Santa foi extremamente intensa. Acordávamos às sete da manhã e ficávamos em atividade o dia inteiro durante toda uma semana, era uma troca que estávamos fazendo com outros companheiros do sistema socioeducativo. Ele começou a mostrar para gente tudo o que a gente já tinha vivenciado que não deu certo; vivenciou na pele quando foi diretor em minas. Ele nos contou um dia que decidiu deixar as meninas saírem, pois acreditou que elas retornariam já que havia uma relação de confiança, mas elas não retornaram. Mas não foi um fechamento de portas, e ele tentou novamente até que começou a dar certo, as meninas começaram a voltar. Ele falava que quem está encarcerado tem o direito de não querer voltar; ele nos mostrou que isso era natural, nós passamos a não nos sentir culpados pelas fugas, mas entender o motivo, por que acontecia. O professor Antônio Carlos nos disse que havia um caminho possível. Ele nos mostrou que tínhamos condições naquela época de ser um modelo em socioeducação; nós entendíamos que estávamos no caminho certo, precisávamos fazer mais coisas, mas estávamos no caminho certo. Nos sentamos junto com ele e analisamos nosso trabalho, estudamos, escrevemos, vimos situações que poderiam ter sido evitadas, mas que foi um aprendizado e ele nos fez enxergar isso. Ele dizia que tinha o hábito de espalhar os livros na cama, ele mostrava que tudo era possível. Ele era um homem mente, estava sempre no 220, apesar de passar uma tranquilidade fenomenal, ele falava baixo, como todo mineiro, mas era uma pessoa intensa, fazia as coisas tudo ao mesmo tempo, nos fazia pensar, programar, foi muito aprendizado. Sempre nos acolheu com carinho, sempre se dispôs a nos ouvir e ensinar, era solícito e amoroso. Acho que não vamos ter mais alguém com essa característica e preocupação e que ensina as pessoas a serem o que são, a conviverem e a conhecer. Pena que não vai se repetir porque hoje não existe interesse na população do sistema socioeducativo de ter esse conhecimento. Mas vamos tentar ver se as coisas mudam. (Entrevista realizada em 07/08/2023*)*

O relato acima é de uma pessoa que esteve em 2008 em Lagoa Santa/Minas Gerais em um curso de formação de socioeducadores que contou com a presença de 46 gestores do Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, e tinha como proposta fazer o reordenamento institucional do Degase. O curso teve como idealizador e responsável o professor Antônio Carlos Gomes da Costa. Desse trabalho resultou a "Carta de Lagoa Santa", uma publicação que visava socializar entre os funcionários o que acontecia nos cursos. Também desse trabalho resultou o PASE/2010.

3.2 Socioeducação: um conceito em construção

Não deveria a socioeducação ser percebida enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nas diversas formações de profissionais, alcançando aqueles que já trabalham e/ou pretendem trabalhar assim como aqueles em formação que podem vir a trabalhar com os adolescentes autores de atos infracionais? Os socioeducadores que atuam e que irão atuar na socioeducação não deveriam em sua prática cotidiana estabelecer um diálogo com os conhecimentos adquiridos antes mesmo de entrarem no sistema socioeducativo? E também os universitários em suas graduações e a sociedade de forma ampla, não deveriam conhecer a socioeducação? Poderíamos ter como resposta a esses questionamentos a abertura das escolas de formação dos sistemas socioeducativos para toda a sociedade, uma vez que a existência dessas escolas é uma realidade na maioria dos estados brasileiros, inclusive a Escola Nacional de Socioeducação – assim como a abertura acadêmica, em universidades, inserindo a socioeducação entre suas disciplinas.

Então, um pouco desta história para um melhor entendimento dos meus questionamentos. Em 1998, falava-se pela primeira vez na formação dos socioeducadores por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998 (art. 39 § 2º).

> A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de Governo para formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre entes federados. (BRASIL, 1998)

Assim, a formação dos profissionais do sistema socioeducativo vai se desenhando, e no início do século XXI, alguns estados da Federação já tinham construído suas escolas de formação, como no caso do estado do Rio de Janeiro, que em agosto de 2001, por meio do Decreto n° 29.113/2001, fundou a escola socioeducativa, sendo o primeiro estado a criar uma escola de formação dentro de um sistema socioeducativo. Vale evidenciar que a escola socioeducativa do Rio de Janeiro foi criada por um grupo de socioeducadores idealistas, que acreditavam transformar a realidade do Degase por meio da formação inicial e continuada dos socioeducadores. Enfrentaram um longo percurso até a escola socioeducativa se consolidar e se transformar em modelo para outros estados. A narrativa que se segue é de um dos idealizadores da escola socioeducativa, pontua sua criação e como esta foi pensada e todo o esforço do grupo para que ela se efetivasse.

> Éramos um grupo, o V, chegou com a ideia da criação da escola, ficamos empolgados com a ideia dele, aí começamos a escrever. Era tudo muito doido, cara, a gente virava a noite. Nós já estávamos fazendo o movimento DEGASE pelo DEGASE, tinha algo sendo construído. E assim a escola saiu do papel, sabíamos que estávamos fazendo história, era a primeira escola do Brasil, tinha que dar certo. Nós corremos atrás do decreto, porque sabíamos que se ficasse só uma coisa interna, qualquer gestão poderia acabar com ela, e conseguimos, foi nossa grande vitória! (Entrevista realizada em 23/08/2023)

O início do século XXI também foi um período histórico de extrema importância na luta pelo estabelecimento de prerrogativas legais voltadas à política socioeducativa. Em 11 de dezembro de 2006, foi instituída a Resolução nº 119 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Fruto de uma construção coletiva que envolveu diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país. "O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas." (Art. 3º da Resolução nº 119/2006). Entre outras questões, o SINASE reafirma a formação continuada dos atores sociais e aponta como objetivo principal da formação dos profissionais a mudança das práticas punitivas para a socioeducação.

> A formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de práticas sociais ainda muito marcadas por condutas assistencialistas e repressoras. Ademais, a periódica discussão, elaboração interna e coletiva dos vários aspectos que cercam a vida dos adolescentes, bem como o estabelecimento de formas de superação dos entraves que se colocam na prática socioeducativa exigem capacitação técnica e humana permanente e contínua considerando, sobretudo o conteúdo relacionado aos direitos humanos. (SINASE, 2006, p. 49)

Em 2012, o SINASE se transformou em lei (Lei nº 12.594/2012) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas. Essa lei traz em seu art. 11, inciso IV, a obrigatoriedade da formação continuada, transformando-se em uma “política de formação dos recursos humanos” (Brasil, 2012). Em 2014, foi criada a Escola Nacional de Socioeducação (ENS) pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em parceria com a

Universidade de Brasília (UNB). Ela também passou a contar com as escolas de formação estaduais (chamadas Núcleos Estaduais).[39]

A ENS nasceu com a missão de capacitar os diversos atores que atuam direta ou indiretamente no sistema socioeducativo, sendo uma de suas diretrizes a definição de uma política de formação socioeducativa, assim como os parâmetros curriculares e metodológicos. Organiza diversos cursos divididos em três categorias: básico, específico e especialização e, por meio de cursos on-line, promove salas de aulas virtuais que integram profissionais de todo o Brasil, o que possibilita o conhecimento das diversas realidades brasileiras e trocas de experiências entre os diversos socioeducadores participantes. Os núcleos estaduais seguem ofertando cursos para seus socioeducadores em caráter interdisciplinar e específicos para determinadas categorias (BRASIL, 2014).

> A ENS deve garantir que os programas de formação consigam articular a teoria e a prática, a construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, a valorização dos saberes profissionais, a reflexão crítica, a sistematização e o registro das práticas institucionais, bem como a construção de fundamentos teóricos e metodológicos comuns e constituir um acervo bibliográfico referencial para a socioeducação no país. (BRASIL, 2014, p. 3)

A Escola Nacional de Socioeducação e as escolas de formação estaduais são responsáveis pelo desenvolvimento de várias pesquisas ligadas a área da socioeducação, produção de artigos, livros e cartilhas institucionais, alguns em parcerias com universidades. A maioria dos cursos promovidos trazem como temática: direitos humanos, adolescência, as normativas pertinentes à socioeducação, segurança socioeducativa, medidas socioeducativas, entre outras.

Desse modo, fica claro que a socioeducação cada vez mais se afasta do olhar inicial, quando comparada somente a educação social e amplia em várias lentes seu foco de conhecimento, sendo possível percebê-la hoje de forma densa e multifacetada, o que permite olhar sem muito espanto a segurança socioeducativa, desde que voltada para assegurar os direitos humanos, como parte constituinte do saber da socioeducação. É também inequívoco que a socioeducação necessita estabelecer relações com as bases teóricas do direito, da psicologia, da pedagogia, da psicopedagogia, da sociologia, da medicina, da história, da

[39] Estados que possuem Núcleo Estadual/Distrital da ENS, segundo o site da ENS: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Acesso em 20/09/2021 http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/

antropologia, do serviço social e de outras áreas que venham a atender ao adolescente, assim como demanda definir minimamente os teóricos que irão nortear a socioeducação enquanto um campo de saber.

É preciso que os socioeducadores se apropriem da socioeducação enquanto um campo de saber próprio. Então, retomamos a minha indagação: não deveria a socioeducação ser percebida enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nas diversas formações de profissionais que trabalham e pretendem trabalhar com os adolescentes que cometem atos infracionais? O profissional que atua e que irá atuar na socioeducação não deveria em sua prática cotidiana estabelecer um diálogo com os conhecimentos adquiridos antes mesmo de entrar no sistema socioeducativo? É apropriado elucidar que as escolas de formação são destinadas apenas aos profissionais que já atuam no sistema socioeducativo. Para quem está na graduação ou apenas pensa em trabalhar com a socioeducação, resta um saber por muitas vezes distorcido pela mídia e pela própria sociedade.

Em 2008, a Universidade Bandeirantes de São Paulo (UNIBAN) criou a pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado Profissional: Adolescente em Conflito com a Lei, o qual tinha por objetivo qualificar profissionais ao "aliar o rigor acadêmico de formação e pesquisa com o atendimento das exigências de profissionais com alto nível de qualificação para lidar com uma situação social crítica da maior relevância em nosso país - o adolescente em conflito com a lei" (UNIBAN, 2010). Contava com uma equipe de professores extremamente qualificados, que acabou por atrair alunos de todo o país. Lembro que, ao chegar em 2010 para fazer esse mestrado, nossa turma tinha pessoas de todo o Brasil, as trocas em sala de aula eram muito ricas com experiências diversificadas. E, por ser interdisciplinar, tinham profissionais de todas as áreas e de todo o sistema de garantia de direitos. Contudo, em 2018 o programa foi desativado.[40] Cabe ressaltar ter sido a primeira e única pós-graduação stricto sensu nessa área.

Ao pesquisar na internet encontrei três cursos de especialização na área socioeducativa, todos realizados em faculdades particulares:[41] em São Paulo, havia poucas informações sobre o curso, não foi possível compreender se o curso era online ou presencial. Quanto à grade curricular, ainda que fosse possível visualizar as disciplinas, não foi possível verificar seu conteúdo, também não havia detalhes sobre docentes nem ano de implantação. Em Sergipe,

[40]Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf;jsessionid=+fUH+TgXFGXKQ1FrmnGQnfwY.sucupira-215?popup=true&cd_programa=33107017005P0 Acesso em: 10/08/2023

[41] Optei por não colocar o nome da faculdade, nem do curso, uma vez que estou fazendo uma análise dos cursos oferecidos sobre a temática.

apesar de a grade curricular parecer mais completa, o curso era endereçado aos profissionais que atuam no sistema socioeducativo, também não consta nome de docentes, data de criação ou especificação se é presencial ou online. Já no Espirito Santo, o curso deixa claro ser 100% online, criado em 2020, também com a grade curricular sem detalhes quanto ao conteúdo das disciplinas e sem apresentar o corpo docente. De uma forma geral, os cursos parecem vagos em suas apresentações, sem muito esclarecimento quanto à temática.

A socioeducação percebida enquanto área de conhecimento específica, transformada em disciplina para diversas categorias, ou mesmo um curso em nível de especialização com maior visibilidade e com maior clareza em suas propostas, poderia oportunizar aos novos socioeducadores chegarem entendendo seu papel, compreendendo o sistema socioeducativo, percebendo os adolescentes como sujeitos de direitos. E conseguindo gerar transformações em velhas práticas. Mas sei que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que isso possa se tornar uma realidade, como afirma Koselleck (2006), há um horizonte de expectativas.

> Também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (...) horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada. (KOSELLECK, 2006, p.310, 311).

Gostaria de retomar aqui o lugar de formação da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire do estado do Rio de Janeiro, um espaço como já citado acima, criado não por um programa de governo, mas por idealização dos próprios socioeducadores e que já capacitou e continua a formar muitos socioeducadores, além de ser percebido de forma positiva pela maioria deles.

> Entendo que a Escola Socioeducativa do Degase é um espaço de aperfeiçoamento, aprimoramento do trabalho socioeducativo, de reciclagem da prática profissional, de reflexões entre a teoria e a prática. Um local também de trocas dos saberes multiprofissionais entre os professores e os cursistas. (Entrevista realizada em 30/06/2023)

> Fiz vários cursos na escola, é um lugar importante para a gente! Os eventos proporcionam juntar a gente e rever os amigos, eu acho a escola importante! (Entrevista realizada em 30/06/2023)

> Trabalhei muito tempo na escola, gosto daquele lugar [silêncio] é engraçado, me emociona pensar sobre a escola, acho que é porque é o único lugar do Degase arborizado, sem grades, transmite paz (Entrevista realizada em 26/06/2023)

Nas falas dos socioeducadores, fica evidente o respeito que todos têm pela escola socioeducativa, e que de alguma forma é um espaço diferenciado no Degase. Evidencia-se que a escola de gestão socioeducativa do Rio de Janeiro já foi referência nacional. Em sua entrada temos uma frase de Paulo Freire “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescente brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, 1967).

Figura 12 – Paulo Freire

Fonte: foto retirada pela autora

Figura 13 – O espaço da ESGSE

Fonte: foto retirada pela autora

Em julho de 2023, ao chegar na Escola de Gestão Socioeducativa para trabalhar, levei um grande susto, algo inesperado, chorei ao ver Paulo Freire atrás das grades, é isso! Colocaram grades na Escola de Gestão Socioeducativa, e Paulo Freire, que tanto lutou pela liberdade, pelo pensamento crítico, hoje vive atrás das grades dentro de uma escola de formação socioeducativa. O motivo? Alguns dos adolescentes que fazem curso nesses espaços evadiram, em um desses dias. Aumentando as lentes é possível observar que o quadro ao lado tem a data da Escola de 2001 a 2021, além de ser uma homenagem aos seus vinte anos, será que isso tinha mais algum significado? O que aconteceu com a escola a partir de 2022? Qual o olhar da gestão do Degase para a formação dos socioeducadores hoje? Ainda que a escola continue em movimento – muito devido ao esforço dos socioeducadores, que lutam pela sua continuidade, proporcionando vários cursos presenciais e online, produzindo conhecimento, inclusive com um GT de ética para pesquisa, do qual eu faço parte –, algo parece ter mudado. A educação para liberdade, para desenvolver o pensamento crítico, que transforma e provoca revoluções, parece não combinar com o movimento do confinamento, da opressão atual, e aos poucos os pequenos direitos conquistados vão se perdendo sem que a gente perceba.

Figura 14 – Paulo Freire atrás das grades

Fonte: foto retirada pela autora

Figura 15 – As grades na ESGSE

Fonte: foto retirada pela autora

Em setembro de 2022, o Degase promoveu um seminário “Gestão e Socioeducação”, longe de ter alguma relação com os seminários produzidos anteriormente pela escola de gestão, os palestrantes eram ligados ao ministério do tribunal de contas, especialistas em direito administrativo, entre outras autoridades. Contou com a presença de pouquíssimos especialistas da área socioeducativa. No decorrer das palestras, alguns confessaram desconhecer a temática. A ESGSE participou de forma extremamente tímida desse evento quase todo organizado pela gestão do Degase.

Em 2021, o Degase, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), faz parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com sua pró-reitoria de extensão e cultura, cria o Laboratório de Estudos Socioeducativos (LABES/UERJ), vinculado ao Projeto Estratégico Segurança Pública, Cidadania e Democracia do Estado. O coordenador desse laboratório é o mesmo coordenador do Observatório Social da Operação Segurança Presente, criado recentemente, também vinculado à pró-reitoria extensão e cultura da UERJ.

No final de 2021 e no decorrer de 2022, o LABES promoveu cursos de formação para os socioeducadores, na qual havia uma remuneração para todos de 500 reais. Também foram realizados cursos remunerados para familiares e adolescentes. O LABES também realizou pesquisas no DEGASE e produziu livros e cartilhas. Em quase dois anos de sua existência, montou uma equipe enorme de pesquisadores, professores e administrativos. O site que inicialmente pouco tinha a oferecer ficou repleto de notícias e produções acadêmicas sobre socioeducação. Como aluna do curso promovido pelo LABES, porque participei do curso devido a meu interesse para pesquisa, observei que a grande maioria dos docentes, exceto os

docentes socioeducadores do DEGASE, tinham pouco conhecimento sobre a política socioeducativa.

A ESGSE participou como coadjuvante de todo esse processo. E a indagação que se fica é: por que não fazer um investimento na própria ESGSE, Local legitimado para a formação dos servidores? E por que não fazer um investimento na CECEL, local legitimado para formação aos adolescentes e familiares? As parcerias são necessárias e urgentes, mas o que se questiona aqui não é a parceria, mas o deslocamento de competências. Um exemplo claro é a dificuldade que o CEDOM tem de produção de memória por falta de profissionais e de financiamento para confecção de seus livros, enquanto o LABES produziu um livro de memória com vários pesquisadores pagos para tal fim em um curto prazo de tempo. Em uma conversa com a responsável pela pesquisa de memória do LABES, ela me relatou que não sabia da existência do CEDOM.

Apesar da falta de transparência, era nítido que houve um enorme investimento financeiro para que esse laboratório conseguisse em tão pouco tempo realizar todo o trabalho apresentado. Contudo, no início de 2023, o LABES foi obrigado a suspender suas atividades, manteve sua página na internet aberta até agosto de 2023, em 05/08/23 ao tentar pesquisar o site do LABES, verifiquei que ele se encontra desativado. Em 30 de março de 2023, a UERJ apresenta um Relatório Final[42] instaurado pela Portaria UERJ nº 779/REITORIA/2022, em que após encontrar irregularidades, faz várias recomendações, entre elas:

> Recomenda-se que seja instada a Auditoria-Geral da UERJ para que abra procedimentos de apuração nos processos referentes aos Projetos Observatório Social da Operação Observatório Social da Operação Segurança Presente, **Laboratório de Estudos Socioeducativos – LABES/DEGASE**, Escola Criativa de Oportunidades – ECO e Arquitetura de Núcleos de Qualificação Profissional – democratização da formação humana no Estado do Rio de Janeiro.[...] Recomenda-se, por fim, que seja o presente relatório encaminhado para ciência do Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Relatório Final (49556069), 2022, Grifo nosso)

O desativamento do site levou com ele quase toda sua produção de conhecimento, uma vez que muitos resultados de pesquisa e informação se encontravam somente no site. Do mesmo modo, resultados de pesquisas ainda não divulgadas, que ainda estavam sendo realizadas. Enfim, mais uma vez, são violados os direitos de todas as formas dos socioeducadores, socioeducandos, familiares, comunidade cientifica e toda a sociedade.

[42]Relatório final na integra, disponível em: http://www.sintuperj.org.br/wp-content/uploads/2023/03/SEI-49556069-Relatorio-230330-221617.pdf. Acesso em: 09/08/2023.

3.3 **Socioeducação enquanto política pública**

No início do texto, coloquei como proposta pensar a socioeducação a partir de duas dimensões: como um conceito ainda em construção e como uma política pública. O tópico anterior trouxe algumas questões que nos levaram a pensar as dificuldades e a possibilidade da construção de um conceito de socioeducação. A partir de agora, irei traçar uma discussão da socioeducação enquanto exercício, na prática, a socioeducação como política pública. Em muitos estudos, também se observam os termos política socioeducativa e política de atendimento socioeducativo a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

De acordo com Juraci Brito (2023), a socioeducação faz parte de uma política pública e por isso necessita ser conceituada. O seu campo de estudo sobre visita íntima, gênero, sexualidade traz questões para pensarmos as relações de poder que atravessam e produzem subjetividade na "instituição socioeducativa" e segue:

> Considerando o que expusemos até aqui, arriscamos afirmar que a socioeducação é um conjunto de múltiplas práticas, abordagens e profissões que, ainda que possam ter bases filosóficas diferentes, buscam um sentido comum: garantir o acesso dos/as adolescentes às políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte, mundo do trabalho, entre outras, tendo como princípio provocar a existência de sujeitos críticos e autônomos, visando a garantia irrestrita de efetivação dos princípios dos direitos humanos. (BRITO DA SILVA, 2023, p. 50)

Até 2006, a única legislação existente brasileira que orientava essa política era o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente em seu Título III - Da Prática de Ato Infracional. Quando da criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o Art. 2º da Resolução nº 119/2006 produzida pelo CONANDA preconiza que: "O SINASE se constitui de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais". O SINASE transmitia todo um discurso voltado para garantir os direitos dos adolescentes que cumprem MSE em sua totalidade. Apontou a prioridade das medidas em meio aberto, buscando romper com o ciclo de internações, priorizou a interface dessa política com o sistema de garantia de direitos (SGD), o que a transforma em uma política que divide a responsabilização pela socioeducação com Estado, família e sociedade, dentro da lógica da CF de1988, no que diz respeito a infância e juventude, no paradigma da proteção integral. Desse modo, prima pela incompletude das medidas socioeducativas. O SINASE demonstrou

preocupação em assegurar o viés pedagógico das MSE, que visa a garantia do direito à segurança e à integridade física e mental do adolescente privado de liberdade, assim como todo um investimento em sua formação enquanto sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento. (Brasil, 2006a)

Somente em 2012, foi sancionada a lei 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual aponta um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa (Brasil, 2012). Ele efetiva a política de atendimento ao adolescente acusado de ato infracional, prezando pela promoção social e proteção integral do adolescente. E, é mediante essas normativas legais que deve se produzir a execução do atendimento socioeducativo por meio dos serviços de atendimento ofertados nos programas e nas instituições socioeducativas, responsáveis pela aplicação das medidas aos adolescentes que cometem ato infracional.

Adriana Barbosa (2023) esclarece que a Resolução de 2006 do SINASE parece não conceber a segurança como é elencada na lei de 2012 do SINASE, uma vez que ela aparecia sob duas formas "por um lado, busca assegurar o "direito à segurança" e por outro lado, pretende garantir a "segurança dos direitos" (BARBOSA, 2023, p.88). Compreendemos que a autora se refere, no primeiro momento, à segurança da integridade física e mental do adolescente e, em um segundo momento, à segurança do direito a educação, saúde, esporte, lazer, entre outros. Contudo, o que se observa é que a lei de 2012 do SINASE parece ter priorizado um caráter mais disciplinador:

> Em contrapartida, a Lei SINASE menciona treze vezes o termo "disciplinar", acompanhado das palavras "sanção", "falta", "regime", "processo" e "apuração", possuindo um capítulo para tratar da obrigatoriedade da apresentação de regimes disciplinares, em que sejam tipificadas as infrações leves, médias e graves; a exigência de instauração de processo disciplinar ao se aplicar qualquer sanção com obrigatoriedade de audiência do socioeducando. (BARBOSA, 2023, p.88)

Desse modo, é possível compreender que tanto no ECA como no SINASE há um sistema de responsabilização juvenil vigente, um olhar pedagógico que contracena com o sancionatório na execução da medida socioeducativa, em especial, a de privação de liberdade.

> Uma coisa que não existe aqui no DEGASE, socioeducação é um milagre que eu nem vejo como pode acontecer! [Silêncio] Socioeducação para mim é você pegar um adolescente que tudo deu errado, a família falhou, a escola falhou, a sociedade falhou, o Estado falhou, e o menino está aqui. Eu sei que tem algumas pessoas que são contra a palavra ressocializar, porque você vai ressocializar quem já foi ressocializado, esse

> menino nem socializado muitas vezes foi, né? A Socioeducação seria um lugar que desse uma nova oportunidade para esse menino, de fato, e não que piorasse esse menino, ele sai daqui pior do que entrou, isso é fato. O básico a escola não funciona, quando funciona é rodízio, não se aprende nada, uma profissionalização só para dar número. Não existe socioeducação! Socioeducação, é ensinar, inserir valores éticos, morais, é tentar reformar, sei lá se é essa a palavra, uma personalidade, um caráter, é fazer esse menino pensar de outra maneira, é dar oportunidade para ele pensar de outra maneira, para ele começar a viver de outra maneira, isso não existe aqui dentro. (Entrevista realizada em 04/09/2023)

Enquanto eu escutava o depoimento acima, me veio à mente a Tese de Doutorado de Juliana Vinuto "O outro lado da moeda: o trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro" (2019). A autora relata que sempre que lhe indagavam se ela acreditava em socioeducação, ela associava a outro questionamento: você acredita em Deus? "As religiões cristãs afirmam que não é possível ver Deus, mas que as pessoas podem senti-lo, saber que ele é real" o que lhe fazia pensar "talvez a socioeducação só pudesse ser sentida por aqueles profissionais predispostos a tal, ou seja, que a socioeducação também seria um mistério da fé." (VINUTO, 2019, p. 142). A entrevistada compara a socioeducação a um "milagre", e aponta o DEGASE como um espaço de violação de direitos. Vinuto mostra que "enquanto no livro fundamental do cristianismo, a bíblia, apreende-se um Deus óbvia e evidentemente divino, nos livros fundamentais das medidas socioeducativas, o ECA e o SINASE, a socioeducação é vista sempre a partir de sua dúbia interface com a segurança." (VINUTO, 2019, p. 143).

A narrativa não vai falar de segurança, mas descreve que a socioeducação não pode ser pensada em um espaço que não propicia ao adolescente o básico que está na lei. Desse modo, é certo que a socioeducação, para a pessoa entrevistada, inexiste nos espaços intramuros do DEGASE e externo a este, e é percebida como utopia.

Para buscar minimamente uma compreensão desse distanciamento, é preciso se pensar qual o real interesse do Estado na concretização desta política, de que Estado estamos falando?

Loic Wacquant, em seu livro "As prisões da miséria", traça um percurso de como os Estados Unidos saiu de um Estado social para um Estado penal, aponta a elevação da miséria no país, elevação esta causada pelo próprio país a partir do momento em que se retiram os direitos da população pobre, e a joga para baixo da linha da pobreza, se tem como resultado o crescimento das "famílias deserdadas, dos marginais das ruas, dos jovens desocupados e alienados, a desesperança e a violência se intensificam, se acumulam nos bairros" (WACQUANT, 1999, p. 27).

Como solução para o problema criado, o país cria subsídios para criminalizar esta população, dessa forma, monta-se um aparato repressor policial-penal que acaba por criminalizar a miséria. Não há mais preocupação com essa parcela da população em lhe oferecer

garantias de direitos, como um bom emprego, um salário digno, uma habitação de qualidade e um cuidado à saúde. Cabe a eles apenas a exclusão da sociedade, para tanto é necessário um controle de todos os seus atos, uma política voltada para o controle e a segurança social, em que os poucos direitos ofertados estão ligados diretamente a um controle de seu comportamento; para os que não se encaixavam restava o encarceramento, a perseguição das pequenas delinquências e do recrudescimento das penas. Loic Wacquant pontua que para isso o Estado cria um inimigo interno, "o traficante", e cria a política de "guerra à droga", mas a perseguição é apenas para vendedores de rua, dirigida à juventude dos guetos. Ainda segundo o autor, essa política encheu e "escureceu" as celas (1999, p. 30). Assim, "A ascensão do Estado penal americano responde não à ascensão da criminalidade, que permaneceu constante durante todo este período, mas ao deslocamento social provocado pelo desengajamento do Estado caritativo" (WACQUANT, 1999, p. 33).

Para o mesmo autor (2012), esta política penal é também uma política territorial, já que ela qualifica os guetos como instrumento de segregação de grupos considerados perigosos, deste modo, não é possível compreender a hiperinflação carcerária nos EUA sem considerar a questão racial. Assinala que a globalização da “lei e ordem” iniciada nos Estados Unidos se estendeu dos países do Primeiro Mundo para os do Segundo Mundo, o que modificou a política e as práticas de punição em todo o planeta; seria improvável pensar nesta nova forma de política punitiva, há cerca de 15 anos. (WACQUANT, 2012, p. 10).

A exemplo da realidade norte-americana estudada por Loic Wacquant e da expansão das políticas punitivas de forma global, o Brasil, assim como outros países da América latina, importa dos EUA a política neoliberal, a redução do Estado e privatizações, importa a política de “Tolerância Zero”, a ideia da eficácia prisional, e passa a criminalizar a pobreza. Loic Wacquant (2012) aponta que nos anos 90 a taxa de aprisionamento do Brasil saltou de 74 para 183. Como resposta aos pobres vistos como responsáveis por sua condição, é tomado um conjunto comum de soluções punitivas: os poderes são ampliados, assim como as atuações policiais em que o foco são as infrações de rua e infrações relacionadas às drogas; a aceleração e o endurecimento do processo judicial; a prisão se transforma em depósito; a normalização da “penalidade de emergência” aplicada de maneira diferencial por meio do espaço social e físico. (WACQUANT, 2012, p. 11).

Loic Wacquant (2014) relata ainda que no caso brasileiro as desigualdades extremas e a violência de rua desenfreada ficam ainda mais agravadas perante a tolerância do Estado diante da diária discriminação judicial causada pela classe social e etnia, que permite ou se omite frente à brutalidade policial sem limites, e aponta como outro agravante as terríveis condições

das instituições de confinamento, sejam para maiores ou menores de idade. Revela que a condição das favelas brasileiras e dos conjuntos habitacionais equivale a tratá-los como inimigos da nação. O autor afirma que a "penalização atua sempre de forma extremamente seletiva, atingindo, como uma questão de prioridade estrutural, aquelas categorias duplamente subordinadas na ordem material de classe e na ordem simbólica da honra". (WACQUANT, 2014, p.150)

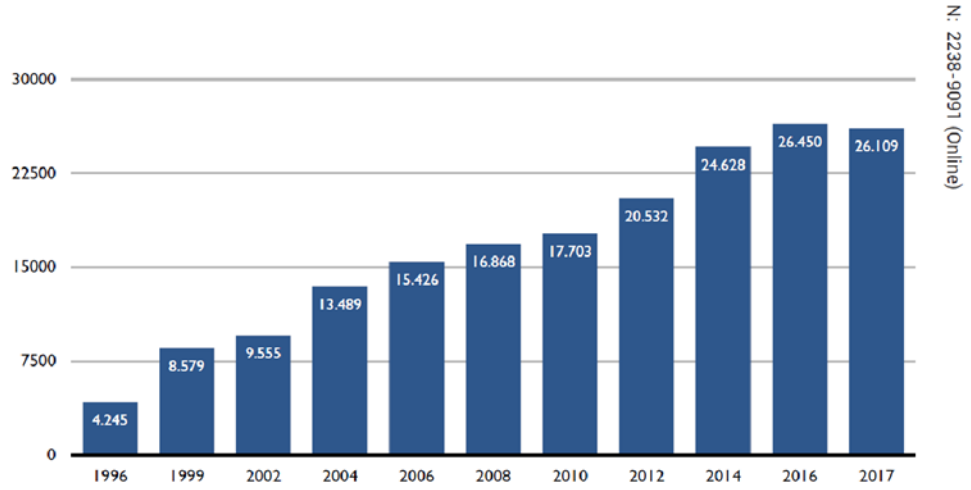
Ao refletirmos a socioeducação como uma política pública, corroboramos com o pensamento desse autor, que não se afasta a análise desse lugar de seletividade extrema pela sociedade da penalização, uma vez que esta política parece alcançar apenas os mais desfavorecidos, negros e moradores de favelas. E se apresenta como um instrumento eficaz de intervenção do Estado. Isso fica explícito ao analisarmos a pesquisa: Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, realizada pelo DEGASE em Parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2018, cujo objetivo era "refletir sobre o perfil socioeconômico do jovem em situação de privação de liberdade em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação no estado do Rio de Janeiro" (MENDES E JULIÃO, 2018 p. 20).

> Sobre o perfil dos jovens entrevistados para a pesquisa, podemos, em síntese, afirmar que a maioria é do sexo masculino (97%); negro (76,2%); está na faixa etária entre 15 e 17 anos (70%); não concluiu o Ensino Fundamental (91,3%) – 71,3% está cursando o segundo segmento do Ensino Fundamental; possui renda familiar de 1 a 3 salários mínimos (34%); 76,2% afirmaram ter tido alguma experiência profissional – destes, 64,5% disseram ter começado a trabalhar entre 10 e 15 anos; 71,6% moram em região de conflito armado (entre policiais, traficantes e facções); foram apreendidos por terem cometido os atos infracionais roubo (44%) e tráfico de entorpecentes (41%). Através destes dados, podemos evidenciar que estamos falando dos sujeitos hoje mais vulneráveis socialmente no Brasil: jovens, homens, negros, pobres, pouco escolarizados e que começaram a trabalhar muito cedo. Sobre as suas famílias, 58,6% disseram que os seus pais ou responsáveis são divorciados; 39,4% o seu pai/mãe ou responsável morreu; 45,6% vivenciaram algum problema com álcool ou droga com seus pais/família. Embora 39,4% tenham afirmado já ter se sentido abandonado alguma vez na vida e viver em uma zona de guerra (75%), 85% disseram ter pessoas em que podem confiar; 91,5% afirmaram que os seus pais/responsáveis lhes dão apoio emocional quando precisam e que eles incentivam que estudem (93,8%). (MENDES E JULIÃO, 2018 p. 20).

Ao observar os dados acima, verificamos que, assim como os guetos norte-americanos, as favelas brasileiras mostram ser "o principal espaço físico e social dentro do qual o Estado penal neoliberal está sendo montado, adotado e testado de forma concreta". Para Loic Wacquant (2007, p. 216), a política de socioeducação parece adentrar esses espaços e ter como alvo

principal os adolescentes e jovens moradores de bairros de abandono urbano.[43] O hiper encarceramento citado por Loic Wacquant (2012) como um componente essencial do próprio Estado neoliberal também apareceu no sistema socioeducativo por um longo tempo. Observando o gráfico abaixo, retirado da pesquisa de Jalusa Arruda (2021, p. 360), verificamos um crescimento de jovens em cumprimento de MSE em restrição e privação de liberdade no Brasil de 1996 a 2017, com um leve decréscimo em 2017.

Gráfico 2 – Adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Brasil (1996-2017)



Fonte: ARRUDA, Jalusa Silva de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil In: O Social em Questão - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021. p. 355-382.

Quando olhamos a estatística dos atos infracionais praticados pelos adolescentes na tabela a seguir, retirada da pesquisa TRAJETÓRIAS — Diagnóstico da execução de medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ | 2020), verificamos que a grande maioria dos adolescentes estão cumprindo MSE por tráfico de drogas ou roubo majorado ou simples.

Tabela 13 – Infrações mais frequentes

[43] Bairros de abandono urbano - termo cunhado por Wacquant para se referir a lugares de extrema pobreza.

Frequência e percentual das 15 infrações mais frequentes registradas pelo SIIAD

	Infração	Frequência	Percentual
1	TRAFICO DE DROGAS	16709	43,3
2	ROUBO MAJORADO	7216	18,7
3	ROUBO SIMPLES	3175	8,2
4	POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO	2303	6,0
5	FURTO QUALIFICADO	1238	3,2
6	HOMICIDIO SIMPLES	627	1,6
7	HOMICIDIO QUALIFICADO	449	1,2
8	PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	343	0,9
9	ROUBO COM LESAO CORPORAL GRAVE OU SEGUIDO DE MORTE	157	0,4
10	ESTUPRO DE VULNERAVEL	150	0,4
11	TRAFICO DE DROGAS AGRAVADO	126	0,3
12	ESTUPRO	89	0,2
13	POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	71	0,2
14	DISPARO DE ARMA DE FOGO	24	0,1
15	EXTORSAO SIMPLES	19	0,1

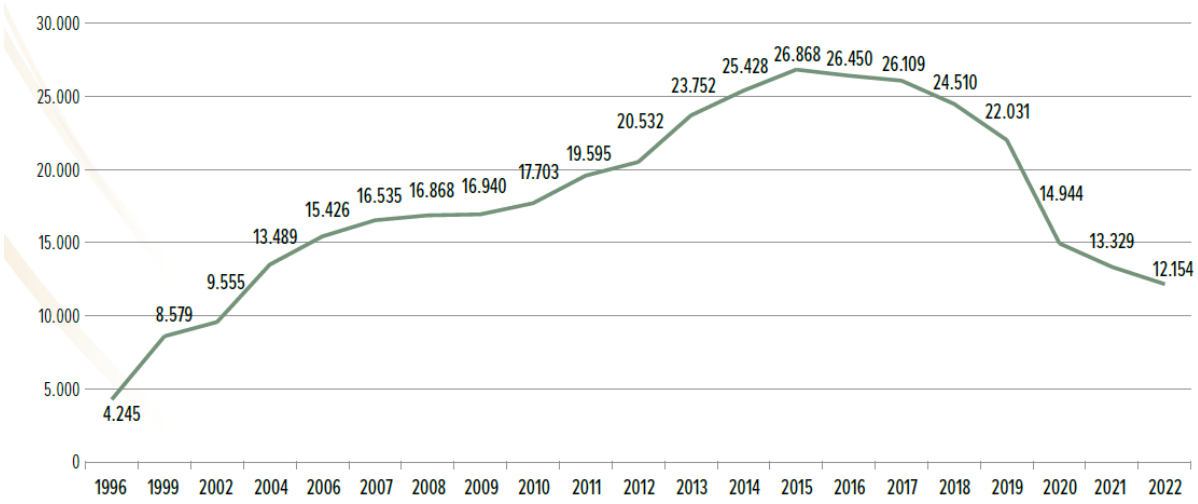
Fonte: ARRUDA, Jalusa Silva de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil In: O Social em Questão - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021. p. 355-382.

Novamente dialogamos com Loic Wacquant, que revela que o Brasil importou dos EUA a política de "guerra à droga", com uma perseguição direcionada para vendedores de rua, dirigida à juventude negra e pobres da favela. Os adolescentes que deveriam ser vistos como vítima de trabalho infantil, são seduzidos pelo tráfico de drogas que lhes garante um valor que, possivelmente, jamais iriam vislumbrar senão pela ilicitude, uma vez que adolescentes oriundos de favelas ou bairros de abandono urbano dificilmente conseguem alcançar empregos com salários dignos. São marginalizados, perseguidos pela força policial e responsabilizados pelo seu ato, sendo apreendidos e inchando ainda mais as unidades socioeducativas.

Contudo, a partir de 2018, foi percebido um decréscimo expressivo de adolescentes cumprindo medida socioeducativa privativa de liberdade em todo o país. Conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2022 (p.449):[44] "De um total de 25.084 adolescentes internados em 2018 chega-se a 13.684 em 2021, o que significa uma queda considerável de 45,4%. De uma taxa de 85,9 adolescentes internados para cada 100 mil, passa-se a um patamar de 49,4 adolescentes a cada 100 mil, um decréscimo de 42,5%". O ABSP – 2023 (p.329) confirma os dados publicados na edição de 2022, em que os números de adolescentes internados mostraram-se em constante queda desde 2016, contudo, aponta uma queda menos acentuada, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no Brasil (1996-2022)

[44] Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15 Acesso em: 18/07/2023.



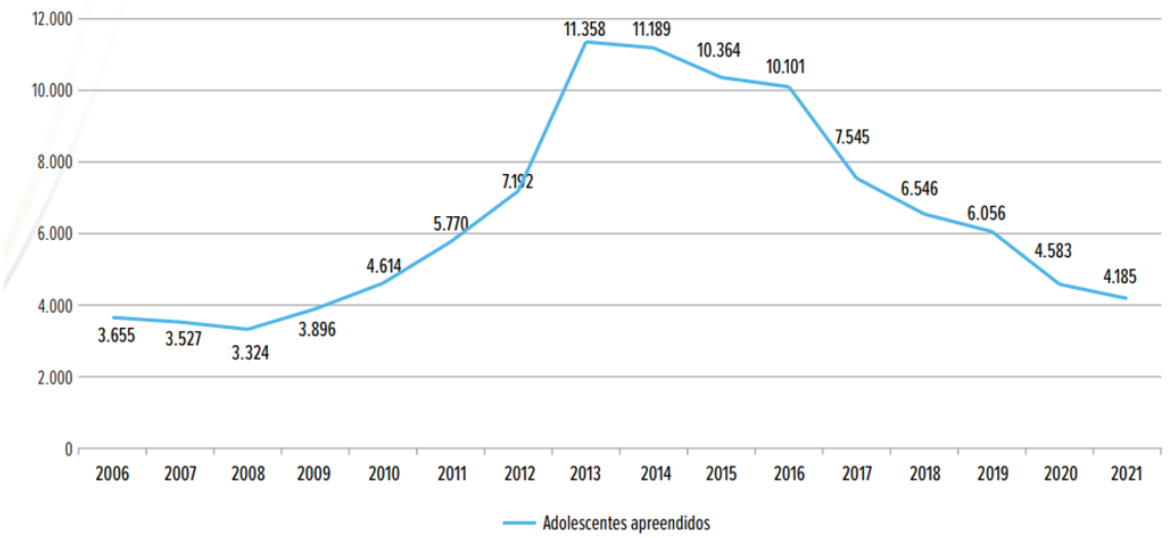
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023[45]

O ABSP -2022 apresentou como possíveis hipóteses: a Recomendação Nº 62 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, em função da pandemia do covid, para a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram a internação provisória; a decisão do Habeas Corpus coletivo nº 143.988/ES2, datada de 21 de agosto de 2020, que determinou que as unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação não ultrapassassem a capacidade prevista para cada unidade; queda nos registros de roubos e queda no número de apreensões de adolescentes.

Segundo o ABSP -2022: "em diálogo com pesquisadores e profissionais que atuam na ponta do sistema socioeducativo: defensores Públicos, ativistas e técnicos do sistema de diversos estados do país, é unânime a avaliação de que também se está diante de uma queda no número de apreensões de adolescentes pelo cometimento de ato infracional". (ABSP, 2022, p.450) Parece haver uma maior expressividade dessa mudança na porta de entrada. "Ou seja, estar-se-ia diante de uma transformação mais na dinâmica de atuação das polícias do que propriamente na atuação dos Juízes e Promotores". Porém, o ABSP ressalvava que as hipóteses careciam de estudos mais aprofundados, e que estavam ocorrendo pesquisas para produzir evidências concretas e suficientemente embasadas para medir com maior precisão as causas da queda de internações de adolescentes. O gráfico abaixo, sobre as apreensões de adolescentes no estado do Rio de Janeiro, demonstrava bem esta reflexão.

[45] Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf
Acesso em: 10/08/2023.

Gráfico 4 –Apreensão de adolescentes, Rio de Janeiro (2006-2021)



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022

Todavia, o ABSP -2023 apontou que no Rio de Janeiro houve aumento no número de adolescentes apreendidos no último ano. Indica que, pela primeira vez depois de oito anos, "houve aumento do total de adolescentes apreendidos, chegando a 4.281, o que significa uma alta de 2,3% em relação a 2021" (ABSP, 2023, p.331). Também aponta um aumento de internação de adolescentes em outros estados da federação. E esclarece a possibilidade de os valores se estabilizarem no próximo ano ou mesmo voltarem a crescer.

O ABSP-2022 sinalizava também que

> a redução no número de internações de adolescentes a quem se atribua ato infracional não necessariamente era resultado de um bom funcionamento do sistema socioeducativo. Muito pelo contrário, o que se viu nos últimos quatro anos, em nível nacional, foi a ausência de qualquer política no âmbito do Executivo que possa ser considerada inovadora ou impactante o suficiente para ser aqui apontada como possível causa na quantidade de adolescentes internados (ABSP, 2022, p.453).

O ABSP -2023 sinaliza o projeto "Novo Socioeducativo" que apresentava a possibilidade de Políticas Público-Privadas (PPPs) na área da socioeducação por meio de acordo firmado durante a gestão do governo de Bolsonaro com a CAIXA e outros órgãos públicos e privado (ABSP, 2023, p. 331). Mas esclarece que o CONANDA publicou em junho de 2023 uma nota técnica mostrando-se contrário a esse projeto, apontando motivos, tais como: a gestão do setor privado em unidades prisionais não trouxe benefícios e ainda acentuou a ausência de políticas penais para pessoas em privação de liberdade; ir contra as regras instituídas no SINASE que aponta o poder público como responsável pela execução das

medidas socioeducativas; entre outros apontamentos. Relata que o Ministério do Direitos Humanos, em entrevista a um jornal, afirmou que o projeto seria interrompido, uma vez que "a adoção da gestão privada não condiz com a orientação do atual governo para a política do sistema de atendimento socioeducativo" (ABSP, 2023, p. 332). E finaliza manifestando que não é transferindo para empresa privada o que é "dever constitucional do Estado" que se resolverá o problema da socioeducação, mas sim, valorizando os profissionais e aprimorando o atendimento socioeducativo, uma vez que este é extremamente complexo e delicado (ABSP, 2023). Salientamos que, embora possam ser apresentadas aqui as fragilidades do sistema socioeducativo, em foco o DEGASE, temos total convicção de que qualquer processo de privatização irá esfacelar qualquer chance de êxito da política socioeducativa, sabemos que não é na mudança de competência que reside a solução. Corroboramos com a ABSP em pensar na valorização do profissional, e no engajamento dos socioeducadores, gestores, Estado e toda sociedade com a verdadeira socioeducação, priorizando o atendimento ao adolescente dentro dos parâmetros dos direitos humanos.

A Promotora da tutela coletiva da infância e da juventude infracional do MP/RJ, ao participar de uma mesa de um evento cujo título era o "Socioeducativo e a Segurança", na OAB no dia 03/07/2023, reflete sobre a metodologia utilizada no DEGASE no disciplinamento, e questiona:

> Quais as ferramentas não estão sendo oferecidas aos agentes de segurança socioeducativo para realizar um trabalho de socioeducação? O curso oferecido ensina ao agente o que é uma segurança socioeducativa, diante do que entendemos por socioeducação? O adolescente é acompanhado por outros profissionais para se entender onde se falhou e onde se pode mudar? Nós estamos tendo avaliação do que vem ocorrendo nas unidades socioeducativas? Há uma necessidade de avaliação constante das unidades. Precisamos entender o que significa ser adolescente e quais as ferramentas que são possíveis para que a gente possa transformar um espaço de contenção em um espaço de educação. [...] Se temos a central de vagas, se temos o regimento interno, se temos um plano de segurança, o que falta para que a gente tire tudo isso do papel e possa transformar as unidades em unidades de excelência? Temos profissionais brilhantes, então o que nos falta para que a gente possa fazer essa mudança de chave no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro?" (Fonte: Seminário/ OAB)

Ainda que não tenhamos mais um alto índice de aprisionamento de jovens, observamos que a socioeducação como política pública segue um rumo diferente da socioeducação no meio acadêmico, sua ação é desprovida de uma reflexão mais aprofundada, ela atende fielmente à política neoliberal brasileira.

> Eu vejo socioeducar como disciplinar, só isso, se você não disciplinar já era! Ele vem da rua sem educação, sem nada, e aqui você tem que disciplinar ele, se não disciplinar, acabou! Ninguém gosta de disciplinar, é difícil, é chato, então a disciplina é o ponto

> crucial para você educar alguém. Socioeducar é educar para a sociedade, você faz o tempo todo em casa com seu filho, o tempo todo educando para que? Para ele ir para a sociedade se comportar bem lá, só que em casa a gente faz desde pequenininho, aqui não. Aqui você já começa com quatorze anos, teve aquele período ali todinho tudo errado, fazendo o que quer na vida, aí nós temos a função de mostrar para ele como que ele tem que se comportar lá fora, como consegue trabalhar sem disciplina? Você pode ter dez garotos, os dez indisciplinados, não dá... (Entrevista realizada em 04/09/2023)

O Brasil apresenta uma sociedade cada vez mais dividida, viveu momentos de grandes retrocessos em todos os espaços, perdas de garantias sociais, trabalhistas, avanço do conservadorismo, discursos e práticas que a cada dia mostraram ainda mais sua face opressora, com desmonte dos aparatos sociais. Há uma crise política, de saúde, econômica e ética sem precedentes na qual estamos imersos que ameaça até mesmo o processo democrático brasileiro. Diante de todo esse retrocesso, a execução da política direcionada à socioeducação não avança, e passa a ser quase que uma utopia.

3.3.1 Os Discursos Parlamentares Sobre a Política Socioeducativa

Bruna Gisi (2022) e Adriana Barbosa (2023) fizeram um importante pesquisa sobre o histórico de propostas legislativas para alteração de conteúdo nas leis, normativas ou ementas vinculadas à temática do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional. Bruna Gisi (2022), por meio do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (USP), vai dirigir a sua pesquisa em nível nacional, enquanto Adriana Barbosa (2023) focaliza seus estudos nos projetos de lei da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que discutem o DEGASE e os dividem da seguinte forma: 2003/2010; 2011/2018 e 2019/2023.

Bruna Gisi (2022) assinala que devido à onda conservadora e punitiva instalada no país nos últimos anos, a CF e o ECA vêm sendo atacados a partir de várias tentativas de mudanças em seus artigos, e na área da política socioeducativa, isso se tornou alarmante. Cita também que foram mapeadas 338 proposições, destas foram encontradas 244 propostas com viés punitivista, em sua maioria, projetos de lei na tentativa da redução da idade penal e o aumento do tempo de internação de adolescentes. Entre estes, também foram encontrados: a ampliação dos casos que autorizam a aplicação da medida de internação; a utilização das medidas socioeducativas nos antecedentes criminais de adultos; acabar com a visita íntima em unidades de internação;[46]

[46] Ressaltamos que no estado do Rio de Janeiro a visita intima ainda não foi implantada.

autorizar o porte de armas para agentes socioeducativos; o recrudescimento ao tratamento de adolescentes ligados a ato infracional, e projetos que visam a alterações no processo de apuração de atos infracionais e na proteção da imagem de adolescentes nessa condição.

Contudo, a autora pondera que essas iniciativas não logram êxito devido à falta de evidências reais em que se pautam os projetos de lei, e ainda, encontram resistências da sociedade civil organizada que se baseiam nas legislações vigentes para a defesa dessa temática, que também conseguem reforço nos "aliados parlamentares e especialistas que compreendem que a resposta para a segurança pública não é a punição". (GISI, 2023, p.10). Entre as 338 proposições citadas, apenas 33 propostas visavam a garantia de direito dos adolescentes a quem se atribui a prática de atos infracionais. São proposições relacionadas a: direito político dos adolescentes de votar; vedação da divulgação da identificação e imagem do adolescente processado pelo sistema de justiça juvenil; ampliação das garantias processuais e direitos individuais dos adolescentes; criação de mecanismos para coibir violação de direitos dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e de seus familiares; proibição da revista vexatória em unidades de internação; permissão apenas de profissionais do gênero feminino atuando nas unidades femininas (GISI, 2022, p.12 e 91). A autora considera os resultados da pesquisa como preocupantes para a consolidação da política socioeducativa contida na CF e no ECA. Mas também destaca que, ainda que o cenário seja preocupante, eles apontam caminhos existentes ainda que pequenos, com as propostas que buscam assegurar os direitos dos adolescentes. E finaliza:

> Se o cenário demonstra que as visões preponderantes sobre a população nessa faixa etária nos projetos legislativos são punitivas e, quando propositivas, ainda pouco atreladas à doutrina da proteção integral, a não aprovação deles pode ser um demonstrativo de que a articulação entre produção de conhecimento, atuação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais e a abertura do legislativo para esses atores tem cumprido um importante papel para impedir o avanço de retrocessos no Congresso Nacional. (GISI, 2022, p.13).

Adriana Barbosa (2023) fundou seus estudos no histórico de propostas do legislativo do estado do Rio de Janeiro, para compreender as mudanças ocorridas no sistema socioeducativo a partir de 2003. Segundo a autora, sua pesquisa se inicia nesta data devido à disponibilização de dados no site da ALERJ. Afirma ter encontrado 85 projetos de lei entre o período de 2003 a 2022, os quais dividiu em: punitivistas; direitos dos trabalhadores; direitos dos adolescentes/famílias; pandemia de covid-19, estes concentrados em 2020. Entre os anos de 2003 e 2010, Adriana Barbosa relata ter encontrado 11 projetos de lei, sendo todos de cunho a

garantir direitos, em que três tinham como proposta a garantia dos direitos dos trabalhadores e oito deles se referiam aos direitos aos adolescentes e familiares.

> Quanto aos direitos dos trabalhadores havia um projeto que buscava isentá-los, junto a outras carreiras do estado, do imposto de renda; a reinclusão de ex-agentes ao ofício quando absolvidos em processo judiciário e aumento de salário para algumas categorias. Já os projetos que buscavam garantir direitos aos adolescentes e familiares pretendiam legislar sobre as seguintes questões: incluir os casos de denúncias e processos no DEGASE à ouvidoria da polícia do Rio de Janeiro; a instituição da ouvidoria do DEGASE; a implantação de ensino profissionalizante nas unidades privativas de liberdade; as medidas que os policiais precisam adotar ao apreenderem os adolescentes; o critério de pertencer à área da educação para nomeação aos cargos de diretores; a desativação do Educandário Santo Expedito (ESE) e um sistema mais humanizado de revista aos familiares nas unidades de internação e internação provisória. Bem como, um PDL, que possuía o objetivo de sustar os efeitos do Decreto nº 41.553/2008, o qual regulava o uso de armas "não letais" nas unidades socioeducativas. (BARBOSA, 2023, p.63)

A autora ainda mostra 28 Projetos de Lei encontrados no período de 2011 a 2018. Destes, três classificou como punitivistas, pois era uma tentativa de retirada de direitos: dois se relacionavam a procedimentos de revista de familiares de adolescentes no Degase, e um que pedia a retirada das unidades do DEGASE da Ilha do Governador, uma vez que provocava nos moradores insegurança. Dez buscavam assegurar direitos dos adolescentes e discutiam as seguintes temáticas: profissionalização dos adolescentes; atendimento humanizado; assistência aos filhos dos privados de liberdade; revista de visitantes; gestão de vagas do DEGASE e a transferência de adolescentes nos casos de superlotação; exclusividade de agentes socioeducativas femininas nas tarefas diretas com as adolescentes. Quinze se relacionavam aos direitos dos trabalhadores, contudo, dez tinham como objetivo estender direitos aos agentes de segurança socioeducativa ou afirmá-los na condição de segurança.

Adriana Barbosa (2023) esclarece que, entre 2019 e 2022, ocorreu um aumento de propostas na ALERJ relacionadas ao DEGASE. A autora correlaciona esse crescimento às mudanças no funcionamento das unidades socioeducativas devido à pandemia de covid-19 e à aprovação da PEC 33/2019 em 2020, a qual "visava alterar o artigo 183 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro para incluir o DEGASE no rol dos órgãos da segurança pública do estado. Então, a partir daí, a categoria dos agentes de segurança socioeducativa passou a ser incluída em diversos projetos de lei que os arrolassem com os profissionais da segurança pública" (BARBOSA,2023, p.84). Salienta ainda a existência de 43 projetos de lei, nesse período: 12 referentes a questões da pandemia de covid-19; um qualificado como punitivista, relacionada aos adolescentes; quatro relacionados aos direitos dos adolescentes e 26 relativos aos direitos dos trabalhadores. A autora finaliza apontando que, apesar de haver interesse de

alguns parlamentares em colocar o DEGASE e seus agentes socioeducativos no rol da segurança pública, há também uma constância dos legisladores quanto ao interesse na garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Ambas as pesquisas demonstram que o viés punitivista sobressai ao socioeducativo, e que, com o passar do tempo, devido a todo o contexto social já discutido, os projetos de leis, sejam em nível nacional ou estadual, se ampliaram na busca de fazer do sistema socioeducativo um sistema de segurança. Mas que também há forças positivas que resistem a toda essa nuvem cinzenta pela qual estamos passando.

3.4 **Socioeducação: movimentos no DEGASE**

Em 2022 ocorreu um evento no DEGASE, nos espaços da ESGSE e CECEL. Era a comemoração dos 20 anos da Escola de Gestão, reinauguração de espaços de capacitação técnica para os internos e contratação de 20 adolescentes para o programa Jovem Aprendiz, que ofereciam um total de 100 vagas. Muitos presentes eram autoridades do poder judiciário e políticos, uma minoria de socioeducadores e as mães dos adolescentes do programa Jovem Aprendiz, que estavam ali para assinar a carteira e ver seus filhos receberem o certificado do curso que antecede a prática deste programa.

Enquanto a cerimônia ocorria, não conseguia parar de pensar em minhas leituras de Wacquant, o que ele diria sobre estas falas? "Vocês estão tendo a oportunidade de fazer de vocês jovens aprendizes, de ter carteira assinada (....) Deus está no comando"; "emprego é dignidade, emprego formal, honesto". O discurso de cunho moralista e religioso mostra para o jovem que esta é sua chance de "salvação", de tornar-se um homem digno. Contudo, seria a principal finalidade desses cursos ensinar a disciplina do trabalho assalariado. (WACQUANT, 2004, p. 162).

Alguns questionamentos seguiam povoando meus pensamentos: afinal o que pensam sobre o conceito de socioeducação? Há diferenças relevantes entre as várias equipes de trabalho ao dar sentido ao termo? O que a socioeducação provoca neles? É percebida a efetivação da política da socioeducação em seu cotidiano de trabalho? Suas experiências de vida e trabalho interferem em seu olhar para o conceito de socioeducação?

Muitos profissionais dedicaram parte da sua vida a transformar o DEGASE em um verdadeiro espaço socioeducativo, outros desistiram, outros sequer tentaram, mas muitos ainda

resistem. Nas falas durante as entrevistas realizadas, é possível perceber um saber construído na relação direta com o adolescente, no cotidiano institucional, assim como em muitas falas se percebeu um saber adquirido também na universidade. De uma forma ou de outra, os profissionais formaram algum conhecimento sobre o que entendem ser socioeducação. Apesar de relatarem impossibilidade na execução desta política em sua totalidade nos espaços institucionais do DEGASE, e até mesmo descrença, mostraram, em suas narrativas, impasses e apontaram caminhos prováveis. Também apresentaram algumas definições para a socioeducação.

> Penso que a socioeducação é fazer as coisas acontecerem da forma que elas deveriam ter acontecido, ou que elas podem acontecer, sempre numa perspectiva interdisciplinar e que envolva diferentes setores da sociedade, no movimento tanto interno, como externo, de quem garante, de quem é o usuário, é isso né? E como a própria palavra já diz, sempre vinculada à questão da educação. A educação não salva o mundo, muitos têm essa noção romanceada de que basta frequentar, estar na escola que está tudo muito resolvido, só que de fato se não houver uma integração entre as diferentes áreas e os diferentes aspectos que envolvem o humano, a coisa não acontece. (Entrevista realizada em 27/06/2023)

Como impasses, apresentaram alguns motivos: a falta de relação com as demais políticas públicas; muitos adolescentes em cumprimento de MSE de internação no mesmo estabelecimento, políticas sociais frágeis, fragilidade na escolarização dentro do DEGASE, poucas alternativas apresentadas ao adolescente no contexto socioeducativo.

> A gente fala que é uma política, de uma prática, e toda política envolve vários atores, a gente olha a socioeducação no olhar que o adolescente, ou no máximo a família, possa fazer, no sentido de que ele não infrinja novamente. No sentido da prática infracional, ela nos remete a algo que se possa construir seja na área educativa ou social, de cidadania, de direitos, precisamos também repensar esta sociedade que produz esses infratores. Então, a socioeducação não é só o olhar sobre o adolescente, mas sobre essa sociedade que está produzindo infratores, famílias vulneráveis, então na verdade, a socioeducação é uma convocação. Não é à toa que a gente tenha não só equipes diversas com olhares diversos, mas a gente tem defensoria, promotoria, judiciário. Infelizmente, não estamos no universo que deveria estar para pensar a socioeducação desse garoto né, pensar quais as intervenções em sociedade e garantias de direitos, que a gente possa fazer no sentido de que ali possa ter uma ressignificação daquele lugar, mas que não é só do adolescente, mas daquela sociedade, daquela cultura, naquela temporalidade. (Entrevista realizada em 12/09/2023)

Apontaram alguns caminhos para que a política socioeducativa possa ocorrer no DEGASE: buscar várias alternativas possíveis para o atendimento do adolescente; para além de colocar o jovem na escola, o acompanhar, compreender suas dificuldades e buscar soluções de modo a evitar a evasão; para além de fazer o que tem que ser feito, buscar entender o processo que levou o adolescente a chegar neste equipamento; ter uma visão crítica da situação; de uma forma mais ampla, repensar a sociedade que produz adolescentes autores de ato infracional; em

uma perspectiva interdisciplinar, envolver diferentes setores da sociedade, no movimento tanto interno, como externo; pensar quais as intervenções em sociedade e garantias de direitos, que possam ser realizadas no sentido de ressignificar o lugar não só do adolescente, mas da sociedade, da cultura nesta temporalidade, e do próprio DEGASE.

> Socioeducação, na minha opinião está começando a mudar depois que o Fachin[47] determinou que você não pode ter uma unidade superlotada, porque até então você tinha um depósito de adolescentes infratores. A socioeducação foi para o ralo há muito tempo, estou falando meu ponto de vista. Agora eu estou começando a vislumbrar a possibilidade de realmente se fazer socioeducação, porque se eu tenho uma unidade que cabem cem adolescentes e está com trezentos, acabou a socioeducação! É muito complicado você pegar um adolescente que não teve limites e no máximo em três anos colocar ele como cidadão de bem. Eu costumo dizer que a socioeducação, ela trabalha com efeitos, e os gestores e governantes não trabalham com uma causa. É complicado porque lá na ponta o que causa o garoto vir para cá… as políticas sociais são muito fracas, continua sendo a única instituição do governo que sobe a comunidade é a polícia, o que vai acontecer?.... O garoto vem para a socioeducação, uma coisa não funciona sem a outra, é muito complicado fazer socioeducação no Brasil, no Rio então é um desafio. Uma unidade com cem adolescentes, é muito adolescente para se fazer socioeducação, e não se tem investimento e nem perspectiva, porque o pessoal fala isso há dez anos. Vamos construir unidade que só vai ter trinta garotos para internação, vinte para semiliberdade... estou mentindo? Então, é muito difícil fazer socioeducação no

[47] A narração aqui se refere a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que em 21 de agosto de 2020 determinou, por meio de julgamento, o fim da superlotação em unidades do sistema socioeducativo de todo o país. Essa decisão tinha como relator do caso o ministro Luiz Edson Fachin. A decisão aponta nove estados com a taxa de ocupação acima da capacidade das unidades de execução de medida de internação. O estado do Rio de Janeiro aparece com 175% a mais do que sua capacidade. A decisão também alcança as unidades semiliberdade.
A decisão aponta como proposta alguns critérios e parâmetros, para utilização dos Magistrados que atuam em unidades de internação que se encontram com lotação acima do previsto:
i) adoção do princípio *numerus clausus* como estratégia de gestão, com a liberação de nova vaga na hipótese de ingresso; ii) reavaliação dos adolescentes internados exclusivamente em razão da reiteração em infrações cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa, com a designação de audiência e oitiva da equipe técnica para o mister; iii) proceder-se à transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior ao limite projetado do estabelecimento, contanto que em localidade próxima à residência dos seus familiares; iv) subsidiariamente, caso as medidas propostas sejam insuficientes e essa transferência não seja possível, o magistrado deverá atender ao parâmetro fixado no art. 49, II, da Lei 12.594/2012, até que seja atingido o limite máximo de ocupação; iv) na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, que haja conversão de medidas de internação em internações domiciliares, sem qualquer prejuízo ao correto cumprimento do plano individual de atendimento – podendo ser adotadas diligências adicionais de modo a viabilizar o seu adequado acompanhamento e execução; v) a internação domiciliar poderá ser cumulada com a imposição de medidas protetivas e/ou acompanhada da advertência ao adolescente infrator de que o descumprimento injustificado do plano individual de atendimento ou a reiteração em atos infracionais poderá acarretar a volta ao estabelecimento de origem; vi) a fiscalização da internação domiciliar poderá ser deprecada à respectiva Comarca, nos casos em que o local da residência do interno não coincida com o da execução da medida de internação, respeitadas as regras de competência e organização judiciária; vii) alternativamente, a adoção justificada pelo magistrado de outras diretrizes que entenda adequadas e condizentes com os postulados constitucionais e demais instrumentos normativos.
Acesso em 06/11/2021 https://www.conjur.com.br/dl/nao-haver-superlotacao-unidades.pdf

> Rio de Janeiro, então, assim... A minha fala de socioeducação é essa aí, mas eu acredito. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

A pessoa entrevistada entende que, para a socioeducação ocorrer, é preciso ter unidades com poucos adolescentes, e dá ênfase à superlotação das unidades socioeducativas que foram uma realidade até 2018. Com a decisão do STF e com a pandemia da covid, o quadro se modificou, como já citado em outro momento. Diante deste novo cenário, esse profissional demonstra uma esperança em conseguir um trabalho mais próximo do que as leis apregoam. Contudo, outros problemas surgiram advindos dessa decisão, com a criação de regulação de vagas no DEGASE, os adolescentes passaram a ser alocados distantes de suas residências, o que infringe tanto o ECA e o SINASE como a própria decisão do STF.

> Complexo... retorno a um outro lugar, e para a gente a única forma de se resgatar e ter uma visão crítica da situação. O conceito é complexo, ele não está sozinho, está integrado ao conjunto de outras ações, que envolvem a família, o próprio conhecimento do adolescente, a sua reflexão e reflexão de outros atores também, da rede de garantia de direitos. [...] é um conjunto de forças. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

Os depoimentos conceituaram socioeducação como: um olhar integral ao adolescente; ensinar e inserir valores éticos e morais; oportunidade para o adolescente pensar de outra maneira, possibilitando uma ressignificação de valores; um conceito complexo que está integrado a um conjunto de outras ações, que envolvem a família, o próprio conhecimento do adolescente, envolvendo outros atores da rede de garantia de direitos; socioeducar por meio da disciplina dialógica; educar para a sociedade.

Por outro lado, chama a atenção que a socioeducação, seja como conceito ou política pública, esteja citada como algo que se deve "acreditar ou não". Como diz Vinuto, "um mistério de fé". Ainda que nos parágrafos acima tenhamos conseguido organizar os impasses e caminhos a serem seguidos apontados pelos socioeducadores, de uma forma geral, referem-se a socioeducação como algo distante do cotidiano institucional, da realidade de suas ações, uma utopia. Cabe destacar que, em outras entrevistas realizadas, foi comum o relato de acreditar ou não na socioeducação. "O meu maior desafio é fazer os agentes acreditarem na socioeducação" (relato de uma direção de unidade); "não vou te enganar não, tem técnico que não acredita na socioeducação" (relato de uma assistente social); "quando eu cheguei, eu até acreditei que seria possível fazer socioeducação, mas hoje… francamente? Acho impossível isso acontecer aqui no Degase!" (relato de um agente de segurança socioeducativo).

A teoria permanece sem uma ponte que faça ligação com a prática, por vezes vimos discursos moralistas, carregados de teor religioso, em que buscam fazer o jovem curvar-se à sua condição de subalternidade e aceitar sua própria culpa por não querer a condição que lhes é imposta pela sociedade. Isadora Gomes (2020) discute esse distanciamento entre a produção de conhecimento universitário e as políticas públicas voltadas para a socioeducação:

> Essas informações nos levam a refletir sobre a distância entre a produção de conhecimento universitário e as políticas públicas, sendo esse um problema bem mais amplo. [....] produção de conhecimento e execução de políticas públicas não se misturam facilmente. Esta é uma base importante que justifica nossa tese: os estados e municípios não têm usufruído do conhecimento produzido pela universidade, numa recusa insistente reforçada pela dificuldade dos pesquisadores em adentrar a política pública, deixando de lado toda a teorização sobre o assunto. (GOMES, 2020, p. 63)

A socioeducação tem como um dos seus principais desafios promover, por meio de suas diversas práticas laborais e múltiplos saberes, uma política pública efetivamente em ação. Os discursos acadêmicos precisam fazer conexão com as práticas, mas também é verdadeiro o sentido inverso. Os pesquisadores nativos do campo socioeducativo precisam servir como multiplicadores de suas ideias, de seus estudos e sedimentar seu saber no campo de atuação, em vez de fazer uma cisão entre sua prática no cotidiano institucional e seus estudos teóricos. Por fim, essa conexão, tão necessária e urgente entre a produção de conhecimento e o fazer diário, precisa ocorrer, ou a política voltada para a socioeducação continuará a buscar formas de punir o adolescente autor de ato infracional, em múltiplas (perversas) maneiras.

Afinal, o objetivo da socioeducação é a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e é pensando neles que foi redigido o próximo capítulo, que traz uma discussão sobre o que é ser adolescente no decorrer da história, discute quem são os adolescentes atendidos pelo DEGASE e seus familiares.

4 AS HISTÓRIAS DOS ADOLESCENTES CONTADAS PELOS SOCIOEDUCADORES

Minha História
Se o mundo inteiro pudesse me ouvir
Me empresta o ouvido deixa eu te contar tudo que se passa do lado de cá
E antes dessa viajem começar, tenta só se colocar no meu lugar
É tanta coisa pra falar, mas ninguém quer ouvir
É tanta coisa pra pensar, mas eu só sei sentir
A vida inteira pela frente um futuro gigante
Mas não dá pra ignorar tudo que veio antes
Eu não tenho vergonha de contar a minha história
A vida do piano foi recheada de glória
Tudo que aconteceu e tá acontecendo não vai caber no plano de atendimento
Só que eu sou muito mais que isso aqui
Já cansei de chorar, hoje eu quero rir
E procurado sou, alguma saída, fazer minha voz ecoar, rap na medida
Se o mundo inteiro pudesse me ouvir
A minha vida não foi um mar de rosa não
Eu e minha mãe passamo uma pá de situação
Mas tudo que senti foi aprendizado
Saudade dos amigo que estão privado
Saudade do meu mano Max que não tá aqui
Mas o caminho que ele fez eu não quero seguir
Tó de boa de crime, não quero essa vida
Agora minha fita é rap na medida
Comigo não foi diferente
Perdi meu tempo infelizmente
Fui julgado por muita gente
Moleque favelado
Mas sigo em frente, não quero mais pensar no passado
O que me importa é o presente e o amanhã também
Me adiantar e deixar minha família bem
Realizar meu sonho e ser um grande MC
Cantar, rimar, pro mundo inteiro me ouvir
Se o mundo inteiro pudesse me ouvir

(Rap na Medida)[48]

Antes que os socioeducadores falassem, ou a teoria aparecesse para todos, de alguma forma eu queria dar voz aos adolescentes, foi quando em pesquisa pela internet me deparei com vários raps feitos pelos adolescentes por um projeto chamado Rap na Medida, realizado nas

[48] "Esta música é resultado do projeto RAP NA MEDIDA, um processo de vivência musical e literária realizada pelos músicos e educadores Renan Inquérito e Pop Black com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de todo o Brasil. Esta edição aconteceu com jovens do CREAS II do município de Foz do Iguaçu-PR. Foram cinco encontros apresentando a literatura por meio do rap, da palavra falada, cantada, declamada e compartilhada, músicas e poemas como forma de celebrar a oralidade, rompendo o silêncio costumeiro das bibliotecas e salas de aula, maltratando a gramática e colocando a culpa na licença poética. O vídeo, a letra da música e as gravações foram realizados ao longo das atividades num estúdio improvisado nas próprias dependências do CREAS" (@rapnamedida - 13 de jul. de 2022). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q1wB0cOri-I&list=PLb6PcHuF5eH1s70CMXtSJE0pep8X3EgS4&index=4 Acesso em:22/07/2023

dependências do CREAS no município de Foz do Iguaçu-PR. São um total de oito videoclipes, nos quais os jovens pedem que os escutem antes de os julgarem. “A vida inteira a gente é medido pela régua do outro, pelo olho do outro [...] o que eu tenho aqui dentro extrapola o seu entendimento, são quilômetros de abandono e de descaso e centímetros de carinho e de cuidado” (RAP NA MEDIDA, 2022)

Este capítulo foi pensado e repensado, por vezes questionei: a função da pesquisa não é dar fala ao socioeducador? Por que então falar dos adolescentes? Mas, ao final, percebi que para se falar sobre o DEGASE, falar sobre, com e para os socioeducadores, não faria sentido sem uma reflexão acerca daqueles que dão vida e se tornam a razão da existência do nosso trabalho: os/as adolescentes que atendemos todos os dias, que se encontram cumprindo MSE pelos mais diversos motivos, cada um com sua história, sua família, presente ou não, mas todos, ou a grande maioria, com questões em comum: a violência de todas as formas atravessando o seu cotidiano, a pobreza e a falta de acesso a direitos básicos.

Assim, compreendi e me senti provocada a falar com e desses adolescentes, que são nossos usuários, que entram e saem do sistema socioeducativo dia após dia, meses após meses, e anos após anos. Estamos certos de que a cada atendimento, a cada palavra, a cada escuta há um aprendizado; esses jovens, que muitos acreditam não ter nada a dizer, nos ensinam e nos provocam a pensar no lugar que ocupamos e nas práticas que realizamos. Antes mesmo de iniciar as entrevistas, quando comentava com colegas que iria entrevistar os socioeducadores, era comum alguém contar algum atendimento ou lembrar de algum adolescente que marcou sua trajetória. Foi impressionante observar quantas emoções advindas dessas lembranças, de casos antigos, retornavam à memória desses profissionais. Não foi possível registrá-los, mas permaneceram em minhas lembranças, uma vez que não era uma entrevista formal.

Lembro-me, ao retornar de um evento sobre socioeducação, estava de carona com colegas do sistema socioeducativo, alguém perguntou sobre meus estudos, ao falar de minha pesquisa, das entrevistas que iria fazer, todos começaram a citar suas experiências, lembranças perdidas, durante toda a viagem, muitas histórias foram contadas, cada um tinha algo a dizer, sobre sua própria trajetória ou mesmo sobre os adolescentes atendidos.

Recordo-me do meu último atendimento a adolescente no DEGASE. Como psicóloga, reconheço a inexistência da neutralidade, por isso compreendemos e trabalhamos a transferência e contratransferência,[49] e assim para lidarmos com esses fenômenos que ocorrem

[49] A transferência e contratransferência são conceitos que advêm da psicanálise. A transferência seria o mecanismo psicológico geral que permite a manifestação de fantasias de qualquer natureza do paciente para o

precisamos estar bem para manejarmos positivamente os atravessamentos que aparecem durante os atendimentos. Ao retornar de licença após um ano, tinha acabado de perder meu esposo, após uma longa batalha pela vida. Sabia que não tinha condições para acolher os adolescentes e familiares, eu mesma precisava de cuidados. Mas não me deram muita opção pela instituição. Na sala da equipe técnica, escuto sons do corredor, era um adolescente que vinha causando problemas, apresentando agressividade no alojamento e se negando a falar com a equipe, naquele momento. A queixa era da grosseria que tinha feito com a psicóloga que tentava atendê-lo. Fui ao corredor e perguntei se podia tentar falar com ele. Levei-o de volta para sala de atendimento, lembro-me de ele pedir para ir embora grosseiramente, mas solicitei que ficasse, e calados permanecemos por um longo tempo, até que ele começou a chorar compulsivamente. Segurei sua mão e comecei a chorar, ele me olhou surpreso e perguntou por que eu chorava, falei da minha perda, ele então falou que seu filho estava internado entre a vida e a morte, disse que não havia contado para ninguém. A equipe não estava conseguindo falar com seus familiares. Nos abraçamos e choramos. Passei o caso para a coordenação e a equipe, foi dado prioridade, e o contato foi feito. Não sei o que aconteceu com seu filho, na verdade, procurei não saber por temer o que poderia ter acontecido. Compreendi que não tinha condições de continuar a atendê-lo durante o processo emocional que eu estava vivendo. Este foi meu último atendimento.

4.1 Adolescência no decorrer da história

Os estudos sobre a adolescência são algo relativamente recente, várias pesquisas apresentam a construção histórica da concepção de infância e adolescência (ARIÈS, 2006; GELIS, 1999 e LE BRETON, 2017). Ela precisa ser concebida como um processo que ocorre em um determinado momento, não somente de uma forma singular, mas que abrange todo o contexto no qual o adolescente se encontra inserido, não é possível entender a adolescência fora de sua totalidade. Dessa forma, a adolescência também precisa ser entendida como um fenômeno plural, cultural e econômico, já que apresenta comportamentos específicos de acordo com cada condição: econômica, étnica, religiosa e de tradições. Portanto, a definição de adolescência se transforma de acordo com a época histórica social e cultural.

terapeuta. A contratransferência, por sua vez, se refere aos “impulsos” inconscientes despertados pelo paciente no analista.

Philippe Ariès, em seu livro “História Social da Criança e da Família”, nos mostra que na idade média não havia lugar para a infância, uma vez que essa fase era desconhecida, a criança era considerada um adulto em miniatura, inclusive nos aspectos físicos e mentais, somente a partir do século XIII surgiram algumas representações de crianças um pouco mais próxima do sentimento moderno (ARIÈS, 2006, p. 18). O historiador aponta o século XVII como de grande importância para a evolução dos temas da primeira infância, em que a criança passa a ser o centro da família, inicia-se uma mudança nos costumes, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferentes. Jacques Gelis (1999) assinala que a mudança da criança da esfera pública, que não pertencia somente à sua família, mas toda a coletividade, para a entrada na vida privada, pertencente a uma determinada família, a família nuclear, não se dá de forma linear. As crianças pobres ainda ficaram por muito tempo na responsabilidade de toda a comunidade em que viviam.

Ariès (2006) aponta que o período da adolescência foi distinguido a partir de três fatores: a crisma, a conscrição no serviço militar e o estabelecimento de relação entre idade e classe nas escolas, contudo, só se concretizaram nos séculos XIX e XX. Le Breton (2017, p. 40) dialoga com Ariès ao falar sobre a cristalização da adolescência no século XIX, mas vai seguindo os passos de Stanley Hall, quando esclarece que os primeiros sentimentos da adolescência vão aparecer ainda no século XVIII, com uma constatação promovida por uma publicação de um escrito de Rousseau "Émile"(escrito entre 1757 e 1762). Nessa obra é descrito um período da vida humana que vem após a infância e prepara o indivíduo para a vida adulta. Ariès e Le Breton argumentam que a invenção da adolescência na sociedade ocidental acompanha o surgimento da família moderna no seio das classes privilegiadas, o que não ocorre para as classes pobres, que só vão sentir essas transformações no final do século XIX.

Maurice Aymard (2009) assinala que a separação do seio familiar, seja pelo trabalho ou pela ida à escola, proporciona laços com outros jovens da mesma idade, em grupo ou isoladamente. A autora pontua então que a adolescência é a época em que se constitui amizade, caracterizada também "por ser uma época de espera e de formação, de escolhas e compromissos pessoais". Aos poucos, o adolescente irá se tornar cada vez mais independente de sua família, mas as redes familiares não irão desaparecer. As relações familiares também se transformam, mas ainda são as normas necessárias para a maioria da população, em especial as que moram no campo. Contudo, a ampliação de parentescos parece aos poucos se dissolver, se antes as parcerias eram fortalecidas com outras famílias, agora, em troca de proteção, têm como

principal parceiro o Estado, que “obriga ou encoraja a família a isolar-se em si mesma e a cortar os múltiplos laços que a encerram” (AYMARD, 2009, p.478).

No início do século XX, a adolescência passa a ser vista com maior preocupação, uma vez que seu comportamento não é mais tão previsível junto aos novos laços de amizades com seus pares. Eles começam a se juntar em vários espaços, como uma forma de se reconhecerem e se afirmarem como faixa etária e sociabilidades entre seus semelhantes. A adolescência, por ser percebida como terra desconhecida, passa a interessar a ciência, passa a se constituir como uma faixa etária e se transforma em objeto de estudo da psicologia, pedagogia, sociologia e ciências sociais, entre outras ciências. (LE BRETON, 2017).

Várias teorias são formuladas, e apresentam concepções diferentes sobre esse estágio, em especial as psicológicas. A obra de Stanley Hall é identificada na literatura como a pioneira na temática da adolescência em psicologia, a qual veio servir como principal referência para os estudos posteriores, apresenta um comportamento patologizado do adolescente por meio da visão naturalista e universalizante, também denominada de “visão desenvolvimentista” (COLE & COLE, 2004). Assim como Stanley Hall, Erik Erikson (1976) conceitua a adolescência como um período de crise, instabilidades e incertezas, um momento de espera, e vai chamar esse período de "crise de Identidade". Aberastury e Knobel (1988) irão trabalhar com o conceito de “síndrome normal da adolescência”, como uma fase necessária para aceitação do novo corpo com todas as modificações psicossociais, momento pelo qual o adolescente vivência o luto pelo mundo infantil para que só assim possa estabelecer sua identidade, rompendo com a infância para a entrada no mundo adulto. Essa visão, ainda que negligencie a transformação histórica da adolescência e as reais condições de vida em que se formam os sujeitos de uma determinada época, se estabeleceu de forma hegemônica na psicologia e em outras áreas do conhecimento, e a adolescência ainda é vista na sociedade como um problema e como um período de crise.

A concepção sócio-histórica abandona as visões naturalizantes e universais, passa a compreender o ser humano como um ser histórico, constituído nas relações sociais, no meio em que o cerca, fazendo parte de uma cultura e de uma historicidade; assim, a adolescência só pode ser compreendida a partir de sua inserção na totalidade em que foi produzida. Segundo Ana Bock (2004) e Sergio Ozella (2002), apesar de a adolescência estar associada às marcas do desenvolvimento corporal, já que ela se liga diretamente ao crescimento físico e à puberdade, essas marcas não podem naturalizar a adolescência, uma vez que as próprias marcas constituem também a adolescência como fenômeno social, pois em alguma época ou cultura, essas marcas tinham um significado diferente para a sociedade. Sergio Ozella (2002, p.21) traz como exemplo: a força muscular dos meninos que em algum momento significou possibilidade de

trabalho, guerrear e caçar, hoje está relacionada a beleza, sensualidade e masculinidade. É o ser que constrói a adolescência a partir de sua interpretação e do significado que dá a esse momento, portanto, "a adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento" (BOCK, 2004, p.39).

O século XXI é carregado por ambiguidades, a era da globalização, em que há a ilusão de que tudo está ao nosso alcance, as relações são fluídas, tudo é efêmero; a tecnologia, ao mesmo tempo em que aproxima, afasta os indivíduos. As rotinas, os hábitos e rituais perdem o valor, a era contemporânea é marcada pela incerteza e instabilidade, tudo é medido pelo consumo, o ato de consumir passa a ser o que gera o sentimento de felicidade. Tudo passa a ser descartável, até a própria vida (BAUMAN, 2007). Le Breton (2017) evidencia que a adolescência, inserida nesse contexto, também sofre suas consequências, repleta de significados múltiplos, por vezes irá sair do universo simbólico da infância de forma precoce, como fazem muitas meninas ao precocemente vestirem-se e pintarem-se de forma sedutora. A mídia convoca essas garotas a perceberem-se como pequenas adultas e lhes impõe uma série de desafios, como a beleza, ao buscarem estar de acordo com a moda, são imersas a um consumo sem freios. Os meninos também se encontram nesse cenário, todos são guiados pelo consumo, por marcas. A vida sexual passa a fazer parte de suas vidas cada vez mais cedo, ficam independentes rapidamente, e com frequência são solicitados a tomar decisões por si, passam a ser responsabilizados pelo seu sucesso ou fracasso.

De acordo com Le Breton (2017), o contrário também se faz verdadeiro, há um alongamento da adolescência, nos casos em que o jovem não consegue sua autonomia, seja pela falta de emprego, seja por dedicação aos estudos, ou questões emocionais que o impedem de largar a tutela dos pais. De todo o modo, adolescência, hoje, não é mais encarada apenas como uma preparação para a vida adulta, mas passou a adquirir sentido em si mesma.

No entanto, Abramo e León (2005) pedem cautela para não se correr o risco de olhar esses sujeitos por um único ponto de vista, uma vez que nem todos os adolescentes estão expostos igualmente a tal processo globalizador, ainda que pertencentes a uma mesma geração e apresentarem certos traços comuns em suas formas de ser. Eles nem sempre vivem as mesmas experiências, não são expostos da mesma forma às influências sociais e culturais, e não processam internamente do mesmo jeito. "A verdade é que não existe somente uma cultura adolescente, mas várias, bem como estilos de vida diferenciados". (ABRAMO e LEÓN, 2005, p.16)

Os mesmos autores também vão esclarecer que só a faixa etária não basta para determinar a adolescência, o que é preciso para marcar algumas delimitações iniciais, assim como é necessário para organizações operacionais e programáticas no campo das políticas de adolescência e juventude.

A Organização das Nações Unidas (ONU)[50] utiliza a faixa etária dos indivíduos entre 10 e 19 anos de idade para definir adolescentes e jovens. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos, e define juventude dos 15 aos 24 anos. No contexto brasileiro, em termos jurídicos, são adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aqueles que têm entre 12 e 18 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). E, para o Estatuto da Juventude,[51] são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Apesar das classificações etárias apontadas, muitos sujeitos vão sentir-se ou não adolescentes, dependendo do contexto sociocultural em que estão inseridos e até mesmo da época em que vivem. Pierre Bourdieu (1983) afirma que as classificações por idade servem para impor limites e produzir ordens a que todos devem se ater, pois demarcam lugares. Mas esclarece haver uma certa arbitrariedade entre essas divisões. "É o paradoxo de Pareto dizendo que não se sabe em que idade começa a velhice, como não se sabe onde começa a riqueza. De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades" (BOURDIEU, 1983, p. 112).

4.2 Os Adolescentes atendidos pelo DEGASE

Sabemos que os adolescentes que cometem ato infracional e chegam ao sistema socioeducativo possuem trajetórias de vidas parecidas, tiveram historicamente seus direitos violados, fazem parte de um grupo excluído socialmente. Diversos estudos apontam as causas da exclusão, seja por classe social, etnia ou raça, territorialidade e abandono social, o que vai determinar uma vivência pautada na violência, discriminação, exploração sexual, pobreza, baixa escolaridade, uso abusivo de drogas e genocídio. Desse modo, esses adolescentes trazem consigo uma identidade marginalizada à luz de um olhar historicamente punitivista da

[50]Disponível em; https://unric.org/pt/juventude/ Acesso em: 18/08/2023
[51]Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm Acesso em: 18/08/2023

sociedade, reforçada pelo poder da mídia que ainda os veem como “menores infratores”. (SALES, 2007; TRASSI & MALVASI, 2010)

Para discutirmos o adolescente que chega ao sistema socioeducativo, antes, é necessária uma breve contextualização histórica da formação do povo brasileiro. Ednéia Zaniani (2018) alerta para uma compreensão sobre a diversidade social, cultural e política brasileira, a qual foi constituída por vários povos com suas histórias e costumes próprios: os povos indígenas, os negros que atravessam um longo período de escravidão, somando-se as migrações, o colonialismo e o imperialismo (ZANIANI, 2018 p.20). Claudia Costa (2022) esclarece que a história dos povos originários foi contada como um único povo denominado de índio, e mais recentemente de indígenas, descaracterizando sua diversidade, do mesmo modo a África tornou-se um só lugar. Assim, esses povos perderam sua identidade e passaram a ser considerados inferiores pelos europeus, que assumiram o lugar do poder. Claudia Costa (2022) dialoga com Aníbal Quijano (2005), ao apontarem toda a violência sofrida pelos africanos racializados como “negros” e povos originários, ao ter sido apagado suas raízes históricas, para que os europeus construíssem um novo sistema de dominação e de exploração social, por meio da “produção de novas identidades históricas e geoculturais originárias do novo padrão de poder: “brancos”, “índios”, “negros”, “mestiços”.” (QUIJANO, 2005, p.18). Desse modo, expandia-se para todo o mundo a lógica que estruturava o colonialismo europeu.

Essa formação do povo brasileiro propiciou um lugar reservado às crianças dependendo de sua origem. Ednéia Zaniani (2018) pontua que o lugar social reservado para as crianças brancas, portanto, foi da elite, o qual se distanciou das crianças negras e indígenas. Esse distanciamento social atravessou séculos e perdurou por toda a história da população brasileira, e chega atualmente com uma separação social, vinculada em sua grande maioria pela questão racial, em que as camadas mais empobrecidas da nossa população são compostas por pessoas não brancas, população que fica exposta a todo tipo de violência e abandono. A população negra, além de toda a segregação vivenciada, passou a ser criminalizada pela cor de sua pele, se transformou em suspeita de tudo que amedronta o branco. Cecilia Coimbra (2001) retrata como foi se construindo na sociedade brasileira essa ligação da pobreza à criminalização. Esse grupo socialmente desqualificado pelos brancos vão ocupar os espaços menos favorecidos, formando as periferias e favelas, lugares sem condições de moradia, onde faltam saneamento básico, transportes, acesso a saúde e educação. Cecilia Coimbra (2001, p.82) relata que os espaços urbanos passaram a conviver com dois lados: as zonas nobres e os lugares da pobreza, gerando a “cidade partida”. Logo, as classes dominantes e a mídia passaram a promover um discurso que nesses espaços se gerava violência, portanto, residiam ali as “classes perigosas”.

As políticas públicas e sociais existentes são promovidas para o controle do Estado, como exemplo: o bolsa família, que exige vários quesitos de controle dos corpos para acessar o direito. Vanessa Brito (2023) destaca que existe uma "prevalência do controle da população vulnerável e da moralização da pobreza; ajustamento dos improdutivos e incapacitados a um padrão normativo dominante", e pontua que, ao longo do tempo, os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade passaram a serem "aprisionados" pelos benefícios que os tornam dependentes do Estado, e que, portanto, passam da condição de "cidadão à condição de devedor do Estado e potencialmente transgressores"(BRITO, 2023, p.45). A autora critica o controle do Estado sobre a vida desses indivíduos e aponta que, em função desses auxílios, o Estado passa a se intrometer na vida privada das pessoas por meio dos "especialistas", esquecendo que são direitos garantidos por lei e não auxílios governamentais. Todo esse aparato coloca as famílias expostas à desvalorização pelo conjunto da sociedade, uma vez que são estigmatizadas e categorizadas como dependentes, sem perspectiva de reinserção social, o que os desqualifica por serem beneficiários dessas políticas. O que Vanessa Brito (2023) tenta nos fazer refletir não é sobre a necessidade de exclusão dos programas, mas a forma como são elaborados e para qual função se destina.

É nesse contexto que emerge a juventude nascida e criada nesses espaços, em sua maioria negra, com pouca escolaridade, muitos advindos de famílias monoparentais, em sua maioria sem a presença do pai. Já nascem excluídos e marginalizados pela cor de sua pele, condição social e local de moradia, eles são os "excluídos por excelência" (COIMBRA e NASCIMENTO, 2005 p.334). A violência parece fazer parte de seu cotidiano, e alguns parecem responder a essa violência com condutas violentas. Mas é preciso esclarecer que esses espaços não só produzem jovens violentos como a mídia e a classe burguesa nos quer fazer acreditar. Há muita potência, Cecilia Coimbra e Livia Nascimento (2008) nos alertam que, apesar de todo o contexto, há espaços de resistências e lutas, em especial entre os jovens. É uma luta cotidiana que se dá na micropolítica, em pequenos grupos, por meio de trabalhos sociais ou movimentos sociais ou mesmo de forma isolada, mas que continuam invisíveis ao olhar da mídia e da burguesia. E, apesar da invisibilidade, provocam mudanças, constituem outras formas de organização e mecanismos de sobrevivência, e por muitas vezes fazem buracos nos muros, conseguem ultrapassar e criar caminhos e novas formas de existir.

Contudo, há uma parcela dessa juventude que, diante de tanta ausência do Estado, responde com práticas ilícitas, Jorge Broide (2010) relata que, quanto menor a presença do Estado, maior o índice da presença do tráfico de drogas, que geralmente convoca os adolescentes para o trabalho no mercado ilícito das drogas. Para essa juventude, a entrada para

as atividades ilícitas, sejam pelo tráfico de drogas ou pelo roubo, não representa somente uma questão financeira, mas, produz “adrenalina e a saída da invisibilidade” e ainda permite a esses adolescentes reconhecimento e “acesso aos produtos emblemáticos da globalização, como as marcas de grife, armas, dinheiro na mão, que significam o acesso à sexualidade, ao status, ao respeito dos pares e capturam o jovem no imaginário da potência” (BROIDE, 2010, p.101)

A pergunta que fica é: seriam somente os adolescentes da periferia e favela que cometem ato infracional? Por que somente os adolescentes pobres e negros é que chegam ao sistema socioeducativo? Hannah Zuquim (2022) responde a essas indagações, em sua tese de doutorado, ao dizer que:

> Jovens ricos consomem e traficam drogas, e isso não é criminalizado, é entendido como um comportamento “normal” em determinada fase da vida. No caso dos meninos e meninas pobres e negros em sua maioria, estes são entendidos pelas instituições públicas e pela sociedade como episódios iniciais de uma trajetória criminosa, que resulta na criminalização por meio das unidades socioeducativas, prisionais, e até em morte, tendo em vista a distribuição desigual da violência. (ZUQUIM, 2022, p.13)

Samira Bastos e Elaine Rabinovich (2012), em sua pesquisa sobre o envolvimento de jovens de classe média e alta em ato infracional, relatam que, ao iniciar seus estudos, não encontraram nenhum adolescente de classe média/alta cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade em Salvador, local de suas pesquisas. A pesquisa foi realizada com seis jovens de ambos os sexos, apenas três foram sentenciados e cumpriram medida socioeducativa em meio aberto; os outros três não passaram pelo sistema judiciário, e foram encaminhados pela família para tratamento. As causas que levaram os jovens para o cometimento de ato infracional que aparecem na pesquisa são: enfraquecimento de autoridade paterna, prolongamento da juventude sobre vários aspectos e aumento dos anos de estudo e dependência aos pais. As autoras apontam toda a dificuldade para a realização da pesquisa, em especial a dificuldade de achar adolescentes desse meio social na condição de cumprimento de MSE, assim como a falta de pesquisas nessa temática (BASTOS e RABINOVICH, 2012). A pesquisa não sinaliza a cor da pele ou o ato cometido pelos jovens, nem o tipo de tratamento a que se submeteram, mas se mostra de extrema relevância para se refletir sobre as diferenças atribuídas aos adolescentes de classe média/alta e da periferia que cometem ato infracional. Os fatores identificados na pesquisa apontam diferenças cruciais quanto ao tratamento dado pelo judiciário a esses adolescentes, assim como os motivos apresentados.

Fátima Teixeira (2010) salienta a invisibilidade para a mídia desses jovens de classe média/alta envolvidos em ato infracional, e pontua que às vezes que são citados, há uma

explicação por essa mídia de que seu ato foi derivado do consumo de drogas ou por serem inconsequentes. Uma vez que há a difusão de crenças de que esses adolescentes não têm motivos para praticar tais atos, e acrescenta que os mesmos atos cometidos pelos jovens de classe média/alta que são vistos como transgressão, se cometido por adolescentes pobres e negros, os levam a serem reconhecidos como bandidos e a perderem sua liberdade, e por vezes a própria vida. As pesquisas citadas (BASTOS e RABINOVICH, 2012; TEIXEIRA, 2010) mostram, cada uma a seu modo, que adolescentes de classe média e alta também cometem ato infracional, mas que são invisibilizados quer pela mídia ou pelo juizado. Existe uma forma muito diferente de a sociedade e o Estado lidar com a mesma questão, quando se trata de adolescentes pobres, negros, periféricos ou favelados.

Jacqueline Sinhoretto (2021), em sua pesquisa sobre a ação policial com base em atributos raciais dos suspeitos de crimes, aponta que:

> a análise dos dados disponíveis comprova a prática da filtragem racial pelas polícias brasileiras, tendo havido o predomínio de pessoas negras que são alvos da ação policial, seja no que tange as prisões em flagrante delito, seja nos casos de morte por ação policial (SINHORETTO, 2021, p. 342)

Isso pontua uma seletividade no ato da apreensão, e nos remete ao início deste tópico, quando falávamos que a cor da pele e moradia determinavam quem poderia ser considerado bandido e quem poderia inclusive ser uma "vida matável" (MALVASI, 2012). A pesquisa salienta que "apesar de toda a luta dos movimentos negros, os elementos estruturantes do racismo estão presentes nas práticas de controle do crime e punição no Brasil" (SINHORETTO, 2021, p.343). Mas a autora pontua a dificuldade de os policiais perceberem suas atitudes como um padrão racista, mas ligam suas abordagens a atitude suspeita:

> Jovem negro de boné na esquina periférica sem ter o que fazer", que reiteradamente aparece no discurso policial, não é visto como filtragem racial no exercício da ação policial, apenas a constatação óbvia por razões explicativas associadas a ideia genérica de que porque lhes "faltam oportunidades, estão mais propensos ao crime" e, por essa razão, esses jovens precisam ser controlados e punidos. (SINHORETTO, 2021, p. 126)

A partir das pesquisas apresentadas (BASTOS E RABINOVICH, 2012; TEIXEIRA, 2010 e SINHORETTO, 2021), é possível promover uma análise de por que a maioria dos adolescentes que chegam ao DEGASE são negros, pobres e moradores das favelas e de espaços menos favorecidos do estado do Rio de Janeiro. Os adolescentes chegam ao DEGASE,

geralmente, por meio da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Após passarem pelo Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP), os adolescentes podem ficar em unidades de acautelamento aguardando audiência e, após decisão judicial, poderão aguardar audiência de continuação em unidade de internação provisória ou se já estiverem com a MSE aplicada, ser conduzidos para uma unidade de internação ou semiliberdade, conforme sua sentença (DEGASE, 2020).

Esses adolescentes que chegam no DEGASE são nomeados de diversas formas, antigamente recebiam numeração, perdiam sua identidade, ao não serem mais chamados pelo nome, e ganhavam um número, passavam a ser mais um número entre tantos outros (GOFFMAN, 2007). Contudo, e com as novas normativas vigentes, essas práticas caíram em desuso, embora em minha pesquisa de campo, eu tivesse relatos informais de que algumas unidades do DEGASE ainda se referindo aos adolescentes pelo número.

Mas, no cotidiano, existem formas de referir-se a esses adolescentes, com termos pejorativos, humilhantes e depreciativos, entre tantos outros. Mas uma denominação em especial me chamou a atenção e me fez questionar sua existência, o menino.

4.3 Os “meninos" na lembrança dos Socioeducadores

Lembro-me de, em uma discussão recente com uma colega de trabalho, em que eu acreditava que estava defendendo os direitos das adolescentes, falei “independente de qualquer coisa, ou do que fizeram, são meninas, apenas meninas”. Minha colega retrucou, “não Elis! São adolescentes, meninas são crianças”. Aquela fala me incomodou e me fez pensar acerca de meu olhar sobre os/as adolescentes que atendemos. Foi assim que comecei a refletir quanto a essa forma de tratar esse lugar, do que representa ser adolescente a partir do ECA. Ao longo destes 29 anos trabalhando no DEGASE, sempre me dirigi ou me referi aos/as adolescentes como "meninos e meninas" de uma forma natural, sem questionamentos. Era assim e é assim que a grande maioria dos socioeducadores, excluindo-se alguns da equipe de agentes de segurança socioeducativa, se referem a estes adolescentes. Bourdieu (1996) pontua que, na função de pesquisadores, somos convocados a desnaturalizar o que é corriqueiro, do dia a dia, pertencente ao fazer cotidiano. Resolvi então buscar na literatura seu significado, contudo, não tenho aqui a pretensão de entrar na seara da Linguística, apenas compreender o significado dessa palavra que usamos corriqueiramente.

Em seus estudos, Valter Romano e Rodrigo Seabra (2014) relatam que a palavra "menino" seja aparentada com o francês antigo *mignot***,** depois modificado para *mignon* que significava "gracioso, gentil, bonito". No catalão apresentava-se como *minyó* "rapaz". Historicamente, o vocábulo se transformou em *menyo, mininno, meninho, menihos, mynyno* e por fim menino. O *dicionário da língua portuguesa - Melhoramentos* (2009), apresenta como significado para palavra "menino": "criança do sexo masculino; garoto; guri; moleque". Valter Romano e Rodrigo Seabra (2014) também discutem a origem dessas três palavras, referem que o vocábulo "garoto", nos dicionários consultados por eles, está descrito de diversas formas: algumas referem a garoto com sentido pejorativo "rapaz brejeiro, malcriado, petulante"; rapaz ou menino que brinca ou anda vadiando pelas ruas"; "rapaz imberbe, adolescente, menino". Romano e Seabra (2014, p.468) pontuam que a palavra "guri" evidencia a influência das línguas indígenas no português "veio do tupi ü ï'ri com a acepção que designa o "bagre novo" (tipo de peixe), por extensão de sentido, a criança, e tem sentido de pequeno". O termo "moleque" demonstra a influência das línguas africanas no léxico do português. As pesquisadoras registram que esse vocábulo vem do quimbundo mu'leke, para designar o "menino", "rapazote". Segundo essas autoras, no séc. XIX já havia registro de que "moleque" é o "pretinho, negro pequeno". Outros termos também foram apresentados para esse vocábulo, dos quais destacam-se: "negrinho, indivíduo sem palavra, canalha, patife, menino de pouca idade, menino novo, menino criado à solta, menino de rua, garoto travesso."

Já a palavra criança está relacionada a bondade, inocência. No dicionário *Aurélio*, encontramos como significado de criança: "ser humano de pouca idade, infantil". Quanto à palavra "menina", não foi encontrado nenhum estudo, e apenas no Google encontrei sua origem como "menino com troca da vogal temática -o para -a". No dicionário *Aurélio* encontramos o significado de "menina": criança, garota, mocinha.

Rogério Fernandes (2000, p.90) assinala que na "Crônica de Dom João I", de Fernão Lopes, escrita em 1443, a palavra menino(a) era utilizada de uma forma geral, para nomear crianças mais desenvolvidas fisicamente e com maior grau de resistência, o que lhe permitia a aplicação de castigos corporais. Apesar disso, as suas vestimentas ainda pertenciam ao escalão da criança. Raul Câmara (2020), em seu livro *"O que fazer com estes meninos?" O antes e o depois da Socioeducação"*, descreve meninos como aqueles que:

> se encontram originalmente em algumas parcelas das classes socialmente desfavorecidas, os quais, de acordo com a legislação, também são denominados de "menores" – àqueles que ainda não alcançaram a "plenitude de seus direitos" no campo das capacidades civil e penal – e que, portanto, não respondem pelos seus atos de forma integral e consciente. (2020, p.6)

Desta forma, é possível verificar que, em muitos espaços da literatura, esta palavra estava associada a alguma forma de carência, de falta ou de risco social, como exemplo temos: meninos desvalidos, meninos de rua, meninos em situação de rua, meninos abandonados. Ou seja, aquele que precisa ser cuidado, ser protegido, ser tutelado. Mas também, observamos muitos pesquisadores e estudiosos da área da infância e juventude se dirigirem a adolescentes como meninos e meninas, inclusive em celebres trabalhos publicados: teses, dissertações, artigos etc, em que o termo "menino" substitui claramente o termo adolescente.

Ainda imbuída com meus pensamentos sobre o termo “menino”, me vejo na fila do refeitório com uma colega de trabalho, muitos funcionários estavam à frente, entre eles três agentes de segurança socioeducativos. Eles falavam entre si, mas em tom alto.

> “Menino”! agora tu vê, chamar marmanjo de “menino”, e ainda fica brava comigo porque chamo de bandido. Mal sabem elas que eles ficam com raiva, tudo já homem feito e elas chamando de “meninos”. O cara não fala nada porque sabe que são elas que fazem os relatórios deles, mas não gostam não, cara!

Essa fala me pegou como um soco no estomago, enfim... Este é um trecho de uma conversa que, ao chegarmos na fila já tinha começado, minha colega irritada ao ouvir tamanho insulto, não queria mais almoçar. E eu só queria que a fila demorasse para conseguir escutar até o final, mas logo eles entraram para o refeitório, e eu fiquei ali com tudo na cabeça, perdida, sem saber encaixar as palavras. É óbvio que os adolescentes NÃO podem ser chamados de bandidos ou marmanjos, nem muito menos são homens feitos. Mas são meninos? De que meninos ou meninas estamos falando? Veio então à mente: será que no dia a dia, chamamos os adolescentes de meninos, os infantilizando, para de alguma forma não reconhecer sua autonomia? Por muitas vezes, também chamamos os nossos adolescentes da família de meninos, como uma forma de tentar olhá-los ainda como crianças! Decidi, então, não só colocar neste espaço as lembranças que os socioeducadores tinham dos casos que atendiam, mas buscar entender por que alguns socioeducadores utilizam o termo “menino” para chamar os adolescentes. Foi aí que busquei fazer novas entrevistas, com o foco nesta pergunta: “por que você chama as/os adolescentes de meninos/ meninas?”

A seguir temos diversos relatos de socioeducadores sobre as/os adolescentes. Para que seja possível uma análise dos termos que utilizam para se referir às/aos adolescentes, foi importante discriminar a categoria para entendermos melhor as falas. Os agentes de segurança

socioeducativos serão abreviados como AGSS, o restante dos socioeducadores, como “outros socioeducadores do DEGASE” (OSD).

> Sempre chegavam muitos, muitos meninos, quando chegavam, chegavam, 10 às vezes 15, então eram muitos meninos. Eram recebidos na portaria, não tinha um lugar específico para serem recebidos. Todos escutavam a história, o que ele fez, se ele traficou, lá não existia uma privacidade. Ainda que fosse um espaço de coletividade, era preciso um respeito, então todo mundo ouvia a história, o menino ficava ali exposto para todos. (OSD – entrevista realizada em 28/08/2023)
>
> O caso mais marcante para mim foi um motim que ocorreu na unidade, não foi uma rebelião de os adolescentes tomarem a casa, mas alguns menores começaram a bicar a chapa dos alojamentos; tentaram agitar outros adolescentes, houve um princípio de incêndio que na época pôde ser apagado com a ajuda dos extintores. É um negócio complicado, você não sabe se vai parar ou vai se tornar maior. (AGSS - entrevista realizada em 18/07/2023)
>
> Eu estou atendendo os meninos, saio e digo assim “eu não quero mais trabalhar aqui”; eu falo da boca pra fora, porque eu me sinto um fracasso, porque eu olho, meninos que entram e saem várias vezes. Eu me sinto um fracasso como profissional, como Estado, como sociedade, como ser humano. Eu acho inadmissível um menino como o R com 12 anos ter cinco passagens, já está na internação, e você vê que ele chegou aqui com uma fala, com um olhar, com jeito de criança! E você vê como em 15 dias de internação ele já está institucionalizado, já é outro menino. DEGASE não socioeduca ninguém. (OSD - entrevista realizada em 28/08/2023)
>
> Cheguei para o plantão e tinha um cadáver no alojamento dos menores, um menor matou o outro lá dentro, cara... [emoção] é muito esquisito! (AGSS - entrevista realizada em 15/07/2023)
>
> Me lembro quando eu cheguei na JLA para começar a trabalhar, quando subia aquela rampa ali me dava uma agonia ver aqueles meninos. Parecia que estavam engaiolados; assim, eles gritando e chamando a gente o tempo inteiro, é muito triste você ver a juventude toda engaiolada assim, os bracinhos te chamando: “oh, tia, tia, vai me atender hoje?” Isso fica muito na cabeça da gente, na internação, porque eles estão sempre ávidos dessa atenção, desse cuidado. E a forma como eles lá tinham de nos chamar atenção era ficar esperando a gente na janela. Quando a gente chegava para trabalhar, então eles já ficavam ali na nossa escolta esperando a gente passar; “oh, tia, eu tenho uma coisa de muita precisão para falar com a senhora”. Então sempre aquela aflição, e a gente enquanto profissional sempre muito agoniado de dar conta daquela demanda. (OSD - entrevista realizada em 08/08/2023)
>
> Eu tentei quebrar essa visão de que o agente é inimigo deles; tentei mostrar que eu não julguei o ato infracional que eles cometeram, eu não fui na comunidade ou na rua efetuar a prisão deles. Simplesmente eu posso facilitar a vida deles ali dentro de uma maneira de dar o que é direito pra eles, e nortear a família, orientando, acalmando para que na visita ela acalme o adolescente, essa aproximação deu bem certo. (AGSS - entrevista realizada em 25/07/2023)

Nas entrevistas surgem termos diversificados para nominar os adolescentes, contudo, o grupo AGSS não utiliza o termo menino, mas aparece o termo menor e adolescente. O grupo OSD utilizou o termo adolescente, jovem, e em maior quantidade o termo menino. Quando comecei a indagar o grupo OSD, ao final de suas falas, por que chamavam os adolescentes de

meninos, muitos não souberam responder. Me olharam com espanto, me questionaram o motivo da pergunta, sorriram, pensaram, se silenciaram, mas a maioria disse que não sabia.

> Porque eu acho que nos aproxima, traz ele mais pra perto de mim, cria uma familiaridade (Entrevista realizada em 04/09/2023)
>
> Eu chamo também de rapaz (Entrevista realizada em 31/08/2023)
>
> É uma boa pergunta! Porque menino é um jeito informal de falar, formal seria falar adolescente, quando eu chamo de menino no caso é uma proximidade. Nunca parei para refletir! [risos] (Entrevista realizada em 19/09/2023)
>
> Ué, sei lá! Não sei te responder! (Entrevista realizada em 04/09/2023)
>
> Eu chamo de menino, porque é menino e menina, não pelo fato de dizer que é criança, alguma coisa protetiva, não... menino e menina... assim, só isso! [silêncio] eu costumo me policiar de não chamar de menino na frente dos agentes porque eles veem como uma proteção, mamãezada, mas assim entre a gente é menino, é menino! (Entrevista realizada em 31/08/2023)
>
> Nunca parei para pensar nisso! [risos] Eu chamo de garoto, chamo de menino, chamo de meu filho, meu querido (Entrevista realizada em 26/09/2023)
>
> Quando eu cheguei aqui já chamavam assim, eu comecei a chamar também, por quê? Parece criança, não é? (Entrevista realizada em 19/09/2023)

Identificamos que os agentes de segurança socioeducativos, além de utilizarem o termo adolescente, utilizam termos em desuso e pejorativo, como menores. Silva Junior (2021, p.32), em sua dissertação de mestrado, identificou que alguns "agentes também utilizam o tom debochado ao se referirem aos adolescentes como "socioeducandos" ou "adolescentes em conflito com a lei" em vez dos usuais termos pejorativos, como "vagabundo", "tralha", "sementinha do mal", entre outros.

Observamos que no cotidiano o termo "menino" é amplamente utilizado pelas equipes, excluindo-se os agentes de segurança socioeducativos. Muitos utilizam como categoria de gênero, outros para buscar uma aproximação com o adolescente, talvez para estabelecer um vínculo de confiança. Mas foi citada também uma aproximação na busca de uma familiaridade, o que nos faz pensar no vínculo pelo afeto. Também foi citado o uso pela tradição, uma reprodução do que já está instituído. Mas, de uma forma geral, todos pontuaram um uso automático, sem uma reflexão crítica.

Não foi possível encontrar nenhuma pesquisa que faça menção a essa indagação. Portanto, continuamos sem respostas, mas uma reflexão é possível: se os agentes de segurança socioeducativos ainda usam em alguns momentos o termo "menor", que nos remete ao código de menores, portanto, um momento em que o adolescente era tutelado pelo Estado, sem

garantias de direito, uma vez que sua situação era percebida como irregular e cabia ao Estado tratar e curar de todos os males causados pelo seu convívio sociofamiliar. O termo "menino" pode ser compreendido como uma palavra que traz uma abordagem mais humanizada, mas, ainda assim, também nos remete a uma suposta proteção pelo afeto, a busca da familiaridade, da solidariedade, o que também retira do adolescente o lugar de protagonista, de um sujeito ativo com direitos garantidos por lei. Não é um simples jogo de palavras, mas ao nominar um indivíduo, o colocamos em uma condição designada que influencia diretamente o comportamento e o discurso desse sujeito. Se o termo "menor" o coloca na condição pejorativa e de inferioridade, o termo "menino" o coloca em uma condição de passividade, portanto, retira-se sua autonomia. Apontamos como uma hipótese possível é que uso de termos como "menor" ou "menino" parecem desresponsabilizar os socioeducadores da busca para garantir uma política pública baseada na promoção da autonomia, melhoria das relações interpessoais e respeito a esses adolescentes como sujeitos ativos.

Não se trata de estigmatizar o termo menino, como se encontra atualmente o termo menor. Mesmo porque usualmente nos utilizamos desse termo no dia a dia, em nossas relações sociais e familiares. Contudo, o que buscamos refletir é a condição em que é utilizado no sistema socioeducativo, em um contexto em que a todo momento precisamos refletir nossas ações e nossos discursos. São apenas reflexões para se pensar em propostas para novas pesquisas, que tragam argumentos com maiores embasamentos em busca de sempre estarmos atentos na garantia do direito do adolescente em sua totalidade.

Continuando nossa reflexão, o termo "socioeducando" não aparece nas falas de nenhuma categoria, também não foi verificada sua utilização de forma ampla nos trabalhos acadêmicos, nos quais se utiliza em grande escala o termo "adolescente". O termo "socioeducando" apareceu pela primeira vez na Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e de forma tímida, pois é citado apenas seis vezes, enquanto o termo adolescente aparece cento e treze vezes. Seria então esse um termo mais adequado para nos referirmos ao adolescente que cumpre medida socioeducativa? Talvez uma proposta mais para o futuro, quando a política socioeducativa esteja mais consolidada e a socioeducação tenha um conceito mais concreto! Enfim, uma coisa é certa, há necessidade de maiores estudos sobre essa temática que fundamente meus questionamentos.

O que se espera é que no dia a dia, no atendimento ao adolescente, possamos manter um pensamento crítico sobre nossas ações, uma vez que elas podem influenciar diretamente no comportamento dos adolescentes. O ser adolescente é um momento de busca pela construção

de sua autoimagem e reafirmar sua identidade, um sujeito em busca de sua autonomia. O modo como este indivíduo é tratado e como o identificam pode mudar sua compreensão sobre si mesmo e provocar mudanças comportamentais.

4.4 O atendimento às Famílias

Nesses quase 30 anos de trabalho no DEGASE, lembro de muitos episódios com familiares, muitas cenas me vêm à mente: lembro de técnica colocando o dedo no rosto da mãe e a culpando pela situação do filho; da equipe de agentes chamando as mães de "mãe de vagabundo"; das longas filas no dia de visita, e, quando finalmente a mãe entrava, só conseguia ficar apenas alguns minutos com o filho, por conta do tempo transcorrido. Mas também lembro de técnica abraçada com a mãe por conta da morte de seu filho dentro da instituição, e ambas chorando; do desespero de uma técnica que precisava contar para o adolescente do falecimento de sua mãe; do choro de um agente pedindo para a equipe técnica ajudar uma mãe que passava por uma situação complexa; da dor de um agente ao contar ter acompanhado o adolescente para o enterro do pai; mães que chegavam e passavam mal por falta de alimentação; de avós que choravam de vergonha por conta da revista intima, e muitas até se recusavam a ver o neto com vergonha da exposição; das vaquinhas que fizemos para pagar passagem de familiares; da equipe técnica tentando convencer mães de virem visitar seus filhos; lembro de tentar estender atendimento para que desse o horário do almoço e a mãe pudesse fazer possivelmente sua única refeição do dia. Lembro das bolsas de alimentos que o diretor do CRIAAD fazia para ajudar alguns familiares muito necessitados; lembro de ter de separar briga de pais com adolescentes no meio de um atendimento; das tentativas das equipes de proteger os familiares no meio de uma rebelião, e da angústia de buscar informações para aliviar o desespero dos pais. Lembro de reencontros, lágrimas, sorrisos, euforia ao conseguirmos resolver casos familiares; todos vibravam, a equipe toda em uma só sintonia. Mas também lembro das brigas travadas pela equipe técnica com os agentes de segurança socioeducativos por tentar atender algum familiar fora do horário; de brigas travadas dos agentes de segurança socioeducativos pedindo à equipe técnica que atendesse aquela família que chegou ao final do dia. Todos, de alguma forma, em algum momento, precisaram romper com as regras estabelecidas pela instituição em favor de algum familiar. São várias lembranças, boas e ruins, mas foram relações estabelecidas, quer pelo afeto, ou por atravessamentos que lhes traziam de alguma forma sua própria história, ou

mesmo pelo distanciamento, por medo de algum envolvimento. São rotinas, práticas do dia a dia dentro dos muros institucionais, que não costumamos refletir sobre o ocorrido, simplesmente acontecem. Mas agora escrevendo estas poucas linhas a emoção é grande, não cabe no papel, porque são vidas, histórias familiares, das quais fizemos parte. Posso dizer, de algumas me orgulho, de outras, sinto que poderia ter feito mais, ou pelo menos diferente, mas sei que fizemos o que naquele momento era possível. Juntando-se às minhas lembranças, apresento algumas narrativas dos socioeducadores sobre as famílias:

> A primeira lembrança que tenho é daquele antigo CTR, lembra? Aquela árvore, as mães sentadas, exprimidas por conta do sol, era muito triste, algumas até passavam mal. O lugar não tinha nem como colocar as mães para dentro, era tudo muito precário, neste aspecto acho que melhorou, mas a árvore ainda está lá, não esqueço! (Entrevista realizada em 18/07/2023)

> Nossa! Lembrar das famílias... a primeira coisa que me vem à mente era o dia de visita, aquele refeitório cheio de familiares, caramba, era muito barulho. A gente tinha que ficar atento, muita confusão, sabe, tudo pode acontecer, uma equipe pequena para controlar uma multidão, era muito desgaste. Não tinha RAS não, era só a gente mesmo e tinha que dar conta, muita tensão! (Entrevista realizada em 31/08/2023)

> Tive muito contato com as famílias, muitos atendimentos, fazíamos orientações, [...] cada caso é um caso, tinha famílias mais ausentes outras mais presentes. A gente brincava e dizia que a família também cumpria medida, de tanto que ficavam nas unidades. Nos CRIAADs a família vinha buscar para o final de semana e deixar. (Entrevista realizada em 13/06/2023)

> Tinha uma fila, mas era tão grande aqui na frente que dava pena! Na época ainda era Padre Severino, mães que vinham de longe, umas chegavam tão cedo que quando eu chegava para pegar o plantão elas já estavam aí! Traziam coisas, que às vezes nem tinham condições de comprar para os filhos que estavam em casa. (Entrevista realizada em 11/07/2023)

> Lembro de um adolescente que vivia descumprindo a Medida de semiliberdade, sua mãe era muito relutante em ajudar, me cobrava a escola, mas não queria ir à escola assinar a matrícula do adolescente. Eu ficava ligando pedindo, depois de muitas tentativas ela foi, mas o adolescente novamente descumpriu. (Entrevista realizada em 08/08/2023)

Os relatos trazidos acima nos permitem construir historicamente um pouco de como foi se organizando a história dos atendimentos às famílias no DEGASE. Mas, principalmente, nos apontam como os socioeducadores a perceberam, pois como pontua Verena Alberti (2004, p.19), ao realizarmos entrevistas em história oral, "não importa mais o passado tal como efetivamente ocorreu, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado" pelos entrevistados em suas memórias. Refletindo sobre as diversas narrativas, observamos que sempre foi um desafio acolher essas famílias, mas que sempre mobilizou todos os socioeducadores, independentemente de qual equipe ele esteja inserido e do cargo que ocupe.

A seguir busco fazer um breve levantamento histórico de como esta temática foi se construindo ao longo destes 30 anos de DEGASE com atendimento aos familiares.

Em 2013 realizei uma pesquisa no DEGASE que objetivou descrever e analisar o processo de inserção familiar dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no departamento, por meio da apresentação dos projetos existentes, que buscavam a inclusão familiar e as diversas formas de atendimento realizadas pelas equipes técnicas. Esse trabalho permitiu observar se o atendimento familiar no DEGASE naquela época atendia as exigências do SINASE quanto à participação efetiva da família no processo de execução das medidas socioeducativas. Os resultados alcançados na pesquisa revelaram a existência de diversas ações e projetos que ocorriam no DEGASE relacionadas à atuação com a família, e que havia atendimento familiar nas instituições socioeducativas, entretanto, de formas diversificadas: umas com projetos sistematizados; outras com ações mais pontuais; em algumas foi identificado atendimento em grupo, programação de eventos em datas comemorativas e realização de palestras. Por meio da divisão de psicologia, a pesquisa revelou a existência de um programa de Atenção a Família pautado no projeto "Golfinhos", que iria iniciar com um projeto piloto em duas unidades privativas de liberdade naquele ano (LOPES, 2013). Contudo, o programa em seu formato original não foi implantado.

O projeto "Golfinhos" foi o primeiro trabalho com famílias sistematizado no DEGASE, iniciou-se em 1995 no antigo Instituto Padre Severino, onde permaneceu até 2002. Também foi realizado na Escola João Luiz Alves, de 1999 a 2002. Esse projeto foi desenvolvido pela iniciativa de uma psicóloga e de uma pedagoga, no Instituto Padre Severino e mais tarde se somou ao projeto mais um psicólogo, na Escola João Luis Alves. O projeto tinha como proposta "abrir espaço para os adolescentes e famílias abordarem suas histórias, pensarem em suas relações tanto dentro da família, como em seu cotidiano mais amplo" (SILVA, 2018 p.60). Esse projeto tinha como referencial teórico a Terapia Familiar Sistêmica, formação da equipe responsável por sua criação. O projeto contava com sete modalidades de atendimento: grupo de familiares (Grupo Multifamiliar, GM); Grupo de Adolescentes Multifamiliar (GAM); Grupo de Reflexão Multifamiliar (GRM); Intervenção Familiar Breve (IFB); Intervenção Multifamiliar Breve (IMB); Atendimento Individual Sistêmico (AIS) e o Ciclo de Palestras Multifamiliar (CPM).[52] (SILVA, 2018).

[52] O projeto "Golfinhos" e suas modalidades de atendimento estão descritos de forma detalhada no livro: SILVA, Maria Tereza Azevedo. Família, socioeducação e projeto "Golfinhos": uma construção coletiva. PR: Appris, 2018.

Tereza Azevedo Silva (2018) pontua que o projeto recebeu muitas resistências por parte de direções e até de socioeducadores, e apesar dos entraves, o projeto cresceu devido à aderência dos familiares e adolescentes. E tornou-se visível para a comunidade socioeducativa, sendo convidado em 2002 para se transformar em um Programa Golfinhos de Atenção às Famílias. Porém, com a mudança de gestão, a proposta não avançou, mas ao contrário, houve um desmonte da equipe idealizadora. O projeto ainda chegou a ser desenvolvido parcialmente (em função dos entraves institucionais existentes) nos antigos polos de Liberdade assistida (LA), mas por pouco tempo, também devido à extinção desses polos pela municipalização da MSE de LA.

> Quando passei para a LA eu conheci o projeto "Golfinhos", que era um projeto voltado para as mães, para darem acolhimento às mães, conversar com elas, e de alguma forma, sensibilizar essa mãe a participar da medida socioeducativa do adolescente, desse processo da medida, ter uma tomada de consciência desde a entrada do adolescente aqui até a saída dele. Foi muito, rico, maravilhoso, o projeto "Golfinhos" é um projeto de parceria mesmo, a mãe circulava em um espaço que podia ser assistida e ter acesso à documentação do adolescente, ao relatório dele, naquela época não era um padrão. O projeto incluía o familiar nisso, nessa participação na medida, era um projeto de excelência! (Entrevista realizada em 11/07/2023)

A fala da socioeducadora acima esclarece o quanto o projeto foi importante para os familiares, uma vez que essa fala aparece durante uma entrevista em que a socioeducadora traz lembranças de práticas que acompanhou no DEGASE percebidas como de sucesso e que marcaram sua história. Em 2015, novamente foi discutida a implantação do Programa Golfinhos de Atenção às Famílias pelas suas idealizadoras juntamente com a direção geral da época no DEGASE. Mas um novo programa foi implantado.

Outro projeto desenvolvido no DEGASE que trouxe acolhimento e um pouco de dignidade às famílias no momento da visita foi a "sala de espera", desenvolvido por uma musicoterapeuta no antigo Instituto Padre Severino. Embora esse projeto não tenha sido sistematizado e eu não tenha encontrado nenhum registro de sua existência, sei que ele sobreviveu por um longo período nessa instituição, inclusive após a troca de nome para Centro de Socioeducação Dom Bosco. Devido à falta de registros, toda a sua história será contada a partir da entrevista realizada com a idealizadora e das minhas próprias lembranças, uma vez que participei por um curto período nesse projeto. O trabalho se iniciou aos sábados quando as mães aguardavam para fazer a carteirinha para visita.

> As mães ficavam muito sozinhas, você chegava no plantão de sábado para fazer a carteirinha para a visita, as mães ali falavam todas as suas demandas, as raivas, as

> culpas, as frustações, onde eu errei. Eu comecei a perceber que na fila as mães se relacionavam, umas pediam para segurar o lugar na fila, elas não tinham com quem falar, às vezes escondiam sua condição dos familiares por vergonha [...] às vezes entravam tarde para a visita porque encontravam uma escuta. (Entrevista realizada em 19/06/2023)

Assim, a musicoterapeuta, também com formação em terapia familiar, passou a ficar próximo às mães à espera de solucionar algum problema ou enfatizar a importância de vir nos dias de atendimento familiar. Contudo, se observou que as mães começaram a se aglomerar uma vez que perceberam que ali havia uma escuta direcionada a elas. As escutas se iniciaram durante as filas da entrada para visita, e aos poucos se pensou em fazer um trabalho mais direcionado para a escuta dessas mulheres. Aos poucos foi conquistando alguns espaços, salas que se encontravam vazia. O projeto tinha como objetivo fazer um acolhimento que pudesse trabalhar as demandas trazidas pelas mães, discutir suas angústias de uma forma leve, com músicas, dinâmicas e uma escuta direcionada a essas famílias, não no sentido de falar de MSE ou dos adolescentes, mas que elas pudessem falar de seus sentimentos, pudesse haver trocas com as outras famílias que vivenciavam as mesmas questões, funcionava como uma preparação para que essas famílias pudessem ir para a visita de forma mais tranquila. O projeto contou com a ajuda da escola que se situava dentro do Instituto Padre Severino, a fim de conseguir material para as dinâmicas e para o café que era oferecido. Também foi cedida uma sala exclusiva para esse trabalho. O projeto durou em torno de onze anos.

Outros trabalhos direcionados aos familiares foram desenvolvidos ao longo destes trinta anos, como citados na minha pesquisa em 2013,[53] mas que não tiveram continuidade e nem visibilidade. Nívia Barros (2020, p.10) relata em sua pesquisa que "o apagamento dessas famílias é um fato cotidiano. As famílias comumente são evidenciadas apenas no processo de culpabilização e criminalização". Acrescento ainda que há um apagamento de qualquer trabalho que seja feito com essas famílias, que lhe dê algum tipo de dignidade e visibilidade, apenas permanecem os trabalhos burocráticos ligados às necessidades de controle do adolescente e judicial. Existe também um tipo de trabalho que permanece, os ligados às demandas das direções, que atendem às necessidades da gestão, pouco importando as reais necessidades das famílias as quais deveriam atender.

> A questão familiar eu acho que é pouco vista no sistema, a gente não tem atendimento contínuo enquanto atendimento social. Você não consegue avançar nesse atendimento familiar [...] eu acho que houve um retrocesso, eu acho que nesses 30 anos, a forma de

[53] LOPES, E.R. A inserção familiar no sistema socioeducativo de privação e restrição de liberdade do estado do Rio de Janeiro. Monografia (pós-graduação em terapia de família), UCAM/RJ, Rio de Janeiro, 2013.

> trabalhar essas famílias foi modificada. Eu vejo uma sistematização no trabalho com família, mas eu não vejo uma coisa feita assim com uma certa frequência; eu acho que é uma coisa assim, pontual. Não consigo ver um acompanhamento direto com essas famílias. Projeto com a família, acho que nem tem, se tem alguma coisa relacionado a isso, provavelmente tem, mas eu não consigo ver. Eu acho que esse retrocesso aconteceu, 30 anos atrás conseguia até porque a gente tinha essas famílias dentro das unidades, entendeu? Dentro dos CRIAMs; as famílias iam dentro das unidades, então se tinha reunião, a comunidade participava junto com a família, então era um trabalho que você tinha mais troca; você tinha uma retaguarda da comunidade. Hoje a gente não tem, eu não vejo isso feito dessa maneira. Eu acho que o atendimento familiar ficou muito individualizado, não tem mais um grupo de família, você tem atendimentos pontuais. (Entrevista realizada em 09/08/2023)

A fala da entrevistada aponta para um retrocesso no atendimento às famílias no DEGASE, ainda que a socioeducadora pontue que talvez haja algum projeto do qual não tenha conhecimento, afirma perceber a ausência de grupos que antes eram organizados nas unidades.

Em 2015, após a realização de um grupo de trabalho (GT) para se pensar a sistematização do trabalho com famílias no DEGASE, foi elaborado o Programa de Atenção às Famílias, que "propõe diretrizes para o fluxo e protocolos das ações a serem desenvolvidas com as famílias em todas as unidades do DEGASE" (DEGASE, 2015). Esse programa visava a criação do Núcleo de Atenção Familiar (NUAF), o qual teria como objetivo a "realização de todo trabalho a ser desenvolvido e previsto no programa. Organizará, junto às equipes de trabalho, as estratégias de atendimento, favorecendo uma mudança de visão no atendimento familiar e proporcionando relacionamentos mais acolhedores em toda comunidade socioeducativa" (DEGASE, 2015, p.17). O programa instituiu um fórum com finalidade de criar "espaços de discussão, objetivando dar visibilidade à dinâmica institucional e potencializar os adolescentes e suas famílias no acesso ao Sistema de Garantia de Direitos, a participação efetiva no processo de controle social da política socioeducativa". O NUAF deverá acompanhar e orientar todos os projetos ligados à família e ainda acompanhar a formação dos profissionais que atendem às famílias e desenvolver uma pesquisa inicial junto a ESGSE (DEGASE, 2015, p.18). Em 2018 o NUAF foi implantado, e inicia suas atividades, esse núcleo vem fazendo alguns Fóruns de discussão com famílias e profissionais do SGD. Porém, parece não ter ainda realizado nada em relação a uma sistematização do trabalho com famílias, unificando o trabalho em todas as unidades, criando espaços de acolhimento, novos projetos, entre outras demandas necessárias. Hipoteticamente, presumimos que alguns atravessamentos contribuíram para a dificuldade do trabalho do NUAF, a ocorrência da pandemia no período inicial à sua implantação pode ser um dado relevante, assim como os atravessamentos possíveis

de ter ocorrido com a implantação do projeto "Famílias que Somam", do Projeto Somos, que pertencia ao LABES, agora interrompido, por problemas ligados a possíveis corrupções.[54]

O DEGASE, em parceria com a UFF, também desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil das famílias atendidas pelo DEGASE. Tal pesquisa fazia parte das demandas elencadas no Programa de Atenção às Famílias. Entretanto, não houve divulgação da realização dessa pesquisa tampouco de seus resultados pelo DEGASE. Tal pesquisa se transformou em um livro organizado em 2020 pela professora Nívia Barros, coordenadora da pesquisa elaborada com uma equipe de pesquisadores e outros colaboradores, que decidiu publicá-lo, com compromisso ético pela democratização de comunicar resultados de pesquisas realizadas.

Por meio dos dados analisados na pesquisa, Nívia Barros e seus pesquisadores traçaram alguns perfis das famílias dos adolescentes que cumprem MSE no DEGASE: quanto à questão socioeconômica, 46,6% das famílias possuem uma renda de até um salário-mínimo, e 84,2% conseguem uma renda de até dois salários-mínimos; ocupam trabalhos mais precarizados e com menos qualificação profissional formal, e muitos vivem com trabalhos informais sem nenhuma garantia. Quanto ao olhar da família para o primeiro acolhimento dispensado pelo DEGASE, 81% afirmaram ter recebido algum tipo de acolhimento, ao passo que 19% negaram qualquer tipo de acolhimento. Outro dado importante que aparece na pesquisa é que as famílias possuem clareza quanto a MSE e compreendem o que ocorre após a apreensão dos adolescentes. Também foram mapeados os desejos e as esperanças dos familiares após o cumprimento da MSE do adolescente, aparecendo como principal expectativa o estudo e o trabalho, seguidos por mudança de comportamento. O sofrimento dos familiares em decorrência da apreensão do adolescente também aparece na pesquisa, dado que requer atenção, 71,6% relataram condições emocionais afetadas sobre os membros da família. Outo dado de extrema importância é sobre em quem recai a responsabilidade pelo adolescente: 64,5% de presença feminina, contra 35,5% de presença masculina nessas famílias. (BARROS, 2020)

A pesquisa também descreveu o cotidiano de visitas familiares aos adolescentes em medida de internação, apontando redes de apoio entre os familiares; a ampliação de familiares na visitação, antigamente, somente os pais poderiam visitar os jovens, atualmente esse benefício foi estendido para outros familiares; as dificuldades socioeconômicas para visitação; a divisão das visitas agora em dois dias, e o fim da revista íntima vexatória. (BARROS, 2020)

[54] Fato já mencionado anteriormente nesta Tese, no Capítulo 3.

> Hoje nós não fazemos mais revista íntima não, apenas manuseamos o aparelho scanner. Mas se eu desconfiar de alguma coisa peço à mãe para revistá-la, e já peguei, sim, maconha! Mas é muito raro. (Entrevista realizada em 04/09/2023)

A socioeducadora confirma a utilização dos aparelhos scanners, e do fim da revista íntima vexatória. Cita, porém, alguns casos que ainda necessitam da revista intima, mas acrescenta ser exceção. Em 2016,[55] a revista íntima no sistema socioeducativo foi proibida no estado do Rio de Janeiro, por meio da decisão da juíza da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a qual atendeu ao pedido da Defensoria Pública.

Por fim, a pesquisa realizada por Nívia Barros e seus pesquisadores destacou algumas sugestões para a melhoria do trabalho com família no departamento:

> • Incentivar, por meio de subsídios, o Programa de Atenção às Famílias do DEGASE;
> • Proporcionar formação continuada para todos os profissionais que atendem às famílias do DEGASE;
> • Publicizar as experiências exitosas no atendimento às famílias nas Unidades Socioeducativas;
> • Estabelecer um Núcleo de Atendimento à Família em todas as Unidades do DEGASE;
> • Instituir uma política para a criação de espaços de espera e acolhimento humanizado para as famílias, no interior das Unidades, buscando dar qualidade no acolhimento, em dias de visitação;
> • Ampliar as equipes com técnicos e técnicas, como agentes de segurança socioeducativa, para referência ao acompanhamento familiar;
> • Viabilizar em ação integrada e intersetorial, a inserção e o acompanhamento das famílias dos adolescentes por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos dos Adolescentes, em especial, o de Assistência Social e de ONGs, de acordo com a situação de risco e/ou vulnerabilidade social;
> • Criar e fomentar canais de comunicação e de escuta terapêutica para as famílias;
> • Incentivar a participação de socioeducadores de todas as áreas de atuação (técnicos, agentes de segurança socioeducativa, profissionais da educação, esporte, cultura e lazer, profissionalização etc.) para a participação em atividades com as famílias;
> • Estimular a participação ativa das famílias no cotidiano institucional, e no processo de cumprimento de medida do adolescente;
> • Buscar recursos que possam contribuir para o fomento das atividades com as famílias em cada território, considerando a mobilidade urbana para o acesso delas às Unidades, principalmente as localizadas no interior do estado;
> • Ampliar o número de dias para a visitação das famílias aos adolescentes;
> • Estimular a escuta e aproximação com os grupos de mães já existentes;
> • Garantir a representatividade de familiares nas atividades de educação/escolarização, no programa de educação para o trabalho, nos programas de assistência jurídica e na assistência religiosa, oferecidos pelas Unidades Socioeducativas, com articulações interinstitucionais. (BARROS, 2020, p. 175,176)

Quanto às sugestões apontadas na pesquisa, poderíamos pensar que algumas delas já foram contempladas no passado, como no Programa Golfinhos de Atenção às Famílias (SILVA,

[55]Fonte https://www.oabrj.org.br/noticias/justica-rj-proibe-revista-intima-unidades-internacao. Acesso em 25/08/2023

2018) e com os projetos aqui mencionados, e até mesmo, recentemente, com o projeto “Somos”, que se encontra suspenso devido ao fato de estar sendo investigado por suspeita de ilegalidade em sua organização. Mas, infelizmente, os projetos não conseguem se manter atuantes. E é preciso, sim, pensar formas urgentes de atendimentos a essas famílias, de forma mais consistente e de maior eficácia.

> Após a pandemia, a semiliberdade retorna em setembro, outubro de 2021, e as famílias retornam com os adolescentes, esse acompanhamento presencial. Só que nas internações, o que estamos observando é que as famílias vão nas visitas, mas atendimento familiar presencial, para acompanhamento de medida, para elaboração de relatórios, não está tendo tanto, o atendimento continua remoto. Pode ser que tenha equipe que marque presencial, mas a maioria, o que tem se observado é o acompanhamento remoto. Há uma preocupação da falta desse atendimento presencial, mas, assim, duas coisas: uma certa acomodação da equipe técnica, uma mudança desse comportamento após pandemia; e as famílias com dificuldades econômicas devido à consequência do desemprego, que aumentou por conta da pandemia. Então não existe dinheiro de passagem, a família guarda o dinheiro para visita no sábado e não tem o dinheiro para agendar para o atendimento familiar. Duas possibilidades: uma acomodação da facilidade do atendimento remoto e dificuldade financeira. [...] a central de vaga parece ter contribuído para essa ausência. Às vezes onde o adolescente consegue vaga é muito distante para as famílias, são mais gastos de deslocamento. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

A narrativa acima faz emergir uma mudança de comportamento, diante do atendimento familiar, e aponta questões ainda mais graves. Se antes discutíamos a necessidade de um atendimento mais qualificado ou mais constante, com projetos mais delimitados, agora a questão passa pela falta de atendimentos básicos, relativos ao acompanhamento da MSE. Não que o atendimento remoto não seja qualificado ou não se possa fazer trabalhos importantes utilizando-se da tecnologia, mas a presença da família nos espaços de cumprimento de MSE é crucial para que o adolescente consiga sentir-se acolhido e seguro para lidar com a realidade do aprisionamento. Nívia Barros (2020) ressalta que as famílias relatavam alegria em conseguir adentrar outros espaços da unidade em que o filho se encontrava, por exemplo, a escola onde estudavam. Isso mostra a importância da presença constante das famílias na rotina da unidade. Tereza Azevedo Silva (2018) mostra cartas de mães agradecidas pela participação no grupo multifamiliar desenvolvido no projeto “Golfinhos” e verbaliza a intensidade das emoções nos encontros, nas reuniões, resultados positivos obtidos promotores de transformações importantes nas vidas dos adolescentes e de suas famílias, produzidas nesse trabalho.

É certo que ajustes precisam ser feitos, com urgência. A Central de Regulação de Vagas foi uma solução para humanizar o serviço, um avanço para toda a comunidade socioeducativa, mas há necessidade de uma reformulação, para não piorar ainda mais a situação dessas famílias já tão sofridas. Assim como a utilização da tecnologia para aproximar os adolescentes de seus

familiares foi um fator essencial na pandemia e muito necessário na rotina atual das unidades, mas não pode substituir a presença dos familiares no contexto socioeducativo. Sabemos que é um desafio lidar com essas questões, que provocam crise em vários segmentos do sistema socioeducativo; é uma realidade complexa que vai precisar de um olhar de todo o sistema de garantia de direitos em busca de solução para essa questão.

> Pelo menos na unidade que trabalho, o atendimento é feito pelo celular, pelo Whatsapp, as famílias tiram dúvidas, conversam e estão sempre em contato via celular, quando há a necessidade de um atendimento presencial, a pedido da equipe ou da família, aí se agenda um dia para a família vir à unidade para atendimento, às vezes tem chamada de vídeo. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

A entrevistada acima deixa claro que as equipes continuam os atendimentos como nos parâmetros recomendado pela autoridades sanitárias na época da Covid-19, e podemos imaginar que tal fato deve atingir a proposta do atendimento mais próximo à família, inclusive, à confecção do Plano Individual de Atendimento (PIA), o que acaba por infringir um direito fundamental do adolescente, que é a participação familiar em todas as etapas do processo da MSE, e não somente a coleta de dados e informação sobre o adolescente e sua família, garantidos no ECA e SINASE e no próprio Regimento Interno do DEGASE.

Outro dado que nos chama atenção é a falta de implantação da visita íntima já assegurada ao adolescente desde 2012 pela Lei 12.594/2012 (SINASE), ao pontuar, em seu artigo 68, o direito a visita íntima para os adolescentes casados ou que vivam, comprovadamente, em união estável. Ao perguntar durante as entrevistas se os adolescentes recebiam visita íntima, foram relatados:

> Visita intima, aqui? Esquece...[risos] (Entrevista realizada em 09/08/2023)

> Eles falam horrores, debocham, ironizam! [risos] Agora eu acho que adolescentes que já têm suas companheiras, seus filhos, que já moram com elas, se ambos forem maiores de idade, e forem realmente casados no papel ou tiverem uma união estável, tudo bonitinho, o que é muito difícil! Acho que deveria haver, sim, desde que todas as outras garantias estiverem sendo cumpridas para ele na unidade, tipo escolarização integral, cursos, aí poderia, sim, garantir. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

> Sei que é direito deles, mas não temos estrutura para isso. O DEGASE precisa de muita coisa, sabe, inclusive de resolver a questão da educação desses meninos. A escola é um problema muito mais sério! (Entrevista realizada em 09/08/2023)

> Elis! Você já viu que a própria lei não quer dar o direito ao adolescente? Onde vamos ter aqui no DEGASE algum menino casado ou que comprove união estável? (Entrevista realizada em 25/07/2023)

> Visita íntima, penso ser uma agressão, ao parente desse e dessa socioeducando, um retrocesso, sem falar da necessidade da proteção de todos e todas as pessoas que estão

> na referida Unidade, inclusive dos e das adolescentes que cumprem a Medida Socioeducativa de Internação. Entendo que devemos nos libertar de práticas que nos remetem a um passado onde não se vivia a cidadania em sua plenitude, e avançarmos, pensando no uso das tecnologias que estão ao nosso dispor, sem também agredir a saúde das pessoas envolvidas nesse processo e alcançarmos os mesmos objetivos da Segurança Socioeducativa, sem constranger quem quer que seja, cujo objetivo maior é a socialização desses jovens. (Entrevista realizada em 09/08/2023)

Entre as narrativas, é possível perceber o descrédito dos socioeducadores na efetivação desse direito, e até mesmo o posicionamento contra. Segundo Juraci Brito (2016, p.13), a temática da visita íntima trouxe outras questões que não se discutiam no DEGASE, tais como: a relação homoafetiva, a questão de gênero, o exercício da sexualidade, uma vez que "o exercício da sexualidade na efetivação da visita íntima não é apenas um conjunto de normas". Em sua pesquisa de doutorado, Juraci Brito (2023) aponta que a visita íntima é percebida pelos socioeducadores do DEGASE como algo que vai modificar a rotina e enfraquecer a segurança da unidade. Para justificar a não garantia desse direito – que perpassa a convivência familiar e comunitária, o acesso à informação sobre as Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a discussão sobre o cuidado consigo e com o outro, trabalhando as questões de violência de gênero, paternidade, maternidade, entre outras ações voltadas à saúde do/as adolescente –, são produzidas narrativas moralistas colocando outras necessidades anteriores à visita íntima. E continua:

> Nosso estudo identificou uma série de dificuldades, impasses e limitações para a implementação da visita íntima, inclusive, nos estados da federação brasileira onde ela já se encontra em pleno funcionamento. No DEGASE, os/as participantes de nossa pesquisa veem a implantação da visita íntima com preocupação, desconfiança e medo. Sinalizam carências institucionais que vão desde a falta de materiais básicos para o exercício profissional, limitando as atividades, estrutura física precária das unidades socioeducativas e de recursos humanos, até a desvalorização dos servidores. (BRITO DA SILVA, p. 109, 2023)

Ainda segundo Brito da Silva (2023), é importante que se pense na visita íntima como um analisador, como aquele capaz de "fazer barulho na engrenagem do instituído". Apoiado na referência de Guattari, ele informa que: "o analisador é ferramenta importante para se pensar como são obscurecidas, não discutidas, as vivências íntimas, a sexualidade na instituição socioeducativa e seus efeitos na produção das subjetividades" (p. 68). Ou seja, a instituição produz determinadas formas de ser que se assemelham à prisão que funciona na lógica da invisibilidade dos direitos.

Em 2012, o DEGASE criou um GT, para se pensar a implantação da visita intima no DEGASE, grupo do qual também fiz parte. Esse GT elaborou a minuta da portaria para instituir

a visita íntima aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação no estado do Rio de Janeiro; pensou na construção de um Programa de Saúde e Sexualidade voltado a toda a comunidade socioeducativa e na proposta de uma pesquisa para avaliar o impacto desse novo direito na comunidade socioeducativa. (SILVA e ZAMORA, 2014; LESSA et al., 2015; SILVA, 2018, BRITO DA SILVA, 2023). Silva (2018) assinalou que a visita íntima no Degase representa a efetividade de um direito ainda não implantado, que abrange questões em torno da adolescência privada de liberdade, que incluem também o alcance da melhor forma de sua realização, constatando ser um "grande desafio dentro do sistema socioeducativo o lidar com a sexualidade e desenvolvimento dos adolescentes, superar as discriminações dentro do próprio sistema, acerca do exercício da sexualidade no período de internação, e efetivamente tornar fato a garantia desse direito" (Silva, 2018 p. 103). Contudo, onze anos depois, continuamos aguardando a efetivação de mais um direito assegurado por lei ao adolescente, violado pelo Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar de tantos direitos violados, como o direito a convivência familiar e comunitária, e o exercício da sexualidade, ainda é possível ver movimentos em prol da garantia de direitos, assim, reivindicando melhores condições de atendimento ao adolescente e seus familiares, mães se organizam e criam espaços de resistências.

Ida Motta (2017), em sua dissertação de mestrado, conta a história dos movimentos de lutas de mães de adolescentes que passaram pelo sistema socioeducativo. A princípio, tinham como objetivo a denúncia de maus tratos ocorridos dentro dos espaços institucionais. Essa luta começa no início do século XXI, quando havia todo um movimento em busca de garantia de direitos. Ida Motta apresenta em seus estudos como movimentos de resistência a criação da AMAR RJ e do Movimento Moleque, e relata que os filhos de ambas as representantes foram assassinados, mas que a militância dessas mães mesmo após a morte dos filhos ocorre em função de fazer dessa militância o objetivo de vida, uma forma de guardar a lembrança do filho e de ajudar a outras mães a não passarem pelo mesmo sofrimento. A autora pontua que, apesar de toda a dificuldade dos grupos de permanecerem atuantes, é visto como "um lugar de pertencimento que mesmo com toda dor que traz, permite que essas mulheres se identifiquem e se vejam enquanto grupo, com anseios próprios de grupos, construindo suas histórias" (Motta, 2017, p.111).

Há também espaços de solidariedade e esperança, nos quais, com o cuidado de si e do outro, é possível fazer a diferença, como dizia Michel Foucault (2006). Sandra Santos, uma servidora pública do DEGASE desde 1994, em 2011 foi transferida para o Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI-Baixada), era cozinheira, mas nessa unidade foi

colocada no almoxarifado e para fazer revista íntima nas mães a fim de entrarem para visitação. Sandra relata que nesse lugar começou a ter contato com as mães, e enxergou todo o sofrimento que elas passavam, vindo de longe, com fome e sede. Sandra diz que queria ajudá-las de alguma forma, então inicia montando uma barraca para protegê-las do sol e dar um pouco de conforto até a hora da visita. Até que juntas conseguem alugar uma pequena casa em frente ao CAI-Baixada, que se torna a **Casa Mãe Mulher**, cujo objetivo é prestar acolhimento e dar apoio às mulheres, mães de adolescentes que se encontram cumprindo medida de internação no DEGASE.

> O trabalho da Sandra na Casa Mãe eu acompanho desde o início mesmo, é muito bacana. Elas fazem um acolhimento que faz toda a diferença para as famílias que vêm de muito longe, é muito característico do Cai Baixada. Antigamente, ele nem era só Baixada, teve jovens de São Gonçalo, Niterói e até Rio. Nos últimos tempos é que tem se restringido só à Baixada, mas a Baixada é imensa. No verão as mães chegam, com um calor! E aí podem ficar na casa, lá tem um bazar que ajuda na manutenção, as pessoas doam roupas, calçados; elas fazem bazar e arrecadam dinheiro para a ajuda da manutenção. Lá tem atividade, outros profissionais do DEGASE vão lá participar de atividades, lá também tem alimentação, as pessoas chegam com fome e podem comer. A casa não é só das mães, ela faz o papel da própria mãe, de cuidado. (Entrevista realizada em 25/07/2023)

A socioeducadora fala da relação positiva desenvolvida entre a Casa Mãe e os próprios socioeducadores do DEGASE, em que todos interagem, e aponta a importância desse espaço para as mães dos adolescentes que cumprem medida no CAI-Baixada.

Ao entrar em contato com Sandra para ter mais informações desse projeto, ela me enviou um material informativo – Release Casa Mãe Mulher, e uma filmagem feita pelo jornalismo local de Belford Roxo, em virtude da premiação “Prata da Casa”. Também se mostrou muito receptiva, disposta a responder todas as minhas indagações, ao final me chamou para conhecer a casa. Quando lhe perguntei se recebia algum apoio do DEGASE, Sandra pontuou que nunca recebeu nenhum apoio, e sobrevivem de algumas doações resultantes da visibilidade que recebe quando ganham prêmios. Sandra já recebeu vários prêmios em virtude desse trabalho, entre eles o prêmio Claudia em 2019, de melhor projeto social.

O Release Casa Mãe Mulher informa sobre como funciona “a entrada, período de permanência, audiência e saída dos filhos”, e que atendem cerca de 150 mulheres por semana, em sua maioria “mulheres pretas, em situação de vulnerabilidade e mães solo”. Reconhecem que a atenção recebida na Casa auxilia a “relação dos internos com a família e com a própria instituição (DEGASE), facilitando o processo socioeducativo no período de internação”. A Casa oferece: orientação e apoio psicológico; café da manhã e almoço; oficinas, palestras e atividades recreativas. Há um bazar que, além de vender roupas por um valor simbólico,

também “emprestam às mães para que possam entrar no DEGASE quando estas não vêm com as roupas adequadas e ficam proibidas de entrar”.

> A Casa Mãe Mulher foi fundada por Sandra Santos, uma mulher preta que carrega uma história pessoal de grande superação e um coração gigante. Sandra nasceu em Casimiro de Abreu, aos 05 anos de idade foi separada dos pais e veio com uma tia para o Rio de Janeiro. Aos 12 anos começou a trabalhar como doméstica em uma casa de família onde viveu 14 anos em condições análogas à escravidão. Não recebia salário e para ter o direito a estudar tinha que trabalhar até 14 horas por dia, e ainda assim, conseguia ser uma das melhores alunas de sua classe. Em 1994, passou em um concurso público para uma unidade socioeducativa, onde trabalhou como cozinheira. Quatro anos depois, foi transferida para outra unidade em Belford Roxo, o DEGASE. Com a terceirização das refeições na Unidade, Sandra passou a trabalhar na revista e começou a ter contato mais direto com as mães dos internos. E foi assim que se deu conta da situação dessas mulheres: abandono, fragilidade, tristeza, culpa, sem recursos, às vezes só com o dinheiro da passagem. Não recebiam orientação, muitas desmaiavam na fila, não tinham onde tomar um copo d’água, nem acesso a um banheiro. Ela percebeu que aquelas mulheres precisavam de acolhimento. Diante daquela situação, resolveu alugar uma casa para dar algum apoio e orientação para essas mães e assim nasceu a Casa Mãe Mulher. (Fonte: Release Casa Mãe Mulher)

A Casa Mãe Mulher se apresenta como uma associação sem fins lucrativos, com uma equipe formada por “12 pessoas, sendo cinco mulheres fixas que atuam organicamente no projeto e as demais com atividades pontuais. No entanto, o projeto é aberto para novos colaboradores que queiram se somar ao projeto e desenvolver as demandas de forma voluntária.” (Release Casa Mãe Mulher).

> O impacto que tem no nosso trabalho aqui é que os adolescentes ficam bem mais calmos, porque as mães chegam lá, elas são acolhidas no espaço. Lá tem várias atividades, tem roupa para elas trocarem, recebem alimentação gratuita. Elas desabafam, falam dos sentimentos delas, nisso, elas chegam aqui mais calmas e consequentemente a visita flui melhor. [...] acho que tem viés religioso, porque sei que tem oração e música. É um trabalho muito bom, que revolucionou aqui o CAI, mas o que eu sei é que ela nunca teve apoio do DEGASE. Quando ela precisa das coisas, não conseguia nada do DEGASE, os diretores sempre prometeram, mas nunca fizeram nada pela Casa. Ela faz datas temáticas, faz ações e abre para os servidores também, tem café da manhã, tem uma psicóloga que vai lá, é um trabalho muito rico. Não sei como ela consegue fazer tanta coisa, porque é tudo voluntário. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

Sandra me informou que está aposentada pelo DEGASE há um ano, mas que continua fazendo o trabalho na Casa da Mãe Mulher. Esclarece que a Casa não possui nenhum viés religioso, mas sim, integra todas as religiões. A casa abre às quartas e aos sábados, que são os dias de visita dos adolescentes que se encontram no CAI Baixada.

4.5 Quebrando os muros e construindo pontes...

"Para nós a ponte foi muro a vida inteira, e qual que é a verdadeira fronteira? Com o Paraguai ou com a periferia? A da Argentina ou entre a madame e a Maria?" (Rap na medida)

A questão é compreendemos o que eles querem nos dizer? Ou melhor, queremos escutá-los? E compreender verdadeiramente? *"Olha pra história tio, isolamento social sempre existiu"* (Rap na medida). Seus versos que formam o rap dizem tudo o que nossos discursos teóricos tentam dizer, será então que o nosso olhar é através dos muros? Porque a ponte, essa ponte, às vezes parece não existir! Certa vez, escutei uma socioeducadora da equipe técnica dizer que precisava falar de forma mais "rasteira*"* para que o adolescente entendesse sua linguagem, que "os adolescentes possuem dificuldades de se expressar, por isso não conseguem falar nos atendimentos". Precisamos quebrar os muros, fazer os nossos braços e ouvidos transformarem-se em pontes. Como disse uma outra socioeducadora da equipe técnica "nossos ouvidos enferrujam"; a ferrugem impede a construção da ponte, por isso é preciso polir, se atentar para não enferrujar. Só assim é possível perceber a criatividade desses adolescentes, perceber sua sensibilidade e suas múltiplas formas de expressão, inclusive pelo silêncio. Muitos socioeducadores que formam a equipe técnica no DEGASE buscam romper com os muros, constroem pontes que por vezes se soltam, quebram e caem. Muitos desistem, outros tantos preferem ficar atrás dos muros, mas a verdade é que a maioria não desiste. Eles se machucam, é bem verdade, mas voltam, lambem as feridas e continuam na construção das pontes que os vinculam aos adolescentes.

A gente entende, entende que por vezes a vida te dá as costas que falta apoio familiar, social
A gente entende que o que a gente fala não parece real, não parece possível
A gente sente quando o nosso trabalho não é suficiente
A gente escuta tudo aquilo que é dito e o que não é dito também, entende que às vezes você é julgado, declarado culpado, sem chance de provar o contrário
A gente sofre, mas a gente também vibra quando você deixa de viver só o presente e começa a refletir o futuro construindo sonhos
Quando você percebe que não precisa só sobreviver porque é seu direito viver!
(Poema da equipe para os adolescentes – Rap na medida)[56]

[56] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SvWCqtnIcR8 Acesso em: 2023
"Esta poesia é a faixa final do álbum RAP NA MEDIDA, foi escrita e declamada pelos funcionários do CREAS II na intenção de traduzir em palavras um pouco do sentimento referente a esses jovens.

Este tópico traz as lembranças das socioeducadoras da equipe técnica sobre os adolescentes. Por questões éticas, os casos específicos que falam dos adolescentes não serão descritos na íntegra, e não haverá informação sobre o socioeducador que narra a história, de forma que mesmo os profissionais do DEGASE não consigam identificar o caso.

Começo então pelas minhas próprias lembranças. São muitas lembranças, muitos casos, uns até com finais bem trágicos, mas prefiro lembrar dos finais felizes, são eles que nos impulsionam em busca de finais mais felizes ainda. É um caso movido pelo amor e rejeição, do lugar, não lugar, daquele que reivindica um lugar de filho, de amor, de cuidado, e nesse lugar de reivindicar, não pela fala, mas pela ação, tenta matar o pai a facadas. O desfecho do caso transformou-se em um momento de grande emoção para todos, o adolescente conseguiu falar com o pai, que a princípio rejeitou a aproximação, mas que compreendeu a dor do filho, e ambos se perdoaram.

As entrevistadas, ao serem convocadas a buscar em suas lembranças alguns casos de adolescentes que marcaram suas trajetórias profissionais, trouxeram casos que, apesar de complexos, tiveram desdobramentos positivos. Diante do desafio de atender adolescentes e familiares atravessados por histórias de sofrimento e muita violência, quer sejam como autores ou vítimas, nossa memória nos faz querer recordar apenas os casos que nos trouxeram algum alívio e alegria, não que os casos infortúnios também não tenham potência, pois nos ensinam a lidar com as diversidades, nos fazem amadurecer profissionalmente, mas nos trazem dor, sofrimento e por vezes culpa, já que em alguns casos acreditamos que poderíamos ter de alguma forma evitado a tragédia. É claro que é apenas uma fantasia do nosso inconsciente acharmos que poderiam ser evitados tantos danos, mas, enfim, somos humanos. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai, a partir do pensamento de Walter Benjamin e Freud, explicar como as lembranças negativas tendem a ficar no esquecimento, uma vez que são censuradas e apresentam dificuldades de expressão, assim como há um prazer nas lembranças agradáveis ao recordá-las.

> Lembro de um caso de um menino que tomou um tiro, tinha tentado registrar a filha no cartório, mas acho que quando sabem que o adolescente cumpre medida já há um preconceito, esse menino ligou pra mim e disse que tinha ido com a mãe registrar a filha, mas o cartório lhe falou que só próximo à residência do pai da criança. Mas eles tinham ido no cartório próximo à casa da mãe da criança, aí ele não fez o registro,

---

@rapnamedida é um processo de vivência musical e literária realizada pelos músicos e educadores Renan Inquérito e Pop Black com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de todo o Brasil. Essa edição aconteceu com jovens do CREAS II do município de Foz do Iguaçu-PR.
A poesia, bem como sua gravação, foi realizada ao longo das atividades, em um estúdio improvisado nas próprias dependências do CREAS" (Rap na medida).

> voltou. E nesse meio tempo ele foi baleado, e a criança ficou sem registro. Aqui a gente tenta fazer o registro pelo projeto pai presente, foi muita burocracia, uma novela, a mãe da criança tinha sumido, mesmo aqui dentro foi muito difícil acessar esse direito do menino de registrar sua filha. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

O relato acima aponta a dificuldade que as equipes técnicas encontram em garantir direitos dos adolescentes em seu espaço de trabalho, que a priori deveria ser acessado sem burocracia. A própria socioeducadora pontua a existência do projeto dentro do próprio departamento, e ainda assim, narra a dificuldade desse acesso. Essa dificuldade de acessar direitos para os adolescentes existentes no DEGASE foi descrita por muitos técnicos durante as entrevistas. Fica posto que essas pequenas burocracias mostram as relações de poder evidenciadas entre a gestão e a equipe técnica.

> Na época eu atendia essa menina no CRIAM, estou falando CRIAM na época, não era CRIAAD era CRIAM, [...] na época ela entrou no sistema com 12 anos, era uma menina de uma prática de furto, [...] ficava em loja americana e ela ficou no sistema um bom tempo, depois ela se tornou adulta, eu sempre estava acompanhando, ela saiu do sistema, mas ela me procurava no sistema e você fica acompanhando, ela chegou a trabalhar na Vigo era uma firma de limpeza que tinha aqui. [...] ela já era maior de idade, se meteu em uma confusão, levou um tiro e ficou paraplégica. Através até de uns contatos que eu tinha feito, eu consegui fazer com que ela fosse para o mercado de trabalho, ela foi trabalhar no metrô já em cadeira de rodas e hoje essa menina é totalmente recuperada de tudo que ela fez de errado no passado dela, ela hoje é funcionária da light, fazendo direito e eu até hoje frequento a casa dela. [...] foi um caso que ela conseguiu vencer, entendeu? mesmo que passando por dificuldades dentro do sistema, depois fora, ela conseguiu enxergar que o caminho não era aquele e deu uma nova direção na vida dela. (Entrevista realizada em 28/08/2023)

> Um caso que me marcou muito! Era um jovem que tinha matado a irmã, veio de outra unidade que já estava há um ano e meio, veio com um quadro psiquiátrico muito severo. O menino chegou e foi destinado a uma equipe [...] por ser paciente psiquiátrico, fica em desvantagem aos demais, pois no DEGASE não há um espaço apropriado. Ficou em alojamento separado, foi um caso que mobilizou toda a unidade, equipe de medida, de saúde mental, da escola e direção. Foi acompanhado por todos. Marcou muito a todos nós! Estava sem ver a mãe há muito tempo, desde que tinha sido preso, quem visitava ele era o pai. Essa filha que morreu não era filha desse pai, então talvez fosse mais fácil para esse pai visitar. O grande desejo dele era ver a mãe, [...]aí um belo dia a mãe veio, vinha contando a situação, que no dia que ele matou a filha ela perdeu os dois filhos ali, porque ela não conseguia lidar com ele mais. E aí ele veio pelo corredor, "minha mãe, minha mãe". E aí segura ele no corredor, até que a mãe permitiu que ele entrasse no atendimento. Aí ele se jogou no colo da mãe e pedia perdão para a mãe, foi um atendimento muito complexo, muito difícil, e ali a gente foi restabelecendo aos poucos a visitação dessa mãe. Ela esteve lá nessa vez, mas ela não retornou logo não, ela deu uma esticada, aos pouquinhos ela foi visitando, o pai se manteve frequente na visitação. (Entrevista realizada em 20/06/2023)

Os dois casos acima demonstram que, ainda que a equipe técnica apresente dificuldade nos atendimentos pela alta demanda de trabalho, os vínculos são estabelecidos. Thais Menezes (2021) salienta a necessidade do convívio com o adolescente que extrapola as salas de

atendimento e que se aproxima das relações sociais, o que propicia uma maior compreensão de como esses jovens interagem socialmente.

> Um caso que me marcou muito foi de um adolescente que tinha diversas passagens. A gente ligava para a família e não conseguia, até que um dia a mãe atendeu e, no primeiro contato, a mãe foi extremante grossa. Disse que não queria saber desse menino, que ela iria levar sua vida. O adolescente era muito demandante. No segundo contato, falei que precisávamos dos documentos do adolescente, para que tentássemos que ele conseguisse se "virar sozinho". Isso mexeu com ela, e conseguimos aí um primeiro sucesso. Até que a mãe conseguiu ir à unidade conversar com a equipe. Ela era uma mãe jovem, tentávamos construir uma ponte entre os dois. A ausência da mãe começou a provocar angústia no jovem. Depois de muitos atendimentos, conseguimos um encontro, o adolescente se desculpou, e houve um reencontro entre esse menino e essa mãe. Ele foi liberado, e a mãe o acolheu. Depois a mãe entrou em contato, falando que tudo deu certo. Foi um caso emblemático. (Entrevista realizada em 30/06/2023)

A entrevistada acima relata buscar formas de levar a mãe a uma reflexão maior sobre o cuidado com o filho. Em sua fala foi possível compreender que ela tentou que a mãe percebesse que estava abandonando o filho, e que iria encontrar um jeito para que ele pudesse sobreviver sem seus cuidados, fato que fez a mãe despertar e não desistir do adolescente. A socioeducadora narrou essa história com brilho nos olhos. Por vezes, as intervenções junto ao adolescente e sua família trazem consigo muito da prática do técnico em agir proativamente em situações difíceis.

Não é possível mostrar aqui todas as entrevistas que trazem as lembranças de atendimentos aos adolescentes pela equipe técnica, mas posso dizer que todas foram carregadas de emoção, de afeto e entusiasmo. Foram entrevistas muito potentes, com lembranças muito ricas, que nos fazem compreender que, apesar da rigidez da instituição, é possível produzir vínculos de afeto positivos.

Este capítulo objetivou trazer a história dos adolescentes, o conceito de adolescência, buscou refletir as denominações utilizadas nas relações estabelecidas com os adolescentes e, mesmo que de forma breve, assinalou a questão do lidar com a infração conforme as classes sociais e sobre a discriminação da juventude negra, pertencente a uma classe social desfavorecida, e como é realizado o atendimento dos adolescentes e familiares no DEGASE. Abordou questões institucionais em torno da realização de projetos necessários ou apoio efetivo a estes, assim como a não implantação da visita íntima, desconsiderando o posto em lei. O capítulo que se segue irá se debruçar sobre a rotina dos socioeducadores no DEGASE, o que fazem, o que pensam, os atravessamentos institucionais, como se articulam e seus espaços de resistência.

5 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DE SOCIOEDUCADORES E SOCIOEDUCADORAS NO DEGASE

> Em tempos de barbárie, onde nos movemos nas trincheiras de espaços tão historicamente excludentes, como “cavaleiros das diásporas", entre o chão das galerias e as mães nos tribunais, somos o contraponto; com as regras/marcas dos governantes, mas, a partir do grito, das narrativas/histórias de mães, as pautas dos que sonham e lutam por uma sociedade justa e igualitária!
> Carrego o tempo do trabalho na socioeducação
> O desafio cotidiano de reafirmar direitos, construir pontes no caminho de uma prática libertária, onde a força das narrativas se transforma em pautas coletivas, por políticas públicas, desencarceramento de jovens, humanidades, empatia, lugar de direitos!!!
> Talita Aguiar Bittencourt Figueiredo – Assistente Social, DEGASE

Busco em minhas lembranças as famosas reuniões institucionais. É comum e provável que as pessoas por vezes falem o que lhes é esperado, nos encontros, em reuniões de equipe sistematizadas em formato de Atas e arquivadas, nesses espaços é previsto que todos, ou pelo menos a maioria, reproduzam a ideologia da gestão. Os relatos de experiências que ferem essa ideologia precisam ficar nos espaços privados. Assim, são nos corredores, nas rodas de café que as pessoas realmente falam, são esses os espaços dedicados a expressar o que realmente se queria dizer, a discordarem do que foi acordado ou mesmo até discutir boas ideias. Conversas informais que se opõem à ideologia dominante, que trazem relatos de algum tipo de violência, são todas direcionadas a esses momentos de falar o que se pensa, longe dos ouvidos daqueles que fazem uso do poder de forma arbitrária. Lembro de um colega que era chamado pelos demais de polêmico, em todas as reuniões ele questionava as determinações do departamento, e fazia boas reflexões sobre as questões vindas de “cima” e a que lugar nos levaria. Mas era comum a direção ou outro colega cortar sua explanação, por vezes eu tentava reforçar sua fala, mas era em vão, pois sempre alguém questionava sua fala, dizendo ser improducente, que atrapalhava o andamento da reunião. Eu sempre questionei por que é tão improdutivo em uma reunião refletir sobre ordens sem sentido! Ou que por vezes prejudicam o que entendemos por socioeducação? Por que é preciso fazer sem questionar?

Este capítulo é totalmente dedicado aos socioeducadores que trabalham no DEGASE, nas mais diferentes funções, em diferentes espaços e com diversas atribuições. Há falas de socioeducadores que se encontram em cargos de gestão; compondo equipe técnica; equipe de

agente de segurança socioeducativa; equipe de saúde do adolescente e saúde do servidor; equipe administrativa. Assim como nos capítulos anteriores, os socioeducadores não serão identificados. Trago para a discussão temáticas que atravessam as práticas institucionais que serão apresentadas em itens e subitens os quais procuram abranger uma parte de uma grande dimensão institucional e histórica, sendo importante sublinhar que cada um pode ter um estudo aprofundado, que não será desenvolvido aqui. Desejo apontar as lembranças e os olhares dos socioeducadores, suas experiências, as quais vão dando contorno aos modos de fazer a política socioeducativa. De acordo com Ecléa Bosi (1987, p.1), o trabalho desde sua origem se situa em uma fronteira entre "os modos de ser do indivíduo e da sua cultura" – o que faz dos relatos, necessariamente, um falar de si, do grupo, e do contexto no qual se encontra inserido.

Alerto o leitor que os relatos aqui descritos não se traduzem na história integral desta instituição, uma vez que contar histórias envolve escolhas, fazendo-se necessário deixar tantas outras histórias de fora. Portanto, o que se almeja é trazer a história das práticas por meio dos diversos olhares dos socioeducadores do sistema socioeducativo, mostrando como as histórias não contadas ou pouco contadas podem carregar diferentes dimensões a depender de quem as conta ou como são contadas. Gagnebin (2006) e Bosi (1987) chamam atenção para a história contada pela classe dominante, pelo Estado, o discurso produzido e legitimado que se torna verdade, como nos ensina Michel Foucault (2014) ao falar dos epistemes e dos regimes de verdades. No nosso caso, os discursos produzidos pelo Estado e pela gestão do DEGASE são os discursos vistos no momento atual como as histórias oficiais. Um exemplo clássico são as manchetes produzidas pelo DEGASE em seu site e redes sociais, que mostram uma instituição dentro dos parâmetros do SINASE, tornando para o leitor uma verdade sobre o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, que é bem distante das práticas do dia a dia. Ao iniciar uma entrevista, a socioeducadora me indaga: "é para falar bonitinho ou a realidade?" Continuamos com as orientações de Verena Alberti (1996, p.8), entendendo que as histórias narradas permitem "o acesso a uma pluralidade de memórias e versões do passado" que são múltiplas provocações para não se apagar o que se quer esquecer.

5.1 A formação de uma profissão: os/as socioeducadores/as

Quem são os/as trabalhadores/as do DEGASE? Que universo pertencem? Como denominá-los? Foram essas as indagações realizadas na minha qualificação que me fizeram

refletir sobre quem são esses profissionais que trabalham nessa instituição DEGASE, e como deveriam ser denominados. Como já citado no capítulo três, no qual argumentei que o sistema socioeducativo a partir do SINASE inicia um processo de construção teórica e política do seu fazer e pensar a socioeducação. É a partir desse momento que os profissionais que trabalham nestes espaços são chamados de socioeducadores. Ao fazer um levantamento nas diversas normativas do DEGASE, identifiquei que todas elas utilizam o termo "socioeducador" para se dirigir a todos os profissionais do departamento: Regimento Interno do DEGASE (2018); Código de Ética e Conduta Profissional Socioeducativa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas- DEGASE (2023); Plano de Integridade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Governo do Estado do Rio De Janeiro (2022); Programa de Atenção às Famílias do DEGASE (2015); Caderno de Atribuições do Trabalho do Serviço Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – DEGASE (2020); Projeto Pedagógico Institucional - PPI/ Departamento Geral de Ações Socioeducativas (2010); Plano de Segurança Socioeducativo do Novo DEGASE (2013). Cabe ressaltar que o termo socioeducador ainda é muito ligado ao agente de segurança socioeducativo, mas queremos reforçar que o socioeducador é todo profissional que trabalha com a política socioeducativa.

Nos relatos que se seguem, observamos que independente da data da entrada no DEGASE, muitos socioeducadores chegaram ao departamento com pouco ou quase nenhum conhecimento dos parâmetros legais que governam as práticas socioeducativas. É importante destacar que a sequência das explanações sem interrupção para uma análise permite ao leitor um olhar mais ampliado de como esses profissionais se percebem nesse espaço de forma individualizada, ainda que estejamos falando de um grupo específico, que são atravessados por histórias que se assemelham. Refazer o passado e "produzir uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa" faz emergir "uma memória de si mesmo" uma vez que esses indivíduos são afetados "em suas modalidades de inscrição no tempo, quer dizer, em suas formas de estar nesse tempo" (CANDAU, 2012, p.7-45).

> Fiz o concurso de 94, e fui chamada em 95, eu tinha uma proposta bem pedagógica, mas a realidade era muito difícil. Quando a gente chega no DEGASE, os adolescentes estão todos jogados; parecia um depósito, uma instituição total, era a característica desta instituição, era tudo muito precário. Tudo foi muito agressivo para mim, fiquei muito afetada na minha autoestima. Teve uma colega que não ficou meio-dia. (Entrevista realizada em 25/07/2023)

> Eu entrei em junho de 2000, eu nunca tinha ouvido falar de DEGASE antes, mas um colega me falou do concurso, mas ninguém sabia o que era. Quando eu entrei me colocaram para trabalhar no CTR, quando eu vi aqueles meninos gritando, batendo chapa, eu nem sabia o que significava essa expressão. Eu olhei e pensei, "caramba,

> onde eu estou?" "O que estou fazendo aqui? Isso não tem nada a ver comigo!" Fiquei assustado, mas depois fui transferido para a parte administrativa, e consegui me adaptar, foi difícil, mas consegui. (Entrevista realizada em 19/06/2023)
>
> Entrei em 2013, fui lotada no antigo Padre Severino, eu mais ao menos sabia o que era, mas é diferente quando você chega. Tudo muito tenso, muito trabalho, precisando aprender tudo em muito pouco tempo. Tinha gente que não conseguiu ficar, em alguns momentos também duvidei se iria conseguir, mas aos poucos fui tentando me ambientar. (Entrevista realizada em 08/08/2023)

As narrações dos socioeducadores revelam a dificuldade inicial de se compreender o campo institucional em que foram inseridos, mas a partir do momento que se percebem como integrantes desse espaço, alguns aceitam as condições impostas, outros tomam como desafio e outros até desistem. Todos passam por uma necessidade de se organizar neste campo, nas mais diversas formas, em algum momento agindo conforme as determinações institucionais que demandam a naturalização da violência, em outros momentos buscando espaços de resistências, numa tentativa de sobrevivência, tentando modificar o campo de atuação e por muitas vezes simplesmente trabalhando sem questionamentos. Para Bourdieu (1983. p. 89-94), "campo" significa um espaço com suas próprias regras, princípios e hierarquias, definidos por interesses específicos, sua estrutura é um estado de relações de forças entre os agentes envolvidos, o que gera conflitos e tensões. Especificamente no caso do DEGASE, é esperado que todos os socioeducadores compreendam que a "casa tem que funcionar" e não pode "dar problema", o que significa dizer que não poderá ter rebeliões ou fugas. Qualquer socioeducador que não compreenda esse princípio básico é visto pelos demais como aquele que não se adaptou às regras institucionais, o que pode gerar muitos conflitos.

É nesse contexto, e diante da própria ambiguidade da política socioeducativa, em que se tem um viés sancionatório e pedagógico (SINASE, 2006) que as subjetividades dos socioeducadores vão sendo fabricadas, em uma composição na qual dois grupos se diferenciam e por vezes se opõem: o pedagógico é voltado para uma educação libertária, que percebe a socioeducação como princípio básico da política socioeducativa, enquanto o sancionatório busca a segurança e a repressão como norteadores dessa política. Meihy & Holanda (2015) vão falar de Colônia e sua subdivisão em "redes", em que é provável haver identificações mais restritas com afetos mais singulares. Desse modo, o grupo assemelhado às "redes" "deve ser sempre plural, porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano" (MEIHY & HOLANDA, 2015, p.54). Assim, apesar das disputas travadas entre a pluralidade dos grupos formados, há algo em comum que os unem e tornam uma única "Colônia". Todos buscam melhores condições de trabalho, valorização profissional, atendimento humanizado e

sobretudo reconhecimento profissional. E, apesar dos jogos de força estabelecidos, todos se reconhecem como socioeducadores, ainda que não acessem os mesmos direitos trabalhistas.

5.1.1 Práticas e trajetórias - as vozes do passado...

Portelli (1997) assinala que uma das primeiras lições a ser aprendida na História Oral é valorizar e respeitar cada indivíduo, uma vez que "cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidade imaginadas e não escolhidas" (p.17). Os historiadores orais possuem a arte de ouvir, e compreendem que praticamente todas as pessoas com quem conversam enriquecem suas experiências. Portanto, o essencial é compreender a singularidade de cada narrativa, uma vez que "o ato de lembrar jamais deixa de ser profundamente pessoal" (PORTELLI, 1997, p. 4). Ou seja, ela pode advir de um meio social e ser compartilhada com aqueles que vivenciaram a mesma situação, porém as lembranças nunca serão iguais, ainda que possam ser semelhantes ou por vezes antagônicas sobre o mesmo fato e ainda podem sobrepor-se. Assim, a história do DEGASE, como uma colcha de retalhos, pode ser formada pelas lembranças dos sujeitos que a compõem.

Cada entrevista foi desenhando diversos olhares sobre as práticas e trajetórias que formaram o departamento desde a chegada destes socioeducadores.

> Cheguei na primeira turma em outubro de 98. Não tive qualquer tipo de capacitação; foi uma chegada bastante difícil, porque o grupo que chegou do concurso foi muito hostilizado pelos contratados que estavam na época no DEGASE. Porque acreditavam que com a chegada dos novos concursados eles seriam destratados. Então, fui recebido com carro de som na porta, e sob vaias, todos os concursados de 98 chegaram passando por esse tipo de humilhação. Mas logo eu fui puxado para parte administrativa, porque eu tinha experiência, fui fazendo carreira até chegar na gestão. (Entrevista realizada em 09/08/2023)

> Olha, o percurso foi sofrido, porque houve várias punições, eu trabalhei em diversas unidades, por questões não de vontade, mas por questões de imposição, de transferência, de penalização. Eu trabalhei em quase todas as unidades, mas não que eu quisesse na verdade, porque havia problema de você questionar muito, as direções me transferiam. A direção tinha essa prática de transferência que hoje não acontece mais, mas o pessoal de 94 e 98, a gente vivenciou muito isso, era uma punição se você discordasse de alguma coisa, era punido, você era transferido. A gente conseguiu melhorar isso um pouquinho, até porque foram criadas as divisões, então se respeitou mais essa questão de transferência, considerar a localização de trabalho, localização de residência, o que não acontecia anteriormente. [...] Então, hoje eu acho que que tem mais respeito em relação ao funcionário, não tem tanta essa perseguição que tinha em 94 e 98. (Entrevista realizada em 27/06/2023)

> Trabalhei como auxiliar de serviços gerais por muitos anos; meu início de carreira foi na Escola João Luiz Alves, onde eu estou de volta. Mas na João Luiz Alves eu varria, lavava banheiro, entendeu? Varria toda a entrada, que por sinal, agora eu estou vendo as moças da limpeza fazendo, elas estão fazendo a varredura, catando as folhas. Depois eu fui transferida para o Dom Bosco, que na época era Padre Severino, e lá também eu tive minha saga, lavava banheiro, varria, literalmente, pegava no pesado. E quando foi mais ou menos em 2002, na gestão de um gestor negro, conhecedor da minha graduação, eu era psicóloga, e aí ele me deu oportunidade. Naquele momento, conversamos e ele disse "eu vou te colocar na função de psicóloga, já que essa é sua graduação". Em 2012 eu fiz o concurso e passei dentro do número de vagas, não tenho vergonha de dizer, eu tenho direito a cotas porque sou negra, sim, entendeu? E aí fiz jus e entrei em 2014. Já há sete anos, estou como servidora concursada, psicóloga. (Entrevista realizada em 19/06/2023)

As entrevistas mostram a entrada e a trajetória de três socioeducadores no departamento, cada um traz em si a sua própria história: marcada pela violência institucional, por perseguições, por adaptações e por superações. As falas pontuam a forma como cada um foi traçando seu caminho, ainda que atravessados pelas mesmas adversidades provocadas pela instituição. Ficou claro o sentimento que cada um carregou em suas recordações ao transmitir suas histórias, caminhos que se aproximam e outros que se afastam. Os três depoimentos foram escolhidos porque envolveram experiências pessoais de cada um de forma bem diferenciada no mesmo campo institucional, mas que se conectam a tantas outras histórias vivenciadas por vários socioeducadores ao iniciarem sua trajetória profissional no sistema socioeducativo.

Importante ressaltar que estamos falando de múltiplas memórias, as quais, dependendo do campo em que estavam inseridas as lembranças do entrevistado, dentro do departamento, sua percepção da instituição será diferente, como nos esclarece Portelli (p.106). As memórias das instituições também são divididas, já que o ato de lembrar é individual, e a memória coletiva é a formalização legítima e ideológica das lembranças individuais dos membros que compõem um grupo.

5.1.2 Afinal, quem são os "Degaseanos"?

A designação "Degaseano" inicialmente se constituiu como uma politização do uso desta categoria para se afirmar enquanto profissão em um determinado campo de relações de força. Portanto, nas primeiras décadas de existência do DEGASE, o uso desse termo era comum entre os socioeducadores, era como se fosse uma afirmação de pertença, pertencer a algum lugar

ou grupo profissional. Essa ideia de nomear o socioeducador de degaseano é um reflexo na história do DEGASE, o fator primordial da construção da identidade profissional de uma época.

> Nossa, Degaseano, para mim é uma mistura muito forte, não? É vida, é profissão e afeto, porque estando aqui há 23 anos, não tem como eu não ter construído laços afetivos de grande amizade profissional, por mais confuso que possa parecer, mas é isso. São pessoas que eu aprendi a respeitar e a querer bem profissionalmente, entendeu? [...] sou muito, muito Degaseano. (Entrevista realizada em 13/06/2023)

> Eu sou Degaseana, eu me orgulho de ser Degaseana [...] tem uma questão geracional aí no termo, eu sou de uma geração que se chegar a universidade já era duro, era difícil, então... E aí quando eu cheguei aqui no DEGASE estava o grupo todo basicamente na mesma faixa, todo mundo trabalhando, e ao longo do tempo esse termo surgiu, em algum momento a gente virou, eu virei Degaseana, esse termo apareceu, e sempre me orgulhei de ser Degaseana. [...] porque eu acho que o Degaseano ele é um lutador, então eu não gosto quando alguém usa termo com demérito, isso me incomoda Porque ser um Degaseano é ser uma pessoa forte, essa pessoa que entra nesses portões aqui todo dia e não sabe o que vai encontrar, você chega com o dia calmo e sai daqui com tudo pegando fogo. Então, assim, eu me orgulho de integrar, de ser Degaseana, se for nesse contexto que eu estou te falando, não sei se existe uma outra conotação, mas para mim o Degaseano é isso, é o profissional que não desiste, é um profissional que cansa, é um profissional que chora, é o profissional que, independente da área em que ele esteja, e que não desiste, [...] eu não gosto quando alguém fala, ah, fulano é Degaseano, com aquele olhar de demérito, eu acho muito pelo contrário, o Degaseano não é qualquer um, ser Degaseano não é para qualquer um, nós somos colocados em xeque todo dia. Todo dia você é colocado em xeque. Eu não sei quando esse termo apareceu, não tenho recordação, mas eu me incluo, nós Degaseanos como se nós vivêssemos uma, sei lá, numa órbita diferente, numa galáxia meio diferente, porque é tudo muito diferente aqui, tudo é muito potencializado, as emoções aqui estão sempre numa potência muito grande, tudo é muito rápido. Eu gosto de ser Degaseana, eu me orgulho em ser Degaseana, não tenho o menor problema em ser Degaseana. (Entrevista realizada em 12/09/2023)

As duas falas acima são repletas de emoção, e ambas associam a palavra Degaseano a vínculos formados, seja pelo engajamento profissional, seja por construção de amizades. Para os entrevistados, o termo "Degaseano" forja uma identidade de um profissional guerreiro, corajoso, que não desistiu e lutou pela construção de uma instituição. Que atravessou grandes dificuldades e que sobreviveu a grandes "batalhas", por isso motivo de orgulho.

> A maioria que tem essa fala, quando eu escuto as pessoas se autodenominando Degaseano são os antigos. A turma mais nova é exceção, sabia? Por isso que eu tenho essa percepção que, é algo triste, ligado ao pertencimento, a vivência dessa história, sabe? São exceções as pessoas da minha geração. A maioria que se intitula Degaseano são pessoas que realmente carregam a história do DEGASE nas costas e, não que a gente não carregue, mas eu acho que a gente ainda está construindo. Até porque, pelo fato de quando a gente entrou, nós somos autodenominados novatos, os novos. Olha. Já vivi isso aqui, é isso. Aqui, você é novo, você ainda vai conhecer. Opa, estou conhecendo, eu estou construindo, eu estou conhecendo para também construir a minha história aqui, né? Eu acho que hoje os novos já estão mais nesse patamar de tipo, já conheço, mas ainda está no movimento, e ainda tem também uma outra

> característica, muitas pessoas entraram aqui sem conhecer o que era, e depois de fato, quando conheceram, começaram a passar para o movimento de tipo, tenho que sair. Tanto é que, de fato, saíram muitas pessoas desse concurso, e saíram daqui pedindo a exoneração, ou para outro concurso para nada, para casa mesmo! Então eu acho que, assim, não todos, mas parte dessa turma dessa leva ainda ficou ali, nesse período desse movimento e não quer ficar aqui, não. Então quando a pessoa está nesse movimento de que eu não vou ficar aqui, ela não está pertencendo, isso pode ser até inconsciente, mas ela ainda não está pertencendo. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

A entrevista acima pontua que a identificação com o termo Degaseano é uma particularidade dos socioeducadores "antigos", assim chamados os socioeducadores do concurso de 1994 e 1998, o que parece não ser uma realidade para os socioeducadores mais contemporâneos. A não identificação com o passado é uma ação necessária quando se quer ser reconhecida por meio de uma nova imagem, diferente e contraposta à forjada pelo estigma[57] do outro e pela sua memória (CANDAU, 2012, p.168). Nesse caso a memória de uma época, que apesar de trazer a história de muitas lutas para construir uma instituição, carrega também a história de muitas rebeliões, mortes e fugas. Acabou sendo construída pela mídia e pela sociedade uma imagem negativa do departamento, o que hipoteticamente nos faz entender ser uma identidade negada por aqueles que não a vivenciaram.

> Degaseano? é uma pessoa, que pode ser um profissional, um sujeito que se coloca num lugar de ver o seu fazer e o seu trabalho daquele modo, daquele jeito sem mudança de pensamento com tudo aquilo que está já determinado e predefinido. E quando se pensa em fazer diferente daquilo, ele permanece naquela caixinha e ele não sai. [...] ser Degaseano tem um ethos, é um modo de ser, é o modo de atuar no DEGASE, e que tem que ser naquele momento, naqueles moldes. (Entrevista realizada em 21/08/2023)

A entrevista acima reflete sobre a atuação dos profissionais que se denominam Degaseano com uma forma de atuar no DEGASE, e liga a uma prática cristalizada, ou seja, um costume, um padrão de comportamento, que seguiriam as regras institucionais já definidas com dificuldades, portanto, em modificá-las.

Importante destacar que, em outras entrevistas com socioeducadores do concurso de 94 e 98, o termo Degaseano apareceu como algo positivo e com grande adesão. Do mesmo modo, nas entrevistas realizadas com os socioeducadores do concurso de 2011, em sua grande maioria, não se identificaram com o termo Degaseano e o associaram a traços negativos, poucos se perceberam como Degaseano, pontuando ser um lado profissional ligado a paixão e "vestir a camisa".

[57] Estigma é uma marca distintiva negativa, um atributo pertencente a uma determinada identidade social que pode rechaçar ou alijar alguém do convívio social ou colocá-lo à margem de um sistema cultural (Goffman, 1982).

Gostaria de utilizar o conceito de "habitus" de Pierre Bourdieu para refletir sobre as formas de pensar e de identificar o termo Degaseano a partir dos depoimentos aqui apresentados. "Habitus" se refere à uma incorporação de uma estrutura social por determinados grupos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclina a confirmá-la e reproduzi-la, ainda que não seja a nível consciente (Bourdieu, 2004). Portanto, o ser Degaseano se relaciona com uma forma de ser ditada pelos padrões normativos do DEGASE, no sentido de defender a instituição sem com isso se transformar em produto da obediência a regras, como esclarece Bourdieu:

> Sistemas de disposições predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação combinadas de um maestro (BOURDIEU, 2005, p. XL).

Desse modo, seguindo o pensamento de Bourdieu (2005), o indivíduo integra práticas adquiridas no passado que irão orientar sua ação no presente e fornecem uma referência ao futuro, assim, o *habitus* produz valores, crenças e atitudes que irão orientar toda uma prática e identificar formas de ser de determinados grupos. O grupo de socioeducadores que se percebem Degaseanos construíram no passado uma forma de ser movidos pela necessidade de se reconhecerem como profissionais de uma instituição que ainda se encontrava em processo de formação. Nessa busca de se reconhecerem, produziram por meio das experiências adquiridas, uma identidade que os unia e os fortalecia para promoverem um *modus operandi* de ser.

Houve, portanto, uma ressignificação dos socioeducadores no DEGASE, que se afasta de um olhar metafórico, mas ligado ao arquétipo do herói,[58] capaz de enfrentar grandes batalhas para vencer guerras épicas, que se traduzem em se responsabilizar pela construção de uma instituição "a gente conseguia segurar a casa superlotada" ou "virávamos a noite na instituição para fazer os projetos, tinham que estar prontos no dia seguinte". E ainda, "fazíamos muitos relatórios, fazíamos tudo, e trazíamos tudo de casa", continua "a gente construiu tudo isso aqui". Abandona-se esse arquétipo para se transformar em um socioeducador mais moderno, mais contemporâneo, ligando-se a preservação da autonomia com um olhar mais distanciado, mais

[58] "O herói é um arquétipo, uma figura simbólica com a qual todos podem se identificar em algum momento de suas vidas. Na perspectiva junguiana, arquétipos são imagens primordiais existentes no inconsciente coletivo que constituem a base de formação de mitos por meio da simbolização" (Hall e Nordby, 2021)

crítico e individualizado: “as divisões precisam resolver, pois são elas que ganham DAS” ou “não é esse meu trabalho, precisamos compreender melhor o nosso papel”.

Contudo, há um grupo específico no DEGASE que reformulou o termo Degaseano e o levou para fora dos muros, como um termo ligado a status. Em uma roda de conversas com a participação de nove agentes de segurança socioeducativos, ao indagar sobre o termo, disseram usar o termo Degaseano para identificar-se como alguém que trabalha na segurança.

> Chegar e falar eu sou Degaseano lá fora, você é muito mais respeitado do que aqui dentro. Os próprios governos de segurança, polícia civil ou militar, quando sabem que nós somos Degaseanos, nos respeitam e enxergam a nossa identidade de pessoas que são responsáveis pela implementação das seguranças na atuação socioeducativa do Estado. (Entrevista realizada em 19/06/2023)

A fala mostra a utilização do termo de forma valorativa, apresentam-se como Degaseanos para um grupo de profissionais da área de segurança. É possível perceber que a modificação da denominação da profissão de agentes socioeducativos para agentes de segurança socioeducativos possibilitou a afirmação da identidade de uma profissão ligada à segurança. Hipoteticamente, podemos aferir que o termo Degaseano então perde seu sentido original, de ser a identificação de um grupo em movimento na busca de uma identidade profissional para se transformar em um termo que identifica um grupo específico de socioeducadores ligados à segurança. Esse fato provoca cada vez mais a aproximação do DEGASE à área de segurança do Estado, e os agentes de segurança socioeducativos traçam um caminho cada vez mais próximo ao caminho trilhado pelos agentes penitenciários que buscaram (e conseguiram) a denominação e o reconhecimento como polícia penal.

5.2 As diferentes vozes que são produzidas no DEGASE: entre normas e existências

Este tópico discute as relações estabelecidas pelos diversos espaços do DEGASE, entre as diversas equipes. A comunidade de socioeducadores do departamento é formada por diversos grupos que se unem por vários critérios. Desse modo configuram o recorte proposto para discussão: os grupos formados por categorias, grupos que se formam a partir da sua lotação em determinados espaços socioeducativos, grupos que se organizam por disputas entre o lugar da socioeducação e grupos que se diferenciam pela data de entrada no DEGASE. Contudo, esses

grupos são atravessados por questões de gênero, relações de poder e racismo, que traduzem historicamente o modo como se organizam e como vão formando suas subjetividades.

As instituições são compostas por diversos grupos, que se formam a partir de valores, identificação, mas também de contradições, o que faz os grupos buscarem sempre negociações. As relações de poder, por fazerem parte da condição humana, também atravessam os grupos e norteiam como serão as ações grupais tanto internamente como com outros grupos com os quais se relacionam. É interessante observar que, a partir do momento em que o socioeducador se identifica com o grupo ao qual passa a pertencer, ele passa a falar em nome desse grupo, e por muitas vezes vai de encontro ao grupo ao qual fazia parte anteriormente. Vale ressaltar que muitos socioeducadores se encontram inseridos em mais de um grupo simultaneamente.

Joel Candau (2012) pontua que a identidade é individual, própria de cada sujeito, contudo, ao se aplicar ao grupo o que teremos são grupos de pessoas que se unem por semelhanças, objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação, mas que ainda assim há divergências, uma vez que nem todos que pertencem ao grupo terão a mesma forma de pensar, e nem todas as lembranças individuais serão compartilhadas no grupo, ainda que este esteja fortalecido pelo sentimento de pertencimento.

Uma vez que o DEGASE se encontra em um "espaço social" determinado, é necessário estar atento aos significados que os socioeducadores dão ao seu fazer e ao grupo em que se encontram inseridos. Nesse sentido, espaço social, para Pierre Bourdieu (2008, p.18-21), trata-se "de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades ou de bens, eles próprios relacionalmente definidos". Logo, o espaço social do DEGASE é composto por relações de disputas nas quais as "regras do jogo" se impõem aos socioeducadores que vão se organizando em grupos, em seu campo de ação que também é produtor de disputas internas. E, para se organizar nesses campos de disputas, os socioeducadores irão dispor do capital que carregam consigo, o que vai ajudar a definir de quais grupos irão se aproximar ou se afastar, o que vai lhes permitir a entrada no grupo de maior afinidade. O capital acumulado por cada um também o irá ajudar a ditar as regras do jogo.

Para Pierre Bourdieu (2008), "capital" são instrumentos dos agentes sociais no campo onde estão inseridos que vão permitir ao socioeducador atuar de acordo com seu capital adquirido. Existem três capitais de grande importância para se pensar a posição do socioeducador nos grupos dentro do DEGASE: o Capital Cultural, que corresponde ao conhecimento, às habilidades e informações, sob forma de estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos; o Capital Social, que compreende as possibilidades que possuem de acordo com a rede de contatos da qual fazem parte; e o Capital

Simbólico possui maior condição de influência do que outros, pois é correspondente a um reconhecimento social, e compreende um sistema de prestígio.

5.2.1 Uma questão de gênero

Em entrevista, Livia Vidal, na época diretora da ESGSE, citou que o DEGASE possui 70% do seu quadro funcional de socioeducadores do sexo masculino (Rio de Janeiro, 2022, p.71). Esse dado pode ser reforçado por meio do gráfico do capítulo 1 desta Tese, que aponta a equipe de agentes de segurança socioeducativa como sendo mais de 50% dos socioeducadores do DEGASE. Endossa a tese o quadro de vagas e a distribuição do edital do concurso de 2011/2012, em que se pode constatar que foram oferecidas para atender o sistema socioeducativo em todo o estado do Rio de Janeiro apenas 13 vagas para as "agentes socioeducativas femininas, assim denominado cargo na época, e 308 vagas para os "agentes socioeducativos masculinos". Também sabemos que a equipe técnica, equipe de saúde e equipe administrativa é em sua maioria feminina. Não temos dados estatísticos para esse argumento, mas são dados de quem respira a socioeducação e experimenta no cotidiano a realidade "nua e crua".

> Trabalhar num ambiente machista é ruim, sobretudo pra mim, que trabalho com biblioteca, com cultura, com pesquisa, porque eu acho que tem uma certa barreira. Porque num ambiente muito machista as pessoas tendem a achar que ler livros, que se informar e pesquisar, você meio que fica afeminado, enfraquecido, não sei, alguma coisa assim. Coisa de gente fraca, uma pessoa que entra numa biblioteca, um homem, um agente que tem uma figura de virilidade, de força, não sei[...] eu acho que existe essa barreira aqui dentro do departamento, então é muito ruim por isso, por conta disso Mas como eu nunca trabalhei em unidade, eu nunca vivenciei essa coisa do machismo tão latente, tão mais forte, a minha vivência é mais essa, da frequência desses usuários na biblioteca. (Entrevista realizada em 25/09/2023)

> A gente sabe que num local onde a segurança é predominante, obviamente, existe o sexismo atuando, e eu acho que isso é mais intenso nas unidades. Mas o que eu posso falar? Que desde que eu entrei para o DEGASE, eu nunca vi um diretor geral, nem um subdiretor que fosse mulher. Assim como a gente vê em certas áreas, predominantemente o gênero masculino. Como a coordenação financeira, a de infraestrutura, a de manutenção – são áreas administradas por um universo masculino. Na verdade, eu nunca nem vi ninguém na manutenção que fosse mulher. Então, daí você já vê um sexismo. E fora isso, é um pouco difícil para eu falar porque eu não estou na unidade. Então, eu teria que ter dados estatísticos para falar. Mas parece que, em geral, os gestores de unidades e adjuntos são masculinos, embora já tenham hoje uma maior quantidade de mulheres que no passado. E a gente observa pela questão dos agentes de segurança. No concurso de 2011, foram chamadas, abriram vagas para 13 agentes de segurança femininas. E para os homens foram mais de 300. Então aí

> fica muito caracterizado o universo masculino e a questão da segurança. (Entrevista realizada em 09/10/2023)

Os depoimentos acima falam de um espaço predominantemente masculino, no qual parece haver segregação por gênero. Os grupos mais visíveis quanto à polaridade por gênero parecem ser entre a equipe técnica, em que a maioria é constituída por corpos femininos, e a equipe de agentes de segurança socioeducativo, em que a maioria são masculino. Vinuto e Hernández (2022, p. 9) apontam que essa compreensão binária e biologizante sustentam o discurso de que o trabalho voltado para segurança é realizado de forma mais eficaz por homens "viris", uma vez que eles conseguem implementar a ordem e a disciplina mais facilmente. Ou seja, por meio de sua masculinidade, ele poderá ter o controle da "casa" e proteger a todos, inclusive as profissionais femininas, discurso que aumenta a segregação de ocupação de cargos pelas mulheres. Esse fato pode ser constatado no DEGASE ao fazermos uma breve análise dos cargos de gestão, uma maioria absoluta de unidade de internação possui como gestores indivíduos tidos como masculinos, enquanto os cargos "ligados ao cuidado", como saúde, educação, são gestoras. Nesses trinta anos de DEGASE, já tivemos vinte gestores, dos quais apenas duas eram mulheres.

Desse modo, gênero é uma categoria em disputa (LOURO, 2000) e acirrada na instituição socioeducativa. Contudo, seu debate não deve se esgotar na relação entre masculino e feminino, embora essa seja a questão que se faz evidente. As palavras gênero e sexualidade se confundem e se atravessam numa perspectiva moralista, devendo ser evitadas, principalmente, por grupos que representam a segurança.

As discussões sobre gênero e sexualidade, no DEGASE, ganham relevância, quanto ao aspecto relacionado à prática da visita íntima para os adolescentes, a partir da lei SINASE (2012), com a necessidade de se discutir a visita íntima. Esse fato resultou em um Grupo de Trabalho em 2013/2014, no qual se propôs a criação do Programa Saúde e Sexualidade (SILVA e ZAMORA, 2014; SILVA, 2018). Em 2018, aconteceu outro GT sobre diversidade sexual e de gênero. Uma das contribuições desse GT foi ajudar ao Regimento Interno do DEGASE[59] no item: "Do atendimento aos(às) Socioeducandos(as) LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero" (Decreto 46525 de 13 de dezembro de 2018). O referido GT também

[59]Decretohttps://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DECRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20%20Regimento%20Interno%20do%20DEGASE.pdf Acesso em: 24/09/2023

facilitou para que a temática fosse tratada no DEGASE com tema em constante debate. Hoje existe um curso em execução pela ESGSE sendo realizado nas unidades do DEGASE (2023).

De acordo com Juraci Brito (2023), o gênero comparece como um corpo estranho à socioeducação e deve ser operacionalizado a partir da segurança. Ou seja, o gênero é interpretado como algo que oferece risco à socioeducação, por isso necessita de controle, e segue: "masculinidade tem efeitos de poder no espaço socioeducativo, reforçando a hierarquia de gênero estruturante em nossa sociedade que legitima e aceita a produção da violência de forma naturalizada" (p. 110). Em outras palavras, o autor lembra o quanto de violência se comete, às vezes, de formas sutil, em nome de uma almejada segurança.

Joan Scott (1995) informa que o gênero é uma importante categoria de análise para se pensarem as relações de poder que perpassam as instituições – o que significa inferir que o corpo feminino provoca instabilidade na instituição socioeducativa, com suas mudanças de humor. São comuns falas do tipo: "trabalhar com meninas é sempre mais difícil". Esse pensamento, que não é exclusivo do DEGASE, coloca a mulher em posição inferior. Sobre isso Juraci Brito (2023) argumenta que:

> (...) são constantes os discursos pautados na valorização e glorificação da masculinidade, diante de negociações nas relações no cotidiano da instituição-socioeducativa. Isso nos faz pensar que a afirmação de uma masculinidade idealizada na heteronormatividade reforça a sexualidade como predicado positivo destinado somente ao gênero masculino em detrimento a uma sexualidade negativa marcada pela carência do gênero feminino (...). (BRITO DA SILVA, 2020, p. 128)

Apesar da resistência ao gênero, as pesquisas e os cursos sobre o tema no DEGASE, tem-se vislumbrados caminhos e diálogos antes impossíveis. Ainda que seja por iniciativa de alguns servidores, ou por leis externas ou mesmo por pressões judiciais, o fato é que o DEGASE avançou muito ao pensar na afirmação de direitos e de singularidades como questões de gênero, incluindo o grupo LGBTQIA+, o que parecia impossível há algum tempo. Porém, até a atualidade, ainda não conseguiu implantar a visita íntima no sistema privativo de liberdade (SILVA, 2023).

5.2.2 As relações de poder na instituição

Durante todas as entrevistas, me chamou a atenção o olhar dos socioeducadores a partir do local de lotação, os que trabalham nos setores fora das unidades parecem ter vivências muito distintas dos socioeducadores lotados em unidades de cumprimento de medida. Eu tinha um amigo que costumava dizer que na verdade existem diversos DEGASEs. Nas unidades é como se vivenciássemos tudo a céu aberto, como diz Foucault (1979, p.43), a prisão é o único lugar que permite a manifestação do poder em estado puro. Nos espaços ligados a gestão, as relações parecem ser mais polidas, o controle dos corpos é mais sutil, se dá de forma dissimulada, com pequenas atitudes, não menos perverso, mas, mais refinado. Foucault (2003) afirma que existem inúmeras formas de relações de poder, que estas se dão no cotidiano, de infinitas maneiras que se presentificam nas relações humanas. Porém, há um poder específico que age no controle dos comportamentos dos socioeducadores que objetiva moldar os indivíduos, tornando-os adaptáveis à organização e ao funcionamento do DEGASE, o "poder disciplinar". Assim, no DEGASE, é possível pensar as relações de poder sendo vivenciadas nos mais diversos seguimentos: pela hierarquia; pelo saber constituído e legitimado; entre setores; pela função; entre pares e principalmente pelo domínio da informação.

> Quem recebeu a gente foi a maioria profissionais que eram contratados, então tinha ali uma questão daquele profissional saber que, por conta da sua entrada, isso significaria a saída dele. Então isso, em alguns momentos, gerou muita tensão; foi muito complicada essa primeira aproximação por conta dessas questões. Todo mundo muito sobrecarregado, muito cansado, com muito trabalho, e a gente precisando aprender muita coisa em pouco tempo para conseguir dar conta justamente dessa substituição. Alguns colegas nem queriam passar o serviço. Era, tipo, estou indo embora, se vira, não tive ninguém para passar a informação. Algumas pessoas se voluntariaram e foram muito parceiras em ajudar. (Entrevista realizada em 19/06/2023)

> Visitando as unidades, eu vejo que os colegas têm respeito, já teve uma situação [...] uma unidade de internação, que eu fui conversar com a técnica e eu senti um certo receio da pessoa, me vendo com um certo medo, tipo, ah, está cobrando, vem da gestão está cobrando, e não, só estava ali no sentido de conversar, entender a situação. Não num sentido de cobrança, porque a colega me pareceu que ela estava, assim, receosa, enfim, com medo de certa cobrança. Nos setores, que às vezes a gente precisa ir, em outros setores do DEGASE, tem uns que vejo respeito e tem outros que vejo um certo..., como se não tivéssemos força. Aí, você tem que se posicionar, para não deixar que a pessoa queira mandar em você. Então, você tem que, tipo, baixar a sua bola, né? Isso não foi nem diretor geral, nem muito menos o vice, tá? Enfim. Mas é isso. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

Os relatos acima estão diretamente relacionados às relações de poder exercidas no interior das unidades do DEGASE. O primeiro relato narra um jogo de forças entre pares, pelo acesso a informação, uma vez que um grupo iria substituir o outro o qual era o detentor do saber adquirido pela experiência, mas que, findando o contrato, e com a chegada dos concursados, era necessário abdicar do cargo e passar aos novos o saber acumulado.

O segundo relato nos mostra duas posições diferenciadas vindo do mesmo socioeducador: a primeira é forjada pelo setor ao qual está lotado, que lhe atribui um aparente poder sobre os técnicos lotados nas instituições, que por muitas vezes demonstram receio com as equipes alocadas nos setores ligados à gestão, já que estas comumente trabalham na busca de soluções de conflitos, em alguns momentos a favor da gestão do DEGASE. No segundo momento, os jogos de forças instaurados advêm dos setores ligados à gestão, em uma disputa entre qual setor teria mais legitimidade para usufruir do poder hora outorgado. O poder disciplinador perpassa todo o DEGASE e encontra-se presente em quase todas as relações desta instituição.

Contudo, Foucault (2003) pontua que o poder também é positivo, uma vez que ele é uma força criadora, e que os grupos são capazes de criar suas identidades por meio dessas relações de força constituída no seu interior e na relação com o outro. Assim, Foucault (1979b) esclarece que "não há relações de poder sem resistências", uma vez que a resistência é o outro lado da moeda, ela só existe a partir da existência do poder. Desse modo, vemos resistências em todos os espaços do DEGASE, mas a mais visível são as rebeliões nos atos de insurgências dos adolescentes e os movimentos formados pelos socioeducadores na luta pelos seus direitos que são comumente violados.

5.2.3 O racismo direcionado aos socioeducadores no DEGASE

Enquanto escrevia esta tese, participei de uma reunião em que uma socioeducadora pontuava as dificuldades que encontrou no DEGASE em função da cor de sua pele.

"Ando de jaleco para não me confundirem, passo na portaria do DEGASE várias vezes, mas sempre alguém me para e pergunta aonde eu vou, posso estar sempre arrumada, não importa, minha cara negra chega primeiro". O racismo está impregnado nas relações sociais e nos espaços institucionais, é preciso falar sobre as questões raciais também endereçadas aos

socioeducadores negros e negras que cotidianamente sofrem com atitudes perversas de depreciação e inferiorização.

> Muitas vezes sou confundida porque sou negra com a mãe do adolescente isso já aconteceu, inclusive o juiz já confundiu. Eu estava numa audiência e fui arguida, "a senhora, é a mãe do adolescente?" Eu falei, "por que, doutor? Porque eu seria a mãe, o que lhe faz pensar isso?" Não, eu falei, sou a psicóloga. Entendi, então esse lugar de estar sempre sendo confundida com uma outra pessoa. Nada contra ser mãe do adolescente, tá? Partem do princípio de que se o adolescente é negro, aquela senhora negra, logo é a mãe. Se ela é jovem, pode ser a companheira. Eu tenho uma colega assistente social negra que já foi confundida com uma companheira do adolescente. Isso machuca, incomoda, entende? O próprio diretor da minha unidade estava há pouco tempo na unidade, e aí eu fazendo atendimento ao adolescente uma intervenção técnica, ele perguntou: "a senhora, é a mãe dele?" De novo, eu tive que estar pontuando, fazendo um recorte, por que que você acha que eu sou a mãe dele? Então, esse tipo de coisa no DEGASE ainda é muito complicado. Achar sempre que o negro tem que estar num lugar que não é dele, que é determinado por alguém. Aquele lugar teria que ser ocupado por uma pessoa branca. Isso ainda é uma coisa que muito me incomoda. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

Nos relatos da entrevistada, são nítidas as vivências relacionadas ao racismo no DEGASE, são práticas que (re)produzem desigualdades raciais no sistema socioeducativo contra os corpos negros dos socioeducadores e socioeducadoras. Historicamente, os espaços socioeducativos são preenchidos por pessoas negras (adolescentes e familiares). Também há um quantitativo de socioeducadores negros no DEGASE espalhados nas diversas categorias. Não podemos precisar se somos maioria ou minoria, uma vez que não consegui encontrar nenhum registro que quantifique a questão racial dos socioeducadores no DEGASE. Mas, certamente, as falas acima apontam o sofrimento que causa os questionamentos diários quanto à posição social que se ocupa na instituição, uma vez que, por habitar corpos negros, deveríamos ocupar o lugar do serviçal e não do poder saber, gerando múltiplas violências étnico-raciais. Mirian Santos (2017) relata que, em estudo realizado em 2013, verificou-se que 30% dos servidores públicos eram pessoas negras.

Alexandre do Nascimento (2016, p.18) pontua que, em função das lutas organizadas pelo movimento social negro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB -- Lei 9.394/1996) foi alterada pelas Leis Federais 10.639/2003 e 11645/2008, ao serem adicionados os artigos 26-A e 79-B que obrigam o ensino de História e Cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas na educação básica. O que se busca é, por meio da educação formal, promover a igualdade racial, uma vez que no Brasil as pessoas negras são discriminadas diariamente pela cor de sua pele, sofrendo todo tipo de constrangimento e violência.

Como um ato de resistência ao racismo no DEGASE, um grupo de socioeducadores se uniram e decidiram criar um setor dedicado às questões raciais no DEGASE. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB do DEGASE foi criado em 13 de maio de 2015. Esse setor tem como finalidade o combate ao racismo, tornando "o NEAB-ND um pilar da promoção da igualdade racial no Sistema Socioeducativo" (Revista AÚ, 2016, p.4). Esse Núcleo é pioneiro no Sistema Socioeducativo no Brasil, o NEAB inicialmente deveria ser um núcleo independente, mas acabou sendo inserido na Escola e Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire (ESGSE) do DEGASE. No regimento interno da ESGSE Professor Paulo Freire, o seu Art.36 cita as atribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/DEGASE):

> I – Promover junto à DIVTEP[60] a educação das relações étnico-raciais, uma educação antirracista e o combate ao racismo institucional e estrutural através de cursos e vivências com servidores e adolescentes do DEGASE, como por exemplo, nos cursos de Formação Continuada para operadores do sistema de atendimento socioeducativo terem como temática questões que afetam diretamente negros e negras em nosso país.
> II – Articular junto à DIVDOC[61] publicações, através da Revista Aú, a produção literária e acadêmica produzida sobre a temática, por servidores e parceiros;
> III – Articular junto à DIVTEP a realização do Encontro anual de valorização do pensamento e culturas afro-brasileiras no calendário da ESGSE. O Encontro é um espaço de amplo debate sobre educação das relações étnico-raciais e o combate ao racismo. A estrutura é constituída de uma palestra com um professor universitário, sobre um tema pertinente às relações raciais e a socioeducação; uma exposição de um/a artista negro/a; e exposição de trabalho das escolas do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.
> IV – Desenvolver, primordialmente, três ações estruturantes complementares que conjugam ensino, na perspectiva de formação continuada, e extensão, por meio de encontros temáticos, debates e publicação, no âmbito da educação das relações étnico-raciais e do combate ao racismo dentro da proposta pedagógica da ESGSE, contribuindo, assim, para a produção de conhecimento no DEGASE.
> V - Publicar anualmente a revista AÚ que traz artigos acadêmicos de convidados e colaboradores do curso de formação do NEAB-D, homenagens póstumas e homenagens em vida a personalidades negras do Brasil, produção textual de funcionários do DEGASE e um espaço para viabilizar as atividades realizadas com os socioeducandos. A revista é um espaço de diálogo do DEGASE com a sociedade.

O NEAB já realizou diversas ações para a qualificação dos socioeducadores sobre essa temática, entre elas a realização do curso Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação, realizado anualmente. Esse núcleo possui uma revista intitulada – Revista AÚ, que tem como objetivo "fomentar, junto aos operadores do Sistema Socioeducativo, ações de combate ao racismo e subsidiar discussões fundamentais a essa luta, além de compartilhar as ações desenvolvidas pelo NEAB" (Revista AÚ, 2017, p.4). Atualmente, a Revista AÚ tem quatro edições publicadas, nas quais apresenta textos dos professores e alunos do curso realizado pelo NEAB, e de grandes autores. Também apresenta homenagens a personalidades negras e trabalhos

[60] Divisão técnico-pedagógica (DIVTEP)
[61] Divisão de Documentação, Publicação e Certificação (DIVDOC)

desenvolvidos com socioeducandos. Sua quinta edição está prevista para publicação ainda este ano de 2023.

Livia Vidal (2020, p.13) relata que “trabalhar a temática racial implica necessariamente em expor tensões e relações conflituosas que estruturam nossa história e estão presentes em nossas instituições” e afirma “precisamos ir além na perspectiva da reparação, precisamos dialogar sobre essas tensões, esses conflitos que, vividos de forma subjetiva e pessoal, refletem uma trama política e social”.

5.2.4 A equipe técnica e a equipe de agentes de segurança socioeducativa

Como já citado, o DEGASE possui uma vasta categoria de socioeducadores, contudo há duas categorias que ficam em evidência, em especial quando estão lotadas nas unidades: equipe técnica (psicólogas, assistentes sociais e pedagogas) e a equipe de agentes de segurança socioeducativa. O jogo em disputa estabelecido por essas equipes perpassa vários caminhos.

Marco Silva Junior (2021) pontua que, em sua pesquisa de mestrado, obteve como principal resposta aos conflitos e desconfianças geradas entre a equipe de agentes de segurança socioeducativa e a equipe técnica a possibilidade de denúncia realizada pela equipe técnica por agressões físicas e/ou psicológicas de agentes aos socioeducandos, denominada como “cobranças” e legitimadas pelos agentes para “impor a disciplina aos adolescentes cumprindo medidas em sua unidade e, consequentemente, resguardar a segurança dos outros agentes, dos outros profissionais que atuam na unidade e dos próprios adolescentes” (Id.2021, p.25). Contudo, o autor esclarece que a prática da “cobrança” não é consenso nem mesmo entre os agentes. Acrescenta, ainda, que tais práticas de comportamentos internos e de cobranças eram repassadas através de gerações, dos agentes mais antigos aos mais novos, e ainda que estas fossem contrárias às legislações socioeducativas, eram recebidas por alguns sem contestação.

> Apesar de os regimentos internos oficiais e o Plano Operacional de Segurança Socioeducativa do DEGASE terem surgido com o objetivo de uniformizar procedimentos e orientar o servidor para uma atuação pautada nas leis socioeducativas, os regramentos internos, já consolidados tradicionalmente pelos agentes e pelos socioeducandos mais experientes, não foram remodelados pelas normativas oficiais recentemente publicadas. (SILVA JUNIOR, 2021, p.26).

Quero destacar a necessidade de cuidado e de um olhar mais atento para essas duas equipes, que vivem em sofrimento pelo desgaste do trabalho diário, e por serem historicamente colocadas em lados opostos, como se não fosse possível o convívio entre ambas.

> Eu vou falar da minha praia que é da equipe técnica, ela é desgastante. Habitualmente não tem confronto físico com o interno, o nosso confronto é com o sistema, da ordem do institucional, é na ordem que você tem que fazer um relatório, de garantir o certo. É muito cansativo, todo dia você vê que um trabalho que sabe que vai ter que bancar e brigar por isso, porque o sistema trabalha para causar esse conflito. Pouco profissional para o número de internos, então tudo isso gera conflito, e um conflito da equipe técnica com esse espaço se dá muito no campo do emocional, muito no campo das decisões. Como a gente vai encaminhar isso, o que a gente vê hoje é isso, os profissionais muito cansados, principalmente na parte do emocional, do psicológico. (Entrevista realizada em 20/07/2023)

> A relação com a equipe técnica depende da unidade, depende da gestão, entendeu? Aqui na nossa unidade, a gente tem uma relação boa. Óbvio que tem um ou outro que tem resistência, mas aqui nessa unidade a gente tem uma certa parceria com a equipe técnica. Mas isso não é uma realidade do sistema e a gente tem plena ciência disso. Eu, na minha passagem por outra unidade, tive vários atritos com a equipe técnica, porque a equipe técnica não trabalhava com interdisciplinaridade. Então, a gente, por exemplo, não participava dos relatórios onde está garantido na legislação; precisa ter a presença de um agente, entendeu? Mas, infelizmente, isso é uma coisa que não acontece. Aqui, ainda tem colega que tem essa resistência, tem colega da equipe técnica que tem aquela visão de que a gente é uma cambada de neandertal que não evoluiu ainda, torturador. Mas você vê resistência também aqui no colega, só que o colega acaba perdendo a força, porque a grande maioria se comunica. Chega a reclamar, fala alguma coisa, mas faz, é que nem lá. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

> A questão de dividir agente socioeducativo de um lado e a equipe técnica de outro é muito ruim. Quando eu entrei aqui, a gente tinha todo um programa para estar sempre envolvendo os agentes na discussão dos adolescentes, na discussão das questões técnicas; então o esforço tem que vir para que eles fossem mais envolvidos e o tempo todo conversando com coordenações, isso é muito importante para o próprio trabalho. Agora, quanto mais você aumenta essa distância da equipe trabalhando de um lado, e os agentes trabalhando só na questão da segurança, aí você vê cada vez mais aqueles discursos: “é tudo bandido, não tem jeito, não sei o quê”; para mim é difícil trabalhar, é complicado para mim. Trabalhar no lugar e a pessoa só sabe falar. O vagabundo aí, não sei o que é lá, aqui você está perdendo tempo com eles, né? E eu acho que agora trabalharam melhor essa questão do atendimento, da importância do atendimento técnico. Porque antes ficava muito aquela questão que não acaba logo, para que você fica batendo, tanto papo? (Entrevista realizada em 20/07/2023)

> Se perdeu a reunião, a valorização de reunião, se perdeu o nosso lugar aqui na resolução de conflitos. hoje a gente perdeu um pouco do nosso lugar, da valorização do nosso lugar. Então eu vejo isso, desde o início, quando eu estava lá no Criaad, e eu de repente me espantei por que o agente não veio falar sobre a situação de um adolescente. Aí eu virei e falei, “você não me disse isso para eu poder trabalhar com ele, né?” Para mim isso era normal, nós somos uma equipe. E aí ele falou, “não, você que é a técnica, você que sabe, né?” Então esse espaço de separação do trabalho, para mim, é algo que precisa ser construído, voltar a nos vermos como uma equipe só, né? (Entrevista realizada em 20/07/2023)

> Agentes e equipe técnica possuem pontos de vista muito diferentes, não interagem. Cada uma enxerga o trabalho com o adolescente do seu jeito. Elas têm a função delas

> e a nossa. A gente nunca teve muita interação, entendeu? Vamos dizer assim, se fala, mas não se tem um entrosamento, entendeu? (Entrevista realizada em 15/06/2023)

Durante a pesquisa, fiz roda de conversa com equipes de agentes de segurança socioeducativo e equipes técnicas, separadamente. O que observei foi um desgaste mental de ambos os lados, socioeducadores que manifestam desejo de uma maior aproximação, e queixas da falta de valorização pela outra equipe. A equipe de agentes de segurança socioeducativo verbaliza a falta do entendimento da equipe técnica sobre o seu trabalho, de os perceberem como violentos, enquanto a equipe técnica narra também a falta de valorização dos agentes pelo seu trabalho, de acreditarem que elas não possuem um saber constituído sobre os adolescentes, uma vez que ficam um menor período com os jovens. Também foi verificada uma fala discriminatória de ambos os lados, que reproduzem discursos de menos-valia.

Assim como Marco Silva Junior (2021) aponta a possibilidade de denúncia realizada pela equipe técnica de agressões de agentes de segurança socioeducativo com um fator relevante para este histórico conflito, Juliana Vinuto (2019) relata a confecção do relatório pela equipe técnica sem a presença do agente de segurança socioeducativo também como um dispositivo importante para instauração deste conflito.

> Tal ambiente fomenta disputas sobre quem tem o saber mais legítimo sobre o adolescente, e é a equipe técnica que recebe a chancela por parte do DEGASE para produzir o documento oficial que será enviado ao Poder Judiciário. O fato de não serem ouvidos durante o processo de construção do relatório dá aos agentes socioeducativos a sensação de que seu saber prático é dispensável e menos válido do que o saber que eles nomeiam como teórico e ingênuo, sugerindo o desprestígio de seu trabalho frente ao DEGASE. (VINUTO, 2019 p.78)

Em 2018, a equipe do Criaad Penha (atualmente extinto) fez um trabalho de construção de relatório em conjunto, equipe técnica e equipe de agentes de segurança socioeducativo e coordenação. Havia um pequeno relato sobre o adolescente construído pelo coordenador em conjunto com os agentes de segurança socioeducativo que era colocado pela equipe técnica no final do relatório. Infelizmente, a experiência durou pouco tempo, pois o Criaad Penha foi transferido para Ilha, momento em que veio a pandemia e o falecimento do diretor dessa unidade.

> Lembro quando eu era coordenador geral do Criaad da Penha, e a equipe técnica sempre, antes de fazer o relatório, fazia perguntas ao coordenador geral e eu sempre tinha pontuações feitas no computador do comportamento dos adolescentes, tanto no comportamento positivo quanto no comportamento negativo. Então todo esse apanhado era colocado num registro próprio de cada adolescente no computador, e a equipe técnica, sempre quando ia fazer relatório, pedia essas pontuações para que

> fosse inserida também. Isso sempre foi muito importante, porque a participação dos agentes socioeducativos na construção do relatório era de suma importância. (Entrevista realizada em 22/09/2023)

A iniciativa acima citada demonstra alto grau de importância para o caminho de aproximação entre essas equipes, uma vez que a equipe técnica insere os agentes de segurança socioeducativos no poder da palavra, sendo ambos porta-vozes autorizados legitimamente pela direção da unidade a falar sobre o adolescente, Bourdieu explica:

> O poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão somente "portador" delas. O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes, e por meio do seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida que a sua fala concentra o capital simbólico acumulado. (BOURDIEU, 1996, p. 89).

Em 2022 o DEGASE publicou uma Portaria Nº 11/2022 que dispõe sobre a regulamentação do estudo de caso, que deverá ocorrer quinzenalmente e ser registrada com a participação da equipe interdisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, agentes de segurança socioeducativa, profissionais da área de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer e profissionalização. Contudo, em nenhuma entrevista foi mencionada a efetivação dessas reuniões, e alguns socioeducadores, ao serem indagados, relataram desconhecimento da portaria.

5.2.5 Unidades de internação e semiliberdade

Ressalto que nesta seção foi necessário demarcar a divisão das falas, sendo a segunda parte oriundas do concurso de 2011, uma vez que surgiram pontuações que precisam de análise, devido a mudanças provocadas pela entrada dos concursados desse período.

Existia no DEGASE uma fala de que se deveria ter um certo "perfil" para se trabalhar nas unidades de internação, e que nem todos "aguentavam trabalhar nas unidades de internação". Acredito que essa crença se originou pelo quantitativo de adolescentes da época de superlotação, uma vez que a equipe técnica relatava a produção de um excessivo quantitativo de relatórios, e a equipe de agentes socioeducativos apontarem o pouco quantitativo de agentes para a vigília constante em função das tentativas de fugas e rebeliões, fator menos provável, mas não inexistente em unidades de semiliberdade. Em alguns momentos, presenciei os agentes

descreverem esse perfil como: os mais “durões” teriam maior perfil para unidade de internação, pois conseguiriam “segurar melhor a casa”, enquanto os agentes “mais tranquilos” deveriam ficar na semiliberdade – o que se traduzia em um campo de disputas que envolviam relações de poder.

> Isso não é novidade, não. Eu já ouvi falar disso, sim. Claro, isso já apareceu em vários momentos. De que na semiliberdade as coisas são mais tranquilas, que precisa de um agente com mais força na internação, na semiliberdade as coisas se diluem, né? Ou é lá que a socioeducação de fato acontece. Isso que eu já ouvi desde quando eu entrei. (Entrevista realizada em 25/092023)

> Sim, era, tanto que no antigo Padre Severino, eles cansaram de falar que meu lugar era no CRIAAD! Mas eu entendo que devido às tantas trocas de servidores entre a semiliberdade e a internação, esse pensamento de Agentes Socioeducativos que trabalham em unidades fechadas e CRIAADs, está bastante igual. (Entrevista realizada em 22/09/2023)

> Quem não tinha perfil para internação era difícil ficar, porque a internação suga muito o profissional, a internação exige um compromisso; e a unidade que eu vinha, eu sempre brinco que era uma unidade, o pessoal era muito “caxias” mesmo, assim, muito comprometido, então quem chegasse lá e não mantivesse esse perfil de chegar junto, de trabalhar legal, não aguentava ficar, porque a internação por si só ela é muito pesada. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

> O diferencial que eu vejo entre quem trabalha em semiliberdade, quem trabalha em internação, é que o ambiente de internação, por ser o ambiente fechado de privação de liberdade, é um ambiente mais vulnerável em relação à saúde, em relação às tensões, porque o ambiente fechado a vulnerabilidade em relação à saúde, adoecimento, o risco de vida é muito maior. Então, o diferencial de internação para semiliberdade é a questão da insalubridade, porque na internação, o risco de insalubridade e de penosidade é muito maior. Tanto é que há um tempo, nessas instituições de antigamente, quando era a FUNABEM, a FEEM, quando era internação, os funcionários tinham direito a insalubridade e a penosidade. Depois, com o DEGASE, eu não sei por que acabou perdendo esse direito de ter penosidade e insalubridade. As internações tinham, o meio aberto não. (Entrevista realizada em 22/09/2023)

As quatro entrevistas acima falam das unidades de internação como um lugar mais “complicado para se trabalhar”, um local onde se fica mais vulnerável. Uma narração, inclusive, lembra de adicionais financeiros em instituições anteriores ao DEGASE, por questões de insalubridade pagos somente às unidades de internação, o que já apontava um olhar diferenciado entre as unidades destinadas à medida de internação. Porém, um depoimento fala de uma possível transformação desse olhar, uma vez que vem ocorrendo uma grande transição entre as medidas vivenciadas pela equipe de agentes de segurança socioeducativa.

> O que eu percebo é que os profissionais da saúde, a Assistente Social e a Psicóloga, elas conseguem desenvolver um trabalho mais calmo, elas têm mais tranquilidade para trabalhar na semiliberdade do que na internação. Ao passo que o pedagogo tem mais tranquilidade para trabalhar na provisória ou internação. A facilidade ou dificuldade é de acordo com a área. Essa é minha opinião, muitas assistentes sociais

> e psicólogas já falaram para mim que preferem a semiliberdade, não gostam da internação, porque os casos são muito pesados; internação e internação provisória, elas não gostam, porque vem muito caso de saúde mental, casos pesados que são difíceis, elas preferem mais a semiliberdade, aí o pedagogo prefere mais internação e provisória, o que é algo que não tem vínculo, é rápido e fácil. (Entrevista realizada em 04/09/2023)

> A experiência que eu tenho no departamento. Atualmente, eu estou na semiliberdade, mas eu tenho mais tempo de internação trabalhando. O que eu posso te dizer, acho que todas têm seus ônus e bônus, tem as vantagens e desvantagens. Acho que, se a gente for colocar na balança, o trabalho é igual. Assim, em termos de ser mais trabalhoso, acho que tem os períodos do dia que são mais tranquilos na internação. Na semiliberdade, já são mais trabalhosos. Em contrapartida, é o contrário. Várias vezes, tem períodos em que essa liberdade é melhor, mas menos trabalhosa, em internação também. Mas eu, sinceramente, se a gente for medir, se a gente colocar na balança, o trabalho é igual, pelo menos da função, do cargo de agente de segurança socioeducativa, o trabalho é igual. (Entrevista realizada em 31/08/2023)

Contudo, as duas entrevistas advindas de concursados de 2011 provocam uma mudança de olhar, quanto ao entendimento de que as unidades de internações seriam mais complicadas para o trabalho. A primeira narrativa aponta que pode variar por categoria a medida com melhor qualidade de trabalho.

> Agora o que eu observo mesmo é uma desvalorização. A internação é mais valorizada nos cursos, nas pesquisas. Todo mundo faz mais pesquisa nas unidades de internação do que nas unidades de semiliberdade, entendeu? Não só pesquisa, como a própria escola de gestão, quando a gente vai falar sobre questões, a semiliberdade é bem diferente, eu acho diferente e deve ser diferente da internação. Então é pouco explorada. Então, assim, o desprestígio não vem de quem está trabalhando na semiliberdade, mas eu acho que vem de fora para dentro. Por falar-se pouco sobre, da própria academia. (Entrevista realizada em 22/09/2023)

A fala acima aponta para uma reflexão necessária quanto ao lugar da medida socioeducativa de semiliberdade, quanto a pesquisas realizadas, estudos e cursos produzidos especificamente para socioeducadores que atuam nessa medida. Mas se vivemos no país do encarceramento, onde se fortalecem a cada dia o discurso por segurança, a defesa de interesses ligados aos setores e empresas de segurança, a defesa de mais recursos para a área de segurança, é esperado que a medida de semiliberdade não possua o mesmo valor que a internação. Podemos dizer que a semiliberdade atua como coadjuvante em um cenário em que a medida de internação é a grande estrela? É para as unidades de internação que estão voltados todos os holofotes, inclusive os de sistema de justiça, direitos humanos e universidades? Como disse um entrevistado “é na semiliberdade que a socioeducação de fato acontece”.

5.2.6 Socioeducadores: nuances entre "antigos" e "novos"

O primeiro concurso do DEGASE foi realizado em 1994, e muitos desse concurso também entraram em 1998, época em que teve um novo concurso, agora para agentes de disciplina. Em 2005, alguns socioeducadores entraram oriundos do concurso de 1998. Em 2007, o DEGASE realizou um concurso com processo seletivo simplificado para contratados e, em 2011, houve novamente um grande concurso. O concurso de 2011 se dividiu em oito chamadas que se estendeu ao longo destes treze anos, sendo sua última convocação agora em 2023. Contudo, o DEGASE ficou marcado pelos concursos de 1994 e 2011, em que os socioeducadores passaram a ser chamados de antigos e novos. E, embora o concurso de 2011 já tenha doze anos, ainda são vistos dessa forma.

Ao discutir este tópico com uma amiga, ela lembrou que o pessoal do concurso de 94/98 era chamado de dinossauros, e que, apesar de saber que poderia ter uma conotação negativa por alguns, ela sentia muito orgulho desse termo, pois remetia a pessoas muito fortes que viveram uma era muito difícil e sobreviveram a muitos percalços. Achei forte e ao mesmo tempo tão doce a forma de falar desses socioeducadores que decidi trazer a poesia de Miguel Piçarra (2007).

Dinossauros[62]
Quase lendários,
Grandes, enormes,
Gigantescos sáurios,
Viveram e dominaram
Sobre a Terra,
Aqui passaram
E marcaram a sua era,
Com tamanha força e poder
Que ainda, agora,
É difícil compreender
Qual foi a razão
Ou qual o poder
Que causou a sua extinção,
Dinossauros lhes chamaram
E os homens, com emoção,
A sua época marcaram!...

Acho que essa poesia descreve muito os socioeducadores do concurso de 94/98 que juntos ajudaram a fazer o alicerce para a construção do DEGASE que encontramos hoje. Muitos

[62] Fonte: https://www.recantodasletras.com.br/poesias/695450 acesso em: 23/09/2023

já não se encontram entre nós, foram muitos falecimentos no decorrer destes quase trinta anos, e muitos já se aposentaram, outros pediram exoneração, mas uma grande maioria irá se aposentar ano que vem. Em entrevista, o Diretor de Gestão de Pessoas informou que até 2024 mais de seiscentos socioeducadores se tornarão aptos à aposentadoria. Ainda teremos alguns remanescentes dessa época, mas sabemos que será por pouco tempo. Uns se transformaram em nomes de unidades ou setores, outros se eternizaram por meio de suas escritas, mas todos sem exceção marcaram. Seja pela sua forma de ser, pelas amizades que construíram, pelo trabalho que realizaram, marcaram pequenos grupos ou uma unidade ou o DEGASE inteiro, não importa. Sempre terá alguém para lembrar de seu trabalho, dos "bons tempos".

> O sistema se renova e se deteriora e se renova, vamos dizer assim, o processo de deterioração no sentido de condições de trabalho, no sentido da política. Cada um dentro de sua unidade faz o que tem de melhor para fazer. Mas a visibilidade, a percepção é muito da segurança, a segurança sempre tem uma luta da hegemonia, é lógico que sempre foi a segurança. Mas tem momentos que parece que tem um pouco mais de equilíbrio, e hoje para mim parece que tem um desequilíbrio. O centro da segurança socioeducativa como elemento norteador de tudo ou de quase tudo é para mim uma premissa de que é algo muito ruim. Mas sinto que a maioria das pessoas estão naturalizando isso, até os técnicos estão naturalizando. Mas ao mesmo tempo eu percebo que tem algumas pessoas que eu conheço que fazem movimentos de resistência, de pensar o sistema, como um sistema de socioeducação e não de repressão e acho que nesse elenco tem um universo de pessoas que tão remando contra uma maré muito alta, que está talvez afogando e talvez fazendo algumas pessoas desistirem; tem um grupo de resistência que também está se aposentando. Ando preocupado com o adoecimento dos servidores, e quando a gente olha e vê que o nível de adoecimento físico e psíquico aumenta, claro que eu não posso fazer uma associação direta e dizer que tem só a ver com o trabalho, mas é um componente forte. Tem outros atores de garantia de direito, eu diria que o vento vai soprando e pode ser que algum movimento fortaleça alguma ação mais eficaz, ou de resultado mais efetivo, aquela experiência fortaleça aqueles profissionais que tenham um gás maior, produzir, escrever, falar sobre isso, é superimportante, porque faz as pessoas escutarem, entenderem o processo que se passa. É isso... eu poderia falar muito mais, mas... (Entrevista realizada em 17/01/2021)

> O DEGASE construiu seus protocolos, mas o que eu não tenho certeza é se os profissionais internalizaram, ou se o dedo de fora aqui inviabilizou nosso trabalho, será que os protocolos foram internalizados? Há muitas interferências diretas do que foi construído, as pessoas têm que se sentir pertencentes ao departamento. O DEGASE está construindo sua história. Mas sinto que as gestões que vêm de fora não valorizam o que foi feito. As pessoas precisam querer fazer parte do DEGASE. Mas quando eu olho para trás acho que o DEGASE avançou muito, sempre revisando nosso caderno de alinhamento, nosso protocolo. Eu acho que o DEGASE avançou, sim. Quando eu olho para 98, eu olho para hoje, vejo que o DEGASE avançou muito, mas eu acho que tem muito o que fazer. A gente não pode esquecer que a nossa matéria-prima são as pessoas. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

> Tem um provérbio africano que diz assim "enquanto você reza, vai fazendo". Então foi bem isso, enquanto a gente esperava o DEGASE ser outra coisa, a gente foi fazendo, a gente foi se arriscando, a resistência para mim é isso. Mas agora acho que é hora de parar um pouquinho e deixar o legado para os mais novos, todo mundo que entrou em 94 já está habilitado a se aposentar, e quando eu penso nisso eu fico

> pensando, fomos tão longe. Então, acho que o legado que fica agora tem um desafio muito grande pela frente. Eu tenho muito orgulho dessa história de ser agente, de ter feito essa trajetória bonita. Perdi muita gente que eu amei, que eu gostei aqui dentro, durante esse percurso todo, perdi de colegas são 11 que eu conto, colegas que realmente eu aprendi a amar, a parcerizar, colegas que seguravam o pátio com a gente. Então, também eu tenho muitas marcas de perdas, mas eu acho que cada pessoa que eu perdi me desafiou a ir mais longe, tipo, continue, você ainda tá aí, vai com isso, faz a diferença, então, de alguma forma eu sobrevivi a isso tudo. Você cria ferramentas psíquicas, mentais, emocionais e físicas mesmo, administrativas mesmo, você cria e vai utilizando outras para poder sobreviver. Mas eu acho que uma coisa que também me dá muito orgulho foi de nunca ter maltratado um adolescente e nenhum outro funcionário do DEGASE, nunca ter usado a violência. Então isso é uma coisa que também eu me orgulho. E eu digo, ah, por que eu me orgulho disso? Isso deveria ser o padrão. Eu me orgulho porque o padrão era fazer o contrário. Me orgulho de ter recusado a banalizar esse cotidiano de doença, de ter participado desses projetos e ter conhecido muitos profissionais que valem a pena, enfim, o DEGASE me rendeu muitos amigos, muitas pessoas que valem a pena a convivência com elas, isso é uma coisa boa, eu cresci muito como pessoa a partir disso. (Entrevista realizada em 11/07/2023)

As três entrevistas foram realizadas com socioeducadores do concurso de 94. A questão norteadora desse momento era uma retrospectiva do DEGASE nestes trinta anos. Na primeira entrevista, a pessoa já se encontrava doente e faleceu pouco tempo depois; as duas últimas foram constituídas por duas pessoas que estavam se aposentando no dia da entrevista. Todas foram entrevistas longas e marcadas por muita emoção, ao final houve agradecimentos pela oportunidade de poder recordar sua trajetória. “É como se eu fechasse o olho e revivesse tudo”.

O trabalho ocupa grande parte da vida do ser humano, nele desenvolvemos relações sociais, que se transformam em afetos, cheios de significados, e nele passamos por vários períodos da nossa existência humana. Com o tempo, acaba por se confundir com o nosso cotidiano, o emprego passa a ser não só fonte de subsistência, mas também de prazer. “O trabalhador ao aposentar-se coloca em suas lembranças um valor – lembrar agora é fazer” (BOSI, 1987, p. 398)

> A gente ouviu muito quando a gente entrou, aquela coisa do pessoal antigo falar; agora tem curso de formação, agora tem aula, tem gente para ensinar, na minha época não tinha isso, largaram a gente aqui dentro e se vira. A gente brincava muito com isso. É o ranço do outro DEGASE, né? Do velho DEGASE. E a gente estava no novo DEGASE, que não era novo. Porque as práticas eram antigas, mas que se vendia como sendo um novo. Então a gente entra numa perspectiva de que as coisas eram um pouco diferentes, mas na verdade o DEGASE era o mesmo. (Entrevista realizada em 25/07/2023)

> Bom, nós entramos aqui, os antigos já estavam, a gente fez o que nos ensinaram. No trabalho hoje em dia a gente está... estamos todos no mesmo barco, trabalhando juntos, não tem diferença. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

> Eu fui muito bem recebido, foi uma coisa que me surpreendeu, os antigos me auxiliaram, me inspirei em vários deles, me moldei como agente de segurança através

> deles, uma boa relação! Só que alguns antigos não se adaptaram ao novo DEGASE, e isso dificultou muito o trabalho deles, mudou muito, alguns sofreram, mas se adaptaram, outros infelizmente não se adaptaram. (Entrevista realizada em 09/08/2023)
>
> Sinto uma divisão, tipo, acabou de entrar, então não tem uma possibilidade de fazer uma análise da situação, não conhece o sistema, pois nós já estavam aqui há muito tempo, falam: "os novos não se dedicam como nós nos dedicávamos". Mas entendo que esse pessoal que entrou lá atrás construiu as principais normas, participaram da construção da escola, do SINASE. Eu entendo a posição de pertencimento deles de ter contribuído para construção da socioeducação, mas confesso que tem momento que me chateia de ver uma separação que não deveria haver, uma certa desqualificação de pertencimento de quem entrou agora, mas sei que não são todos. (Entrevista realizada em 27/07/2023)
>
> Nós fomos batizados como novos, e até hoje nos tratam assim, também acho que foi mútuo, sabe? Porque também chamamos eles de antigos. Eles construíram a história deles, temos que respeitar, agora estamos construindo a nossa história. E possivelmente deixaremos de ser os novos quando os próximos concursados chegarem. (Entrevista realizada em 04/09/2023)

Os relatos acima foram retirados das entrevistas realizadas com os concursados oriundos do concurso de 2011, esclarecendo que esse concurso teve diversas entradas no decorrer desses doze anos. De uma forma geral, os relatos são de valorização da experiência dos socioeducadores mais antigos. Porém, há falas do sentimento de não valorizarem o saber que traziam consigo, de serem desprivilegiados e colocarem em xeque seu saber. Observamos que apesar dos cursos realizados para os novos socioeducadores, o DEGASE não se preocupou na preparação para que estes fossem inseridos e acolhidos pelas equipes de modo a serem integrados de forma harmoniosa. Era preciso compreender que, apesar de ser um momento esperado por todos, também se constituía em um momento de crise, pois a chegada de um grupo grande de socioeducadores necessariamente mudaria o cotidiano já estabelecido, e novas formas de se organizar nesse campo iriam surgir.

Existem diversos estudos sobre o processo de socialização de novos trabalhadores e todos os aspectos que a envolvem ao chegarem em uma instituição para evitar conflitos e divisão de equipes (CHIAVENATO, 2004). É importante que a Coordenação de Gestão de Pessoas do DEGASE possa criar um setor responsável pela integração de novos socioeducadores para minimizar os conflitos decorrentes dessa chegada. Não é possível o DEGASE negligenciar a dificuldade de adaptação que ambos (antigos e novos) vivenciaram, é preciso um olhar mais cuidadoso para os socioeducadores, em especial neste momento em que há rumores da realização de um novo concurso, ou possivelmente teremos novas divisões.

5.2.7 A invisibilidade dos agentes administrativos

O cargo de agente administrativo no sistema socioeducativo ocupa um lugar de invisibilidade social, ao fazer uma busca no Portal da CAPES e SciELO, não foi encontrado nenhum estudo sobre o trabalho desses socioeducadores. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, apenas dois agentes administrativos participaram, um alegou que gostaria de ter feito o concurso para agente de segurança socioeducativo, o outro demonstrou grande afeto pela profissão, inclusive na busca de garantia de direitos para essa categoria.

> Em relação aos administrativos, realmente eles são muito invisibilizados. Inclusive, boa parte deles tem mestrado, praticamente todos, acho que todos têm graduação, [...] muitas vezes a gente vai além da nossa atribuição de administrativo, mas isso meio que não é reconhecido, isso é reconhecido como tipo, ele é um bom administrativo. Ao mesmo tempo que o pessoal fala que precisa, por outro lado eles são invisibilizados. Além disso, ajuda nessa desqualificação o fato de que os agentes de segurança tomam os espaços do administrativo, diminuindo a importância dos administrativos, e tomam não só por readaptação, mas porque vão mesmo. Tipo, os gestores, 90% ou 95% são agentes de segurança. Aí identificam uma agente, ou se dão, ou fazem amizade com algum agente de segurança e levam para o seu setor na área administrativa. (Entrevista realizada em 04/09/2023)

A entrevista explica que esses socioeducadores não conseguem uma notoriedade em seus trabalhos, e possuem como gestores em sua grande maioria agentes de segurança socioeducativos atuando na função administrativa. Silva Junior (2023, p.13) enfatiza em sua pesquisa que, ao ser designado para trabalhar em uma Secretaria Técnica de uma unidade, observou a inexistência de agentes administrativos, que a secretaria dessa unidade era composta exclusivamente por agentes de segurança socioeducativos, que alguns estavam fora do plantão por reiteradas denúncias de agressão a socioeducandos, entre outros motivos. E acrescenta ser um fato comum às Secretarias Técnicas das demais unidades, uma vez que a maioria dos agentes administrativos trabalha nos setores ligados à gestão do DEGASE. O autor narra a importância do setor administrativo dentro de uma unidade socioeducativa ao falar que tudo passa pela Secretaria Técnica, entrada e saída de adolescentes, contato com órgãos externos e internos do DEGASE e contatos para diversas demandas das diferenciadas equipes de socioeducadores. (SILVA JUNIOR, 2023)

Saliento ainda que essa equipe administrativa deveria estar inserida em todos os espaços do DEGASE, uma vez que seu trabalho é vital para o funcionamento do departamento. A Coordenação de Gestão de Pessoas (COOGEP), responsável pela administração direta da

carreira de cada socioeducador, atualmente é gerida por um agente de segurança socioeducativo.

5.2.8 A equipe da escola: o desafio de carregar água na peneira

O menino que carregava água na peneira
Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.
A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.
A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.
O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.
Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.
Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.
No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.
O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.
Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.
A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.
Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!
Manoel de Barros[63]

[63]Fonte: https://prosped.com.br/arte/poema-o-menino-que-carregava-agua-na-peneira-de-manoel-de-barros
Acesso em: 30/09/2023

Ao indagar um professor como seria seu trabalho em uma instituição escolar dentro dos espaços do DEGASE, ele me disse que para responder essa pergunta, costumava adaptar um verso do Manoel de Barros que é “Ser professor no DEGASE é carregar água na peneira”.

> Eu considero que é necessário carregar água na peneira, porque a gente desprende um esforço muito grande dentro do DEGASE para poder efetivar o processo de escolarização. As escolas, especialmente a minha que fica no Dom Bosco, é uma escola bem equipada, é uma escola que tem todos os professores, de todas as disciplinas, às vezes falta para complementar uma carga horária, mas é facilmente resolvido. E a gente acaba tendo muita dificuldade. O sistema tem pesado nos últimos anos a questão da segurança, então a gente tem muitas desculpas de que o contingente que frequenta a escola é pequeno, ainda pela falta de agentes. E é incrível que esse argumento seja de 1994, e esse já era o argumento. Ou seja, todo o contingente de agentes responsável pela segurança socioeducativa está destinado apenas à contenção e não à realização das tarefas educacionais, culturais e profissionalizantes. E é uma mentalidade que recrudesceu nos últimos anos, não que a gente não tivesse tido esse tipo de problema há dez anos, ou mesmo no início da formação do DEGASE. Mas a gente conseguiu trabalhar, a gente conseguiu aos trancos e barrancos trazer os adolescentes para a escola, realizar atividades interdisciplinares, realizar festivais, realizar festas. Lá no Dom Bosco, tradicionalmente a gente realiza todo ano um sarau com a participação de artistas, com a participação dos meninos. Então, assim, a gente é feito aos despropósitos, a gente é grande, tem uma formação, mas o próprio sistema não nos ouve, a gente não tem conseguido fazer uma escolarização eficiente. Por outro lado, a gente percebe também qual é o papel da escola dentro da medida socioeducativa? Como adolescente, ele enxerga essa escolarização. O Dom Bosco era provisório, nos últimos anos virou uma internação. Não há nenhum trabalho do DEGASE para mostrar a importância da escola. A gente carrega água na peneira, vai pegar vai volta e a gente não consegue encher a moringa. (Entrevista realizada em 08/09/2023)

A fala acima mostra a dificuldade dos professores que trabalham nas escolas dentro do DEGASE em conseguir uma escolarização adequada para os adolescentes internados devido à falta de agentes de segurança socioeducativos, que são responsáveis por levar os adolescentes e permanecer na escola no horário escolar. Marcos Santos (2009) e Raul Câmera (2021) relatam a falta de independência das escolas nas unidades do DEGASE, uma vez que elas precisam se adequar à rotina da unidade.

Em 1994, foram criadas no interior das unidades de internação e internação provisória do DEGASE escolas da rede estadual de ensino pela SEEDUC, por meio do Decreto Estadual nº 20581 de 28/09/1994. Até então, os professores eram da rede estadual e lotados nas escolas do DEGASE, somente em 1998 é que o DEGASE realiza concurso para professores de diversas disciplinas do núcleo comum do ensino fundamental.

> Eu fiquei lá no Padre Severino dez anos, como professora regente e depois como coordenadora pedagógica. Então, lá era uma unidade de internação provisória. E a gente tinha que pensar em projetos que fossem adequados àquela realidade, né? Da permanência curta dos meninos em sala de aula. E a grande preocupação da gente era resgatar o interesse deles pela escola, porque muitos já tinham essa história de evasão escolar, de ter abandonado há muito tempo. E o nível de escolaridade deles era muito baixo. Eu trabalhei muito tempo na alfabetização e quando eles chegavam muitos levavam declaração de escolaridade e nós tínhamos que fazer uma sondagem para a gente não se basear somente no que eles declaravam como série, que muitas vezes não correspondia. [...] O projeto que a gente desenvolvia lá para tentar se adequar a essa realidade de pouquíssimo tempo deles, a gente fez um projeto de oficinas pedagógicas. Foi um trabalho muito rico porque nós tínhamos uma equipe bem unida, um grupo de professores. A gente pensava num tema para desenvolver, um tema gerador, esse tema era desenvolvido dentro das oficinas pedagógicas, foi a maneira que nós encontramos de tentar tornar essa escola mais atrativa, eram oficinas temáticas muito legais, muito interessantes, oficina de carnaval, oficina de guia turístico. A gente desenvolvia o conteúdo das disciplinas dentro desses temas. [...] A grande preocupação era resgatar o interesse deles. O grande desafio era que você não sabia que turma ia pegar naquele dia, era um exercício mesmo do dia a dia, cada dia era um dia diferente, porque aquele grupo que você trabalhou no dia anterior já não era o mesmo, muitas vezes, que você estaria pegando. Você tinha que estar preparada para fazer diferente a cada dia que entrava em sala de aula. Então, é um exercício mesmo de sensibilidade e de acolhimento, para mudar um pouco essa postura que eles entravam e depois que eles saíram de sala de aula. Foi uma experiência muito rica mesmo. (Entrevista realizada em 22/08/2023)

O relato acima remonta ao início do processo de escolarização no DEGASE, época em que as escolas iniciaram suas atividades. Relata um projeto desenvolvido para o processo de escolarização dos adolescentes. Mas é só em 2003 que as escolas gozam de uma certa estabilidade, inclusive com diretores nomeados (SANTOS, 2009; CÂMERA, 2021). Mas esclarece que aos poucos as escolas foram tomando formato de uma escola formal. Segundo Paulo Ribeiro (2016), as escolas estaduais dentro do DEGASE obedecem ao calendário escolar do governo estadual, com turnos manhã e tarde e funcionamento de segunda a sexta, acompanhando também os recessos e as férias escolares.

Um outro ator importante nessa relação do DEGASE com a escola é o/a pedagogo/a, uma vez que é esse profissional o responsável pelo processo de matrícula escolar do adolescente.

> Mesmo a escola estando dentro da internação, a escola também pertencendo à SEEDUC, ainda assim a comunicação é difícil. A gente recebe o adolescente, fala sobre colégio, mas no decorrer da medida desse adolescente a gente não consegue acompanhá-lo de verdade na rotina escolar, porque o fluxo de entrada de adolescente é muito grande, e a impressão que eu tenho é que os diretores, por não serem pedagogos, por serem agentes de pátio, eles não têm muito essa visão, essas relações, então essas articulações com a escola ficam bem mais complicadas.[...] parece que os professores eles não têm muita noção qual é o trabalho do pedagogo do DEGASE, qual é o trabalho do coordenador pedagógico do colégio. Eles acham que a gente tem que ficar indo lá na sala resolver as questões e não é. E sem contar que tem questão

> que é para a própria escola resolver, tem coisa que o próprio professor tem que resolver, a gente também não pode passar por cima, tem coisa que o diretor tem que resolver, e poucas coisas são aquelas que o pedagogo precisa diretamente resolver. Acho que o fluxo de trabalho não é bem alinhado com essas relações com as escolas. Isso reflete diretamente na nossa incapacidade de fazer tudo que deveria ser feito. Eu acredito que o diretor de cada unidade que tem colégio dentro, as internações e as provisórias, deveriam ter uma visão mais ampla dessa relação. Dessa relação pedagogo, escola e GAE, o grupo de apoio escolar. Três departamentos que deveriam estar totalmente alinhados e muitas das vezes não está. Então, hoje em dia, na internação, a gente tem muita dificuldade em solicitar declaração quando o adolescente sai da provisória e vai para uma internação, ou vai para uma semiliberdade, ou vai para um CREAS. Ele tem que ir com a declaração, mas acaba não indo. Esse fluxo é meio complicado. E é o que eu já disse, a gente não consegue participar das reuniões, está falando, sabe, alinhando as coisas, é bem difícil. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

O relato acima expõe a falta de sintonia entre o DEGASE e a Escola, a falta de diálogo e alinhamento entre os trabalhos afeta diretamente o processo de escolarização do adolescente, a pedagogia parece não conseguir esclarecer sua função para os professores, e ambas as direções de escola e unidades do DEGASE parecem não contribuir para uma interação mais eficaz dessas instituições que convivem no mesmo espaço, atendendo o mesmo adolescente e tão distantes quanto à articulação. De acordo com Fabio Pereira (2021), nessas escolas não se observam os regulamentos que regem as escolas fora do espaço DEGASE, dentro dos muros, as escolas não possuem uma gestão democrática, faltam grêmios estudantis ativos e eleições para diretor de escola. Quanto ao projeto político-pedagógico, não há participação da comunidade escolar. O autor aponta uma submissão das escolas nas unidades socioeducativas e até mesmo da própria da Diretoria de Escolas Socioeducativas e Prisionais (DIESP) que é órgão da SEEDUC-RJ. Quanto aos professores, ainda que demonstrem alguma resistência, ficam sem legitimidade por não ter garantidos espaços de gestão participativa ativos. (PEREIRA, 2021, p.105)

5.3 O que falam e o que fazem? Não atirem pedra, o telhado é frágil!

Em uma tarde de muito sol e calor no Rio de Janeiro, estávamos lá, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e musicoterapeutas, esperando a reunião da coordenação de saúde para os núcleos de saúde mental. Imersos em um auditório frio, por conta do ar-condicionado, nem parecia que a poucos metros dali estavam muitos adolescentes, tentando sobreviver àquele calor insuportável, dentro de alojamentos minúsculos sob a guarda

de agentes cansados e muitos estressados com o fazer diário. Estávamos no auditório do Centro de Socioeducação Dom Bosco (antigo Instituto Padre Severino).

Eu aguardava silenciosa a oportunidade de poder falar sobre a violência perpetrada contra os adolescentes naquela unidade em que eu trabalhava. Quando consegui falar, no sentido de cobrar providências da coordenação de saúde, uma assistente social, antiga como eu no sistema, falou, em tom de reprovação, que "a violência sempre existiu e até diminuiu". Indignada, olhei em volta buscando apoio, quando percebi que outros me recriminavam, mas muitos me apoiavam com o olhar, mas incapazes de se posicionarem. Então, após um silêncio, mudou-se o assunto, e a reunião prosseguiu apenas com um comunicado da coordenação sobre uma ficha de agravos que iríamos preencher nos casos de violência.

Esse relato se passou no ano de 2016, quando eu ainda fazia parte da equipe de saúde mental do Centro de Socioeducação Dom Bosco. Decidi iniciar este tópico com ela por achar que essa lembrança traduz quase todas as práticas vivenciadas no DEGASE, onde por muitas vezes não podemos falar nem entre nós mesmos o que é do conhecimento de todos. Fica evidente que o pacto coletivo do silenciamento entre o que se faz e o que se fala sobressai as inquietações individuais. A questão é que as tensões e os conflitos provocados pelas práticas institucionais estão por toda parte, e o campo de disputa espalhados por todo espaço institucional, uma vez que as percepções de cada socioeducador e a sua "forma de agir traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados" (CHARTIER, 1990, p.19).

5.3.1 É proibido falar das fragilidades da instituição?

É comum um socioeducador ser criticado pelos demais colegas quando este explicita as fragilidades da instituição, quer seja pela escrita em trabalhos acadêmicos ou mesmo em eventos que tenham pessoas de fora da instituição. Há um velho ditado muito usado pelos socioeducadores: "roupa suja se lava em casa".

De acordo com Juraci Brito (2023), a instituição socioeducativa funciona com combinados de tal forma que as coisas devem ficar sempre do lado de dentro. Caso saiam, é necessário ser transfiguradas ou apresentadas de forma que não sejam reconhecidas. Ainda, salienta que práticas violentas vão se naturalizando como uma moldura na parede que de tanto se olhar, já não se percebe mais, e segue:

> O não falado também produz efeitos nos corpos dos que transitam na instituição socioeducativa, pois são marcados, sinalizados, delineados por uma arquitetura de comportamento, de gestos e dos afetos. Como uma paisagem estática que de tanto se repetir vai ficando quase que imperceptível, vai sendo naturalizada diante dos olhares, a ponto de não causar mais entranhamentos (...). (BRITO DA SILVA, 2023, p.90)

Durante as entrevistas foi comum encontrar críticas de socioeducadores a pesquisas que relatam as fragilidades da instituição; há uma ideação produzida pelos socioeducadores de que estas pesquisas de certa forma criticam seu trabalho, e não buscam apontar as ações positivas que ocorrem no interior da instituição: “é preciso mostrar a potência que temos”; “aqui se trabalha, precisamos parar de só falar mal do DEGASE”; “aqui tem muita coisa boa acontecendo”. Fato que provoca a resistência de alguns socioeducadores em participar de algumas pesquisas, Olga Tavares (2019, p.56) relata a dificuldade para conseguir voluntários para sua pesquisa “Houve quatro agentes que, mesmo liberados pelo plantão, se recusaram a participar da pesquisa. As alegações foram justificadas pelo descrédito nas pesquisas anteriores realizadas no DEGASE”.

> Sinceramente? Eu fico com vergonha quando vou a um evento e fica aquele povo todo metendo malho na gente, é só olhar a plateia, todo mundo se olhando acanhado. Eu não gosto! Tudo bem, sei que temos problemas, mas por que sempre é a gente que apanha? (Entrevista realizada em 26/09/2023)

> Às vezes eu quero falar, mas sei que tem gente do DEGASE, e sei que depois vão ficar criticando, prefiro deixar para lá! Tem coisas que acho que devemos ter mais maturidade para entender, sabe? (Entrevista realizada em 09/10/2023)

Os dois depoimentos acima traduzem a percepção dos socioeducadores de formas distintas sobre as falas produzidas em eventos sobre o DEGASE. Bourdieu (1983), em seu texto “O que falar quer dizer”, traz uma reflexão sobre o ensino oral, o lugar da palavra, do questionamento, e afirma: só se questiona alguma coisa quando esta estiver em crise, ou seja, se estiver seguro do que se faz, não há espaço para se questionar. Bourdieu (1983, p.75) está falando do ensino e afirma “esta interrogação não é, portanto, intemporal, ela é histórica”. Tomo, então, de empréstimo suas reflexões sobre o ensino oral, para pensar o direito à fala dos socioeducadores, e inicio minhas indagações: em que medida temos direito à fala? Quantas vezes nós, socioeducadores, não nos sentimos autorizados ao lugar de fala durante eventos externos e até mesmo internos? Há uma certa ilusão de que falar dos problemas institucionais é se expor, é dizer que você não faz um bom trabalho, portanto, os socioeducadores não encontram espaço para serem o "senhor da fala” (Idem). Mas em que medida essa fala pode ser autorizada por si, sem colocar em xeque o seu fazer?

Portanto, discutir os problemas institucionais não significa expor os socioeducadores, ou colocar em dúvida seu trabalho. Mas autorizar-se a discutir criticamente uma instituição que executa uma política pública e que é atravessada pelas ideologias de Estado presentes nas práticas institucionais em qualquer espaço se traduz inclusive como um ato político, à medida que você, a partir de uma instituição, questiona o próprio fazer de uma política que em muitas vezes contradiz as leis que a orientam. Azevedo Silva (2023) sublinha, em sua tese, que o pesquisar no sistema socioeducativo do DEGASE, tanto em relação ao trabalho desenvolvido pelos que executam a medida socioeducativa e suas interlocuções com as políticas existentes, como também no que se refere aos adolescentes e suas famílias, provoca um repensar contínuo que pode ser produtivo à prática da socioeducação.

Outro dado a ser analisado é a filtragem da instituição, quanto aos problemas vivenciados internamente para que não extrapole os muros.

> Politicamente falando, o DEGASE quer que a casa esteja bem, e a casa estar bem significa os adolescentes não se insurgirem, não cometerem rebelião, não estar na mídia em uma situação que exponha aquela unidade, essa é a condição, né? É de o adolescente estar dentro das unidades sem criar situações adversas para o DEGASE ser ótimo. Essa foi a política, sempre foi assim. (Entrevista realizada em 09/08/2023)

O relato deixa nítido o "jogo" estabelecido, em que a maioria pactua com este silenciamento. É comum ao ter algum problema em alguma unidade – rebelião, tumulto, o famoso "quebra-quebra" ou "bateção de chapa" – os socioeducadores se silenciarem quanto ao ocorrido, quase que um segredo institucional. As outras unidades têm acesso por meio de conversas entre pares que não podem ser compartilhadas com toda a comunidade socioeducativa.

Em novembro de 2022, a ESGSE organizou um colóquio para divulgar as pesquisas que estavam sendo realizadas no departamento, contudo, o evento foi suspenso sem motivo aparente. Os pesquisadores, ao buscarem o fundamento da suspensão do evento, não obtiveram respostas. Porém, em conversas informais, tivemos duas versões: havia algumas pesquisas que criticavam a instituição e não poderiam ser divulgadas a pedido da direção geral; ou deveriam dar preferência para divulgação das pesquisas realizadas pelo LABES. O fato é que, sendo uma alternativa ou outra, o fato denota certa censura nas pesquisas realizadas no departamento. Também tive relatos de pesquisadores apontando que foram comunicados de que todos os projetos de pesquisa estão passando pelo crivo do diretor, há informação de pesquisadores que seus projetos de pesquisas estão demorando para serem aprovados.

5.3.2 A violência institucional

Entre as diversas modalidades de violência perpetrada no departamento, a violência dirigida ao adolescente é a mais explicita. Celeste Moreira (2011) pontua a desqualificação da violência dirigida aos adolescentes nos espaços institucionais, muitas vezes sendo naturalizada, o que permite a desresponsabilização do seu exercício e atribui tal fato a uma forma de corporativismo institucional, em que os procedimentos regulares de apuração dos fatos são muitas vezes feitos de forma a propiciar a impunidade.

Silva Junior (2021) aponta que a própria normativa do DEGASE deixa brecha para que a violência ocorra, ao analisar o Plano Operacional de Segurança Socioeducativa do DEGASE (POSS) publicado em julho de 2020, destaca que o artigo 17 referente às competências do agente de segurança socioeducativa, traz em seu inciso XVII "evitar o uso de qualquer forma de violência contra os socioeducandos, bem como eventuais formas de constrangimento, humilhação ou situação vexatória", e no inciso XVIII "atuar proativamente para evitar que determinadas intercorrências tomem grandes proporções, agindo com cautela e segurança, utilizando da força moderada e progressivamente, quando necessário for, conforme artigo 125 do ECA." (Rio de Janeiro, 2020 *apud* Silva Junior, 2021 p.34). Ao utilizar-se da palavra "evitar" e não "proibir", fica uma lacuna para amparar as práticas de violência contra os adolescentes.

> Violência contra o adolescente? É, isso me incomoda muito! Traz uma condição psíquica para o trabalhador entrar em sofrimento, se ele for um trabalhador que não sabe o que vai fazer com aquilo, que está numa situação vulnerável dentro da unidade dele, não tem apoio da equipe, quando ele é colocado em xeque com essas demandas de violação. ele sente só, não consegue encaminhar aquilo. O trabalhador está sempre em conflito, sabe o que ele tem que fazer eticamente, mas ele tem família para sustentar, ele é colocado em xeque muitas vezes. O profissional que cobra direitos não é visto como um garantidor de direitos, ele é visto como um delator, como um X9, então isso é muito pesado para um profissional ou para vários profissionais, para uma equipe, então traz muito sofrimento. E a gente vê hoje em dia muitos profissionais adoecidos, por conta desse eterno conflito interno entre ser omisso, de não conseguir ser, não quer ter problema para ele, e aí você está dentro de uma equipe metade é omissa, metade é ativa, metade fica a queridinha da direção. (Entrevista realizada em 20/06/2023)

A narrativa revela o conflito que muitos socioeducadores vivenciam, na luta entre a garantia de direitos e a omissão, para preservar-se de conflitos com a instituição ou entre pares. Celeste Moreira (2011) salienta que, historicamente, muitos socioeducadores que denunciaram violências e outras irregularidades no departamento sofreram castigos geográficos e até situações de risco pessoal. Silva Junior (2021) acrescenta que há uma filtragem para denúncia de agressão, que as "cobranças" tidas como corriqueiras são toleradas por toda a instituição. O

denunciar ou não muitas vezes parece ser uma questão de escolha, e não algo inerente à profissão, já que ser socioeducador significa assegurar que as regras e as normativas sejam cumpridas, portanto, é o socioeducador o garantidor dos direitos assegurados ao adolescente em qualquer espaço que esse profissional se encontre e em qualquer cargo que ocupe, mas parece que esse princípio não é claro para alguns socioeducadores.

> As questões de violação de direitos, é como se só quem tem que garantir direito é a equipe técnica, existe um equívoco muito grande disso, e recai sempre muito essa cobrança em cima da equipe técnica, que é o nosso dever, mas é dever de todo o mundo. E a instituição trabalha de uma forma que ela sobrecarrega isso, é como se só aquele setor e que é promotor de direitos, é o que tem que guardar os direitos. (Entrevista realizada em 28/08/2023)

A fala acima aponta o fardo que é ser o guardião das garantias de direitos de toda uma instituição, quando se sabe ser essa tarefa endereçada somente para equipe técnica como um grande equívoco, e que gera inclusive confronto com outras categorias como com os agentes de segurança socioeducativos e as direções.

Há outro tipo de violência exercida no DEGASE, a violência contra os socioeducadores, que se mostra nas mais variadas formas, por vezes tão sutil que temos dificuldade de reconhecê-la como violência. Em várias entrevistas, apareceu algum tipo de violência contra o socioeducador. Em uma entrevista, ao perguntar sobre violência, houve um silenciamento, após alguns instantes, indaguei se não queria responder, a pessoa então disse "violência para mim é isso, é o silêncio que o DEGASE me impôs durante todos esses anos".

> Foi uma rebelião, e aí tinham os coordenadores de plantão que eram responsáveis pela segurança da unidade, em meio a essa confusão. Eles deram ordem para todo mundo sair da unidade. E aí os técnicos foram pegar suas bolsas para sair para a rua, então eu fui pegar minha bolsa para a rua. Nisso, a diretora chegou para mim e falou, não, você não vai embora. Eu falei, como assim, não vou embora? A saúde mental fica. Todo mundo vai embora, menos a saúde mental. Ela queria que a gente fosse para o pátio ajudar a acalmar os meninos. A gente não está em segurança, ok? Mas dentro de uma rebelião, você mandar um técnico pra dentro de um pátio, não faz sentido. Eles já tinham descido, já tinham vários meninos soltos no pátio, né? A coisa já estava feia tanto que eles mandaram a gente ir embora, né? E aí eu vi que as pessoas não iam me respeitar em hipótese alguma ali dentro, porque é um mínimo de respeito, né? A gente não teria. Aí eu conversei com a outra diretora que estava junto, que não concordou. E acabou que eu descumpri a ordem equivocada dessa diretora. (Entrevista realizada em 11/07/2023).

O relato acima deixa claro como as relações de poder provocam violências contra os socioeducadores, com ordens arbitrárias que chegam a colocar em risco a vida das pessoas. As violências contra os socioeducadores são inúmeras: falta de comunicação por vezes proposital de um evento importante para aquele profissional; transferências infundadas; depreciação de

trabalho; pedidos de tarefas desproporcional ao serviço; não permitir usufruir de direitos garantidos, como o exercício da licença prêmio, entre tantos outros.

> Você sabia que nós estamos todos adoecidos? A maioria aqui toma medicação! A gente trabalha do jeito que dá, faz acontecer. Ainda é sabotado, sofre sacanagem. Esse cara aí está respondendo PADE por uma sacanagem. O cara desanima, né? Às vezes a sensação que dá é que no DEGASE as coisas são feitas para dar errado. E a gente não deixa. A gente faz com que dê certo. É uma escada rolante ao contrário, você está subindo e ela está descendo. E você chega para praticamente enxugar gelo. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

A entrevista acima mostra a violência sofrida pelos socioeducadores, quando não se sentem valorizados, com alto grau de pressão que permeia seu trabalho, em que todos adoecem praticamente em silêncio, sem um olhar de cuidado da instituição.

Bourdieu (1989) fala de um tipo de violência que é consentida, sutil, não compreendida pelo oprimido – a violência simbólica –exercida de forma invisível e funciona como instrumento de dominação. Um exemplo é o Regime de Adicional de Serviço (RAS) regulamentado por meio da Portaria Nº 950/2021, que estabelece a participação dos agentes de segurança socioeducativos em programas de atendimento às necessidades temporárias de recursos humanos deste Departamento, em que passam a trabalhar em turnos de escalas diferenciadas ao seu plantão. O RAS sequestra a liberdade do agente de segurança socioeducativo e o coloca quase que no modelo de um trabalho escravo, mas que é visto como um benefício. Do mesmo modo, os pequenos cargos de gestão, que retiram do socioeducador a liberdade de expressão, sendo obrigado a reproduzir a ideologia da instituição, e por vezes se colocar contra os pares. Muitos desses gestores de pequenos cargos sequer recebem proventos pelo trabalho exercido.

5.4 Condições de vida, de trabalho e de saúde dos socioeducadores

Este tópico caracteriza-se por pensar a qualidade de vida no trabalho, condições de trabalho e de saúde dos socioeducadores que atuam no DEGASE, uma vez que sabemos que esse espaço de trabalho possui singularidades próprias, como: violência de todas as formas, condições de trabalho precárias; lidar com histórias de sofrimento de outros e desqualificação profissional – são questões que atingem a todos e causam sofrimento aos socioeducadores, tanto no âmbito pessoal como profissional. A pesquisa de Olga Tavares (2019) sobre a qualidade de

vida dos Agentes de Segurança Socioeducativos identificou vários aspectos que atingem sua saúde. Ao tomar a instituição socioeducativa como um ambiente onde as relações de poder e as diferentes formas de violência são fatores de adoecimentos, defendemos que os dados identificados na pesquisa da autora podem ser estendidos a todos os socioeducadores, ainda que haja especificidades de cada cargo ou função.

Olga Tavares (2019), ao pesquisar a qualidade de vida dos agentes de segurança socioeducativos do DEGASE, em unidades privativas de liberdade, pontua a insatisfação dos agentes de segurança socioeducativos, quanto ao ambiente físico, ao relatarem a insalubridade das unidades, com "goteiras, poças de água, vazamentos de rede de esgoto e entupimentos, mofos e situações semelhantes às que acontecem nos alojamentos dos adolescentes" (TAVARES, 2019, p.58). Quanto aos locais de descanso, mostraram-se também de forma inadequada, com pouca ventilação e sem nenhum conforto. Sua pesquisa, também pontuou a fadiga e o cansaço desses socioeducadores, que revelaram não conseguir descansar o necessário nos dias de folga para retornar ao plantão seguinte. Cabe destacar que o RAS tem sido muito utilizado pelos agentes como complemento de suas rendas, uma vez que o salário se encontra muito defasado. O plantão do agente de segurança socioeducativo atualmente é de 24h por 72h, que significa trabalhar um dia e noite e descansar três dias.

> Mesmo tirando férias ou licença, você continua fazendo o RAS, não dá para parar. Tem um monte de agente aí doente, que não fala para não perder o RAS. O cara tem família para sustentar, o que pode ser feito? Nada né? (Entrevista realizada em 09/10/2023)

> Eu trabalho na parte administrativa, mas faço RAS nos finais de semana, a cada quinze dias, é muito cansativo! Mas não tem jeito, o RAS já faz parte do salário. Às vezes penso em parar, mas como? E as contas? (Entrevista realizada em 08/09/2023)

Os relatos acima pontuam o desgaste dos socioeducadores ao sentirem-se obrigados a trabalhar para além de sua carga horária para garantir uma renda extra que deveria ter direito, uma vez que a defasagem do salário os obriga a buscar outros meios de complementação de renda. A Portaria Nº 950/2021, em seu Art. 2º, pontua que: os agentes de segurança socioeducativos que estiverem trabalhando como diarista poderão se habilitar ao RAS somente em finais de semana, pontos facultativos e feriados, mesmo estando de férias ou licença especial; já os agentes de segurança socioeducativos que estejam trabalhando como plantonistas poderão realizar o RAS na segunda e terceira folga, mesmo em gozo de férias ou licença especial.

> Eu acho que caiu numa boa hora, veio num momento importante em que a categoria, os agentes de segurança socioeducativos brigavam por melhores salários, então veio quase que simultaneamente no mesmo momento que a gente continuava essa luta. E isso diverge opiniões entre a categoria, alguns agentes citam essas desvantagens, uma delas é ter que trabalhar na folga, e contestam que se o departamento tem verba para pagar RAS, porque não dá um reajuste salarial padronizado para todos? Mas, aí eu meio que rebato essas contestações, assim, no meu modo de pensar, no meu modo de ver. Não é obrigatório, né? O agente que estiver interessado, ele se inscreve e depois aguarda no mesmo dia para ver se foi habilitado ou não, se conseguiu a vaga para trabalhar no RAS, na data escolhida, na unidade escolhida, também tem isso. E eu acho que, independente do RAS, acho que a luta por melhores condições de salário principalmente, melhor estrutura do departamento, isso aí, independente do RAS, a gente tem que manter essa luta constante. É uma luta que tem que ser sempre, tem que ser uma constante. A minha opinião geral é que o RAS acaba sendo crucial para a maioria dos agentes, né? É um complemento importantíssimo na renda da categoria, e eu acho que é crucial. (Entrevista realizada em 26/09/2023)

A entrevista acima aponta que o RAS veio no mesmo momento da luta da categoria por melhores salários. O que confirma a manobra do Estado para desmobilizar a luta de classe em oferecer a ilusão de um benefício ao retirar garantias de direitos, como o reajuste de salário defasado há muitos anos. Esse benefício extremamente controverso não se estende a todos, mas somente a uma parte de uma categoria específica, uma vez que nem todos os agentes socioeducativos se encontram habilitados. O entrevistado inclusive aponta a divergência interna que o RAS provocou entre a categoria de agentes de segurança socioeducativo. Ainda de acordo com e Olga Tavares (2019), os agentes de segurança socioeducadores afirmaram ser um dado importante para sua saúde, a relação com o plantão, que se torna positiva à medida que conseguem permanecer mais tempo na mesma equipe, tendo como resultado mais cooperação e aproximação, inclusive fora dos espaços de trabalho. Esse fato se torna inviável durante o RAS, já que trabalham fora do seu plantão e em unidades diferentes, mesmo que possa escolher a unidade.

Conforme Olga Tavares (2019), houve relato em sua pesquisa da preocupação dos agentes de segurança socioeducativo em não conseguirem acompanhar o cotidiano da família devido ao trabalho e à necessidade do sono quando estão em casa. A autora salienta que “esta situação de desencontro com o cotidiano familiar, associado às condições de trabalho estressantes e preocupações financeiras, pode gerar o estresse e, em uma situação prolongada, pode desencadear problemas de saúde mental” (TAVARES, 2019, p.59).

O que se observa com a implantação do RAS é que, além do desmonte da política socioeducativa, uma vez que não se faz concurso para suprir essas vagas, há uma exploração do agente de segurança socioeducativo, que sequer consegue estabelecer uma rotina mais próxima da família, o que acaba por gerar sofrimento e consequente adoecimento.

5.4.1 Adoecimentos e mortes

Para se pensar sobre adoecimento e morte de socioeducadores no DEGASE, é antes necessário considerar as condições de trabalho nas quais estão inseridos. Não podemos perder de vista que a própria instituição exerce um sofrimento psíquico sobre os socioeducadores. Durante as entrevistas, foi possível escutar muitos relatos de abandono e sentimentos de solidão, vindo dos diversos setores. Como pesquisadora e socioeducadora do DEGASE, observo o quanto os espaços são fechados, gradeados, com pouca ventilação, unidades com grandes corredores, salas de atendimento com pouca acomodação e pequenas, os refeitórios possuem cheiro de gordura. Quando estamos trabalhando também temos um sentimento de privação de liberdade. O olhar através das grades é adoecedor.

> Às vezes você tem do lado alguém que está em sofrimento, terminando um relacionamento, um casamento ou teve uma perda familiar como eu mesmo. Eu tive perdas enormes durante minha trajetória de vida. No DEGASE, perdi minha mãe, entendeu? Perdi familiares muito próximos agora com a covid. Isso tudo é para falar também do adoecimento que a gente passa nesse espaço. Quantas vezes eu também já tive momentos de extrema ansiedade, sentimento depressivo de insônia, de não dormir a noite toda, de questionamento de lugar para onde eu vou, o que que eu quero mesmo? E trabalhar onde a gente trabalha faz adoecer. Sim, eu tive e tenho muitos colegas que adoeceram. Tem colegas que comentam muito timidamente muito sofrimento, né? E em concomitância com o trabalho, o sofrimento que a gente vê no nosso público-alvo, que é o adolescente, nos faz adoecer mais, nos faz sentir impotentes, nos faz sentir pequenos, nos faz sentir, enfim, inúmeros sentimentos, não é? (Entrevista realizada em 20/06/2023)

> Eu fiquei um tempo afastado em virtude do Covid, 14 dias, e me levou a uma reflexão de que eu estava mal de saúde ano passado, e esse ano estava sempre com muita dor de cabeça, sempre com muita ansiedade, dormindo muito pouco, às vezes a gente dá um passinho para trás e depois dá dois para frente, achei melhor naquele momento ali para não agravar a situação. Sinceramente, eu tirei um mês de férias [...] eu consegui tirar um mês e meio de férias, não marquei nem RAS, 30 dias mesmo fora de sistema, e depois vim para o Criaad. Eu confesso que nesses dois meses, já consigo dormir 8 horas por dia, 7 horas por dia e já estou muito melhor, muito melhor. Minha pressão batia 18 por 12 direto, 17 por 10 lá no Padre, agora bate sempre 13, máximo 14. Realmente, assim, se você conversar com qualquer pessoa que passou pelo Padre, a unanimidade, inclusive o corpo, da parte de saúde também, porque é puxado lá, ele adoece mesmo, infelizmente, é um lugar que adoece mesmo. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

Os relatos acima mostram depoimentos de dois socioeducadores que se perceberam adoecendo, ambos relatam ansiedade e problemas ligado ao sono, além de pressão alta e sentimento de desamparo. Alegam conhecer muitos colegas que adoeceram por conta do trabalho no sistema socioeducativo. Um dos entrevistados associa seu adoecimento à unidade em que estava inserido, e esclarece que após as férias e a mudança de unidade, seu estado

melhorou. É perceptível que algumas unidades apresentam maior proporção de estresse que outras, as estruturas e os relacionamentos com equipe e a direção também contam para o adoecimento do socioeducador. Ribas Feijó et al (2017), Rangel Silva (2023) e Olga Tavares (2019) realizaram pesquisas sobre a saúde dos trabalhadores do sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente. Ambas as pesquisas apontaram como riscos para o adoecimento destes trabalhadores: o contato com os jovens como possível gerador de estresse ocupacional; alta exigência entre os servidores; exposição à violência; insatisfação com a jornada de trabalho; insalubridade no local de trabalho; insegurança no local de trabalho; pouca solidariedade entre os colegas no ambiente laboral; sobrecarga de trabalho e excesso de burocratização no trabalho.

René Mendes (2020) esclarece que a precarização nas condições de trabalho aliada às relações de trabalho e ao desgaste mental aponta para a tendência do crescimento de dois grupos ligados a sofrimento, adoecimento, incapacidade ou morte de profissionais na atualidade: o primeiro grupo seria das "patologias da sobrecarga e do desgaste (fadiga física e mental, lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, Síndrome de Burnout e mortes por exaustão e excesso de trabalho, entre outras)"; o segundo grupo estaria ligado às "patologias da solidão ou silêncio (transtornos mentais depressivos e suicídio relacionado ao trabalho, entre outras)". (MENDES, 2020, p.98)

> Eu vi aqui quando o diretor faleceu. Não veio ninguém aqui dar uma palavra, nem mandar um e-mail, uma mensagem. Tudo bem, fizeram uma nota, uma homenagem no Instagram e no site do DEGASE. [...]A gente estava em pandemia, também perdendo colegas por Covid, não foi o caso dele, né? E estavam tendo outros lutos, digamos assim, uma indiferença. Talvez até uma indiferença meio patológica. Isso é uma forma de violência. Este espaço marca muito esses comportamentos e essas coisas, e parece que é uma cultura, né? Que a gente fica bem segurado nela. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

A entrevista acima fala da dor de perder um colega de trabalho, no caso o diretor, e aponta o desamparo que a unidade sofreu em decorrência de não receberem um apoio da gestão do DEGASE. Alega que era época de pandemia e que muitos outros socioeducadores faleceram, e a falta de vivenciar o luto do diretor na unidade, de forma coletiva, com o amparo de representantes da gestão do DEGASE, foi percebida como uma violência, assim como a forma distanciada de lidar com outras inúmeras perdas.

5.4.2 Os socioeducadores e sua relação com o Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador (NUPST)

Ao iniciar a escrita sobre o NUPST, um setor de extrema importância para os socioeducadores, o que mais me chamou a atenção foi a falta de material produzido sobre esse setor. Foi possível encontrar no site do DEGASE uma página contendo informações básicas sobre o trabalho do NUPST. Pertencente à Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social (COOSIRS), foi criado em 2007. São suas atribuições: "desenvolver ações de promoção, prevenção em saúde, vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária e educação em saúde voltada ao trabalhador e trabalhadora do DEGASE"[64]. Também é seu objetivo o trabalho interdisciplinar e intersetorial.

> A história do NUPST, na verdade, ele não foi criado assim, vamos fazer o núcleo de saúde do trabalhador. Pela história que eu me apropriei, tanto de leitura e tanto de fala das colegas que aqui estavam, foi assim. Começou com a iniciativa de uma médica, atendendo os servidores por conta própria, iniciativa dela, porque ela viu necessidade disso, sabe? E ela começou a atender com esse olhar mais voltado aos servidores. Aí depois, teve uma mudança aqui na coordenação de saúde, e aí tinha uma psicóloga também que teve um olhar voltado aos trabalhadores. Aí se juntou essa médica com essa psicóloga, assim com as iniciativas delas, né? Com esse olhar para os trabalhadores. E aí começou ali um setor, um atendimento para os profissionais. E com o tempo, isso foi criando corpo. Tanto é que aí quando eu cheguei já existia esse corpo, né? Na verdade, elas fizeram parte dessa luta de fortalecer o NUPST, de pedir mais profissionais, de fazer a instituição entender que esse local precisa também de investimento. Essa luta continua, inclusive, mas certamente eu estou aqui hoje porque elas fizeram parte dessa luta. A gente começou a redesenhar o trabalho, né? Os projetos que a gente vai fazer agora têm mais, um pouco mais de gente. (Entrevista realizada em 17/08/2023)

A entrevistada conta a história da criação do NUPST, é possível perceber que sua criação se deu por iniciativa dos próprios socioeducadores que, percebendo a necessidade do cuidado da saúde dos socioeducadores, foram se mobilizando, informalmente até chegarem a institucionalização do setor. É fundamental ressaltar a importância desse setor inclusive como um ato de resistência dos trabalhadores, de autocuidado do socioeducador, e que acaba por apontar as fragilidades institucionais.

> Isso não é uma denúncia, isso é uma constatação. A gente adoece, sim. O que faz com que o agente derrame sobre aquele adolescente toda a sua ira! Ele está doente. O que que a gente pode fazer com ele, né? E aí, existe o NUPST, que é o núcleo de saúde, né? Mas o servidor público muitas vezes não acessa por vergonha. Eu tenho uma amiga que está passando por um grande problema, ela já pensou até em dar cabo da vida. E aí eu liguei para o NUPST, eles estão auxiliando. (Entrevista realizada em 09/08/2023)

[64]Fonte: https://www.degase.rj.gov.br/node/198 Acesso em: 16/09/2023

O diálogo acima demonstra que o NUPST, hoje em dia, ocupa um lugar diferenciado e que é visto com certo valor pelos socioeducadores. Mas, como discutimos acima, a lógica do silenciamento do que é produzido dentro das unidades se estende aos socioeducadores que, em muitos momentos, não conseguem ou não se sentem à vontade para explicar suas dificuldades. Afinal, o NUPST está dentro do DEGASE.

Na pesquisa de Francyne Andrade (2023) sobre a atuação da psicologia no DEGASE, há relatos de psicólogas que se queixavam do distanciamento do NUPST em momentos cruciais para a instituição, como por exemplo a falta da presença do setor para auxiliar os socioeducadores após rebeliões. Porém, a autora pontua a dificuldade que o setor apresenta em alcançar a todas as instituições, uma vez que "por ser um dos espaços que vai na contramão das práticas mais comuns no DEGASE, à medida que é pensado para promover saúde (e vida) em uma instituição que existe para punir e encarcerar, não escapa às tentativas constantes de esvaziamento do que poderia ser potente ali." (ANDRADE, 2023 p.150)

> Dentro da minha vivência aqui no DEGASE, eu percebo que os trabalhadores também são aviltados dos seus direitos, eles também têm questões. São pessoas com famílias, são pessoas passando por situações de perdas ou separações. E qual é o olhar da instituição para isso, né? Então, assim, na minha trajetória aqui dentro, me marca muito, sabe, acolher uma pessoa e ver que ela só necessita só entre aspas, né? Ela só precisa naquele momento, de um olhar de acolhimento, sabe? De alguém olhar para ele, enxergar como sujeito. Não é uma máquina, o meu usuário aqui do serviço eu atendo que seria considerado meu usuário, é o meu colega. Entendi o quanto é desafiador e é rico e o quanto isso me fez crescer. [...] quando a gente fala de saúde do trabalhador, a característica é de prevenção e promoção em saúde, a gente aqui não é perícia, a gente aqui não é a saúde ocupacional, e sim o objetivo de promoção em saúde, a importância de atividades em grupo, atividades coletivas, atividades, promoções, saúde nas unidades. Mas muitas pessoas chegam até a gente já adoecida, né? Já passou por uma questão e às vezes, na maioria das vezes, questões muito sérias, né? A gente percebe no desenvolver o quanto as relações institucionais influenciam em parte nesse adoecimento, né? (Entrevista realizada em 17/08/2023)

A entrevista acima nos dá a noção das atribuições do NUPST, quanto à prevenção e promoção à saúde. Esse setor desenvolve várias atividades de apoio e acompanhamento de saúde do trabalhador. Entre seus projetos, destaca-se a "saúde em movimento", o Núcleo também acolhe e encaminha os socioeducadores para os serviços de saúde mental dos municípios. E participam de diversas campanhas voltadas para a área da saúde, como prevenção ao suicídio, saúde mental, Covid 19. Na pesquisa realizada por Olga Tavares (2019, p.62), apareceu como demanda dos agentes de segurança socioeducativo um atendimento mais constante do NUPST com uma equipe mais completa "formadas por médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais da área de saúde destinadas ao atendimento dos trabalhadores, formando uma rede de apoio médico-assistencial". É notório o quanto há proximidades entre

as pesquisas de Tavares (2019), Vinuto (2019), Francyne Andrade (2023) no que tange às queixas de ausência de assistência na percepção dos socioeducadores. O NUPST é fundamental para os socioeducadores que transitam em uma instituição com alto potencial de adoecimento e de violações dos direitos de quem nela convive. Contudo, observamos um esvaziamento de socioeducadores trabalhando nesse setor para atender à grande demanda de socioeducadores, o que nos faz questionar: estará mesmo a gestão atenta à importância do NUPST? Uma vez que entendemos esse setor como espaço de resistência ao sistema socioeducativo, que é um lugar de adoecimento, e ao próprio DEGASE, que objetifica seus socioeducadores.

5.4.3 Pandemia Covid-19: possibilidades de novos movimentos?

Durante a pandemia da covid-19, as pessoas mais atingidas foram a população mais pobre, moradores de favela e periferia, muitos com trabalhos informais, com baixa renda e sem acesso a quase nenhuma garantia de direitos, ficaram expostas a toda e qualquer tipo de contaminação. Em vários estudos, foi constatado que as maiores vítimas foram as pessoas negras e pobres. A negação dos governantes em reconhecer a imensidão do problema levou à morte milhões de brasileiros (BOSCHETTI e BEHRINGB, 2021). A desigualdade social nunca foi tão escancarada, enquanto as pessoas com melhores condições assistiam pela TV ou redes sociais tudo o que acontecia, protegidas em seus lares, comunicando-se por lives e isolando em quartos dos cômodos de sua residência um familiar que por ventura se contaminasse. Nas favelas e periferias, não havia espaço para isolamento, nem condições para se parar de trabalhar, já que os poucos trabalhos restantes eram o sustento de muitos, casas com um cômodo abrigavam a todos, inclusive os infectados. Quando começaram a chegar algumas tímidas providências governamentais, milhões de pessoas já tinham entrado para a estatística mostrada todos os dias nas mídias, a qual não parava de crescer de forma assustadora. É evidente que não existe nenhuma negação de que muitas pessoas de maior poder aquisitivo foram a óbito e muitos também se contaminaram, mas as estatísticas são claras, não podemos dizer que a pandemia atingiu a todos de forma democrática.

O DEGASE como uma instituição atravessada por uma sociedade, que reflete seus valores e acontecimentos sociais, também foi afetado bruscamente pela pandemia da covid-19.

> Para mim foi muito difícil, a gente teve que se reorganizar completamente, a gente ia o tempo inteiro tentando organizar a confusão que ficou. Porque todos os dias tinham protocolos diferentes, tinham demandas diferentes, porque uma equipe ficou remota, quem vai organizar. O medo de pegar a doença, e as pessoas adoecendo. E as nossas próprias atitudes, porque é isso, a gente que ficou vindo, pensava quem vai ser o primeiro que vai se contaminar? Então, foi um momento muito difícil para a equipe de ficar o tempo todo pensando como organizar isso, usa máscara, não usa máscara, tem álcool gel, não tem álcool gel, como vai passar, como vai organizar o prontuário. O tempo inteiro repensando e com uma sobrecarga de trabalho maior, com a chamada de atendimento maior, ela tem que atender mais adolescentes. Porque não tem atividade, porque não sei o que lá, então para a gente foi uma situação imensa, imensa nesse período, e graças a Deus a gente não adoeceu, mas foi bem difícil. (Entrevista realizada em 27/07/2023)

> Tinha gente que não se protegia, que não usava máscara, os adolescentes que não tinham os equipamentos necessários. E também de alguma forma relativizavam. Então, isso foi criando aí também questões, até por causa da polarização, que graças ao nosso querido presidente, tivemos questões mais difíceis de manejar também. A pandemia foi impactante, acho que também foi um momento de a gente estar mais próximo do que é um confinamento, que é o que os garotos vivenciam, e foi aumentado também, com essa ausência de cursos, atividades, tudo foi suspenso. (Entrevista realizada em 20/06/2023)

As duas entrevistas apontam todo o impacto sofrido no DEGASE pela pandemia. As falas manifestam a necessidade de todos precisarem se adaptar às novas regras. Tudo era novo para todos, as normativas iam sendo feitas, e as unidades e os diversos setores buscando se organizar para cumpri-las. Uma mudança brusca em uma instituição que tem como principal parâmetro as regras do fazer diário, de uma rotina preestabelecida, mexe com todos, e traz como principal adversário a insegurança, o medo do desconhecido, de ser o próximo a adoecer. E, ainda, vivenciar em um espaço de confinamento questões ideológicas, que colocaram em risco a todos, mesmo quem se protegia e tinha total consciência da gravidade da situação. Muitos socioeducadores do DEGASE faleceram de Covid 19, e muitos adoeceram, tantos outros ficaram com sequelas. Ainda que não tenha conhecimento de uma estatística oficial de quantos socioeducadores faleceram por Covid, tenho registro pessoal de que até 2021, sete socioeducadores faleceram. E vários relatos informais de socioeducadores que adoeceram, e outros que perderam familiares, muitos desses acham que infectaram seus familiares.

Ainda que não haja explicação e nem pesquisas sobre o ocorrido, convém lembrar que no início da pandemia de Covid-19 havia uma expectativa de grande mortalidade de internos nos sistemas prisionais no Brasil. Apesar das condições precárias e superlotação, nem no sistema prisional e nem no sistema socioeducativo em unidades privativas de liberdade isso parece ter ocorrido.

> Era adolescente descompensando, né? Em necessidade de proteção às famílias, a visita foi suspensa. A gente chegou num momento em que a metade dos adolescentes tinham questões de saúde mental na unidade, muitas questões de automutilação. Tem

> uma questão que a gente observa também, adolescentes muito vulneráveis, com pouquíssima relação familiar. Era a ausência da ausência, porque não tem nem para quem ligar. (Entrevista realizada em 13/07/2023)

> Eu tenho muita saudade da minha equipe anterior, porque esses dois últimos anos a gente está aí na pandemia, então nesse ano e no ano passado, o trabalho com as equipes ficou muito afastado, a gente está num grupo menor na fronte, então as equipes estão diferentes no seu dia a dia de trabalho por conta da pandemia. Eu sinto muita falta do grupo anterior, era um grupo grande, a troca era muito rápida no trabalho. (Entrevista realizada em 14/06/2023)

Os dois relatos acima falam da questão da saúde mental tanto do adolescente quanto do socioeducador, provocados pelo maior confinamento, pelas incertezas, sentir-se mais vulnerável, e a concretitude da finitude. Sabemos que todos nós vivenciamos isso de perto na pandemia, mas em espaços de aprisionamento onde muitas pessoas estavam obrigadas a conviver, e apesar disso, o sentimento de solidão ampliado, provocando adoecimento. A Coordenação de Saúde do DEGASE lançou em 2020 um boletim informativo "Ações de Enfrentamento da Pandemia do Covid-19 em Unidades de Privação de Liberdade do DEGASE". Nele consideraram que a suspensão da visita familiar e da escola, entre outras medidas que ampliaram o isolamento social, além do medo de adoecer, da família adoecer e de perder familiares intensificaram o adoecimento psíquico do adolescente, causando estresse e ansiedade. Também o boletim aponta trabalho desenvolvido pela psicologia com os socioeducadores, por meio de reuniões online com a equipe (DEGASE, 2020, p.27).

> Mas acho que foi produtivo também com os adolescentes no sentido de que a gente foi discutir inclusive a empatia, discutir por que que a família não estava presente, pensar o cuidado com o outro, que tem garotos que às vezes usam as famílias muito como suporte para conseguir coisas, né? É a televisão, é o chinelo. A gente poder trabalhar com ele, que a família dele precisa estar protegida e que ela vai vir e que ele vai ter que conversar sem ficar pedindo coisas, porque às vezes é isso. Aquele que estava na ligação também foi uma estratégia interessante que a gente pôde trabalhar, pelo menos assim eu consegui, em alguns momentos, trabalhar com isso, dele realmente se preocupar com a família, né? Não só ser um acessório para conseguir coisas. E eles chegaram também a acessar outros familiares, né? (Entrevista realizada em 14/06/2023)

> Na pandemia a gente teve muitos percalços, mas fica a essência do trabalho da disponibilidade de se pensar em alternativas. A gente é uma equipe que se antecipa, já pensa e não espera, não precisa de diretor pra mandar a gente fazer, há problema a gente resolve. A pandemia colocou certas imposições, a gente foi se reorganizando e esse é um dos poucos momentos aqui que paramos, a unidade de fato não parou. Foi exaustiva e nós fomos incansáveis, porque é uma característica muito daqui dessa equipe a gente quer essa frente, uma frente, uma coisa assim uma unidade. (Entrevista realizada em 11/07/2023)

As narrativas acima demonstram que em meio a tanto sofrimento, foi possível enxergar flores entre as pedras. A equipe achou caminhos de levar os adolescentes a pensar no cuidado

de si e do outro. Do mesmo modo a equipe se fortaleceu, precisou unir-se e saber que era necessário reinventar a sua prática, mas era preciso contar com o outro para conseguir sucesso.

> Na pandemia, a semiliberdade pode mandar os adolescentes para casa e a semiliberdade funcionar com os funcionários apenas orientando da própria unidade, por telefone, por WhatsApp, ou por computador, pelas mídias sociais. É o acompanhamento da medida socioeducativa, sendo que na internação não. Teve que ficar lá trabalhando na internação correndo risco de pegar a Covid. Tudo bem que o STF, Supremo Tribunal Federal, que na época era o Fachin, fez uma medida de ir para casa todos os casos que pudessem ir, com estudo de casos sobre situações gravosas, menos gravosa, e mandou para casa todos que puderam enviar. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

Cabe ressaltar que nas unidades de semiliberdade, os adolescentes foram liberados para cumprir a MSE de casa, e continuaram sendo acompanhados pela equipe técnica.

> Os maiores de 60 anos poderiam trabalhar *home office*, e eu fui contemplada com esse decreto. Eu fiquei um ano e meio trabalhando em *home office* durante a pandemia. E aí atendia, fazia todo o meu trabalho, inclusive o atendimento da família. Eu comprei um chip inserido no meu smartphone e ligava para as famílias do meu celular, lógico, com outro número para manter o sigilo e não ser importunado no meu privado. Eu fazia contato com a família, conversava sobre o adolescente, elaborava relatório, atendia videochamada. Os adolescentes da minha equipe técnica e durante um ano e meio foi a contento o meu trabalho. (Entrevista realizada em 14/08/2023)

> A gente vai tirar um aprendizado da pandemia, e principalmente quem trabalhou de forma remota, usando a tecnologia, e eu me vi até usando um grupo de mães via Whatsapp de Covid. Então acho, assim, veio, e a gente tem que tirar uma coisa boa da dor, né? Acho que seria para um aprendizado. Para a sociedade foi muito ruim, os meninos ficaram com visitas suspensas, a gente teve que fazer contato com as famílias, porque o telefone era o único contato que um adolescente tinha. Famílias com dificuldades financeiras, porque muitas das nossas famílias que a gente acompanha trabalham informalmente. Então eu conversei com algumas mães que falaram que não tinham trabalho, porque não tinham conseguido. Estava todo mundo em casa, e assim, o curso, a escola, os cursos de profissionalização foram suspensos. (Entrevista realizada em 14/06/2023).

As entrevistas discorrem sobre os trabalhos dos socioeducadores realizados em *home office*, o contato feito com as famílias e adolescentes de forma remota. O DEGASE teve amparo por decreto estadual, e 298 socioeducadores que pertenciam ao grupo de risco ficaram afastados e passaram a trabalhar remotamente (DEGASE, 2020, p.27). Segundo Daiane Oliveira (2020), o DEGASE teve uma série de protocolos, diretrizes e planos operacionais padrões no enfrentamento a Covid-19, os quais direcionaram condutas diferenciadas nas unidades de forma a minimizar e coibir a infecção de socioeducadores e adolescentes.

> A gente pode tirar alguma coisa de positivo dessa situação, por exemplo, fazer contato com o menino, reunião online, e atender online, apesar de ter uma sala mais sigilosa,

> outra não. Uma coisa ligada à tecnologia melhorou. A gente abriu um espaço para entrar na tecnologia. (Entrevista realizada em 27/06/2023)

> A gente teve uma experiência que foi a pioneira do DEGASE, que foi criar alternativas nesse contexto de crise, que foi a construção do grupo de famílias de WhatsApp por um diretor, e também esse contato sistemático diariamente, que oportunizasse semanalmente que o garoto falasse com as famílias. E que isso, até inicialmente, para mim, foi muito impactante, porque eu vi colegas técnicos não quererem participar desse processo. Eu tenho uma experiência que eu trabalho em um hospital, e eu lembro perfeitamente de como as famílias ficavam desesperadas sem ter notícia do seu ente querido que estava internado com Covid. Então, eu me colocava no lugar dessas famílias de não ter visitas, ter as visitas proibidas, que as visitas foram suspensas, pelo decreto, com a pandemia, e de como é para essas famílias. O caminho que elas tinham para ter notícia dos filhos delas era pela ligação, desse telefonema que a gente fazia. É claro que era muito danoso para a gente, muito cansativo. O que depois, com o tempo, foi de a gente pensar e envolver outros atores também. O agente também participar desse contato da ligação, de não ficar só com o técnico, mas me chamou a atenção do técnico querer se distanciar também disso desse momento de crise, de calamidade que a gente vivenciou. Isso foi replicado para as outras unidades, que o diretor-geral gostou, que é isso que circulou nos corredores. Que o diretor gostou dessa ideia dessa unidade, mas que teve outras pessoas que ficaram com muita raiva. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

> O grupo das famílias existe até hoje, que foi inicialmente para dar notícia dos adolescentes e aí virou um grupo de comunicações, das principais comunicações que geram em torno da unidade. Até porque, assim, a questão de tecnologia e da realidade das famílias, hoje as famílias não têm mais telefone fixo, e às vezes o telefone celular a gente não consegue fazer uma chamada normal, às vezes só por Whatsapp. São famílias que usam a internet do vizinho, a internet roteada de não sei de onde, então o WhatsApp é um instrumento que a gente consegue manter o contato com esses familiares. (Entrevista realizada em 31/07/2023)

Os três relatos mostram os movimentos provocados pela pandemia, formas de atuação dos socioeducadores, antes inimagináveis. Lembro que não era permitido dar nenhuma informação por telefone, diziam que nós não tínhamos como saber quem realmente estava por traz daquele telefone; por várias vezes vi mãe retornando porque estava com a cópia da certidão do filho e só era possível aceitar a original; adolescente ao telefone falando com a família, nunca imaginaríamos ser possível; o uso das redes sociais para que o adolescente conseguisse achar algum parente ou conhecido para enviar recado para família. Tudo isso eram coisas que não conseguiríamos acreditar ser possível. Após voltar da licença, me deparei com toda essa realidade.

A pandemia trouxe novos contornos para as práticas do departamento, as videochamadas foram incorporadas aos atendimentos dos adolescentes e estenderam aos familiares a possibilidade de se verem pela videochamada. O contato com familiares via WhatsApp passou a ser uma nova modalidade de atendimento e aproximou aqueles familiares que tinham mais resistência aos atendimentos. Tudo ficou mais célere, o adolescente tem contato mais frequente com a família, as demandas de documentos são suprimidas rapidamente,

pois quase tudo se pode enviar pelo WhatsApp. As demandas familiares e da equipe são rapidamente resolvidas. Quantos aos socioeducadores, as reuniões de equipe por vezes podem ser feitas de forma híbrida para que todos possam participar, muitos cursos e palestras passaram a ser online. E as demandas de serviço também passaram a ser resolvidas rapidamente a qualquer hora, basta uma mensagem no grupo de trabalho. Até mesmo as unidades passaram a atuar com o número de vagas previstas, por conta da regulação de vagas.

Mas como diz Juliana Vinuto, há um outro lado da moeda. As famílias passaram a vir menos nas unidades, devido à dificuldade de locomoção, por conta muitas vezes da distância da unidade onde está o filho. Às vezes a equipe também não marca atendimento presencial, pois pode ser atendida via videochamada. Os espaços da escola de gestão socioeducativa parecem esvaziados, quando na verdade a escola está fazendo várias atividades, em sua maioria online, em que alcança o maior número de socioeducadores. E os socioeducadores, assim como toda a sociedade, acostumaram-se a trabalhar 24h, uma vez que rotineiramente se passam mensagens fora do horário de serviço, inclusive em finais de semana. As reuniões online não são contabilizadas como hora de serviço, uma vez que não se tira folga daqueles horários dedicados à reunião.

E cada vez mais os encontros presenciais vão ficando escassos, as conversas das rodas de café vão se perdendo, a euforia do adolescente tentando ver sua mãe em dia de atendimento vai ficando só na memória dos adolescentes e da nossa. O mundo atrás das telas é importante, mas o cheiro de gente nos dá vida, é importante para toda a comunidade socioeducativa.

5.5 **Movimentos de resistência: Associação dos Servidores do DEGASE (ASDEGASE); Sindicato dos Servidores do DEGASE (SIND-DEGASE); Fórum Permanente Pró-SINASE da Baixada Fluminense (FÓRUM PRÓ-SINASE); Associação Fluminense de Estatutários que trabalham como Operadores da Socioeducação (AFETOS)**

Os movimentos iniciam-se com objetivos claros e definidos, com iniciativa de pequenos grupos, contudo ao se institucionalizarem, a maioria passa a ter como objetivo a sua manutenção e para isso relativiza seus objetivos iniciais. O Estado, por sua vez, para que não haja verdadeiras revoluções, pactua algumas questões por vezes de pouco efeito para o Estado, mas para o grupo militante são grandes conquistas, e aos poucos sua luta se transforma em busca de sua manutenção, e os pactos com o Estado vão, a seu turno, tornando-se cada vez mais

alargados, e com poucas vantagens para os membros dos grupos. Pois, uma vez institucionalizados, raramente conseguem manter-se fiéis às propostas originais, pois sua maior luta agora é para manter-se e não sucumbirem (LAPASSADE, 1977).

O DEGASE apresenta histórico de movimentos de resistência de vários grupos de socioeducadores, que sempre buscaram lutar pela garantia de direitos para toda a categoria, muitas vezes violados pelo Estado. Vale ressaltar que o objetivo deste tópico é mostrar os movimentos criados pelos socioeducadores ao longo desses anos, sem, contudo, discutir lutas de classes de trabalhadores atravessadas por questões ideológicas e políticas de uma forma mais abrangente.

> Nós não tínhamos um plano de cargos e salários. Quando foi uma determinada época, nós nos unimos e montamos a associação dos servidores do DEGASE, a área de DEGASE. Montamos essa associação, fizemos o plano de cargos salários, correndo porque tinha um prazo e ficamos um pouco mais amparados nesse aspecto. Porque o DEGASE sempre foi para o Estado uma instituição muito tipo num limbo, sabe? Nós não somos uma Secretaria, nós somos um departamento, que hora estamos na educação, hora estamos na segurança. Então, assim, a qualquer momento, tudo muda na nossa vida. Então, nós precisávamos desse plano de cargos e salários para a gente ter políticas específicas para a nossa vida funcional. Fizemos a associação, criamos esse plano de cargos e depois essa associação se transformou num sindicato. (Entrevista realizada em 12/09/2023)

O relato acima descreve como começou o primeiro movimento de servidores do DEGASE, um grupo de socioeducadores uniram-se para discutir as condições de trabalho e salário, muitas vezes faziam-se reuniões na porta do DEGASE, os socioeducadores iam juntando-se aos poucos, até chegarem a formar as grandes assembleias. Segundo a narrativa dos socioeducadores que fundaram a associação, nesse grupo havia socioeducadores de todas as categorias, com aderência também de um grande número de socioeducadores das diversas categorias do DEGASE. Assim, em abril de 2003, foi criada a Associação dos Servidores do DEGASE (ASDEGASE). Segundo um histórico apresentado no site do DEGASE,[65]a ASDEGASE teve suas atividades suspensas em dezembro de 2004, sendo reativada em março de 2005 com a criação de um Conselho dos Servidores do DEGASE para esse fim. Em novembro de 2006, a ASDEGASE, por meio de assembleia geral, se transforma em SIND-DEGASE.

> Na transformação da associação para o sindicato, sendo os agentes de segurança socioeducativos a maioria, nós temos um número de mais ou menos dois mil servidores. Mas os agentes representam aí oitenta por cento, diria, setenta por cento.

[65] Fonte: https://sinddegase.org.br/historico/#historico. Acesso em: 28/09/2023

> E aí, o sindicato ficou majoritariamente, assim, composto pelos agentes, e desenvolvendo políticas próprias para atender aos objetivos dos agentes. O que eu considero normal, porque, como são a maioria, é uma categoria unida, uma categoria que tem objetivos bem específicos, eles lutam pelo que eles acreditam. Eles acreditam que o DEGASE tem que ser a área de segurança por motivos óbvios, eles lidam com os garotos na tranca, ficar na tranca é levar e buscar o adolescente. E aí eles acreditam que a socioeducação começa com a segurança. Eu discordo, acho que nós temos que ter a socioeducação na base, porque senão a gente não vai conseguir transformar. (Entrevista realizada em 15/06/2023)

A fala acima esclarece que devido ao fato de a categoria de agentes de segurança socioeducativo ser maioria, o sindicato foi aos poucos lutando por interesses mais ligados aos agentes de segurança socioeducativo. De acordo com Gelsom Almeida (2010), os movimentos sindicais tinham como base, em especial, a partir do final dos anos 1970 e ao longo de toda a década de 1980, o binômio negociação e confronto. O confronto era a forma que utilizavam para mobilizar a categoria, em que acumulavam forças para negociar com as bases mais favoráveis. Caso o sindicato representante dos trabalhadores não conseguisse força ou condições suficientes para o confronto contra os empresários (ou o Estado), buscava-se uma negociação, em que sua situação apresentava-se mais frágil ou inferior. Juliana Vinuto (2019, p.171) pontua que o sindicato ainda é a maior representação dos trabalhadores, porém, estes não se utilizam mais do confronto para conseguir seus objetivos, mas sim de acordos coletivos e negociações.

Em 2006, época da criação do SIND-DEGASE, a política socioeducativa passava por grandes transformações. A região da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro também acompanhava essas mudanças, entre elas a criação do Fórum Permanente Pró-SINASE da Baixada Fluminense (FÓRUM PRÓ-SINASE).

> O Fórum Pró SINASE? Nós fizemos parte (risos), era uma referência de articulação, ele se perdeu pela própria descontinuidade de vários fatores né? Nós que saímos desses atores, os CREAS também tinham uma grande rotatividade de seus profissionais, e uma falta de uma consolidação orgânica mesmo do fórum. O material do fórum está todo comigo, as atas, tudo, não tive coragem de mexer nisso, se você quiser... Eu não consigo ler, não consigo mexer. [...] Ele tinha uma construção interessante, tinha seus equívocos como tudo tem, mas era interessante. Tinha um caminho a seguir, mas como essa fragilidade institucional, não só dos CRIAADs mas de outros, perdeu, né? Perdeu, aí dá um sentido de frustração de não ter seguido um caminho, mas também, claro, um monte de outros movimentos sociais que também se perderam no caminho na Baixada Fluminense, mas a experiência de discutir casos, de fazer articulações, articular os CREAS, o encontro das pessoas para falar das suas experiências, eu acho que poder construir algo que pudesse ser comum a todos, tinha um lugar comum, mas quem sabe? (Entrevista realizada em 17/01/2021)

A narração acima é decorrente de uma entrevista com um dos fundadores do Fórum Permanente Pró SINASE, do qual eu também fiz parte. Esse[66] fórum foi criado em 2008, tinha como proposta ser um espaço para articulação de rede no campo das medidas socioeducativas em meio aberto na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Cabe-nos ressaltar que tudo aconteceu em uma época de grandes modificações no cotidiano do sistema socioeducativo, o SINASE havia sido criado em 2006, e as alterações começavam a acontecer, entre elas o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade) que estava em franco desenvolvimento Os CRIAADs precisavam se adequar a essa nova realidade, pois já não eram mais os executores das medidas socioeducativas em meio aberto, e precisavam dar suporte aos CREAS (Centro de Referência especializada de assistência social) que assumia essa nova função.

Eram articuladores permanentes do Fórum Pró SINASE, socioeducadores do DEGASE lotados nos CRIAADs Nilópolis, Caxias e Nova Iguaçu. Acreditávamos que em uma rede não há donos ou créditos individuais, as relações se davam em linha horizontal e as portas necessitavam ser abertas para a chegada de novos membros. A rede está sempre em processo de ampliação, é flexível e autônoma, como nos ensina Rizzini (2006, p.112): "As redes são formações dinâmicas e flexíveis, com continuada renovação dos participantes, o que requer certos cuidados para sua continuidade".

O fórum funcionava com reuniões itinerantes e mensais, sua composição era formada por instituições com envolvimento na defesa de direitos dos jovens da baixada. Fizeram parte do grupo: Rede Criança Baixada, Projeto Legal, NAV (Núcleo de Atenção a Violência), CREAS de Duque de Caxias, CMDCA de Duque de Caxias, Centro de Direitos Humanos Diocese Nova Iguaçu, Projeto Circo Baixada, CMDCA de Itaguaí, CREAS de Itaguaí, Juizado da Infância e Juventude de São João de Meriti, Conselho Tutelar de São João de Meriti, CREAS de Belford Roxo, Secretaria da Cidadania de Nilópolis, ONG Plantando o Futuro. Estavam presentes também representantes da Universidade, como Instituto de Psicologia da URFJ e UNIGRANRIO. Muitos passaram deixando suas contribuições, outros permaneceram ativos no processo de busca para uma melhor qualidade de atendimento para o adolescente. O fórum era constituído por dois grupos de trabalho: GT1-Mobilização para Elaboração dos Planos Municipais em consonância com o SINASE, e o GT2-Estudo de Caso e Fluxograma de atendimento/Mapeamento de Rede – que tinha como objetivo a troca de experiências, identificar os atores envolvidos no atendimento junto ao adolescente e provocar a articulação

[66] Toda a informação aqui contida faz parte do arquivo pessoal da pesquisadora.

de redes. O fórum permaneceu ativo até 2011, época em que seus membros efetivos (socioeducadores do DEGASE) foram transferidos para unidade da capital.

Em nível estadual, o sindicato continuava a se fortalecer, mas este foi com o passar dos anos tomando como principal meta a luta em favor dos direitos ligados à segurança, e "após muita luta, conquistou o registro sindical em 24 de agosto de 2018 no Ministério do Trabalho e Emprego, sendo um dos poucos sindicatos de servidores públicos no Estado do RJ a possuir o registro sindical" (SIND-DEGASE, 2023).

> Ontem eu estava na rua, resolvendo nossos problemas como sempre, aquele trabalho de bastidores de todo dia. Ontem a gente vinha na ilha, enfim, e no centro também, na Alerj, a gente está sempre de um lado para o outro. Ingressei no órgão em 1998, e claro que a gente passa por todo um momento que a gente ainda era sindicato lá, dos servidores da Secretaria de Justiça. E aí a gente lá em 2003 funda a associação, ASDEGASE e passando a ser SIND-DEGASE, conseguimos nosso registro sindical em 2018, e passa a ser de fato de direito considerado um sindicato registrado no Ministério do Trabalho e Empregos. E todas as lutas que a gente tem feito ao longo desses anos, dessas décadas. É muito bom, sempre quando a gente fala de luta, em prol do serviço público e dos servidores públicos, porque nós estamos aqui, somos servidores até da população, do serviço público. Eu acho que a gente tem que falar quem é que defende, quem é que está ali para que sejam assegurados os direitos desses trabalhadores. O sindicalismo vai se perdendo ao tempo que as coisas vão passando, essas tradições vão se perdendo, ele é um papel fundamental, eu costumo dizer que a ferramenta do trabalhador, do sindicato, já no terceiro mandato, já tenho a caminhada. (Entrevista realizada em 29/09/2023)

O relato acima é do presidente do sindicato, e descreve todo o processo de luta, de sua trajetória como socioeducador, que começou em 98, e luta pelos direitos dos socioeducadores desde então, passando pela associação até chegar ao sindicato hoje. Juliana Vinuto (2019), em sua tese de doutorado, faz um breve levantamento da atuação do sindicato, e aponta que o SIND-DEGASE tem muitas ações ligadas à segurança pública.

> São muitas as ações do SIND-DEGASE que se orientam por tentativas de aproximar o DEGASE do âmbito da segurança pública, e dessa forma atuam ativamente para propor normativamente o enquadramento interpretativo da segurança. Muitas dessas tentativas se apoiam não apenas na preferência pelo campo securitário, mas principalmente pelo argumento de que a aproximação com o quadro da segurança proporcionaria melhorias concretas na realidade vivida pelo trabalhador do DEGASE (VINUTO, 2019, p.168)

Fernanda Santos (2021, p.60) descreve, em sua dissertação de mestrado, que após um incêndio ocorrido na EJLA em setembro de 2020 que resultou na hospitalização de um adolescente ferido, o SIND-DEGASE postou a notícia no Instagram com a legenda: "DEGASE

é segurança pública!". Em um julho de 2023,[67] a Comissão de Direito Socioeducativo da OABRJ realizou um seminário cuja temática era "O socioeducativo e a segurança". Na mesa estava o presidente do SIND-DEGASE, e na placa para sua identificação estava escrito "Presidente do sindicato dos agentes SIND-DEGASE". O presidente inicia sua fala dizendo "representar todos os servidores do DEGASE, e não só os agentes", referindo-se à placa à sua frente. Ainda que diga que a fala de o sindicato ser só para os agentes uma "mera narrativa", toda sua fala nesse evento foi dirigida à segurança e a condições de trabalho dos agentes de segurança socioeducativos.

> Quando o sindicato começou a esquecer as outras categorias e pensar só na categoria dos agentes socioeducativos, nós tivemos a ideia junto com colegas inquietos também com essa situação, colegas professores, colegas psicoterapeutas, colegas sociais, psicólogos, bibliotecários, todos os colegas vieram, então nós nos unimos e construímos um movimento. Esse movimento chama-se AFETOS hoje em dia, significa a associação permanente dos operadores do sistema socioeducativo. É composta de colegas concursados [...]E aí nós criamos esse movimento. Não é uma competição com o sindicato, até porque o sindicato tem uma atuação específica, diferente de uma associação, mas nós vamos encampar as bandeiras de luta funcional. Dos servidores que o sindicato, digamos assim, esqueceu um pouco. Então, se o sindicato luta por questões em que ele acredita, nós também vamos lutar por questões em que nós acreditamos. E nós acreditamos em um DEGASE que é socioeducativo. Nós não conseguimos diferenciar a segurança da socioeducação. Não, nós achamos que a segurança tem que estar inserida na socioeducação. Mas de uma forma correta, de uma forma institucionalizada, nós não achamos que tem que ser só segurança. Não é assim. [...] inicialmente, nós éramos um grupo mais ou menos de seis pessoas, sabe? Eram dois professores, eu, uma pedagoga, uma assistente administrativa, depois fizemos um grupo e a gente foi chamando. O movimento cresceu rápido. Quando a gente viu, a gente já estava com um grupo com 100 pessoas. Cresceu rápido porque a gente conseguiu aglutinar todas as categorias. A nossa carta de princípios é muito bacana. É uma carta de princípios que engloba questões sociais. É um movimento muito bacana. Tem dois anos que nós começamos, mais ou menos. Foi antes da pandemia. Aí nós começamos com esse movimento. E, assim, fomos construindo, mas foram acontecendo coisas que nos impediram de fundar a associação. Porque, primeiro, muito nos impactou a morte de uma companheira que foi a fundadora. Então, aí vem a Covid, e nós ficamos fazendo reuniões quase que semanais, só online, mas isso tem dois anos já, sabe, que nós temos a atuação enquanto movimento, movimento AFETOS, com representatividade nas lutas, representatividade na Alerj, enquanto movimento, nós participamos de muita coisa, nós temos muita coisa. (Entrevista realizada em 13/06/2023)

A entrevista acima esclarece que a princípio era só um movimento de socioeducadores que se mostravam insatisfeitos com a falta de representatividade das demais categorias do DEGASE pelo sindicato, contudo, o movimento foi crescendo até vir a ideia de criar uma associação que defendesse a socioeducação como principal eixo na atuação dos socioeducadores do DEGASE. Assim, em 2021 é feito o estatuto da AFETOS, e é criada uma

[67]Fonte https://www.youtube.com/watch?v=f6vgYRwgg9k. Acesso em: 29/09/2023

entidade de defesa dos direitos humanos na socioeducação. O seu estatuto traz em seu artigo 2º -I Representar os interesses e anseios dos associados na luta por condições dignas de trabalho e pelo desenvolvimento de uma socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, buscando sempre a aplicação e o cumprimento das Leis n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (AFETOS, 2021).[68] Desse modo, a Afetos se sustenta em três pilares, a política da socioeducação, o atendimento humanitário do adolescente e a valorização de todos os socioeducadores.

> Nós ainda temos uma grande interrogação, a Afetos não está nesse momento vamos dizer, totalmente assegurada de que ela vai existir por um longo prazo. As entidades elas têm um período em que elas surgem, acabam, é normal isso, mas a gente espera que essa entidade, a Afetos, realmente consiga levar uma mensagem para toda a sociedade fluminense. Para isso ela vai ter que crescer muito, muito mais, e aí a gente não sabe se ela vai alcançar o tamanho necessário para poder levar essa mensagem de defesa da socioeducação com a amplitude que a gente quer. Então a meta é essa, a meta é fazer a entidade crescer nesse momento, que ela tenha condições, estrutura no caso para poder fazer essa defesa na socioeducação; quanto tempo ela vai durar nessa missão, a gente não sabe, a gente só não quer que ela acabe logo, a gente não quer que ela acabe na primeira gestão, a gente quer que ela tenha duas, três, cinco, dez gestões, certo? Eu acho que ela vai ter um papel muito importante que é conseguir passar da terceira gestão, entendeu? (Entrevista realizada em 27/06/2023)

O relato acima aponta a esperança de a Associação Afetos crescer e se tornar uma referência na área da socioeducação, contudo, esclarece que existem incertezas, pois sabem que muitos socioeducadores apresentam dificuldades em entender a Afetos como entidade de defesa dos direitos humanos e que ela não se contrapõe ao sindicato. “A gente nunca jogou contra o sindicato, eu sou sindicalizado até hoje, então é uma prova de que a gente entende a importância do sindicato que a maioria lá continua contribuindo, mas a gente não aceita a visão da atual diretoria” (Fala de um membro da AFETOS).

> Eu acho que nós socioeducadores só chegaremos em algum lugar quando a afetos e o sindicato se unirem, vou falar, agora os aposentados estão sem o direito à qualificação, essa é a hora de eles se unirem. Gente, somos todos socioeducadores precisamos nos fortalecer! (Entrevista realizada em 09/10/2023)

A narração acima aponta a necessidade das uniões das duas entidades para garantirem direitos dos socioeducadores. Ela refere-se à retirada de um direito dos aposentados, a qualificação que atinge a todas as categorias indiscriminadamente. E de uma forma muito coerente, pontua: se somos todos socioeducadores, por que dividir? Ambas as entidades

[68] Material cedido pela AFETOS.

possuem objetivos de melhorar o trabalho dos socioeducadores, o que garante a existência de ambas de forma pacífica. Importante ressaltar que hoje a diretoria do SIND-DEGASE é composta em sua totalidade por agentes de segurança socioeducativo masculino. Seria oportuno que o próprio sindicato garantisse a presença feminina e de outras categorias na direção para se tornar efetivamente um sindicato democrático. "É preciso também dar a possibilidade de a minoria ser ouvida, respeitada, senão vira exclusão, eu e muita gente vinha se sentindo excluída do sindicato, é um direito legítimo da minoria se organizar e lutar pelos seus direitos" (fala de um membro da AFETOS).

-X-X-X-

Durante todo este capítulo, buscou-se mostrar as relações que se formam no interior desta instituição. Apontamos as relações de poder, violências e conflitos. Mas também, muita potência, muita luta por garantias de direitos. Mas algo chama muito a atenção no decorrer deste capítulo: a necessidade de se olhar para os socioeducadores com um maior cuidado. A falta de valorização profissional foi encontrada em todas as falas, o que se torna um fator de grande adoecimento e desistências do trabalho. Há um desgaste coletivo de profissionais que trabalham para além de seus limites, acrescentando-se a isso a pressão constante, a baixa remuneração, a falta de socioeducadores, uma vez que foi demonstrado que o DEGASE trabalha com um quadro totalmente defasado em relação à sua necessidade. E, ainda assim, os socioeducadores do DEGASE mostram um poder criativo, um encanto pela profissão, uma vontade de fazer dar certo, que emociona. Apesar de todas as dificuldades vivenciadas e com muitas falhas que ainda existem, encontrei em sua maioria socioeducadores comprometidos com o trabalho, orgulhosos e muito competentes.

Mas uma coisa é certa, o DEGASE é uma instituição viva, dinâmica e mutável, em constante movimento. Nesses trinta anos, as relações que o compõem se transformaram assim como sua estrutura. Como relata Flavio Heinz e Ana Korndorfer (2014, p.10), é uma instituição que "carrega uma história densa, práticas sociais e uma memória institucional capaz de revelar ao historiador disposto a procurar muito mais do que aparenta representar". E posso afirmar que encontrei muito mais do que pretendia, aprendi com cada entrevista, e ouso dizer que meu olhar do DEGASE, sob alguns aspectos, também se modificou, uma vez que compreendi que, em todos os espaços, há semelhanças e diferenças, avanços e retrocessos, o que permite compreender que uma instituição é formada por diversas histórias em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tentou buscar resgatar a memória que se tenta apagar, como diria Jeanne Marie Gagnebin (2006, p.53) ao citar Heródoto: "não deixar o passado cair no esquecimento. O que não significa reconstruir uma grande narrativa épica, heroica da continuidade histórica". Mas simplesmente tentou-se trazer as lembranças dos socioeducadores para se pensar a partir de suas falas, a prática no dia a dia desta instituição, que na maioria das vezes, não é contada. História que fica na invisibilidade, e parece que apenas as mães dos socioeducandos buscam mostrar, na tentativa de proteger seus filhos que ali estão, as incoerências do sistema e transgressões que acontecem, assim como também aparecem nos grupos de resistências feito pelos próprios socioeducadores, mas aos quais também poucos aderem. A história real só ganha visibilidade quando os próprios adolescentes gritam em uma só voz e se rebelam, fazem rebelião, aí a mídia mostra a inadequação do sistema e toda a violência existente, mas logo cai no esquecimento da sociedade, quando esta acredita que "bandido bom é bandido morto".

Se a sociedade capitalista retirou os caminhos possíveis da lembrança, arrancou e apagou os rastros de toda uma sociedade do início do século passado ao substituir o "sentido de vizinhança por valores ligados a mobilidade, a família larga, extensa por um ilhamento da família restrita, apego a certas coisas, a certos objetos biográficos por objetos de consumo" (Marilena Chaui, 1987, p. XVIII), o DEGASE também tenta apagar os rastros de memória que as instituições produzem ao trocar seus nomes. Já não existe mais Padre Severino? João Luiz Alves? Santos Dumont? As trocas de nomes são possíveis de apagar a memória? Marilena Chaui fala que a memória não é oprimida apenas porque lhe foram retirados seus traços originais, mas porque algo pior sufoca a lembrança: "a história oficial celebrativa dos vencedores busca apagar as lembranças dos vencidos". Não estou dizendo que esta tese contou histórias de vencidos, mas certamente, há uma tendência em acreditar que as notícias como são colocadas no site do DEGASE produzem um discurso legitimado pelo Estado de que o Departamento cumpre os padrões ditados pelo SINASE e o ECA para um efetivo exercício da política socioeducativa.

O principal argumento desta tese foi apontar as práticas vivenciadas pelos socioeducadores e socioeducadoras em seu dia a dia dentro do DEGASE, uma instituição que executa a política socioeducativa do estado do Rio de Janeiro e é atravessada por várias temáticas da ordem do discurso, da ideologia do Estado, de questões relacionadas ao lugar da

socioeducação e, em especial, o lidar com o adolescente que atende. Todas essas questões formam a própria história desta instituição.

Para o desenvolvimento desta tese, decidi trilhar um percurso em que fosse possível refletir sobre cada atravessamento a partir de um diálogo com os socioeducadores do DEGASE.

Assim, iniciei apresentando quem são esses socioeducadores, e logo de início se percebeu a falta de transparência do DEGASE, com coisas básicas, como apresentar quantos profissionais existem e quais as formas de vínculos existentes. Esse fato foi importante, uma vez que os socioeducadores eram os protagonistas da tese, assim como a própria história de uma instituição que seleciona o que pode ou não ter visibilidade para a sociedade. Também foi relevante observar a importância dada aos cargos ligados a segurança que somavam mais de 50% dos socioeducadores. Outro dado expressivo foi a disponibilidade apresentada pelos socioeducadores em participar da pesquisa, e aponto que o fato de eu ser também uma socioeducadora do DEGASE contribuiu muito para esse engajamento. Os laços de confiança e afetos estabelecidos anteriormente propiciaram que os entrevistados demonstrassem mais liberdade em suas falas. E ainda assim, observei a mudança de comportamento quando o gravador era ligado, os entreolhares nas rodas de conversas quando o assunto era mais delicado, ou um sorriso de um colega ao indagar “posso não responder isso?”.

Quanto aos documentos internos realizados pelo DEGASE, foi observado a pouca divulgação, inclusive dentro do próprio DEGASE, o que denota uma concentração de informação entre os setores ligados a gestão. Não só os documentos já produzidos, como os grupos de trabalho montados sem a presença dos socioeducadores dos demais setores, inclusive os lotados em unidades. Hipoteticamente, analisamos ser uma forma de controle da instituição em garantir a aprovação de suas demandas sem maiores contestações, o que evidencia a falta de participação democrática nas decisões das práticas do DEGASE. Ainda que o discurso do departamento divulgue o contrário em suas redes sociais. Muitos socioeducadores relataram não ter conhecimento dos grupos de trabalho formados pelo DEGASE, ou quando sabem, é de um modo informal e, normalmente, não são convidados a participar.

Ainda, seguindo os rastros da trilha que defini para chegar ao meu argumento, refiz a história que antecedeu a criação do DEGASE a partir do processo de redemocratização brasileira. Nesse percurso foi possível encontrar falas de socioeducadores sobre a construção do DEGASE. Foi possível perceber que ainda que o DEGASE tenha sido criado para romper com as práticas vivenciadas pela FUNABEM, cada vez mais ele se assemelha à antiga FUNABEM, com práticas excludentes, violências institucionais e discursos diferenciados do fazer cotidiano. Ao descrever a trajetória do DEGASE, verificou-se que a instabilidade do

DEGASE ao passar por diversas secretarias e gestões contribui para que o órgão não consiga implantar a política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro de forma adequada aos moldes ditados pelas normativas. Observaram-se momentos de uma maior eficácia da implantação de uma política mais voltada para os direitos humanos, ainda que sempre convivesse com a repressão e a violência, mas os movimentos em busca da consolidação da socioeducação eram mais fortes e transparentes. Porém, a pesquisa mostrou que, nos últimos anos, o DEGASE, como uma instituição reprodutora de uma sociedade, passou a privilegiar mais a segurança pública, e a socioeducação passou a conviver timidamente com o Estado penal, fortalecido, bem-organizado e com objetivos claros e definidos, ainda que apresente pequenas ações endereçadas à socioeducação.

Verificou-se o quanto o DEGASE aumentou sua estrutura organizacional, na atualidade, conforme a fala de alguns socioeducadores ligados à gestão. Assinala-se que possui uma estrutura de secretaria, ainda que continue como departamento. Apesar de toda essa evolução, com coordenações, divisões, diversos setores, criação de novas unidades e melhorias em outras unidades, continuo com a minha indagação: para quem o DEGASE melhorou? Para que serviu essa evolução? Não estou negando sua evolução, jamais poderia negar como o departamento cresceu, as melhorias realizadas, o que questiono é quem se beneficiou dessas melhorias. Realmente atingiu aos adolescentes e seus familiares significativamente? Eles passaram a ter atendimentos de forma digna? E as famílias passaram a ter suas demandas atendidas? Os socioeducadores passaram a trabalhar em um local menos adoecedor? As respostas que obtive na pesquisa foram negativas para todas essas questões.

Assim, continuei meu percurso, e fiz uma reflexão sobre o termo socioeducação enquanto um conceito em construção e enquanto uma política pública. Observei que, por ser um conceito em construção, ainda é difuso, e pesquisadores ainda se debruçam em busca de um conceito mais claro e definido para o que venha a ser a socioeducação. Apontei os esforços das escolas socioeducativas em busca de propiciar uma formação de qualidade para os profissionais que atuam na política socioeducativa. Apesar de todos os esforços da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire em busca de uma formação voltada para a socioeducação, ela não conseguiu impedir que Paulo Freire ficasse atrás das grades. Os socioeducadores, em uma relação dialógica com o seu dia a dia institucional, apontaram que a socioeducação em ação seria conseguir ao menos o básico para o adolescente, ressignificar sua história, dar dignidade ao adolescente e seus familiares, e fazer um trabalho em rede verdadeiramente, entre outros apontamentos.

Foi então necessário percorrer os caminhos que nos levassem a pensar sobre o adolescente que atendemos. Como e por que chegam no DEGASE; quando chegam, como são atendidos; e seus familiares, como são incluídos na medida que o adolescente vai cumprir. A pesquisa identificou, baseada em outros estudos, que os adolescentes que chegam ao DEGASE já estão predefinidos por sua classe social, etnia ou raça. Buscou também discutir os termos usados para nominar os adolescentes, e refletiu sobre o termo menino, muito usado pelos socioeducadores, com exceção da maioria dos agentes de segurança socioeducativos, que utilizam ainda diversos termos pejorativos. A pesquisa teve apenas a intenção de alertar para uma possível retirada da autonomia do adolescente e de uma infantilização com essa forma de nominação, mas cabem maiores pesquisas sobre o assunto ou mesmo uma refutação da academia pela observação aqui realizada. Quanto ao atendimento familiar, observou-se uma regressão na medida em que as famílias não estão conseguindo mais chegar às unidades com a frequência anterior à pandemia. As falas dos socioeducadores apontaram diversos fatores para essa situação atual, a falta de projetos voltados à família, a falta de dinheiro da família e os atendimentos virtuais como fatores que afastaram a família das unidades. As lembranças dos socioeducadores sobre os adolescentes promoveu um momento rico e colorido à tese, o que aponta que, apesar de toda a dificuldade, muitos socioeducadores se identificam com seu trabalho e apresentam afetos positivos na interação com os adolescentes e familiares.

Ao final do percurso, mergulhamos nas experiências e vivências dos socioeducadores e socioeducadoras no DEGASE. Para isso foi preciso trazer, ainda que sem maiores aprofundamentos, diversas temáticas que fazem parte do dia a dia dos socioeducadores e socioeducadoras dentro do departamento. Alguns aspectos me chamaram a atenção, um deles foi ter encontrado tantas adversidades dentro do Degase: equipe técnica *versus* agente de segurança socioeducativa; equipe administrativa *versus* agente de segurança socioeducativa; antigos *versus* novos; unidades de internação *versus* unidades de semiliberdade; equipes de gestão *versus* equipe de unidades. Enfim, algumas já eram velhas conhecidas, contudo outras apareceram como inesperadas. Mas a questão que fica é a quem interessam tantos conflitos? Por que esdes jogos de força são formados e se mantêm? Infelizmente, esta tese apenas reafirmou alguns e identificou outros, mas não foi possível apontar caminhos. Não era nossa proposta, e nem sei mesmo se existem caminhos possíveis.

É interessante ressaltar que a estrutura do DEGASE foi criada em sua maioria a partir da iniciativa de grupos de socioeducadores a partir das demandas que iam surgindo, tais como a ESGSE, o NUPST, o CEDOM, o NEAB, as divisões de psicologia e serviço social, entre outros setores que hoje são essenciais para o departamento. O que nos faz perceber que nesses

trinta anos de existência desse órgão, os socioeducadores se organizaram de diversas formas para melhorar o atendimento aos adolescentes e socioeducadores.

Foi possível mostrar ao longo da tese muitas falas de socioeducadores buscando melhorias nas condições de trabalhos. Foram citados muitos projetos de iniciativa dos próprios socioeducadores, sem nenhum custeio ou benefício, mas motivados pela esperança de fazer um trabalho mais voltado para garantia de direitos. Muitos socioeducadores, ao saberem da pesquisa, me relataram suas histórias, os projetos realizados, as ações feitas dentro de unidades. Mas não foi possível registrar tantas lembranças, tantas práticas engajadas. Muitos trabalhos sequer foram sistematizados, pois simplesmente acabaram com a saída do socioeducador da unidade; muitos trabalhos de excelência foram perdidos e sequer foi conhecida sua existência.

Também no rastro das experiências e vivências, foi possível encontrar histórias de muita violência, de sofrimento, de injustiças, de sentimento de desamparo e de adoecimentos. Histórias carregadas de mágoas, ressentimentos e tristezas pela falta de reconhecimento e de solidariedade da própria instituição. Mas a tese mostrou que, desde o início, houve grupos de resistências, que se formaram dentro e fora da instituição, uns acabaram outros ainda resistem.

Uma questão relevante é que, em muitas entrevistas realizadas, apareceram reflexões acerca de ações exercidas no DEGASE, longe do que as normativas estabelecem, do que entendemos como práticas voltadas para garantia de direitos e da efetivação do que venha a ser a socioeducação. Contudo, muitos profissionais terminam suas entrevistas falando de uma crença no sistema socioeducativo, em uma esperança de que um dia este trabalho possa vir a funcionar dentro dos parâmetros legais. Muitos socioeducadores tiveram o cuidado de me pedir para apontar o lado positivo da instituição, para divulgar também a existência do que é bom realizado lá e para deixar claro o empenho dos socioeducadores quanto à busca da garantia de direitos.

Pois bem, nesses quase trinta anos de DEGASE, posso afirmar que trabalhamos, trabalhamos muito! O DEGASE tem em seu quadro profissionais extremamente qualificados, em todos os cargos e setores, somos uma potência, e a maioria de nós temos muito orgulho de trabalhar nesta instituição. Muitos trabalhos brilhantes são realizados sem nenhuma visibilidade, muitos casos são solucionados, muitas famílias voltam para agradecer, muitos adolescentes, ao encontrar um socioeducador na rua, também param para falar e agradecem. Contudo, e é preciso que se diga, remamos contra a maré que está cada vez mais alta. As dificuldades em concretizar as propostas da socioeducação nesta instituição provocam em muitos socioeducadores uma descrença sobre o real sentido acerca da socioeducação. E muitos, por falta de condições de trabalho e pelo descrédito na socioeducação, reproduzem velhas

práticas que são, de alguma forma, vivenciadas por todos, seja pela omissão, seja pela atuação, ou ainda pela opção de não sair de seus guetos.

À medida que o dia a dia institucional ganhou vida, por meio das falas dos socioeducadores, foi possível refletir criticamente sobre as contradições institucionais, e conseguirmos contar uma história diferente do discurso institucional proferido pelo DEGASE. Foi permitido observar o abismo existente entre o discurso e a prática desta instituição, não para denunciar sua prática, mas para propiciar a este órgão, bem como à sociedade, compreender criticamente seu passado, enxergar sua prática, para que possa buscar uma profunda mudança e efetivar a socioeducação enquanto política pública.

Sinto agora ter cumprido meu papel, visto que fui parte integrante desse discurso, pois minha pesquisa precisa, antes de tudo, ecoar como um ato político, à medida que busquei por meio da academia apontar as formas de poder estabelecidas em meu espaço de trabalho, seguindo assim o proposto por Foucault: "O papel do intelectual não é mais o de se colocar, um pouco na frente ou um pouco de lado, para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso." (Foucault, 1998, p.71).

É provável que muitos concordem e tantos outros discordem das colocações aqui feitas, mas sabemos que estamos no campo da memória, e que neste espaço não há lugar para neutralidade. Talvez eu tenha me deixado levar pelas minhas vivências e relações instituídas com o DEGASE. Por isso, lamento se por algum motivo decepcionei ou alguém não se sentiu comtemplado com as minhas colocações. Mas me conforta saber que as palavras aqui escritas não são verdades absolutas, e outras pesquisas irão surgir para refutar ou aprimorar o que aqui está posto ou mesmo até ignorar e trazer novos contornos para a história do DEGASE. O importante é o movimento constante da escrita e da história entre as várias verdades existentes.

Não esqueçamos, esta Tese foi construída a partir da subjetividade do tempo, como nos ensina Santo Agostinho (1997), pois o que é o tempo senão vários tempos? O tempo das falas dos entrevistados que buscavam em suas memórias trazer para o presente o tempo que se passou. O tempo da minha escrita, que tentava compreender o passado, mas que no ato da escrita se presentifica. E o tempo presente que o leitor lê estas laudas escritas transformadas em uma Tese, que também já fazem parte de um passado que o leitor presentifica no instante de suas leituras, mas que o fazem rememorar suas próprias lembranças, indo ao passado para compreender o presente e para pensar talvez no futuro. Então, seria mesmo o tempo algo singular e múltiplo, que se deleita no passado, se regozija no presente e se instaura no futuro?

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda, KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal. Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 7ª ed. 1988.

ABRAMO, Helena Wendel e LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais** (textos); FREITAS, Maria Virgínia de (org.). São Paulo: Ação Educativa, 2005. Acesso em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf

AGOSTINHO, Santo. **Sobre a potencialidade da alma**, Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Petrópolis: Vozes, 1997.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.

_____. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 1996.

AYMARD, Maurice. **Amizade e convivialidade**. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (org) História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes— São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 439 - 481.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise econômica e democracia no Brasil, 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ANDRADE, Francyne dos Santos. **Uma cartografia das encruzilhadas da Psicologia na socioeducação.** (Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2023.

ANDRADE, Patrícia Freitas de. O Ministério Público no Estatuto da Criança e do Adolescente – **Implemento de Políticas Públicas por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta.** Artigo Científico, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Rio de Janeiro, 2009.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública / ABSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Ano 17 – São Paulo: FBSP, 2023.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública / ABSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Ano 16 – São Paulo: FBSP, 2022.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARRUDA, Jalusa Silva de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil In: **O Social em Questão** - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021. p 355 - 382.

BASTOS, Samira Safadi; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Jovens de classes médias infratores e a questão da autoridade.** Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 12, n. 2, p. 539-553, ago. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812012000200013 Acesso em 08 out. 2023.

BARBOSA, Adriana Soares. **Neoliberalismo e os Reflexos do Estado Autoritário para as Medidas Socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro.** Monografia (Especialização em Psicologia Jurídica), PUC-Rio de Janeiro. 2023.

BARROS, J. D**. A História Social:** seus significados e seus caminhos. LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto, n. 15 p. 1-23, 2005. Acesso em: 28/10/2018.

BARROS, Nívia Valença (Org.). **Famílias no DEGASE:** retratando o projeto de pesquisa... 1. Ed. – Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de Segurança Nacional**. Belo Horizonte: Veja-Nova Espaço, 1985.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, (Obras escolhidas v. 1), 1987. 257 p.

BOCK, A.M.B. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cadernos CEDES, Campinas, v.24, n.62, abr. 2004. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br/ Acesso em:18 out. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRINGB, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da covid-19:** proteção para quem? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

_____. **Questões de sociologia.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 1984.

_____. **A miséria do mundo.** (Coord). Petrópolis: Vozes, 1993.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, R. O que falar quer dizer. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 75-88.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, v. 116, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.09.2015/art_39_.asp Acesso em 27 set. 2021.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: Conanda. 2006.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 jan. 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

_____. **Escola Nacional de Socioeducação:** Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares. Presidência da República Secretaria de Direitos Humanos Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2014.

_____. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

_____. Secretaria de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual: atendimento Socioeducativo ao adolescente em Conflito com a lei. 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/sinase Acesso em 26 set. 2021.

BRITO DA SILVA, Juraci. **A visita íntima do adolescente no sistema socioeducativo:** um direito a ser exercido. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Psicologia. 2016.

_____. Cartografando práticas e percursos na tentativa de implantação da visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Tese Doutorado - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

BRITO, Vanessa Silveira de. **Às duras penas:** memórias do movimento dos trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí (RJ) / Tese (Doutorado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 2023.

BROIDE, Jorge. **Adolescência e Violência:** Criação de Dispositivos Clínicos no Território Conflagrado das Periferias. Psicologia Política, 10(19), p.95-106. 2010.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CÂMARA, Raul Japiassu **"O que fazer com estes meninos?"** O antes e o depois da Socioeducação. Rio de Janeiro: Degase, 2020. 138 p. (Memória e História; n.4)

_____. **A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ):** uma escolarização sui-generis (1994-2001) / Raul Japiassu Câmara. Rio de Janeiro, 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CENPE/MPRJ. **TRAJETÓRIAS:** Diagnóstico da execução de medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ | 2020).

CEZAR SILVA, Lourenço. **Ser Jovem na Favela**? A Dor e a Delícia de Ser o Que É?. FALA MANGUINHOS, 17 nov. 2019.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CHAUI, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COELHO, Bruna Aparecida Gomes. **"Um filho ilustre dessa terra":** as memórias de alunos da EJA sobre Tancredo Neves e o processo de redemocratização. Dissertação (Mestrado – História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, 2019.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas - um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud, 9(22), 338-355. 2005.

_____. **A produção de crianças e jovens perigosos:** a quem interessa? In: Infância e Juventude. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Um histórico do atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de ato infracional no Brasil:** mediação entre o conceitual e o operacional. In: Brasil. Ministério da Justiça. Políticas públicas e estratégias de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília: Ministério da Justiça 1998.

_____. **"Natureza e essência da ação socioeducativa"** In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNSPA (Orgs.). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 449-467.

_____. **Pedagogia da presença:** da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.

COSTA, Cláudia da Fonseca. **Trabalhando a decolonialidade em uma sala de aula na favela:** uma escola na Maré sob uma sociedade em (des) construção. Mestrado profissional em Ensino de História, pelo Programa ProfHistória, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2022.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **O que é Socioeducação?** Uma Proposta de Delimitação Conceitual. Rev. Adol. Confl. n.17, p. 71-81, 2018. Disponível em: https://seer.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/5168 Acesso em: 21 agos. 2021.

DEGASE. **Estratégias para Enfrentamento da Pandemia do Covid-19 em Unidades de Privação de Liberdade do DEGASE**. Rio de Janeiro: CSIRS, 2020.

_____. **Programa de Atenção às Famílias do Degase** Rio de Janeiro: 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. 1 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ERIKSON, Erik. H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FEIJÓ, Fernando Ribas et al. Estresse ocupacional em trabalhador de uma fundação de atendimento socioeducativo: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. v. 15, n. 2, p. 124-133, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/166244. Acesso em: 16 set. 2023.

FERNANDES, Rogério. **Notas em torno de retratos de criança** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.1, p.87-97, jan./jun. 2000.Disponivel em: **https://doi.org/10.1590/S1517-97022000000100007.** Acesso em 15 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

_____. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 30. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.

_____. **Estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Coleção Ditos & Escritos, v. 4.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____. **História da Sexualidade I,** A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979b

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

_____. O senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 77-97.

GENTILE, Fabio, De Vargas a Bolsonaro: o Brasil como "laboratório" ideológico-político para uma história global do populismo. Lusotopie [online], XXI (2) | 2022. Disponível em: URL:http://journals.openedition.org/lusotopie/6054. Acesso em: 27 jul. 2023.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (org.) História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes— São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 305 - 320.

GISI, Bruna (coord.) **Discursos parlamentares sobre adolescência e ato infracional** [livro eletrônico]. Núcleo de Estudos da Violência – NEV. São Paulo: Instituto Alana, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

GOMES, Isadora Dias. **Socioeducação:** uma invenção (de)colonial. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.

HALL, Calvin S. e NORDBY, Vernon J. **Introdução à Psicologia Junguiana**. 2. ed. – São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2021.

HEINZ, Flavio M. e KORNDÖRFER Ana P. Para que serve uma História Social das Instituições? In: Cíntia Vieira Souto et al (Org.) **Espaços de saber e poder**: instituições e seus agentes na perspectiva da história social. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

ILANUND; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs**.). Justiça Adolescente e Ato Infracional:** socioeducação e responsabilização. São Paulo. ILANUND, 2006. p. 449 - 467.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social *in*: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos, Contraponto, Rio de Janeiro, 2006, p 97-118.

_____. **"Modernidade" -** Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade *in*: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos, Contraponto, Rio de Janeiro, 2006 a, p.267-304.

_____. **"Espaço de experiência" e "horizonte de expectativas":** duas categorias históricas. *in*: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos, Contraponto, Rio de Janeiro, 2006b, p. 305-328.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência** (A. M. C. Guerra et al., trad.). Belo Horizonte, MG: PUC Minas. 2017. (Trabalho original publicado em 2013).

Lessa, A.; Lopes, E. R. C.; Silva, M. T. A. (2015). Visita íntima no DEGASE: o exercício de um direito. In: Mendes, C. L.S.; Julião, E. F.; Abdalla, J. F. (org.). **Diversidade, Violência e Direitos Humanos.** (pp. 153-161). Rio de Janeiro. (Ed). Novo DEGASE.

LOPES, Elis Regina C. **A Política Socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro** – Transição de paradigma? Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2015.

_____. **A inserção familiar no sistema socioeducativo de privação e restrição de liberdade do estado do Rio de Janeiro**. Monografia (pós-graduação em terapia de família), UCAM/RJ, Rio de Janeiro, 2013.

MALVASI, Paulo Artur. **"Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo".** São Paulo: Tese de Doutorado em Saúde Pública. USP, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar, 2. ed., 4a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola.. Manual de História Oral. 5ª edição, edições Loyola, São Paulo, 2005.

_____. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria e ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI.** / Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa
de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MELHORAMENTOS. **Dicionário da língua Portuguesa.** Editora Melhoramentos, São Paulo, 2009.

MENDES, Claudia Lucia Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes (Coord.) **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro** - Rio de Janeiro: DEGASE, 2018.

MENDES, René. **Patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo: conhecer para mudar.** Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. v. 34, n. 98, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/hVdFwPHPGhRJgHGdvMDqq9D/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 16 set. 2023.

MENEZES, Thais Vargas. O trabalho da Psicologia enquanto parte da equipe técnica socioeducativa. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), **Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática** (pp. 243-259). EdUERJ. 2021.

MOREIRA, Celeste A. B. D. **Ao encontro dos meninos: a configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994-2002).** 2005. f. Dissertação (Mestrado em) - PEPG da Escola de Serviço Social da UFF, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Mariluce Teixeira. **O agente Educacional e a prática profissional no sistema Degase**. Monografia apresentada para o título de especialista em Psicopedagogia – Universidade Candido Mendes, 2002.

MOTTA, Ida Cristina. R. **Em Nome do filho!** Um estudo sobre o Movimento de "Mulheres Guerreiras": Mães dos Meninos do DEGASE. 2017. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Sociais/UFF. Niterói, 2017.

MUNTEAL, Oswaldo et al. (Org). **A socioeducação e o DEGASE:** desafios e perspectivas do atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: LABES/UERJ, 2022.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Educação das relações étnico-raciais no sistema socioeducativo:** Algumas reflexões. In: Revista Aú Nº 01, v. 1 n. 01, 2016, p. 17- 27.

NASCIMENTO, Ayrton Matheus da Silva; SANTANA, Pedro Abelardo de. **Decolonialidade:** contribuições para (re)pensar a história. Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2020. V2. Nº3, p. 167-178.

NORA, Pierre [et al.]. **Ensaios de Ego-história.** Lisboa: Edições 70, 1989.

OLIVEIRA, Daiane. "Coronavírus e Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro: Como fica a saúde dos adolescentes privados de liberdade?". **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 30, n. 3, pp. 1-8, 2020.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: M. L. J. CONTINI (Coord.); S. H. Koller (Org.), **Adolescência e Psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas, p.16-24. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

PEREIRA, Fabio de Barros. Estado de Exceção, Estado de Guerra: os impactos da ascensão conservadora e da pandemia numa escola socioeducativa em contexto de privação de

liberdade. **Revista Teias** v. 22 • n. especial • out./dez. Os currículos na compreensão da educação como direito humano: dignidade e cidadania na reflexão ação curricular. 2021. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/issue/view/2641 Acesso em: 30 set. 2023.

PEREIRA, Irandi. **21 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente:** O Legado de Antonio Carlos Gomes da Costa para a transformação de "corações e mentes" em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. 2020. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/21-Anos-do-ECA-Homeagem-ao-Mestre-Antonio-Carlos-Gomes-da-Costa.pdf Acesso em: 10 ago. 2021.

PORTELLI, Alessandro. Apresentação. In: FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p 9-13.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

_____. **Tentando aprender um pouquinho:** Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

RANIERE, Édio. **A invenção das medidas socioeducativas**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REVISTA AÚ. **Apresentação.** Nº 01, v. 1 n. 01, 2016, p. 4. Disponível em: https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/issue/view/revista-au-vol-01-n-01-2016. Acesso em: 01 out. 2023.

REVISTA AÚ. **Apresentação.** Nº 02v. 2 n. 02, 2017, p. 4. Disponível em: https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/issue/view/revista-au-vol-02-n-02-2017 Acesso em: 01 out. 2023.

RIBEIRO, Paulo Fernando Lopes. **De menor a adolescente:** o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Suzana. Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.REIS, José Roberto Franco et al. **O coração do Brasil bate nas ruas:** a luta pela redemocratização do país. EPSJV, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro; LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIOEDUCATIVOS - LABES. **A Socioeducação e o DEGASE: Desafios**

e perspectivas do atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro. LABES/UERJ, 2022.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças** – História das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene (coord). **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO,2006.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo Duarte. **Menino, Guri ou Piá?** Um estudo diatópico nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil. Alfa, São Paulo, 58 (2): 463-497, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alfa/a/TcCD6snwgfPc5x39KhpQ87z/?format=pdf&lang=pt Acesso em 08 nov. 2021.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Aderaldo Pereira dos. **Memórias de egressos e servidores do sistema socioeducativo.** DEGASE, 2018. (Publicação CEDOM - Memória e História n.3).

_____. **O Movimento Negro e a Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007 (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Aderaldo Pereira dos; MENDES, Claudia Lucia Silva; LOPES, Elis Regina de Castro. (Org) **Breve histórico do DEGASE**. CEDOM/História e Memória 5. 2022.

SANTOS, Fernanda Bottari Lobão dos. **Cheiro de gente guardada:** seletividade punitiva no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

SANTOS, Marcos Antonio da Costa. **O choque das instituições:** a cultura escolar no interior do sistema socioeducativo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.2009.

SANTOS, Mirian Yarandasa Cruz. A importância de políticas de cotas no Brasil. *In*: **Revista AÚ**. Nº 02v. 2 n. 02, 2017, p. 4. Disponível em: https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/issue/view/revista-au-vol-02-n-02-2017 Acesso em: 01 out. 2023.

SARDINHA, Carlos Alberto Paes. **Descentralização do sistema de atendimento a menores no estado do Rio de Janeiro**. Rio de **Janeiro**: Editora MPAS, FUNABEM, 1987.

SINHORETTO, Jacqueline (Org) **Policiamento ostensivo e relações raciais**: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime. Editora: Autografia, 2021.

SILVA, Cláudio Augusto Vieira da. SINASE: Os desafios na implementação de um sistema único de atendimento socioeducativo. In: SILVA, Juraci Brito da; LOPES, Elis Regina Castro (Org.) **Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Eduerj, 2021.

SILVA JUNIOR, Marco Antônio Corrêa da. **A cobrança**: A relação entre a normalização das práticas punitivas no DEGASE e a escassez de denúncias aos agentes que as efetuam. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SILVA, Maria Tereza Azevedo. **Família, socioeducação e projeto "Golfinhos":** uma construção coletiva. PR: Appris, 2018.

_____. **O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de liberdade:** tempo de socioeducação e de adolescentes. (Tese doutorado – não publicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2023.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. **Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro:** uma construção interdisciplinar. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 11, p. 1-13, 2014.

SILVA, Rangel de Andrade. **Trabalhadores da Fundação Casa:** como estão as condições de saúde e trabalho, "senhores" e "senhoras"? Dissertação (Mestrado) Universidade de Franca, 2023.

TAVARES, Olga Vieira Lima. **Aspectos da Qualidade de Vida de Agentes Socioeducadores de Instituições Privativas de Liberdade.** Dissertação (mestrado) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, Fátima do Amaral. **(In)visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no município de Vitória/ES.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. **Violentamente pacíficos:** desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIBAN. Mestrado profissional: **Adolescente em Conflito com a Lei**. 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES. E. de O. (org.). **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

VIDAL, Livia de Souza. É possível haver democracia no Brasil sem real democracia racial? In: **Revista Aú** Nº 03. v. 3 n. 03, 2020, p. 6 – 13. Disponível: https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/issue/view/revista-au-vol-03-n-03-2020 Acesso em: 01 out. 2023.

VINUTO, Juliana. **"O outro lado da moeda":** O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado - Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia - UFRJ, 2019.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: IIN/ EDUSU/ Amais, 2009.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Que é Gueto? Construindo um Conceito Sociológico**. Revista de Sociologia e Política nº 23: 155-164, nov. 2004.

_____. **"Rumo à militarização da marginalização urbana".** Tradução de Fernanda Bocco. In: *Discursos Sediciosos***.** Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2007. p 203-220.

_____. A tempestade global da lei e da ordem: sobre punição e neoliberalismo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 7-20, fev. 2012

_____. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal, in: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 2 2014. p 139-164.

ZANELLA, Maria. Nilvane. **Bases teóricas da socioeducação:** análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei. Dissertação de Mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

ZANIANI, Ednéia José Martins. Infância(S) e Adolescência(S): uma leitura Sócio-histórica. In: SILVA, Alex Sandro da [et al.] (org.) **Cadernos de socioeducação:** fundamentos da socioeducação - Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018.

ZUQUIM, Hannah Aidar Prado. **Adolescência e juventude no narcotráfico: estudo sobre trabalho e criminalização.** Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulado "Memórias Clandestinas: O cotidiano de uma instituição chamada DEGASE – 1994 a 2022 (título com possibilidade de alteração), conduzida por Elis Regina de Castro Lopes. O objetivo principal deste estudo é produzir a história do DEGASE através das falas dos servidores que a vivenciaram no seu cotidiano. Com a proposta de que este registro auxilie os novos servidores a desenvolverem as suas funções de forma crítica, baseado nas experiências do passado, uma vez que só podemos mudar o presente se conhecermos o passado tal como ele realmente aconteceu.

Você foi selecionado(a) por ser servidor concursado do DEGASE. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretarão prejuízo.

Os participantes poderão correr riscos mínimos, tais como: desconfortos advindos de lembranças desagradáveis, constrangimento ou alterações de comportamento durante as entrevistas. A pesquisadora irá utilizar como estratégias para proteger os participantes da pesquisa um contato anterior à entrevista, explicar claramente o objetivo desta, buscar um espaço confortável e discreto e, se necessário, interromper a entrevista.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fazer parte em rodas de conversas ou entrevistas individuais, dependendo da escolha que fizer. As rodas de conversas serão realizadas na Escola Socioeducativa do DEGASE, localizada n Estr. das Canárias, 569 - Galeão, Rio de Janeiro – RJ, com duração de uma hora. E as entrevistas individuais serão realizadas no local de trabalho do entrevistado, tomando o cuidado para ser marcada em horário que não atrapalhe o andamento de seu serviço. As entrevistas e rodas de conversas serão livres, para que você possa lembrar de sua trajetória no DEGASE e falar livremente sobre suas lembranças.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Ressalta-se o caráter sigiloso da entrevista, o participante não terá o nome divulgado, e no corpo da pesquisa todas as falas serão reproduzidas apenas com a identificação da profissão, e por vezes o ano do concurso realizado.

A entrevista será gravada para posterior transcrição. Mas esclareço que, sob nenhuma hipótese, a gravação ou transcrição será repassada a terceiros. Você precisa concordar com esse procedimento.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra do pesquisador responsável/coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Rubrica do participante | Rubrica do pesquisador

Caso você se sinta prejudicado, o parágrafo IV.3, os itens (g) e (h) da Resolução 466/12 garante os direitos de ressarcimento e indenização (se necessário): "g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes"; e "h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa." Há também base na Resolução 510/16, no Artigo 9, nos itens VI e VII: "VI ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa".

Contatos do pesquisador responsável: Elis Regina de Castro Lopes, psicóloga. Email – elispsirj@yahoo.com.br. Contato (21)983656484. Endereço institucional: Escola Socioeducativa do Degase, localizada n Estr. das Canárias, 569 - Galeão, Rio de Janeiro – RJ.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: coep@sr2.uerj.br — Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____ Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados

Roteiro da entrevista como instrumento para coleta de dados:

Perguntas sobre as experiências dos servidores

1 – Qual seu nome? Qual sua função? Quando você começou a trabalhar na DEGASE?

2 – Quais as suas lembranças sobre o início do seu trabalho na DEGASE?

3 – Relate sua experiência no trabalho no DEGASE.

4 – O que significa socioeducação para você?

5 – Você lembra de algum caso de adolescente que te marcou?

6 – O que é ser Degasiano?

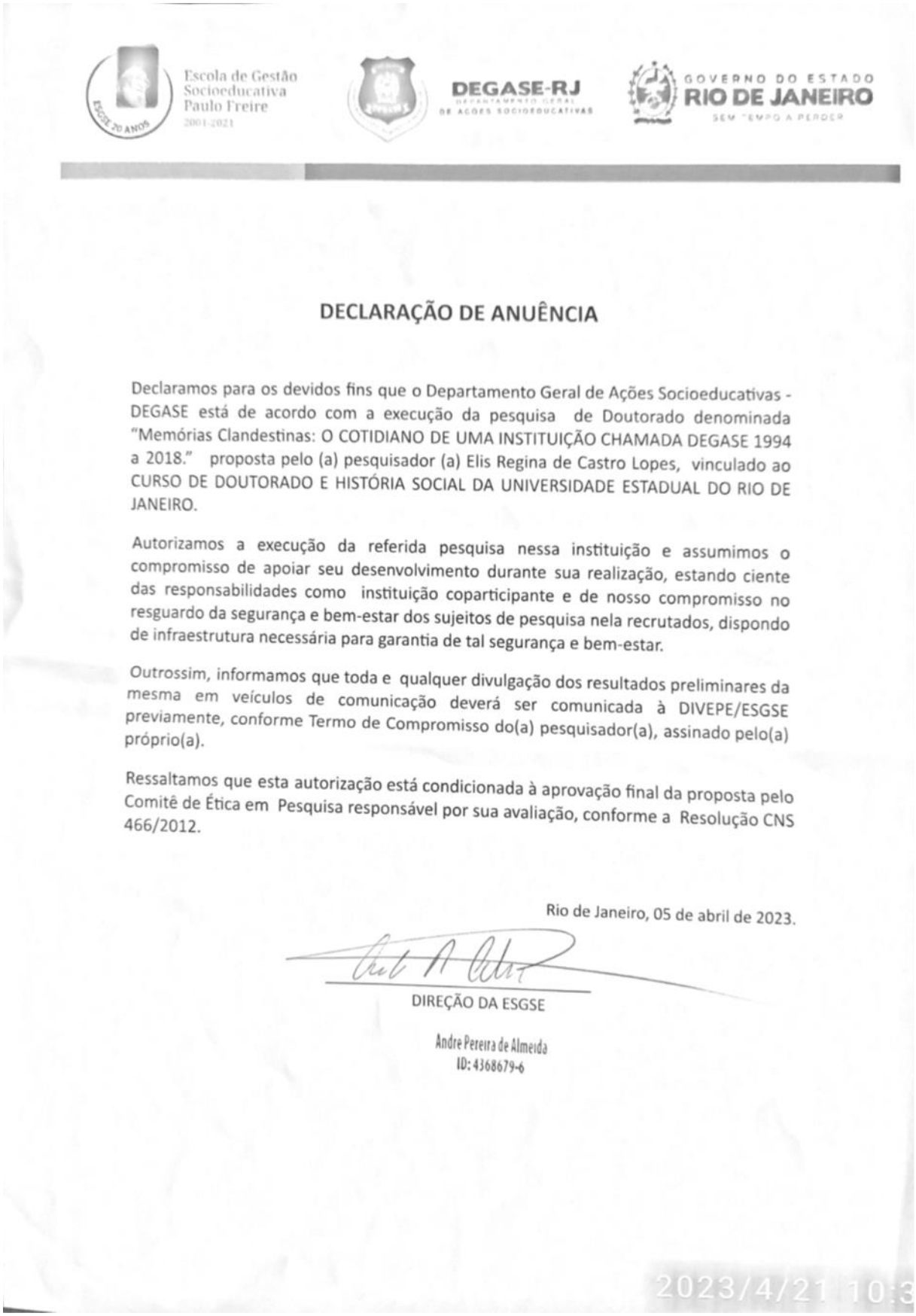
7 – Como você percebe a relação entre as equipes de trabalho?

8 – Como foi a pandemia para quem estava trabalhando no DEGASE?

9 – No decorrer de sua história nessa instituição, quais os momentos mais marcantes?

10 – Você percebe avanços no DEGASE?

ANEXO A – Declaração de Anuência do DEGASE



Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
2001-2021

DEGASE-RJ
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
SEM TEMPO A PERDER

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE está de acordo com a execução da pesquisa de Doutorado denominada "Memórias Clandestinas: O COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO CHAMADA DEGASE 1994 a 2018." proposta pelo (a) pesquisador (a) Elis Regina de Castro Lopes, vinculado ao CURSO DE DOUTORADO E HISTÓRIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.

Autorizamos a execução da referida pesquisa nessa instituição e assumimos o compromisso de apoiar seu desenvolvimento durante sua realização, estando ciente das responsabilidades como instituição coparticipante e de nosso compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Outrossim, informamos que toda e qualquer divulgação dos resultados preliminares da mesma em veículos de comunicação deverá ser comunicada à DIVEPE/ESGSE previamente, conforme Termo de Compromisso do(a) pesquisador(a), assinado pelo(a) próprio(a).

Ressaltamos que esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação, conforme a Resolução CNS 466/2012.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023.

DIREÇÃO DA ESGSE

Andre Pereira de Almeida
ID: 4368679-6

2023/4/21 10:3

ANEXO B – Parecer Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS CLANDESTINAS: O cotidiano de uma instituição chamada DEGASE (1994 á 2020)

Pesquisador: ELIS REGINA DE CASTRO LOPES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69394823.0.0000.5282

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em História Social - UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.114.876

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa é de autoria de Elis Regina De Castro Lopes, aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientada pelo Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida. Segundo a autora, "Sou psicóloga e servidora efetiva do DEGASE, concursada há vinte e oito anos. Durante este tempo trabalhei em vários espaços do Degase. Adquirindo experiência na área da infância e juventude, a qual sempre busquei conciliar com um conhecimento teórico. Vivi muitas angústias e dilemas que procurava refletir dentro dos espaços das universidades. Atualmente vivemos no sistema socioeducativo momentos de grandes transformações, nós servidores, um dos protagonistas deste sistema, devemos conhecer e entender este novo ciclo ao qual estamos inseridos, para tanto é imprescindível a aquisição de novos conhecimentos, único caminho que nos permitirá obter uma nova leitura da realidade alcançando uma visão crítica e consistente, nos permitindo uma ação profissional mais competente e inovadora. As medidas socioeducativas (MSE) são aplicadas a adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos, que cometem ato infracional, estão reguladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua política socioeducativa encontra-se regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE por meio da Lei Federal no 12.594/2012 . As MSEs são impostas pelo Poder Judiciário e dividem-se em privativas de liberdade (internação e emiliberdade) e meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade).

O Degase foi criado em 26/01/1993 por meio do Decreto no 18.493, iniciando suas atividades em

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

cotidiano do DEGASE ao longo dos anos de 1994 a 2020? Quais discursos caracterizam distintamente cada período institucional? Quais as práticas faladas pelos servidores que colaboram para a construção da história deste órgão? Em que medida os discursos dos atores institucionais indicam diferenças, contradições, divergências referentes a história oficial? Como lidam com as diversas formas de violência? Como os registros traduzem o olhar sobre os usuários do sistema socioeducativo? E, por fim, porque seria necessário o registro do cotidiano desta instituição? Qual sua importância?"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "Os participantes poderão correr riscos mínimos, tais como: desconfortos advindos de lembranças desagradáveis, constrangimento ou alterações de comportamento durante as entrevistas. A pesquisadora irá utilizar como estratégias para proteger os participantes da pesquisa, um contato anterior a entrevista, explicar claramente o objetivo da pesquisa, buscar um espaço confortável e discreto e, se necessário, interromper a entrevista."

Benefícios: "A pesquisa irá proporcionar alguns possíveis benefícios para a população estudada, tais como: um maior conhecimento da realidade local de trabalho para desenvolvimento de ações; compreensão da história da instituição; repensar de práticas pedagógicas; conscientização do exercício de práticas não aceitas o que possivelmente irá gerar desenvolvimento de novas habilidades."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com objetivos claros e que poderá trazer contribuições para a área estudada. Ressalta-se ainda que o estudo é passível de ser replicado em outras instituições, podendo ser, no futuro, uma referência para a área de conhecimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Assinada, datada e carimbada por Dra. Mariza de Paula Assis – Vice-diretora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Construído conforme os dispositivos legais em vigor

Termo de Assentimento: Não se aplica

Termo de Autorização Institucional: Assinado, datado e carimbado pelo diretor da Escola de Gestão Socieducativa Paulo Freire (ESGSE), André Pereira de Almeida.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br

Instrumentos: Apresenta os instrumentos de coleta de dados

Cronograma: Compatível com as etapas de pesquisa.

FINANCIAMENTO: Apresenta financiamento próprio discriminado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para junho de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.ª que encaminhe a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2120019.pdf	27/05/2023 19:25:59		Aceito
Outros	documento_carta.docx	27/05/2023 19:22:07	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	04/05/2023 15:05:04	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	03/05/2023 15:23:49	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	Aceito

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/05/2023 15:20:31	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia.pdf	21/04/2023 15:37:36	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RIO DE JANEIRO, 13 de Junho de 2023

Assinado por:
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br